

2018

RELATÓRIO
SOBRE
EMPREGO E FORMAÇÃO

Título: *Relatório sobre Emprego e Formação – 2018*

Data de edição: de 2019

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Praça de Londres, nº 2 - Piso 9

1049-056 – Lisboa, Portugal

Email: geral@crl.mtsss.pt

Depósito legal: 419803/16

Execução gráfica:

Tiragem: exemplares

Documento redigido segundo o Acordo Ortográfico em vigor à data.

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– *Composição:*

Presidente: **Sérgio Monteiro do Monte** (UGT)

Organizações Governamentais:

- ACT - **Jorge Manuel M. Pinhal** (efetivo) ; Maria José Tiago (suplente)
- DGERT – **Sandra Ribeiro** (efetivo) ; **Fernando Catarino José** (suplente)
- GEP - **Antonieta do Rosário P. S. Ministro** (efetivo) ; Maria Teresa F. Feliciano (suplente)
- IEFP - **António Valadas da Silva** (efetivo); **Catarina Campos** (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN - **João F. Freitas Torres** (efetivo) ; Carlos Manuel A. Trindade (suplente)
José Rodrigues Oliveira (efetivo) ; Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT - **Carlos M. Anjos Alves** (efetivo) ; José M. da Luz Cordeiro (suplente)
Luis F. Oliveira Costa (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP - **Cristina Nagy Morais** (efetivo) ; Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP - **Ana Cristina Vieira** (efetivo) ; Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP - **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo) ; Luís Henrique (suplente)
- CTP - **Nuno da Silva Bernardo** (efetivo) ; António A. da Cunha Abrantes (suplente)

Autores do Relatório

Equipa técnica:

Perito convidado: **João Cerejeira** (Coordenação Científica)

Teresa Pina Amaro (CRL)

Teresa Sabido Costa (CRL)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O RELATÓRIO SOBRE EMPREGO E FORMAÇÃO – 2018

Composição

- **António Figueiredo** (Quaternnaire)
- **Francisco Madelino** (ISCTE)
- **Mário C. Dias** (Universidade Lusíada)
- **Cristina Rodrigues** (Universidade NOVA de Lisboa)

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	9
NOTA PRÉVIA	14
INTRODUÇÃO	16
SUMÁRIO EXECUTIVO	18
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	18
2. ANÁLISE SINTÉTICA SOBRE A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	19
2.1. Oferta de trabalho	19
2.2. Emprego	19
2.3. Desemprego	22
2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade	23
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS	23
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	25
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	27
PRINCIPAIS INDICADORES	29
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU	32
2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA	44
2.0. NOTA INTRODUTÓRIA	44
2.1. OFERTA DE TRABALHO	45
2.1.1. População total	45
2.1.2. Fluxos migratórios	46
FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL	46
• Evolução da Emigração portuguesa	46
• Evolução da Imigração portuguesa	50
2.1.3. População por níveis de escolaridade	52
2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE 28	53
2.1.4. População ativa e taxas de atividade	57
2.1.4.1. População ativa por escalões etários	58
2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia	59
2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos	60
2.1.4.4. População ativa por regiões	60
2.1.5. População Inativa	61
2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia	64
2.1.6.1. Saída escolar precoce	64
2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF)	65
2.2. EMPREGO	68
2.2.1. Emprego e taxas de emprego	68
2.2.1.1 Emprego por escalões etários	69
2.2.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia	70
2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade	71
2.2.1.4. Emprego por regiões	73
2.2.1.5. População empregada por situação na profissão	73
2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho	74
• Por escalão de duração semanal de trabalho	77
• Por tipo de horário de trabalho	78
2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato	79
2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia	80
2.2.1.9. População empregada por sectores de atividade	80

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais	86
2.2.2. Emprego nas administrações públicas	87
2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas	87
• Por escalões etários.....	88
• Por níveis de escolaridade	88
• Por tipo de vínculo.....	90
• Por Ministérios	91
• Por tipo de entidade.....	92
• Por cargos/carreiras/grupos	93
2.2.2.2. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)	94
• Por escalões etários.....	95
• Por níveis de escolaridade	95
• Por setores de atividade.....	96
• Por cargos/carreiras/grupos	97
2.2.3. Trabalho temporário	97
2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários	97
• Por tipo de contrato	98
• Por sexo e escalão etário.....	98
• Por níveis de qualificação.....	99
• Por regiões	100
2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das agências de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE28	100
2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal	101
2.3. DESEMPREGO	103
2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego	103
2.3.1.1. Desemprego por escalões etários	104
2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia.....	105
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade.....	107
2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho	108
2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego	109
• Por áreas de atividade.....	109
• Por grupos profissionais	111
• Por regiões	112
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração	113
2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego	117
MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO	124
2.3.3. Situação do desemprego subsidiado	127
TAXA DE COBERTURA DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO FACE AO NÚMERO DE DESEMPREGADOS.....	130
2.4. FLUXOS DE MÃO DE OBRA ENTRE EMPREGO, DESEMPREGO E INATIVIDADE	132
2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas	134
2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off	136
2.4.3. Despedimentos coletivos	138
3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS	142
3.0. NOTA INTRODUTÓRIA	142
3.1. ESTRUTURA EMPRESARIAL.....	143
3.1.1. Por setores de atividade	143
3.1.2. Por dimensão de empresas.....	144
3.2. EMPREGO NAS EMPRESAS	145
3.2.1. Por setores de atividade	146
3.2.2. Por dimensão de empresas.....	149
3.2.3. Por níveis de habilitações e qualificações.....	150
3.2.4. Por tipos de contrato	151

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário.....	152
3.2.4.2. Por tipo de contrato e níveis de qualificação	154
3.3. TRABALHADORES ESTRANGEIROS NAS EMPRESAS	156
3.4. ESTRUTURA EMPRESARIAL – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	156
3.4.1. Por setores de atividade	157
3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia	159
3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	160
3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia	161
3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	161
3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia	162
3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	163
3.5. EMPREGO NAS EMPRESAS – SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	164
3.5.1. Por setores de atividade	165
3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia	166
3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)	166
3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia	167
3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados	167
3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia.....	168
• Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia	169
3.6. SINISTRALIDADE E ABSENTISMO LABORAL	172
3.6.1. Sinistralidade laboral.....	172
3.6.2. Baixas no âmbito de doença.....	183
4. GANHOS E REMUNERAÇÕES	185
4.0. NOTA INTRODUTÓRIA	185
4.1. REMUNERAÇÕES: REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL, GANHOS MÉDIOS E MEDIANA DO GANHO	185
• Por níveis de habilitações	188
• Por setores de atividade.....	189
• Por regiões	192
4.2. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	193
• Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato.....	194
• TCO abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal garantida	196
4.3. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO	198
4.4. GANHOS E REMUNERAÇÕES NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	200
• Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público	203
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO	205
5.0. NOTA INTRODUTÓRIA	205
5.1. CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO CONTÍNUA EXTRA-CATÁLOGO	206
5.1.1. Cursos de dupla certificação.....	206
5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).....	210
5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações	211
5.2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL PROMOVIDA PELO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	212
5.3. MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO	219
5.4. FORMAÇÃO CONTÍNUA NAS EMPRESAS	224
5.5. OFERTAS E COLOCAÇÕES DOS CENTROS DE EMPREGO	233
CONCEITOS UTILIZADOS	237
PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA.....	247
COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL	250

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. PRINCIPAIS INDICADORES	29
FIGURA 2. CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES, POR COMPONENTE DA DESPESA	32
FIGURA 3. ÍNDICE CAMBIAL EFETIVO REAL, DEFLACIONADO PELOS CUSTOS UNITÁRIOS DO TRABALHO RELATIVOS, (1999=100).....	34
FIGURA 4. COMPENSAÇÃO DO TRABALHO EM PERCENTAGEM DO PIB A CUSTO DE FATORES.....	34
FIGURA 5. TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO ÍNDICE HARMONIZADO DE PREÇOS NO CONSUMIDOR	35
FIGURA 6. EVOLUÇÃO DO PIB, EM PORTUGAL E NA UE, A PREÇOS CONTANTES (2008=100)	35
FIGURA 7. TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PIB E DO PIB PER CAPITA, EM PORTUGAL E NA UE	36
FIGURA 8. PIB <i>PER CAPITA</i> DE PORTUGAL EM PERCENTAGEM DA MÉDIA DA UE, A PREÇOS DE 2010.....	36
FIGURA 9. DÉFICE E DÍVIDA PÚBLICA EM PERCENTAGEM DO PIB, PORTUGAL E MÉDIA DA UE.....	37
FIGURA 10. TAXAS DE JURO DE LONGO PRAZO (CRITÉRIO DE MAASTRICHT).....	38
FIGURA 11. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGADA E DESEMPREGADA (15 A 64 ANOS).....	38
FIGURA 12. FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTES, PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA, A PREÇOS CONSTANTES (2008=100)	39
FIGURA 13. STOCK DE CAPITAL (LÍQUIDO) POR PESSOA EMPREGADA, PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA, A PREÇOS DE 2010.....	40
FIGURA 14. PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO, POR TRABALHADOR E POR HORA TRABALHADA (PPC: UE=100%).....	41
FIGURA 15. PRODUTIVIDADE APARENTE DO CAPITAL (UE=100%).....	41
FIGURA 16. PRODUTIVIDADE TOTAL DOS FATORES (2010=100%).....	42
FIGURA 17. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DESDE O INÍCIO DO MILÉNIO	46
FIGURA 18. EMIGRANTES PORTUGUESES A RESIDIR NO ESTRANGEIRO EM 2016.....	47
FIGURA 19. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR TIPOLOGIA	48
FIGURA 20. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXO	49
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR GRUPO ETÁRIO	49
FIGURA 22. EVOLUÇÃO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR ESCOLARIDADE	50
FIGURA 23. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRADA EM PORTUGAL	50
FIGURA 24. EVOLUÇÃO DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA POR SEXOS.....	51
FIGURA 25. ESTRUTURA ETÁRIA DA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA EM 2017.....	51
FIGURA 26. PROVENIÊNCIA DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM 2017	52
FIGURA 27. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO COM 15 E MAIS ANOS COM O ENSINO SUPERIOR POR SEXO.....	53
FIGURA 28. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS	54
FIGURA 29. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO DOS 15 AOS 64 ANOS, POR SEXO	55
FIGURA 30. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO.....	56
FIGURA 31. POPULAÇÃO (20 AOS 24 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	56
FIGURA 32. POPULAÇÃO (25 AOS 64 ANOS) COM PELO MENOS UM NÍVEL DE EDUCAÇÃO SECUNDÁRIO, POR SEXO	57
FIGURA 33. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ATIVIDADE MASCULINA E FEMININA	58
FIGURA 34. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE.....	59
FIGURA 35. EVOLUÇÃO DA TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	60
FIGURA 36. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA COM 15 E MAIS ANOS POR CATEGORIAS (2011-2018).....	61
FIGURA 37. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO	62
FIGURA 38. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INATIVA DISPONÍVEL QUE NÃO PROCURA EMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO.....	63
FIGURA 39. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA	64
FIGURA 40. JOVENS (18 A 24 ANOS) QUE SAÍRAM PRECOCEMENTE DA ESCOLA, POR SEXO	65
FIGURA 41. POPULAÇÃO JOVEM NEEF (15 A 29 ANOS), POR SEXO	66
FIGURA 42. POPULAÇÃO JOVEM NEEF.....	67
FIGURA 43. POPULAÇÃO JOVEM NEEF, POR NÍVEIS DE ENSINO	67
FIGURA 44. TAXA DE EMPREGO POR SEXO	68
FIGURA 45. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA 15 AOS 34 ANOS 2009-2018	69
FIGURA 46. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA ENTRE OS 35 E OS 64 ANOS 2009-2018	69
FIGURA 47. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO.....	70
FIGURA 48. EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO DOS JOVENS (15 AOS 24 ANOS).....	71
FIGURA 49. TAXAS DE EMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	72
FIGURA 50. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR REGIÕES DO CONTINENTE -2009-2018	73

FIGURA 51. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	74
FIGURA 52. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR TEMPO DE DURAÇÃO DO TRABALHO	74
FIGURA 53. EVOLUÇÃO DO EMPREGO A TEMPO PARCIAL E DO SUBEMPREGO A TEMPO PARCIAL 2009-2018.....	75
FIGURA 54. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL (15 AOS 64 ANOS).....	76
FIGURA 55. PERCENTAGEM DE PESSOAS EMPREGADAS EM SITUAÇÃO DE SUBEMPREGO NO TOTAL DAS PESSOAS EMPREGADAS A TEMPO PARCIAL POR SEXO.....	76
FIGURA 56. POPULAÇÃO EMPREGADA POR ESCALÃO DE DURAÇÃO SEMANAL HABITUAL DE TRABALHO	77
FIGURA 57. EMPREGO POR TIPO DE HORÁRIO DE TRABALHO – TURNOS, SERÃO, NOITE, SÁBADO E DOMINGO.....	78
FIGURA 58. TCO COM CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO	79
FIGURA 59. CONTRATOS A TERMO (% NO EMPREGO TOTAL)	80
FIGURA 60. EMPREGO POR GRANDES SECTORES DE ATIVIDADE.....	81
FIGURA 61. VARIAÇÃO DO EMPREGO NAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS E NA CONSTRUÇÃO	82
FIGURA 62. VARIAÇÃO DO EMPREGO POR SUBSECTORES DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2011-2018.....	83
FIGURA 63. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SERVIÇOS 2011-2018.....	84
FIGURA 64. VARIAÇÃO DO EMPREGO NOS SUBSECTORES DO COMÉRCIO - 2011-2018.....	84
FIGURA 65. ESTRUTURA DO EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO – 2018.....	85
FIGURA 66. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	86
FIGURA 67. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS.....	88
FIGURA 68. VARIAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES.....	89
FIGURA 69. POSTOS DE TRABALHO NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS A TERMO E SEM TERMO.....	90
FIGURA 70. EMPREGO NAS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR MINISTÉRIOS – 2012, 2017 E 2018.....	92
FIGURA 71. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL POR TIPO DE ENTIDADE – 2011-2017 E 2018.....	93
FIGURA 72. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR CARGOS/CARREIRAS/GRUPOS – 2011, 2017 E 2018	94
FIGURA 73. POSTOS DE TRABALHO NAS ENTIDADES DO SECTOR PÚBLICO, EXCETO AP, POR SUBSECTOR – 2018.....	95
FIGURA 74. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, EXCETO AP POR CAE, 2018.....	96
FIGURA 75. EMPREGO NAS EMPRESAS E DEMAIS ENTIDADES POR CARREIRAS, 2018	97
FIGURA 76. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR TIPO DE CONTRATO – 2010 A 2017	98
FIGURA 77. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	99
FIGURA 78. TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORÁRIOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES, 2010– 2017	99
FIGURA 79. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO NO TOTAL DA POPULAÇÃO EMPREGADA (15 AOS 64 ANOS)	100
FIGURA 80. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR SEXO	101
FIGURA 81. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	102
FIGURA 82. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR ESCOLARIDADE	103
FIGURA 83. VARIAÇÃO DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS 2009-2018.....	104
FIGURA 84. TAXAS DE DESEMPREGO POR ESCALÃO ETÁRIO	105
FIGURA 85- EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO	106
FIGURA 86. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO JOVEM	106
FIGURA 87. TAXAS DE DESEMPREGO POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	107
FIGURA 88. DESEMPREGO POR EXPERIÊNCIA ANTERIOR DE TRABALHO	108
FIGURA 89. DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO POR ÁREAS DE ATIVIDADE	109
FIGURA 90. VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA E CONSTRUÇÃO	110
FIGURA 91. VARIAÇÃO DOS DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO NOS SERVIÇOS.....	111
FIGURA 92. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS 2011-2018	112
FIGURA 93. EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO POR REGIÕES	113
FIGURA 94. TAXA DE DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	113
FIGURA 95. TAXA DE DESEMPREGO DE MUITO LONGA DURAÇÃO (% NA POPULAÇÃO ATIVA)	114
FIGURA 96. DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO.....	115
FIGURA 97. DESEMPREGADOS HÁ 12 E MAIS MESES POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES	115

FIGURA 98. DESEMPREGADOS ENTRE OS 15 E OS 34 ANOS POR DURAÇÃO DA PROCURA DE EMPREGO	116
FIGURA 99. DESEMPREGADOS DE LONGA E MUITO LONGA DURAÇÃO	117
FIGURA 100. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR GÉNERO	117
FIGURA 101. PERCENTAGEM DO DESEMPREGO JOVEM E DO DLD NO DESEMPREGO REGISTRADO.....	118
FIGURA 102. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR REGIÕES.....	119
FIGURA 103. DESEMPREGO REGISTRADO POR SECTORES DE ATIVIDADE.....	119
FIGURA 104. DESEMPREGO REGISTRADO NA INDÚSTRIA.....	120
FIGURA 105. DESEMPREGO REGISTRADO NOS SERVIÇOS.....	121
FIGURA 106. DESEMPREGO REGISTRADO (NOVO EMPREGO) POR PROFISSÕES	122
FIGURA 107. EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO REGISTRADO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES (%).....	123
FIGURA 108. MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS EM 2018	124
FIGURA 109. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	125
FIGURA 110. EVOLUÇÃO DOS MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS.....	126
FIGURA 111. VARIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO POR TIPO DE SUBSÍDIO.....	127
FIGURA 112. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS ENTRE 2015 E 2017	128
FIGURA 113. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO DEFERIDAS POR TIPO DE SUBSÍDIO	129
FIGURA 114. EVOLUÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO E DO SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO E DO NÚMERO DE DESEMPREGADOS (2007-2016) – PORTUGAL	130
FIGURA 115. PERCENTAGEM DE BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO E DO SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO NO TOTAL DE DESEMPREGADOS	131
FIGURA 116. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2018	132
FIGURA 117. FLUXOS DE MÃO DE OBRA EM 2017	133
FIGURA 118. FLUXOS DE MÃO DE OBRA	134
FIGURA 119. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2018	135
FIGURA 120. FLUXOS DE ENTRADAS E SAÍDAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS – 2017	135
FIGURA 121. ENTIDADES EMPREGADORAS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	136
FIGURA 122. ENTIDADES EMPREGADORAS E BENEFICIÁRIOS EM SITUAÇÃO DE LAY-OFF.....	137
FIGURA 123. BENEFICIÁRIOS COM PRESTAÇÕES DE LAY-OFF, POR TIPOLOGIA	137
FIGURA 124. DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA, EM 2018	138
FIGURA 125. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DESPEDIMENTOS COLETIVOS POR TIPOLOGIA DE EMPRESA	139
FIGURA 126. NÚMERO DE TRABALHADORES A DESPEDIR POR DESPEDIMENTOS COLETIVOS, EM 2018	140
FIGURA 127. TOTAL DE TRABALHADORES E TOTAL DE TRABALHADORES A DESPEDIR, EM 2017.....	141
FIGURA 128. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	143
FIGURA 129. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR CAE	144
FIGURA 130. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS.....	146
FIGURA 131. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS).....	146
FIGURA 132. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS PRINCIPAIS SUBSETORES DE ATIVIDADE DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS 2016-2017	148
FIGURA 133. TRABALHADORES AO SERVIÇO NAS EMPRESAS NOS SUBSETORES DO COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS 2016-2017	149
FIGURA 134. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS TCO POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES	150
FIGURA 135. EVOLUÇÃO DOS TCO COM CONTRATOS A TERMO POR TIPO DE CONTRATO.....	152
FIGURA 136. EVOLUÇÃO DOS TCO ATÉ AOS 24 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2017.....	153
FIGURA 137. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 25 E OS 34 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2017.....	153
FIGURA 138. EVOLUÇÃO DOS TCO ENTRE OS 35 E OS 54 ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2017.....	153
FIGURA 139. EVOLUÇÃO DOS TCO COM 55 E MAIS ANOS POR TIPO DE CONTRATO 2011-2016	153
FIGURA 140. TCO POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO – PESO DOS CONTRATOS COM TERMO E SEM TERMO EM 2017.....	154
FIGURA 141. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E DO NÚMERO DE NOVOS CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL	155
FIGURA 142. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS 2008-2017.....	157
FIGURA 143. EMPRESAS POR SETORES MAIS SIGNIFICATIVOS POR REGIME JURÍDICO DAS EMPRESAS – 2017.....	158
FIGURA 144. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS NOS SETORES DE ATIVIDADE MAIS SIGNIFICATIVOS.....	158
FIGURA 145. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	160
FIGURA 146. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COM ATIVIDADES DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC).....	160
FIGURA 147. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA.....	161

FIGURA 148. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS	162
FIGURA 149. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	163
FIGURA 150. EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA	163
FIGURA 151. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS POR FORMA JURÍDICA DAS EMPRESAS	164
FIGURA 152. ESTRUTURA SECTORIAL DO EMPREGO (PESSOAS AO SERVIÇO NAS EMPRESAS)	165
FIGURA 153. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SETORES DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	166
FIGURA 154. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE ALTA E MÉDIA ALTA TECNOLOGIA	167
FIGURA 155. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS COM FATORES COMPETITIVOS AVANÇADOS (PESSOAS AO SERVIÇO)	168
FIGURA 156. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DAS INDÚSTRIAS DE BAIXA TECNOLOGIA DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	169
FIGURA 157. EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DOS SERVIÇOS INTENSIVOS EM CONHECIMENTO DE ALTA TECNOLOGIA	169
FIGURA 158. SETORES INTENSIVOS EM TECNOLOGIA OU CONHECIMENTO	170
FIGURA 159. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO	172
FIGURA 160. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR ATIVIDADE ECONÓMICA	173
FIGURA 161. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR ATIVIDADE ECONÓMICA	173
FIGURA 162. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2016, POR SETOR DE ATIVIDADE (POR CADA 100 MIL TRABALHADORES)	174
FIGURA 163. ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA, EM 2016	175
FIGURA 164. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR DIMENSÃO DA EMPRESA	176
FIGURA 165. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR SEXO	176
FIGURA 166. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPO ETÁRIO, EM 2016	177
FIGURA 167. TAXA DE INCIDÊNCIA DOS ACIDENTES DE TRABALHO, EM 2016, POR GRUPO ETÁRIO	177
FIGURA 168. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPO ETÁRIO	178
FIGURA 169. EVOLUÇÃO DOS ACIDENTES DE TRABALHO POR REGIÃO (NUTS II)	179
FIGURA 170. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR REGIÃO (NUTS II), EM 2016	179
FIGURA 171. ACIDENTES DE TRABALHO POR GRUPOS PROFISSIONAIS, EM 2016	180
FIGURA 172. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS POR GRUPOS PROFISSIONAIS, EM 2016	181
FIGURA 173. EVOLUÇÃO DO N.º DE ACIDENTES DE TRABALHO POR ESCALÃO DE DIAS PERDIDOS	181
FIGURA 174. EVOLUÇÃO DO N.º DE DIAS DE TRABALHO PERDIDOS POR SETOR DE ATIVIDADE	182
FIGURA 175. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA	183
FIGURA 176. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA EM 2018 E RESPECTIVA EVOLUÇÃO, POR SEXO	183
FIGURA 177. DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DO NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2018	184
FIGURA 178. NÚMERO DE BAIXAS POR DOENÇA, EM 2018, POR NÚMERO DE DIAS	184
FIGURA 179. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL, DA REMUNERAÇÃO BASE E DA REMUNERAÇÃO BASE MAIS PRESTAÇÕES REGULARES	186
FIGURA 180. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL MASCULINO E FEMININO	187
FIGURA 181. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL E DA MEDIANA DO GANHO – SEGURANÇA SOCIAL	187
FIGURA 182. GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES - 2017	188
FIGURA 183. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL POR NÍVEL DE HABILITAÇÕES – 2010, 2016 E 2017	189
FIGURA 184. GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR ATIVIDADES ECONÓMICA – OUT. DE 2017	190
FIGURA 185. EVOLUÇÃO DO GANHO MÉDIO MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO POR REGIÃO	192
FIGURA 186. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS TCO (REMUNERAÇÃO BASE MENSAL MAIS PRESTAÇÕES REGULARES)	193
FIGURA 187. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO A TEMPO COMPLETO COM CONTRATOS SEM TERMO E COM TERMO E A TERMO INCERTO – 2010-2017	195
FIGURA 188. EVOLUÇÃO DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA MENSAL DOS TCO COM CONTRATOS TEMPORÁRIOS A TERMO CERTO E INCERTO – 2010-2017	196
FIGURA 189. PERCENTAGEM DE TCO A TEMPO COMPLETO ABRANGIDOS PELO RMMG EM RELAÇÃO AOS TCO A TEMPO COMPLETO POR CAE (OUTUBRO 2017)	197
FIGURA 190. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO EM PORTUGAL, POR SETOR DE ATIVIDADE	198
FIGURA 191. ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA UE, EM 2018	199
FIGURA 192. EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO CUSTO DE TRABALHO NOS PAÍSES DA EU	200
FIGURA 193. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR SUBSECTOR	201

FIGURA 194. GANHO MÉDIO MENSAL NAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (CONTINENTE) POR CAE -2018.....	202
FIGURA 195. GANHO MÉDIO MENSAL NAS SOCIEDADES FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS DETIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CONTINENTE) – TRABALHADORES A TEMPO COMPLETO – 2018	204
FIGURA 196. DISTRIBUIÇÃO DOS FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR TIPO DE CURSO – 2016, 2017E 2018	207
FIGURA 197. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÕES- 2016, 2017 E 2018	208
FIGURA 198. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO – 2016, 2017E 2018.....	208
FIGURA 199. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA JOVENS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS – 2016, 2017 E 2018.....	209
FIGURA 200. FORMANDOS MATRICULADOS EM CURSOS DE DUPLA CERTIFICAÇÃO PARA ADULTOS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS – 2016, 2017 E 2018	210
FIGURA 201. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO – 2015-2018	211
FIGURA 202. FORMANDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO NÃO INSERIDAS NO CATÁLOGO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES POR ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS REPRESENTATIVAS – 2015-2018	212
FIGURA 203. NÚMERO DE FORMANDOS ABRANGIDOS POR CURSOS DE FORMAÇÃO	214
FIGURA 204. POPULAÇÃO ABRANGIDA PELAS MEDIDAS DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES -2018216	
FIGURA 205. POPULAÇÃO ABRANGIDA NAS AÇÕES DE QUALIFICAÇÃO DE ADULTOS POR SITUAÇÃO FACE AO EMPREGO NO INÍCIO DA FORMAÇÃO – 2018	217
FIGURA 206. PERCENTAGEM DE FORMANDOS APROVADOS NO FINAL DA FORMAÇÃO – 2014-2018.....	219
FIGURA 207. NÚMERO DE ABRANGIDOS QUE TERMINARAM MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO	220
FIGURA 208. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR ESCALÕES ETÁRIOS – 2013-2018.....	221
FIGURA 209. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM E ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO POR NÍVEIS DE HABILITAÇÕES – 2013-2018.....	222
FIGURA 210. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO – 2013-2018	223
FIGURA 211. EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DE EMPREGADOS NO TOTAL DOS INDIVÍDUOS QUE CONCLUÍRAM MEDIDAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL E CONTRATOS DE EMPREGO-INSERÇÃO POR MODALIDADE DE COLOCAÇÃO– 2013-2018.....	224
FIGURA 212. EVOLUÇÃO DA % EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES – 2010-2017	225
FIGURA 213. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SETORES DE ATIVIDADE – 2017	226
FIGURA 214. PERCENTAGEM DE EMPRESAS E TRABALHADORES ENVOLVIDOS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EMPRESAS E TRABALHADORES POR SUBSETORES DA INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS – 2017.....	227
FIGURA 215. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO COM O MESMO NÍVEL DE HABILITAÇÕES	229
FIGURA 216. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO RELATIVAMENTE AO TOTAL DE TCO DO MESMO GRUPO PROFISSIONAL.....	230
FIGURA 217. TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR INICIATIVA DA FORMAÇÃO, EM 2017	230
FIGURA 218. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR TIPO DE HORÁRIO.....	231
FIGURA 219. PERCENTAGEM DE TRABALHADORES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO POR PERÍODO DE REFERÊNCIA DO DIREITO À FORMAÇÃO, EM 2017	232
FIGURA 220. OFERTAS E COLOCAÇÕES RECEBIDAS NOS CENTROS DE EMPREGO	233
FIGURA 221. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – SERVIÇOS	234
FIGURA 222. OFERTAS DE EMPREGO RECEBIDAS – INDÚSTRIA	235
FIGURA 223. OFERTAS RECEBIDAS POR GRUPOS PROFISSIONAIS.....	236

NOTA PRÉVIA

O Relatório do 2º Semestre sobre Emprego e Formação de 2018, na sequência dos anteriores, mantém o objetivo de apresentar e analisar um conjunto de dados estatísticos e de indicadores que permita acompanhar e compreender a evolução do mercado de trabalho e de realidades afins. Não se tratando de um estudo, mas de um relatório, aproveitou da experiência obtida com a elaboração dos relatórios anteriores, seguindo como princípios orientadores a objetividade, a neutralidade e a abrangência possíveis, de acordo com as fontes disponíveis.

As novas matérias que foram acrescentadas em relação ao relatório de 2017 resultam exclusivamente das sugestões da Comissão Científica e dos membros do CRL, anteriormente validadas no roteiro de suporte ao presente Relatório, e sujeitas aos critérios da disponibilidade da informação.

Comparativamente com o relatório de 2017, os principais destaques e alterações a registar são as seguintes:

- A análise apresentada é anual, mantendo-se a janela temporal de dez anos como período de referência;
- Introdução de sínteses no início de cada capítulo;
- Inclusão de uma nova secção sobre sinistralidade e absentismo laboral;

Embora os conteúdos e as fontes de informação principais sejam os mesmos, procurou-se alargar o âmbito de análise e reordenar a sua estrutura em função dos temas tratados, com o objetivo de facilitar a leitura e a apreensão das questões em análise. A sequência das temáticas abordadas é a seguinte:

- No primeiro capítulo é feito o enquadramento macroeconómico, destacando a evolução dos principais agregados, em Portugal e na UE, que condicionam a dinâmica do mercado de trabalho;
- No segundo capítulo, descreve-se a evolução da oferta de trabalho e analisam-se os principais indicadores do mercado de trabalho em termos de emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade, de forma desagregada de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade regiões, sectores de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. É também descrito o emprego nas entidades do Setor Público.

- Nos terceiro e quarto capítulos apresenta-se a estrutura empresarial e caracteriza-se o emprego nas empresas. Para além da informação obtida nos Quadros de Pessoal, nomeadamente aqueles que são relativos ao emprego nas empresas e às remunerações, foi mantida a secção com a repartição do pessoal ao serviço nas empresas por nível de intensidade tecnológica e de conhecimento, tendo como fonte o SCIE (INE) e apresentados dados sobre trabalhadores estrangeiros. No quarto capítulo são também apresentados os ganhos e as remunerações da Administração Pública.
- Por último, no quinto capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando a informação proveniente do IEFP, enquanto agente central da atividade formativa de carácter profissional e de serviço público de emprego. Assim, são analisadas a formação profissional, as medidas de apoio ao emprego e as ofertas e colocações dos Centros de Emprego.

INTRODUÇÃO

O Centro de Relações Laborais (CRL) é um organismo público criado pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto. Trata-se de um órgão colegial, de caráter tripartido, constituído por quatro representantes do Ministério responsável pela área laboral, um representante de cada uma das Associações de Empregadores com assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS), e dois representantes de cada uma das Associações Sindicais com assento na mesma Comissão. A sua presidência é assumida anualmente de forma rotativa por um dos membros de entre os vários Grupos: Empregadores, Trabalhadores e representantes dos Ministério.

As atividades do CRL são desenvolvidas de acordo com a sua lei orgânica e o seu regulamento interno, aprovado pelo Plenário e homologado pelo Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Entre as diversas atividades acometidas ao CRL, encontra-se prevista a elaboração de um *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* que, nesta edição, colige e analisa informação estatística dos últimos dez anos, com especial enfoque no ano de 2018.

No plano metodológico, cumpre registar que o presente Relatório beneficia da experiência obtida com a elaboração dos Relatórios anteriores, pelo que se manteve a matriz principal relativamente à estrutura, fontes de informação e critérios de análise, não obstante se ter procurado por um lado, alargar o âmbito de estudo, e por outro reordenar a sua estrutura em função dos temas tratados, possibilitando assim uma mais fácil apreensão das questões que são apresentadas.

Mantém-se, igualmente, o processo de elaboração do Relatório, de uma forma participada. Assim, é assegurado:

- o acompanhamento e aprovação pelo Plenário CRL;
- o apoio da Comissão Científica constituída por quatro membros, pertencentes à Comunidade Académica;
- a coordenação científica de um professor universitário para acompanhar, apoiar e orientar a elaboração do Relatório, tarefas que, neste caso, ficaram a cargo de João Cerejeira, Professor Doutor da Universidade do Minho;
- a elaboração pela equipa técnica do CRL, em colaboração com o perito.

Ainda no plano da metodologia para aprovação do presente Relatório, importa salientar que:

- esta *Introdução*, sob a responsabilidade do CRL, foi discutida e aprovada pelo Plenário;
- o *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional*, da responsabilidade do Coordenador Científico e restante equipa técnica, foi ratificado pelo CRL.

No plano do conteúdo, este Relatório foi discutido em sucessivas reuniões do CRL tendo sido:

- aprovado o Roteiro na perspetiva da elaboração de um relatório o mais completo possível, equilibrado no conteúdo e com informação relevante; e
- elaborada uma versão preliminar, cuja apreciação, comentários e sugestões dos membros e da Comissão Científica constituíram um contributo da maior importância na elaboração da versão final.

Por outro lado, em apreciação plenária, foi deliberado anexar ao Relatório:

- os comentários individuais dos Membros do CRL que assim o entenderam;
- o parecer conjunto da Comissão Científica.

Finalmente, cumpre agradecer a todos os que de uma forma ou de outra contribuíram para a elaboração do Relatório e, em particular, a cooperação recebida de organismos da Administração Pública, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., a Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, o Gabinete de Estratégia e Planeamento, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto de Informática do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Lisboa, 4 de junho de 2019

O Presidente do CRL



(Sérgio Monte)

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Enquadramento Macroeconómico – Portugal No Contexto Europeu

- 1.** A economia portuguesa iniciou o processo de recuperação em 2013, após uma profunda recessão. A forte contração da procura interna, numa primeira fase, coincidiu com um crescimento expressivo das exportações, em simultâneo com a diminuição das importações, possibilitando o equilíbrio da balança corrente. Após 2014, a recuperação do consumo privado e do investimento, acompanhada por um crescimento significativo das exportações, permitiu variações positivas do PIB, mantendo o equilíbrio externo, embora ainda insuficiente para compensar a quebra real do PIB no período 2009-2013, acentuando-se o processo de divergência face à média dos países da União Europeia até 2016.
- 2.** Comparando com a evolução do PIB, o desempenho do mercado de trabalho foi mais favorável. No entanto, a diminuição do desemprego, em Portugal, no período 2013 a 2018 (-491 mil) foi superior ao aumento do emprego no mesmo período (+457 mil), explicando-se esta diferença pelo crescimento modesto do produto e pela forte emigração dos anos 2011 a 2015, visível na redução da população ativa em 189 mil efetivos nesse período. Em 2018 estavam desempregados, em Portugal, 361 mil ativos (15 aos 64 anos).
- 3.** A partir de 2013, o crescimento do emprego, mais dinâmico em setores mais intensivos em trabalho, traduziu-se numa estagnação da produtividade média, e num acentuar do diferencial desta face à média da União Europeia. Esta estagnação assenta não só no facto do crescimento do emprego ter sido mais forte em setores intensivos em trabalho, mas também na lenta recuperação do investimento, o qual representava, em 2018, 79% do valor observado em 2008.
- 4.** A recuperação do investimento, público e privado, é crucial não só para que a dinâmica exportadora seja sustentável a médio prazo, mas também para que a recuperação da procura interna se possa processar sem tensões inflacionistas que poderiam comprometer a competitividade da economia portuguesa.

2. Análise sintética sobre a evolução do mercado de trabalho

2.1. Oferta de trabalho

5. A população do Continente tem vindo a diminuir consecutivamente desde 2011, nomeadamente nos escalões mais jovens, e a aumentar nos escalões mais velhos, de forma tanto mais acentuada quanto mais velho o escalão. Entre 2017 e 2018, como desde o início da série, o escalão que mais diminuiu foi o dos 25 aos 34 anos (-2,2%).
6. Em 2017, e pela primeira vez desde 2010, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 4,8 mil indivíduos), dado que 31,8 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 36,6 mil imigrantes (dos quais 19,6 mil oriundos de países extra UE28 e 17 mil provenientes dos restantes países da União).
7. Apesar da diminuição da população, a população ativa no Continente aumentou, entre 2017 e 2018, como já tinha aumentado no ano anterior, embora de forma bastante menos acentuada (0,2%). Esse aumento verificou-se no número de mulheres ativas, nos escalões etários acima dos 45 anos, e nos ativos com o ensino secundário ou superior. Comparando com a média da União Europeia, a taxa de atividade portuguesa mantém-se a níveis superiores. Relativamente aos escalões mais jovens, a taxa de atividade na UE estabilizou em torno dos 42% nos anos mais recentes, enquanto que, em Portugal, registou um decréscimo sistemático desde 2008 (40,9%) até 2017 (34%).
8. Em sentido inverso evoluiu a população inativa em 2018, com menos 12 mil pessoas que no ano anterior, continuando a redução observada em 2017 em todas as categorias de inativos com 15 e mais anos, com exceção da categoria dos reformados. Os inativos “disponíveis que não procuram emprego”, no Continente, constituíam cerca de 169 mil pessoas, ou seja, 5% do total dos inativos.
9. Em 2018, continuou a verificar-se a redução da percentagem de jovens NEEF entre os 15 e os 29 anos, sendo agora esta percentagem de 9,6%, inferior à média da UE que se fixou nos 12,9%.

2.2. Emprego

- 10.** O volume de emprego em 2018 atingiu o valor mais elevado dos últimos nove anos (4.631,1 pessoas empregadas), tendo crescido, no último ano, em 105 mil indivíduos, um crescimento, de qualquer modo, menos acentuado que no ano de 2017, quando cresceu em 143 mil pessoas. O aumento do emprego permitiu que a taxa de emprego (15 e mais anos) tenha chegado aos 55%, verificando-se um crescimento do emprego feminino mais acentuado que o masculino. Tal como em 2017, a taxa de emprego em Portugal superou a da UE.
- 11.** O aumento do emprego não foi homogéneo entre os diferentes escalões etários, tendo mesmo sido verificada uma diminuição do emprego no escalão etário dos 35 aos 44 anos. No entanto, é de destacar a variação positiva do emprego nos escalões mais jovens, dos 15 aos 24 anos (5%), e o crescimento do emprego no grupo etário dos 55 aos 64 anos (6,4%).
- 12.** Em média as qualificações da população empregada aumentaram, tendo a população empregada com o ensino secundário e superior crescido para cerca de 54% do total. A uma maior escolaridade corresponde, em média, uma taxa de emprego mais elevada: em 2018, a taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico era de 42,2%, a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário de era 68,7% e a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior era 78,7%.
- 13.** No que diz respeito à evolução da população empregada por situação na profissão, entre 2017 e 2018 continuou o aumento da proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) no emprego total, uma vez que o número de TCO aumentou proporcionalmente mais do que o número de trabalhadores por conta própria (+2,7% e +0,4%, respetivamente).
- 14.** Em 2017, 89,6% da população empregada trabalhava a tempo completo. Relativamente a 2017 esta categoria de empregados cresceu 3,2%. Já a população empregada a tempo parcial diminuiu em 4,9%.
- 15.** Os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média do conjunto dos países da UE, que, desde 2008, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal. No entanto, entre 2017 e 2018, os contratados sem termo cresceram 2,8%, um pouco mais do que os contratados a termo que aumentaram em 2,4%. No Continente, 78% dos 3.859,6 mil trabalhadores por conta de outrem tinham contratos sem termo, 18,3% tinham contratos a termo e 3,6% tinham outro tipo de contratos (sazonais, ocasionais e de prestação de serviços).

- 16.** Em termos setoriais, a população empregada nos Serviços (68,8% do total) cresceu (+2,7%) um pouco mais que a população empregada na Indústria, construção, energia e água (25,4% do total) que cresceu 2,6%. O emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca representava 5,8% do total, e registou um decréscimo de 3,7% face a 2017.
- 17.** No que se refere aos sectores mais significativos em termos de emprego da Indústria, construção, energia e água, entre 2017 e 2018, o emprego cresceu cerca de 28 mil pessoas no sector das Indústrias Transformadoras e diminuiu ligeiramente (-1,4 mil) no sector da Construção. No que diz respeito à evolução do emprego, nos sectores mais representativos dos Serviços, verifica-se que, entre 2017 e 2018, os que mais cresceram foram a Educação (+33,6 mil pessoas), a Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória (+25,9 mil pessoas) e as Atividades de saúde humana e apoio social (+11,9 mil pessoas). Destes sectores, os únicos em que o emprego diminuiu foram as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (-5,2 mil pessoas) e o Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos (-4,8 mil). O emprego nas atividades relacionadas com o Turismo aumentou em 3, 4 mil pessoas entre 2017 e 2018.
- 18.** O peso dos diferentes grupos profissionais alterou-se muito profundamente desde o início da série. Entre 2017 e 2018 os grupos profissionais que mais cresceram foram o dos Especialistas das atividades intelectuais e científicas - que é agora o grupo mais representativo, com um peso de 19,1% - seguido pelo dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores e do grupo dos Operadores de Instalações e máquinas e trabalhadores de montagem.
- 19.** No que diz respeito ao emprego nas *Administrações Públicas*, em dezembro de 2018, havia 631,9 mil postos de trabalho ocupados nas administrações públicas, no Continente, mais 13,2 mil do que em dezembro de 2017, sendo 80,8% na *Administração central* e os restantes na *Administração regional e local* (17,8%) e nos *Fundos da segurança social* (1,4%). Em 2018 o valor do emprego nas *Administrações Públicas* mantinha-se abaixo do valor de 2011 (menos 43,3 mil). De referir que, entre 2011 e 2018, os únicos escalões etários que registaram aumentos nos postos de trabalho foram os escalões dos 55 e mais anos, tendo crescido em 53,4% (+ 58 mil postos de trabalho). Por outro lado, os escalões até aos 34 anos decresceram em 45,3% (-64, 8 mil postos de trabalho). No que se refere ao tipo de vínculo, 75,1% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com contratos

por tempo indeterminado, que aumentaram em +16 mil face a 2017, o maior aumento registado ao longo da série¹. Já os postos de trabalho dos contratados a termo diminuíram em cerca de 4 mil.

2.3. Desemprego

- 20.** Em 2018 estavam desempregados, no Continente, 6,9% dos ativos, menos 1,9 p.p. que em 2017. Esta diminuição permitiu a aproximação da taxa de desemprego à média europeia, tendência que se verifica desde 2013, sendo que, em 2018, a taxa em Portugal era apenas 0,1 p.p. superior à média europeia. A taxa de desemprego jovem seguiu um comportamento semelhante, fixando-se em 20,8% em 2018, 5 p.p. superior à média europeia.
- 21.** Em 2018, no Continente, estavam desempregadas 343,5 mil pessoas, um decréscimo de 21,6% (-94,5 mil) relativamente ao ano anterior. As mulheres representavam a maioria dos desempregados (52,6%).
- 22.** A taxa de desemprego da população ativa com até o ensino básico era de 7,0%, um valor inferior ao da taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário que era de 8,2%. Já a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior era de 5,4%.
- 23.** No Continente, em 2018, 41,7 mil pessoas (12,1%), estavam à procura do 1º emprego e 87,9%, ou seja, 301,6 mil pessoas, estavam à procura de novo emprego. Os desempregados à procura de novo emprego que provinham do sector dos Serviços eram 71,2% do total, os desempregados oriundos da Indústria, construção, energia e água, constituíam 25,6% e os desempregados provenientes da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 3,1%.
- 24.** Em 2018, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram o grupo do *Pessoal dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* e os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*. Relativamente a 2017, o desemprego diminuiu em todos os grupos profissionais.
- 25.** O número de desempregados de longa duração (DLD) diminuiu em 30,5% relativamente a 2017, sendo agora de 174 mil, uma diminuição superior ao triplo do decréscimo que registaram os desempregados até 12 meses (-8,9%).

¹ Este aumento resulta, em grande parte, da execução do Programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários (PREVPAP).

26. De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSSS, em 2018 havia cerca de 160,6 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 292 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes. O número de beneficiários com prestações diminuiu relativamente ao período homólogo (-6,3%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de cerca de -10,7 mil beneficiários.

2.4. Fluxos de mão-de-obra entre emprego, desemprego e inatividade

27. Em 2018, tal como no ano anterior, a população empregada apresentou um saldo positivo de cerca de 78,1 mil pessoas, que resultou sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população desempregada, em contrapartida, diminuiu em cerca de -72,9 mil pessoas, nomeadamente devido ao número de transitados do desemprego para o emprego. Já o número de inativos diminuiu, sobretudo devido à saída de inativos para a situação de desempregado.

28. Nas Administrações Públicas entraram através de novos recrutamentos 60,1 mil pessoas e saíram de forma definitiva 54,2 mil. Se a esta diferença (5,9 mil) adicionarmos o saldo de entradas e saídas resultante da mobilidade e outras situações² (+7,3 mil), verifica-se que, em 2018, o acréscimo de trabalhadores foi de 13,2 mil.

29. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática do MTSSS, 150 entidades empregadoras estiveram em situação de Lay-off, no decurso de 2018.

30. Em 2018, foram comunicados 320 processos de despedimento coletivo que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores. Em termos homólogos, 2018 registou um decréscimo na ordem dos 19,2%, o que correspondeu a menos 76 processos de despedimento coletivo comunicados.

3. Estrutura Empresarial E Trabalhadores Nas Empresas

31. Em 2017, no Continente, 279,2 mil empresas responderam aos Quadros de Pessoal (QP), mais 2,9 mil do que no ano anterior. Entre 2008 e 2013, o número de empresas decresceu sempre, tendo a partir daí aumentado, mas mais lentamente, pelo que, em 2017, o número de empresas estava

² Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso) e outras situações.

próximo do valor de 2011. Estas empresas tinham ao seu serviço, em 2017, 2.951,4 mil trabalhadores, mais 127 mil do que no ano anterior, o maior aumento registado desde 2008.

- 32.** De acordo com os dados do Sistema de Contas Integradas das empresas do INE, em 2017, havia no Continente 1.189,1 mil empresas, mais 44,5 mil do que em 2016. Destas empresas, 67,9% (807,9 mil) eram empresas individuais e 32,1% (381,3 mil) eram sociedades. Entre 2016 e 2017, o número de empresas cresceu em ambas as categorias bastante mais do que no ano anterior. Assim, as empresas individuais aumentaram em 4% (+31 mil) e as sociedades em 3,7% (+13,5 mil).
- 33.** Entre 2016 e 2017, e segundo os Quadros de Pessoal, os maiores aumentos no número de empresas registaram-se, no sector do Alojamento, restauração e similares (+ cerca de 900 empresas), no sector das Atividades Imobiliárias (+580) no sector da Construção (+724) e no sector das Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, (+485 empresas). Em termos de emprego, entre 2016 e 2017, tal como no ano anterior, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou em todos os sectores mais representativos em termos de emprego, tendo aumentado mais nas Atividades administrativas e dos serviços de apoio (+26 mil pessoas), nas Indústrias Transformadoras (+23,8 mil) e no Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (+14,5 mil).
- 34.** A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente sem alterações. As empresas com até 9 trabalhadores representavam 83,8% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 13,5%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,5% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,2%. As empresas deste último escalão representavam 41,3% do total dos trabalhadores ao serviço, tendo este valor crescido 5,3 p.p. entre 2008 e 2017 à custa dos escalões das empresas com até 49 trabalhadores.
- 35.** Entre 2008 e 2017, os sectores que registaram maiores decréscimos em termos de número de trabalhadores foram a *Construção* (-164,2 mil) as *Indústrias Transformadoras* (-63,3 mil) e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*, (-57 mil). Em contrapartida, o número de trabalhadores aumentou sobretudo nas *Atividades de saúde humana e apoio social* (+73,6 mil trabalhadores) e nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+27,3 mil).
- 36.** Analisando as empresas e o emprego nos sectores intensivos em tecnologia ou conhecimento constata-se que, em 2017, os sectores de alta e média tecnologia reuniam 1,9% das empresas (+7,1% que em 2016) e 5,8% do total de trabalhadores. Quanto às empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação, estas constituíam 1,25% e agregavam 2,7% dos trabalhadores. Quer

num caso quer noutro o peso das empresas e do emprego manteve-se estável ou aumentou ao longo da série.

- 37.** As empresas de alta e média alta tecnologia constituíam 8,0% do conjunto das Indústrias Transformadoras e agregavam 17,3% dos trabalhadores. Já as empresas com fatores competitivos avançados representavam 42,5% do total do sector e reuniam 46% dos trabalhadores. Em ambas as categorias a percentagem de trabalhadores manteve-se ou cresceu, entre 2008 e 2017. A maior percentagem era, no entanto, a das empresas de baixa tecnologia (61%) que agregavam 56% dos trabalhadores.
- 38.** No que diz respeito à sinistralidade laboral, e de acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2016 ocorreram, em Portugal, cerca de 207,6 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 138 acidentes mortais, menos 23 mortes e menos 890 acidentes face ao período homólogo. Por outro lado, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos dez anos, verifica-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes, quer não mortais, quer mortais. Assim, no espaço de uma década, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 13,5% (menos 32,5 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 40,3%, o que correspondeu a menos 93 mortes).
- 39.** Para além da sinistralidade laboral, uma outra causa para o absentismo são as baixas por doença. No final de 2018, no Continente, terminaram cerca de 826,6 mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 12,3%. Estas baixas foram, na sua maioria, de curta duração, entre 0 e 7 dias (41,3%) e entre 8 a 12 dias (22,6%).
- 40.** No decurso da última década, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, não obstante uma ligeira inflexão deste comportamento no ano de 2013.

4. Ganhos e Remunerações

- 41.** De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal (QP), em outubro de 2017, o ganho médio mensal no Continente dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.133,34 €, o que representava um aumento de 2,3% face a outubro de 2016, aumento superior em 1,3 p.p. ao do ano anterior, sendo também o maior aumento registado desde 2010. O ganho médio

mensal feminino constituía cerca de 81,7% do masculino. A mediana do ganho em 2016 era de 822,95 €, tendo aumentado 2,9% face a 2015.

- 42.** Quanto ao valor da remuneração base média mensal para os TCO que trabalhavam a tempo completo, este era de 943 € tendo também aumentado, em 2%, relativamente ao mês homólogo.
- 43.** Em outubro de 2017, o ganho médio mensal dos TCO que trabalhavam a tempo completo era mais elevado na região de Lisboa (1.410,5 €). Seguiam-se-lhes as regiões do Alentejo e do Norte, com ganhos médios mensais muito próximos (1016,4 e 1.015,6 €, respetivamente). A região do Algarve continuava a ser a região onde o ganho médio mensal era mais baixo (968,2 €). Relativamente ao mês homólogo, em todas as regiões o ganho médio mensal aumentou entre 3,2 e 3,5% exceto na região de Lisboa, onde o crescimento foi de apenas 2,2%.
- 44.** No que se refere à distribuição dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo por escalões remuneratórios, e considerando a remuneração base mensal mais prestações regulares, verificamos que, em 2017, o escalão remuneratório entre os “600 aos 999,99 €” reunia mais de metade dos trabalhadores (56,8%). O segundo escalão mais representativo era o dos “1.000 aos 2.499,9 €” (28,3%). O escalão equivalente ao SMN, reunia 5,5% e o escalão entre os “2.500 e os 4999,99 €”, 5%. Relativamente ao ano anterior, as únicas alterações significativas respeitaram ao escalão entre os “660 e os 999,99 €”, que cresceu em 4,4 p.p. e ao escalão entre os “1.000 aos 2.499,9 €” que aumentou 1,1 p.p.
- 45.** De acordo com a informação dos Quadros de Pessoal, constata-se que, em 2017, no Continente, a remuneração média mensal para os TCO com contratos sem termo que trabalhavam a tempo completo era de 1.030 €, cerca de 9% acima da remuneração base média mensal relativa ao total dos contratos. Já para os TCO com contratos a termo, a remuneração base média mensal era de 760,2 €, representando 79% da remuneração média do total dos TCO. A remuneração média mensal dos contratados com termo incerto, por outro lado, era ligeiramente superior (760,2 €).
- 46.** Segundo os dados do INE para Portugal, em 2018, o Índice de Custo do Trabalho (custo médio horário) registou um acréscimo de 2% em termos homólogos. Desde o início da série em 2012, Portugal foi um dos países da UE onde o índice do custo de trabalho menos cresceu, tendo mesmo apresentado uma quebra expressiva no ano de 2014 (-2%).
- 47.** De acordo com os dados da DGAEP, em 2018, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.724,9 €. Relativamente a

2017, o ganho médio cresceu cerca de 2% na Administração central e local e diminuiu cerca de 5% nos fundos da Segurança Social.

48. No que se refere às empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2018, no Continente, o ganho médio mensal era de 2.276,89 €, nas entidades detidas pela Administração Central, e de 1.157,9 €, nas entidades detidas pela Administração local. Já a remuneração base média mensal era de 1.492,8 € e 895 €, respetivamente.

5. Formação Profissional e medidas ativas de emprego

49. De acordo com os dados do SIGO, em 2018, matricularam-se em cursos de educação e formação, cerca de 250,8 mil indivíduos sendo que destes, 83% frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos e os restantes, cursos de educação e formação de adultos. Ao contrário do que aconteceu no ano anterior, entre 2017 e 2018, o número de matriculados em cursos de dupla certificação aumentou em 26%, devido ao crescimento do número de matriculados nos cursos de formação de jovens (+34,4%) já que os matriculados nos cursos de formação de adultos diminuíram, embora ligeiramente. (-1,3%).

50. Em 2018, 621,6 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações, um crescimento de 117% relativamente a 2017. Nas ações de formação contínua, não inseridas no CNQ, registaram-se cerca de 583 matrículas (que correspondiam a 420 mil pessoas) mais 13% do que no ano anterior.

51. No que se refere às ações de formação promovidas pelo IEFP, estas abrangeram 306 mil pessoas, 85,2% das quais em ações de Qualificação de adultos (260,8 mil), 9,7% em ações de Qualificação de Jovens (29,5 mil) e 0,6% em ações Formação de Formadores (1,9 mil pessoas).

52. Quanto à Qualificação de Adultos, a medida “Formação modular” envolveu 123 mil pessoas, a medida “Vida Ativa” abrangeu 77,6 mil pessoas. Os “cursos de Educação e Formação de Adultos” abrangeram 46 mil pessoas.

53. Em 2017, 95,5% dos formandos nas ações de Qualificação de Jovens estavam desempregados no início da formação. Já nas ações de Qualificação de adultos o peso dos ativos empregados era de 27%.

- 54.** Em 2018, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 84,4 mil pessoas, das quais cerca de 35 mil tinham celebrado “contratos de emprego-inserção”, 32,4 mil pessoas frequentavam estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional” e 13 mil tinham beneficiado de “apoios à contratação”. O número de pessoas abrangidas por medidas de apoio ao emprego diminuiu em 38 mil pessoas, relativamente a 2017. A única medida que registou um aumento no número de abrangidos foram os “Apoios à criação do próprio emprego”. O decréscimo foi particularmente acentuado nos “Apoios à contratação” (-22 mil pessoas).
- 55.** Nas medidas de “Inserção profissional”, 56,3% dos indivíduos que tinham concluído estágios em 2017 estavam empregados. A esmagadora maioria tinha sido colocada na entidade onde tinha estagiado. Já relativamente aos indivíduos que tinham concluído “Contratos de Emprego-Inserção” apenas 18,5% tinham ficado empregados (4,2 mil pessoas) sendo que destas, 2,9 mil tinham encontrado colocação pelos seus próprios meios.
- 56.** De acordo com os dados do Relatório anual de formação contínua, em 2017, 50 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, o que correspondia a 19,6% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Relativamente a 2016, isto significou um aumento de quase 3 mil empresas, bastante maior, portanto, do que o aumento verificado entre 2015 e 2016, que foi de 1,8 mil empresas. Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.168,3 mil trabalhadores (40% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), mais 242, 7 mil do que no ano anterior sendo que, entre 2015 e 2016, esse aumento tinha sido de apenas 44,6 mil.
- 57.** Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a descer ao longo de 2018, mantendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se verifica desde final de 2015, atingindo quase 131 mil em 2018. Quanto ao número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego, estas reduziram-se em 9%, no período em análise, o que correspondeu a menos 13 mil colocações face a 2017. Em 2018, 64% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos Centros de Emprego (60% em 2017).

Principais Indicadores

Figura 1. Principais Indicadores

Continentes	2018	2018-2017	2018/2017
Milhares			%
População total	9.767,9	-19,7	-0,2
População ativa	4.974,6	10,0	0,2
Taxa de Atividade (15 e mais anos) (%)	59,0		- 0,1 p.p.
População empregada	4.631,1	104,6	2,3
População empregada (15 aos 24 anos)	281,4	13,5	5,0
População empregada (25 aos 34 anos)	889,5	6,3	0,7
População empregada a tempo completo	4.150,6	129,4	3,2
População empregada a tempo parcial	480,4	-25,0	-4,9
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	162,4	-27,6	-14,5
Trabalhadores por conta própria (TCP)	752,7	3,0	0,4
Trabalhadores por conta de outrem (TCO)	3.859,6	103,2	2,7
TCO contratados sem termo	3.014,1	83,3	2,8
TCO contratados a termo	705,3	13,7	2,0
Emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	269,1	-10,4	-3,7
Emprego na Indústria, construção, energia e água	1.174,5	29,7	2,6
Emprego nos Serviços	3.187,5	85,3	2,7
Taxa de emprego (15 e mais anos) (%)	54,9		-1,2 p.p.
Taxa de emprego (população 15 aos 24 anos) (%)	27,4		1,3 p.p.
Taxa de emprego (população 25 aos 34 anos) (%)	84,1		2,5 p.p.
Taxa de emprego (população 25 aos 54 anos) (%)	84,7		1,8 p.p.
Taxa de emprego (população 55 aos 64 anos) (%)	59,3		1,5 p.p.
População desempregada	343,5	-94,5	-21,6
População desempregada (15 aos 24 anos)	69,4	-13,5	-16,3
População desempregada (25 aos 34 anos)	69,9	-23,8	-25,4
Desemprego de longa duração (DLD)	174,0	-76,2	-30,5
Desemprego de muito longa duração (DMLD)	118,3	-55,5	-31,9
Desempregados à procura de novo emprego - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	8,7	-2,9	-25,0
Desempregados à procura de novo emprego - Indústria, construção, energia e água	71,2	-23,2	-24,6
Desempregados à procura de novo emprego - Serviços	197,7	-49,0	-19,9
Taxa de desemprego (%)	6,9		-1,9 p.p.
Taxa de desemprego (população 15 aos 24 anos) (%)	19,8		-3,8 p.p.
Taxa de desemprego (população 25 aos 34 anos) (%)	7,3		-2,3 p.p.
Taxa de desemprego (população 25 aos 54 anos) (%)	6		-1,8 p.p.
Taxa de desemprego (população 55 aos 64 anos) (%)	6,7		-2 p.p.

Desemprego registado - fim do período	Dezembro 2018	Dez.2018-Dez. 2017	Dez.2018/Dez.2017
Desemprego registado	339,0	-38,8	-10,3
Desempregados registados à procura de novo emprego na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	18,3	-1,5	-7,4
Desempregados registados à procura de novo emprego na Indústria, construção, energia e água	104,8	-24,4	-18,9
Desempregados registados à procura de novo emprego nos Serviços	278,3	-38,7	-12,2

Estrutura empresarial	Outubro 2017	Out.2017-Out. 2016	Out.2017/Out.2016
Quadros de Pessoal			
Empresas	279,2	46,0	1,0
TCO nas empresas	2.767,5	125,6	4,8
Sistema Integrado de contas das empresas			
Sociedades	381,3	13,5	4,0
Empresas individuais	807,9	31,1	3,7
Pessoas ao serviço nas sociedades	2.863,8	144,9	5,3
Pessoas ao serviço nas empresas individuais	892,6	34,7	4,0
% empresas nos sectores de alta e média alta tecnologia	1,9		0,06 p.p.
%de pessoas ao serviço nos sectores de alta e média alta tecnologia	5,8		0,14 p.p.

Remunerações	Outubro 2017	Out.2017/Out.2016 Variação %
Ganho médio (€)	1.133,3	2,30
Remuneração base média mensal (€)	943,0	1,95

Cursos de dupla certificação	Dezembro 2018	Dez.2018-Dez. 2017	% total abrangidos 2018
Matriculados em cursos de dupla certificação (SIGO)	250.451	52.612	100,0
Cursos profissionais	170.210	43.414	68,0
Cursos de educação e formação de jovens	27.175	8.576	10,9
Cursos de educação e formação de adultos	42.778	-573	17,1

Formação modular certificada	621.593	335.591	117,3
Formação profissional não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações	582.869	199.643	52,10

Medidas ativas de emprego do IEFP (inclui Centros de Gestão Participada)	Dezembro 2018	Dez.2018-Dez. 2017	% total abrangidos 2018
Abrangidos em medidas ativas de emprego do IEFP	390.331	49.495	100,0
Formação profissional	305.975	11.569	100,0
<i>Qualificação de jovens</i>	29.537	-2.087	9,7
Aprendizagem	25.339	-2.986	8,3
<i>Qualificação de adultos</i>	260.756	13.945	85,2
Vida Ativa	77.573	-39.482	25,4
Educação e formação de adultos	45.957	-300	15,0
Formação modular	122.974	60.175	40,2
Apoios à inserção do mercado de trabalho	84.356	-37.926	100,0
Inserção profissional	32.340	-7.598	38,3
Apoios à contratação	13.072	-22.989	15,5
Contratos emprego-inserção (CE,CEI+ e CEI Património)	34.973	-7.701	41,5

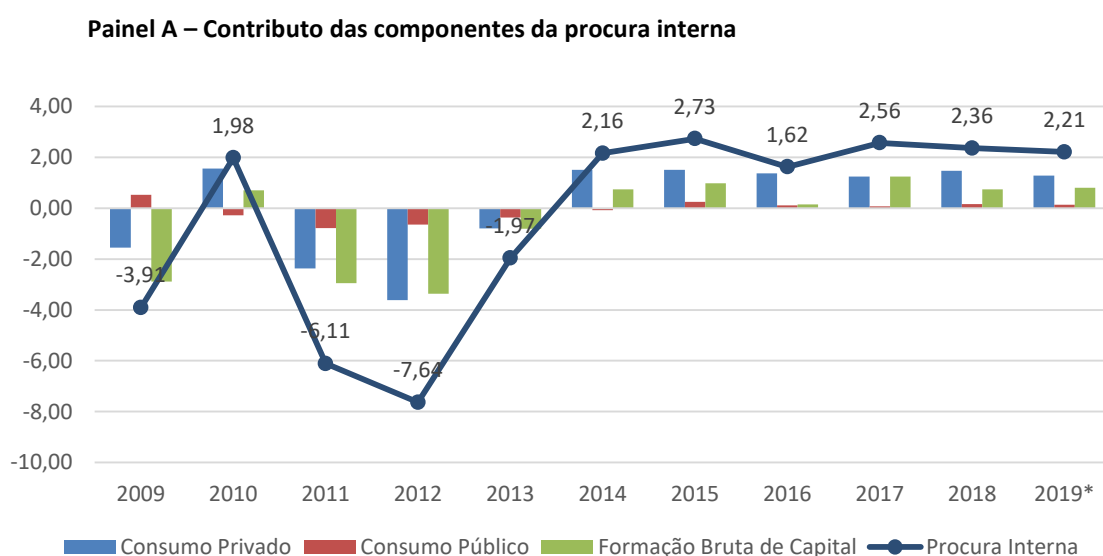
Formação continua nas empresas	Outubro 2017	Out.2017-Out. 2016	Out.2017/Out.2016
Número de trabalhadores em acções de formação continua	1.051.772	140.449	15,4
Número de empresas que promoveram acções de formação	50.001	2.903	10,3
Taxa de participação na formação	40,0		7,3 p.p.
% empresas promoveram acções de formação no total empresas	19,6		0,9 p.p.
Número médio de horas de formação	32,3	3,5	12,1
Média de custos de formação (€)	348,9	-23,0	-6,2

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO – PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

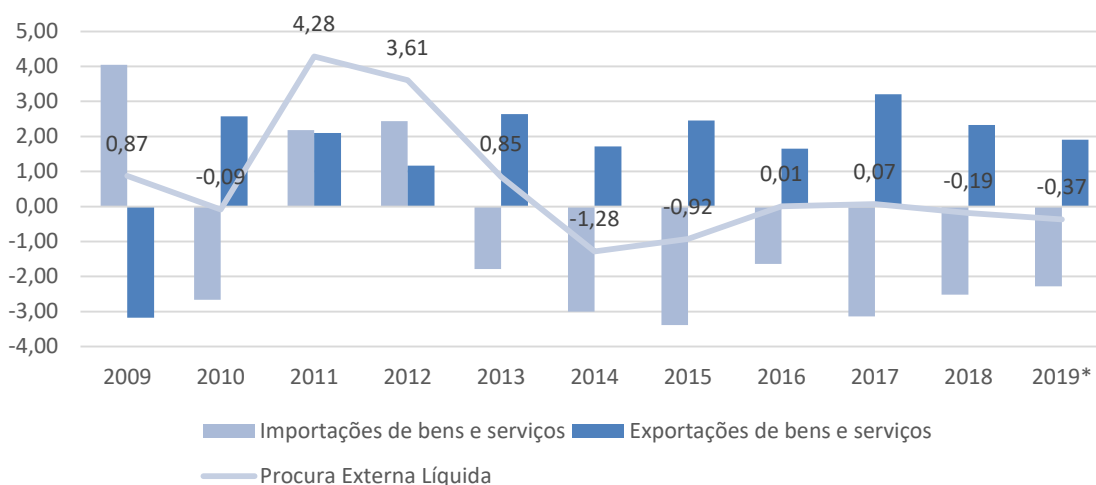
A economia portuguesa, em 2018, continuou um processo de crescimento moderado, o qual teve início no quarto trimestre de 2013, após uma profunda recessão ocorrida na sequência da crise financeira internacional, de 2007/2008, e da crise das dívidas soberanas de 2010/2011.

Desde 2014 que o contributo da procura interna líquida para o crescimento do PIB tem sido positivo, com valores um pouco acima dos 2%, com exceção do ano de 2016, ano em que o contributo desta componente foi de 1,62%. No que diz respeito ao contributo da procura externa líquida, o crescimento observado nas exportações desde 2010 permitiu uma contribuição positiva para o crescimento até 2013. De 2014 em diante, a recuperação da procura interna motivou um crescimento associado das importações, implicando que o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB tenha sido próximo de zero, oscilado entre valores positivos ou negativos de valor absoluto inferior a 1%. De destacar a evolução positiva do saldo da balança de serviços, em grande parte fruto da evolução positiva das receitas associadas ao turismo, o qual permitiu compensar parcialmente o saldo negativo observado na balança de bens. Em 2018, o saldo da balança de bens e serviços foi negativo em 4,1 mil milhões de Euros, a preços de 2010 (2,2% do PIB).

Figura 2. Contributo para o crescimento do PIB a preços constantes, por componente da despesa

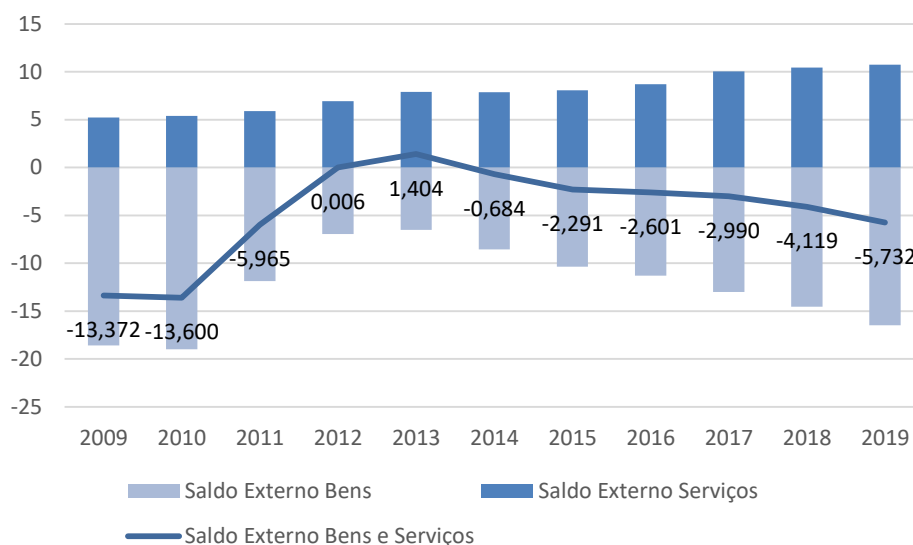


Painel B – Contributo das componentes da procura externa líquida



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Painel C – Saldo externo de bens e serviços (em milhares de milhões de Euros), a preços de 2010.



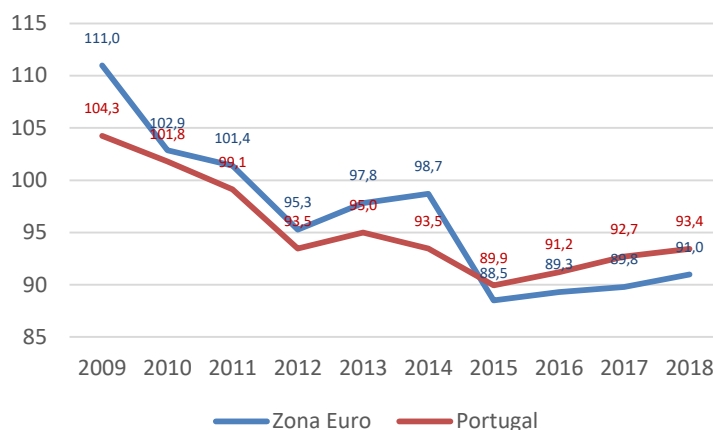
* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

O bom comportamento das exportações, em simultâneo com a diminuição das importações, possibilitou o equilíbrio da balança corrente³, sendo Portugal um dos países onde este ajustamento foi melhor conseguido, passando de défices externos em torno dos 10% do PIB que se verificavam desde a adesão de Portugal ao Euro, para um saldo positivo de 1,5% em 2013. A recuperação das exportações terá

³ A balança corrente apresenta fluxos de bens, serviços e rendimentos primários e secundários entre residentes e não residentes.

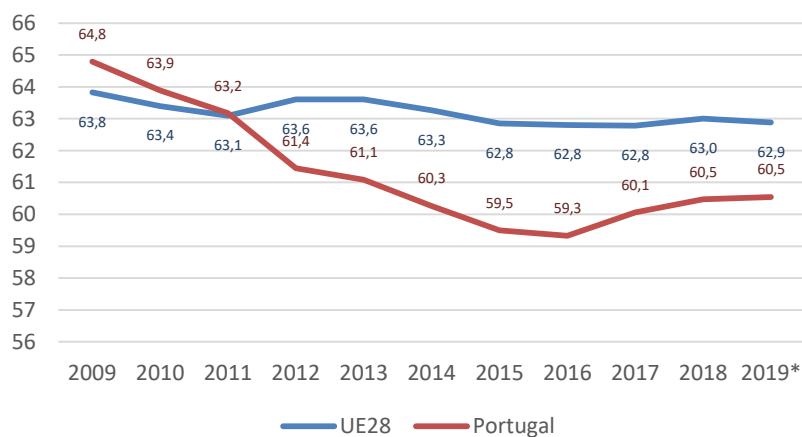
beneficiado, quer da desvalorização da taxa de câmbio real efetiva, em catorze pontos percentuais, entre 2009 e 2015, que acompanhou a tendência verificada nos países da Zona Euro, quer da diminuição relativa do custo do trabalho, em percentagem do PIB, em 4,3 pontos percentuais entre 2009 e 2015.

Figura 3. Índice cambial efetivo real, deflacionado pelos custos unitários do trabalho relativos, (1999=100)



Fonte: Banco de Portugal

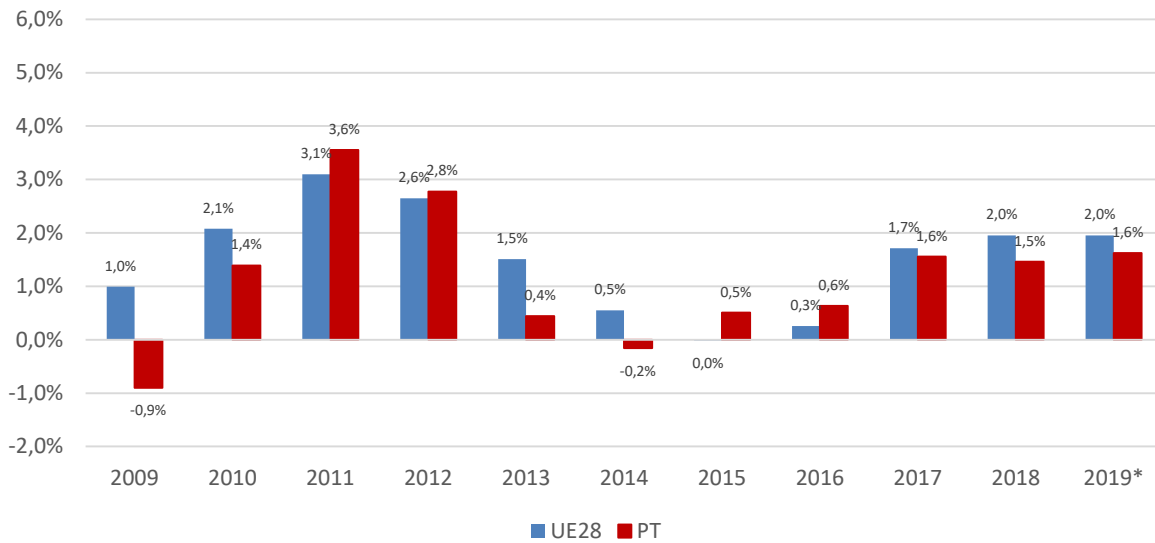
Figura 4. Compensação do trabalho em percentagem do PIB a custo de fatores



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Após 2014, a recuperação, embora tímida, do consumo privado e do investimento, acompanhada por um crescimento significativo das exportações, permitiu variações positivas do PIB, sem que se alterasse de forma significativa o saldo positivo da Balança de Bens e Serviços. Do mesmo modo, a taxa de inflação tem-se mantido em valores baixos, inferiores até à taxa de inflação média dos países da União Europeia, nomeadamente de 2017 em diante.

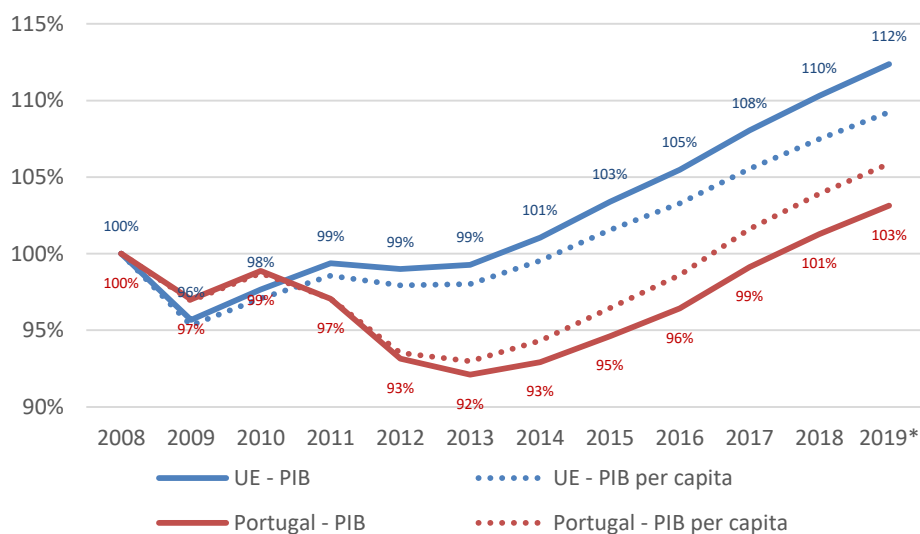
Figura 5. Taxa de variação anual do índice harmonizado de preços no consumidor



* Previsão. Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

Apesar do aumento da procura externa, e da ténue recuperação da procura interna nos anos mais recentes, o processo de divergência do PIB português face à média dos países da União Europeia acentuou-se até 2016, processo este só interrompido de 2017 em diante. De facto, se em 2014 o PIB real da UE ultrapassou o valor observado em 2008, em Portugal só em 2018 é que tal sucedeu.

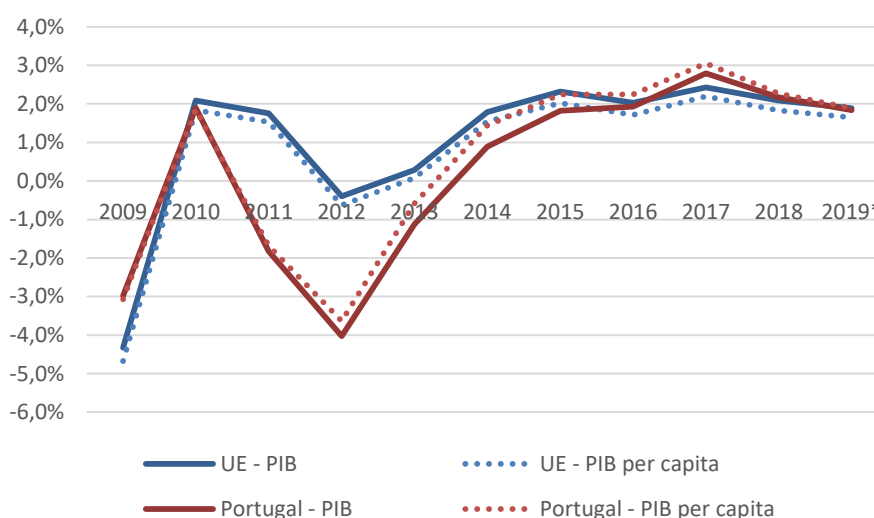
Figura 6. Evolução do PIB, em Portugal e na UE, a preços constantes (2008=100)



* Previsão. Fonte: AMECO – Annual macro-economic database of the European Commission

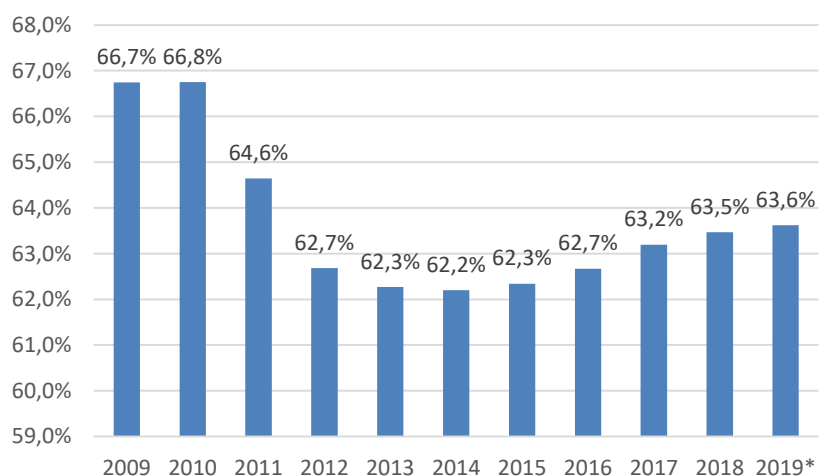
Quando se avalia a evolução do PIB *per capita* de Portugal, relativamente à evolução do PIB per capita médio da União Europeia, não só a sua queda no período 2011-2013 foi menos acentuada, como o processo de convergência com a média da UE tem início mais cedo, em 2015. No entanto, em 2018 o PIB *per capita* de Portugal representava pouco mais de 63% da média da UE, quando em 2010 chegou a representar 67%.

Figura 7. Taxas de crescimento real do PIB e do PIB per capita, em Portugal e na UE



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Figura 8. PIB *per capita* de Portugal em percentagem da média da UE, a preços de 2010

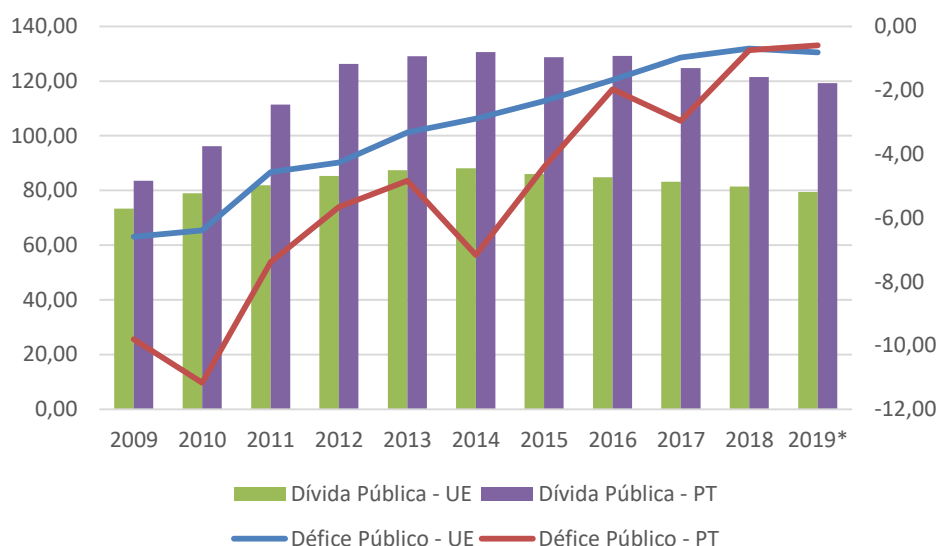


* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

A forte redução do défice público, de valores superiores a 10% do PIB em 2010 para valores inferiores a 1% nos anos mais recentes, foi uma das causas para a redução da procura interna verificada neste período. No entanto, só em 2016 é que o défice das contas públicas portuguesas se aproximou da média dos países da União Europeia. Como consequência, a dívida pública em percentagem do PIB cresceu significativamente, tendo duplicado entre 2008 e 2016, ano em que o seu valor foi superior a 130% do PIB, 45 pontos percentuais acima da média da União Europeia (85%). Em 2019 prevê-se que o peso da dívida pública no PIB fique abaixo dos 120%.

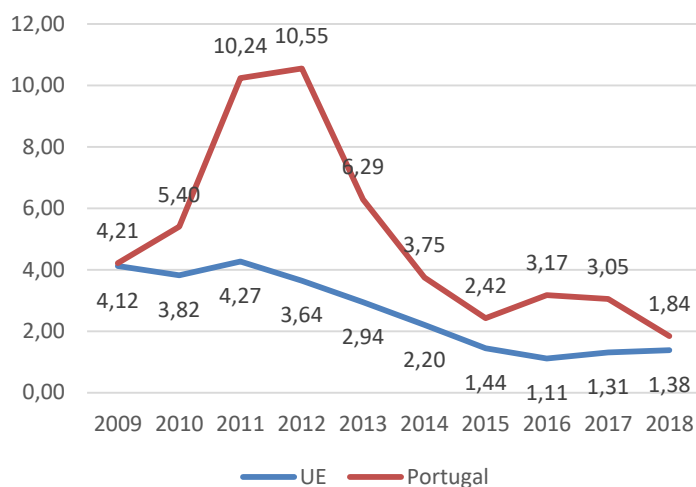
A diminuição dos défices públicos para valores historicamente baixos, a estabilização da dívida pública, acompanhados pela expectativa e consequente saída de Portugal do Procedimento de Défice Excessivo em 2017, a política monetária do Banco Central Europeu, e o crescimento do PIB justificam em grande parte a diminuição das taxas de juro de longo prazo suportadas pelo Estado português, para valores inferiores a 2%, ainda assim superiores à média dos países da União Europeia.

Figura 9. Défice e dívida pública em Percentagem do PIB, Portugal e média da UE



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

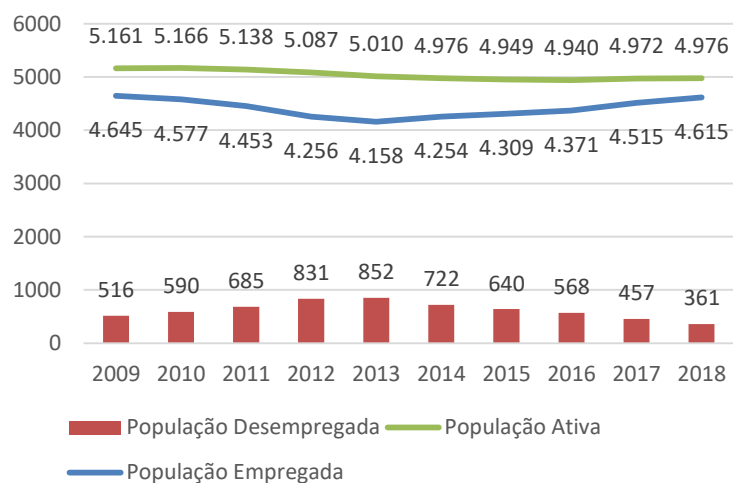
Figura 10. Taxas de juro de longo prazo (critério de Maastricht)



Fonte: Eurostat

O desempenho do mercado de trabalho continuou favorável, nomeadamente no que diz respeito à evolução do desemprego. O número de desempregados atingiu o máximo em 2013 (852 mil ativos), diminuindo progressivamente desde então. Em 2018 estavam desempregados 361 mil ativos, correspondendo a uma taxa de 7,3% no escalão etário dos 15 aos 64 anos. É de referir que a diminuição do desemprego no período 2013 a 2018 (-491 mil) foi superior ao aumento do emprego no mesmo período (+457 mil), explicando-se esta diferença pelo crescimento modesto do produto e pela forte emigração dos anos 2011 a 2015, visível na redução da população ativa em 189 mil efetivos nesse período.

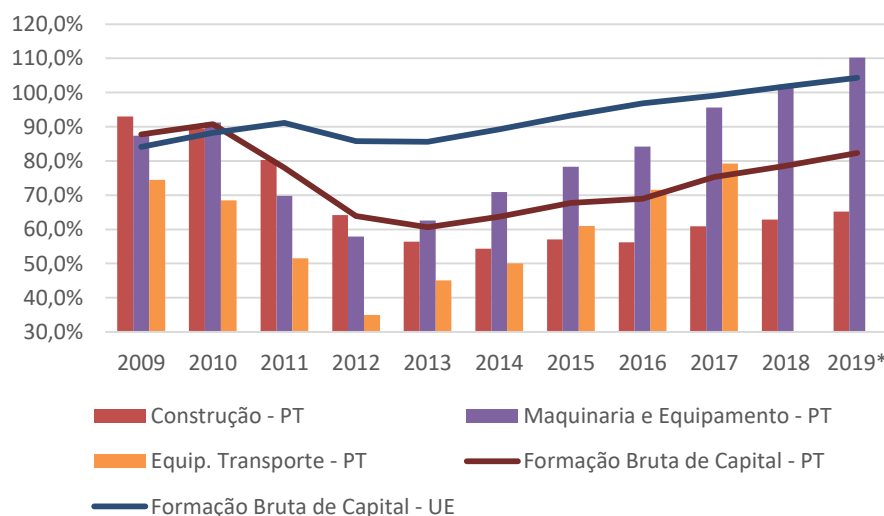
Figura 11. População ativa, empregada e desempregada (15 a 64 anos)



Fonte: Eurostat e INE.

A manutenção de uma taxa de crescimento do PIB anual acima de 2,0%, indispensável à sustentabilidade da dívida pública, à criação líquida de emprego e à melhoria dos rendimentos, bem como a um crescimento das exportações compatível com a manutenção do equilíbrio externo, implicará mais investimento. O investimento foi a componente da procura interna que apresentou uma queda mais acentuada no período da crise, tendo diminuído em 27 pontos percentuais, em termos reais, de 2009 para 2013. Em 2018, a formação bruta de capital representava ainda 79% do valor observado em 2008, quando nos restantes países da União Europeia o nível de formação bruta de capital ultrapassou os valores pré-crise. Nota-se, contudo, uma recuperação mais forte do investimento em maquinaria e equipamento, em comparação com o investimento em construção ou material de transporte, ao qual não será alheio o crescimento dos setores associados à produção de bens transacionáveis, nomeadamente a partir de 2012.

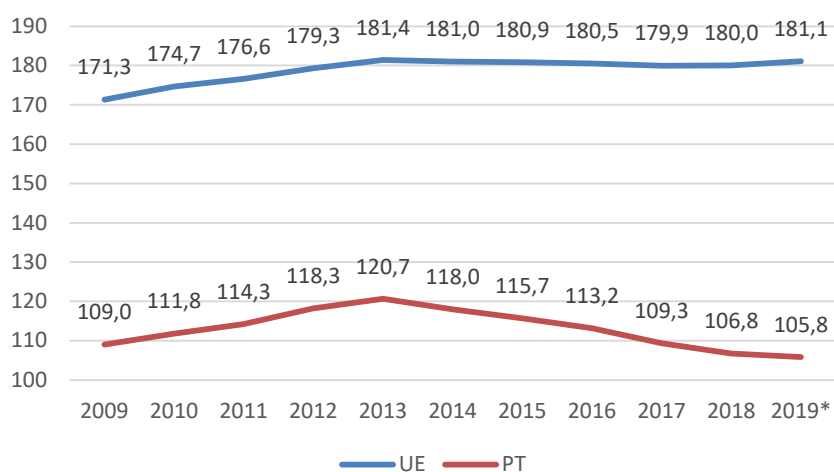
Figura 12. Formação bruta de capital e principais componentes, Portugal e União Europeia, a preços constantes (2008=100)



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

No entanto, a recuperação do crescimento da formação bruta de capital observada desde 2013 não acompanhou o ritmo de crescimento do emprego implicando uma redução da dotação de capital por trabalhador (líquido de amortizações) desde 2013, acentuando-se assim o diferencial face à média dos países da União Europeia. Esta redução pode-se explicar pela maior escassez de capital, decorrente da crise financeira, bem como pela alteração dos custos relativos entre capital e trabalho, em que este último se tornou relativamente mais barato incentivando o crescimento de setores e empresas com o uso mais intensivo de mão-de-obra.

Figura 13. Stock de capital (líquido) por pessoa empregada, Portugal e União Europeia, a preços de 2010



* Previsão. Valores em milhares de Euros.

Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*.

A conjugação da evolução do PIB com a evolução do stock dos vários fatores de produção como o trabalho ou o capital, permite-nos analisar a dinâmica da produtividade, sendo esta uma medida de eficiência com que estes recursos são convertidos em produto final pela economia em geral. O nível de produtividade condiciona o crescimento potencial de uma economia e o aumento dos níveis de rendimento e padrões de vida da população.

É sabido que crescimento da produtividade nos países mais desenvolvidos tem vindo a desacelerar⁴, devido a vários fatores como: a queda do investimento nas economias desenvolvidas; a desindustrialização das economias avançadas, em parte na sequência da tendência de fragmentação dos processos produtivos à escala mundial com a transferência de atividade produtiva para os mercados emergentes; e, ao desfasamento temporal entre o progresso tecnológico mais recente e a sua tradução em aumentos de produtividade generalizados.

O indicador de produtividade parcial mais utilizado é a produtividade aparente do trabalho, que consiste no rácio entre a produção ou valor acrescentado e o número de trabalhadores ou horas trabalhadas. Apesar deste indicador ser o que está mais diretamente relacionado com melhorias no rendimento e qualidade de vida da população, é importante ressaltar que a produtividade aparente do trabalho reflete apenas de forma parcial a eficiência do fator trabalho seja em termos de capacidades dos trabalhadores ou da eficiência do seu esforço. O rácio entre a produção e o fator trabalho depende também em larga

⁴ Ver o primeiro relatório do Conselho para a Produtividade, “A Produtividade da Economia Portuguesa”, março de 2019.

medida da utilização de outros inputs (e.g. capital e bens intermédios), bem como da presença de economias de escala e de alterações técnicas, organizacionais ou de gestão no processo produtivo.

O crescimento da produtividade aparente do trabalho, sobretudo por hora trabalhada, durante os primeiros anos da crise, permitiu a convergência para a média da União Europeia em 2013. A partir de então, o crescimento do emprego, mais dinâmico em setores mais intensivos em trabalho, traduziu-se numa estagnação da produtividade aparente do trabalho média, e num acentuar do diferencial face à média da União Europeia. Já no que diz à produtividade aparente do capital, ou seja, o rácio entre a produção e o stock de capital (líquido), tem vindo a aumentar desde 2012, atingindo a média da União Europeia em 2018.

Figura 14. Produtividade aparente do trabalho, por trabalhador e por hora trabalhada (PPC: UE=100%)

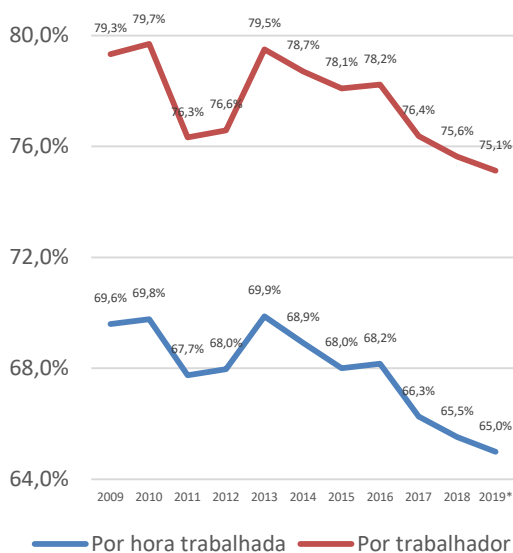
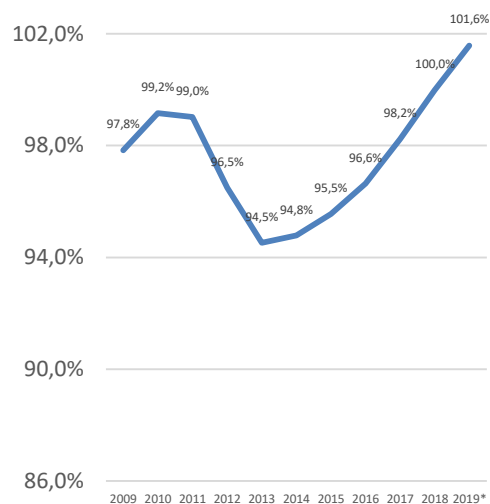


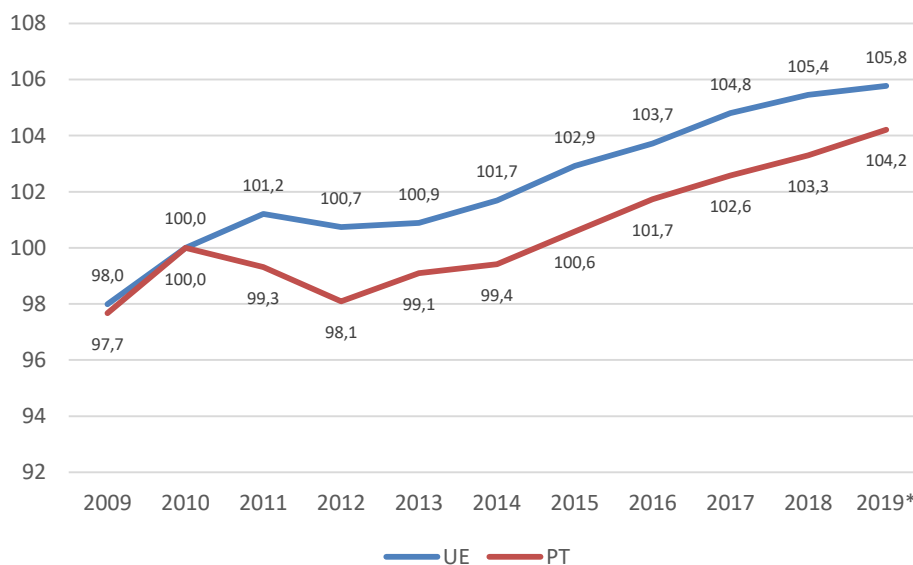
Figura 15. Produtividade aparente do capital (UE=100%)



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Outra medida frequentemente utilizada, mais associada ao conceito de eficiência propriamente dita, é o da produtividade total dos fatores (TFP). Este indicador é obtido como um resíduo e corresponde à variação da produção que não decorre de alteração nas quantidades de inputs utilizados, mas sim da sua qualidade, podendo ser entendido como o crescimento do produto derivado não só do progresso tecnológico, mas também de outros fatores de natureza intangível, observável ou não, como o ambiente empresarial, a qualidade de gestão e dos recursos humanos, economias de escala, entre outros. Segundo a estimativa reportada na AMECO, a produtividade total de fatores da economia portuguesa após uma redução no período de 2011 a 2012, tem crescido em linha com a média dos países da União Europeia, situando-se em 2018 3,3% acima dos valores observados em 2010.

Figura 16. Produtividade total dos fatores (2010=100%)



* Previsão. Fonte: AMECO – *Annual macro-economic database of the European Commission*

Considerações Finais

A recuperação da economia portuguesa, após a forte crise do período 2009-2013, foi caracterizada por um redireccionamento para os setores transacionáveis, o que se refletiu num peso crescente das exportações no PIB e por um aumento significativo das quotas de mercado dos produtos e serviços nacionais nos mercados internacionais. Este crescimento, associado à recuperação mais recente da procura interna, permitiu atingir os níveis de produto e emprego observados nos anos anteriores a 2009, continuando, porém, a produtividade média a divergir da média da União Europeia.

A estagnação do crescimento da produtividade assenta não só no facto do crescimento do emprego ter sido mais forte em setores intensivos em trabalho, mas também na redução do investimento, quer por parte de privados quer por parte das Administrações Públicas. Esta queda foi o resultado das crescentes dificuldades de financiamento bancário, quer pela acumulação de crédito malparado quer pela maior exigência no que diz respeito aos rácios de capital dos bancos, quer ainda pelos custos de capital superiores à média europeia. Assim, a recuperação do investimento público e continuação do crescimento do investimento privado, é crucial para que a dinâmica exportadora seja sustentável a médio prazo, bem como para que a recuperação da procura interna se possa processar sem tensões inflacionistas que poderiam comprometer a competitividade da economia portuguesa.

2. O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA

2.0. Nota Introdutória

Neste capítulo descreve-se a evolução da oferta de trabalho, nomeadamente a evolução da população e dos fluxos migratórios, e analisam-se os principais indicadores do mercado de trabalho em termos de atividade, emprego, desemprego e fluxos emprego- desemprego-inatividade, de forma desagregada e de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade regiões, sectores de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. O período temporal em análise tem início em 2009 e término em 2018, sempre que houve informação disponível.

Como fontes principais de informação foram usados os dados do *Inquérito ao Emprego*, das *Estimativas Anuais de Emigração*, publicados pelo INE, do *Observatório da Emigração* e do IEFP, no que diz respeito ao desemprego registado. Para as comparações internacionais, nomeadamente com os países da União Europeia a 28, recorreu-se a dados do Eurostat (*Labour Force Survey*). Foi também incluída uma caixa com a taxa de cobertura das prestações de desemprego, cuja fonte de dados foi a *Base de dados de beneficiários de apoios sociais*, SOCR da OCDE. Neste caso o período em análise foi de 2007 a 2016.

O capítulo contém ainda uma análise do emprego nas administrações públicas, com dados fornecidos pela Direção-Geral da Administração Pública (DGAEP), e do trabalho temporário, com dados dos *Quadros de Pessoal*.

Na última secção do capítulo são apresentados os dados relativos às entidades empregadoras e beneficiários com prestações de *lay-off*, tendo como fonte a informação disponibilizada pelo Instituto de Informática da Segurança Social, e os dados referentes aos despedimentos coletivos, publicados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) publicados no seu *Relatório Anual*.

2.1. Oferta de trabalho

2.1.1. População total

Em 2018, de acordo com os dados do Inquérito ao Emprego do INE residiam no Continente 9.767,9 milhares de pessoas, menos 0,2% do que no ano anterior. A população do Continente tem vindo a diminuir consecutivamente desde 2011. Esse decréscimo - que chegou a ser de 0,6% entre 2012 e 2014 - tornou-se depois progressivamente menos acentuado, sobretudo a partir de 2016. Ao longo da série, a população masculina diminuiu sempre mais do que a população feminina.

No que se refere à população de 15 e mais anos por escalões etários, e como vem acontecendo desde 2009, a população continuou a diminuir nos escalões mais novos (que incluem, a partir de 2012, o escalão dos 35 aos 44 anos) e a aumentar nos escalões mais velhos, de forma tanto mais acentuada quanto mais velho o escalão. Entre 2017 e 2018, como desde o início da série, o escalão que mais diminuiu foi o dos 25 aos 34 anos (-2,2%) embora tenha decrescido menos do que no ano anterior, sobretudo no que se refere aos homens.

2.1.2. Fluxos migratórios

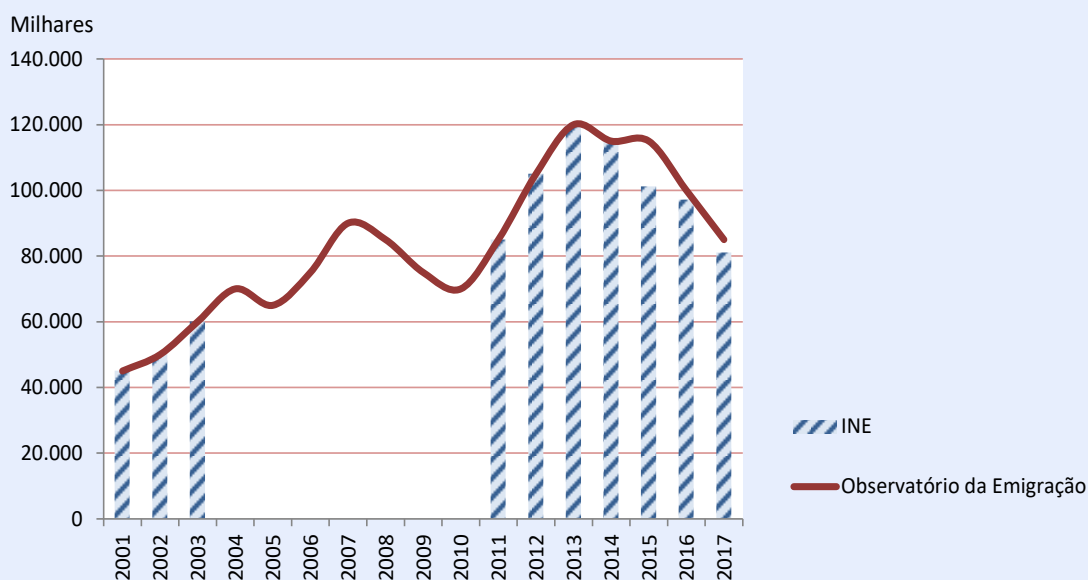
FLUXOS MIGRATÓRIOS EM PORTUGAL

- **Evolução da Emigração portuguesa**

De acordo com a informação estatística⁵ disponibilizada pelo OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, estima-se que, em 2017, cerca de 2,3 milhões de emigrantes portugueses encontravam-se a residir no estrangeiro, o que, tendo por base o total da população portuguesa, correspondeu a uma taxa de 21,9%.

Paralelamente, no mesmo ano em análise, verificou-se a existência de um saldo migratório positivo (mais 4,8 mil indivíduos), dado que 31,8 mil pessoas saíram de Portugal de forma permanente, o que foi compensado pela entrada permanente de 36,6 mil imigrantes (dos quais 19,6 mil oriundos de países extra UE28 e 17 mil provenientes dos restantes países da União).

Figura 17. Evolução da emigração portuguesa desde o início do milénio



* A ausência de informação sobre a emigração temporária entre 2004 e 2010, inviabiliza a apresentação dos valores totais da emigração portuguesa para os respetivos anos.

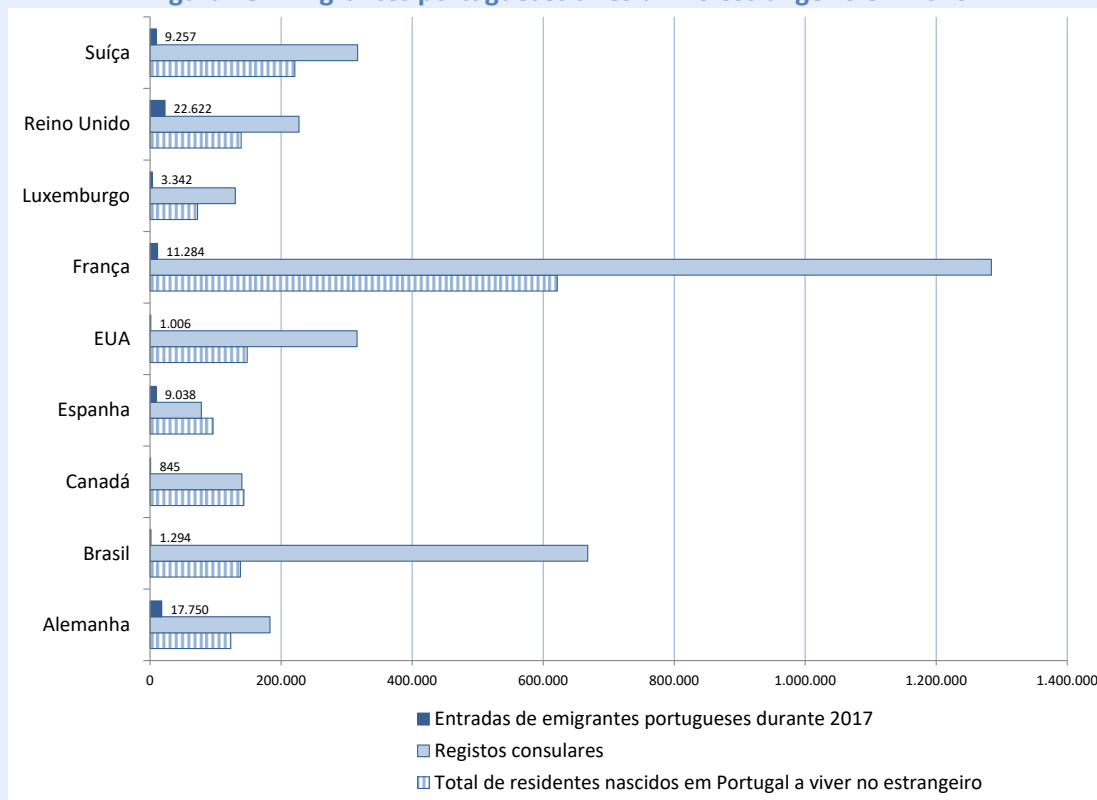
Fonte: INE, *Inquérito aos movimentos migratórios de saída* (1992 a 2007) e *Estimativas anuais da emigração* (desde 2008). OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

⁵ A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2017.

Por outro lado, considerando os valores das estimativas do INE e dos dados do Observatório do Emigração sobre as entradas de portugueses nos países de destino, observa-se uma acentuada subida dos emigrantes portugueses ao longo dos últimos anos, em particular a partir do ano de 2011, não obstante, em 2015, se ter verificado uma inflexão desta tendência que se manteve até 2017.

Analisando alguns dados da emigração portuguesa relativos a 2017, último ano disponível, observa-se que os países de destino dos emigrantes portugueses foram sobretudo o Reino Unido (com cerca de 22,6 mil), a Alemanha (com 17,8 mil) a França (com 11,3 mil), a Suíça (com 9,3 mil), e a Espanha (com 9 mil).

Figura 18. Emigrantes portugueses a residir no estrangeiro em 2016

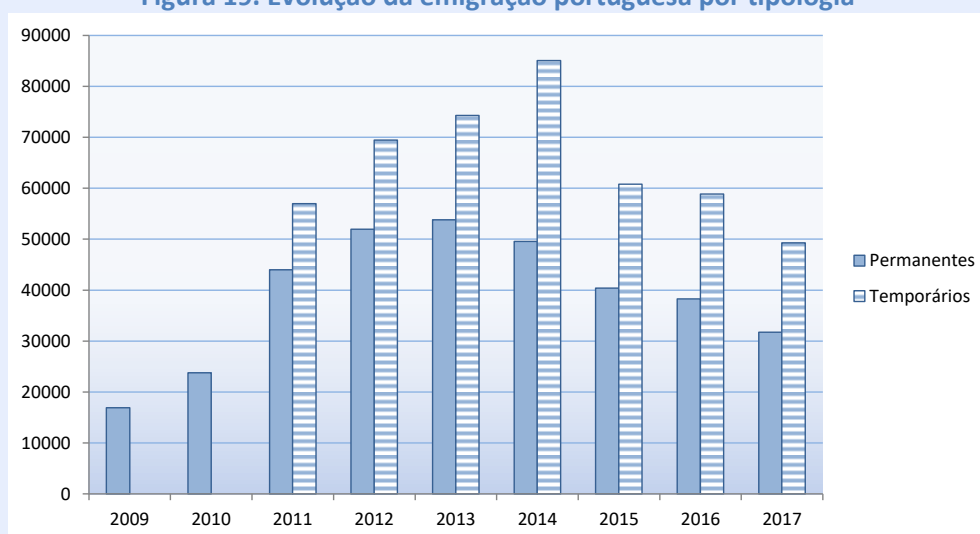


Fonte: OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO, Dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

Contudo, tendo em conta os valores totais da população residente no estrangeiro, mas nascida em Portugal, verifica-se que a emigração portuguesa, em 2017, se concentrava maioritariamente em França (621,8 mil), na Suíça (221 mil), nos EUA (148,2 mil), no Canadá (143,2 mil), no Reino Unido (139 mil), no Brasil (138 mil), na Alemanha (123,2 mil), em Espanha (96,3 mil), e no Luxemburgo (72,5 mil).

Ainda de acordo com os valores disponibilizados pelas *Estimativas anuais de emigração* do INE, constata-se um aumento progressivo da emigração portuguesa, quer permanente⁶ quer temporária⁷, a partir de 2009 e 2010 e até 2013 e 2014, anos a partir dos quais se evidencia uma inflexão dessa tendência. De salientar o facto de, ao longo da série em análise, a emigração temporária apresentar sempre uma maior expressividade quando comparada com a emigração permanente, com diferenças superiores a 20 p.p. no que respeita aos seus pesos relativos.

Figura 19. Evolução da emigração portuguesa por tipologia



Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.

Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

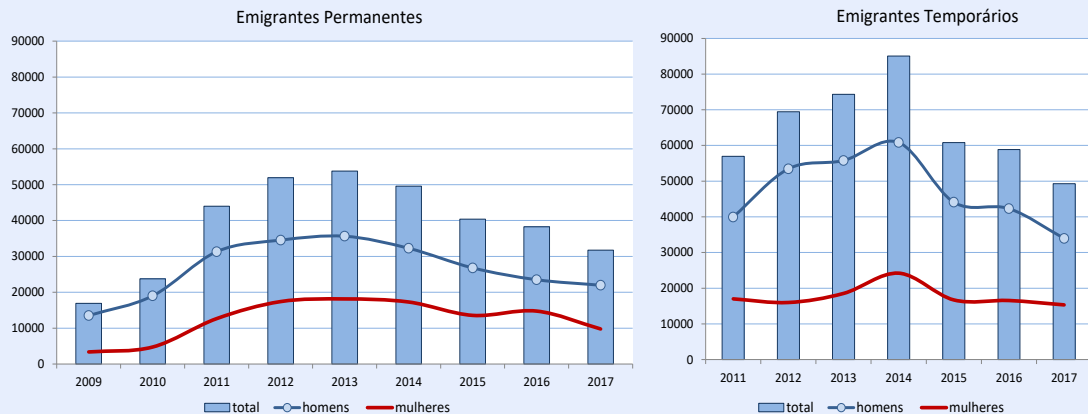
Analisando esta informação por sexo, constata-se que, ao longo do período em análise, a emigração masculina, quer permanente quer temporária, foi sempre superior à feminina.

Com efeito, os homens têm vindo a assumir um peso mais significativo no total dos emigrantes portugueses, ultrapassando, em quase todos os anos, mais do dobro do valor das mulheres emigrantes. De referir, que esta diferença de proporções entre homens e mulheres tem sido mais acentuada na emigração temporária.

⁶ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a um ano.

⁷ Indivíduos que se ausentaram com a intenção de permanecer no estrangeiro por um período igual ou inferior a um ano.

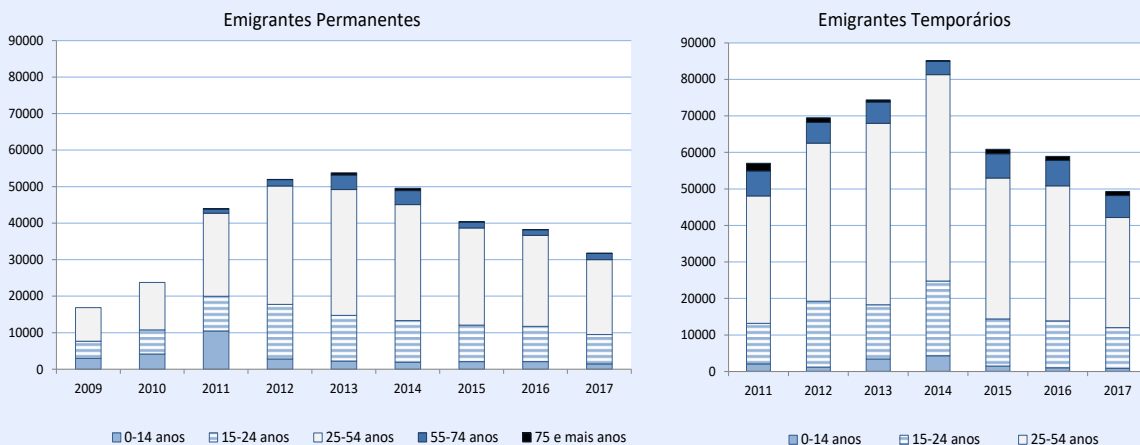
Figura 20. Evolução da emigração portuguesa por sexo



Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.
Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

No que diz respeito à estrutura etária, verificou-se uma concentração da população emigrada no grupo de idades entre os 25 e os 54 anos, cujo peso relativo na emigração, tanto de carácter permanente como temporário, ultrapassou os 50%. Também o grupo etário dos 15 aos 24 anos apresentou valores relevantes, representando, ao longo dos anos em análise, mais de 20% do total da emigração portuguesa.

Figura 21. Evolução da emigração portuguesa por grupo etário

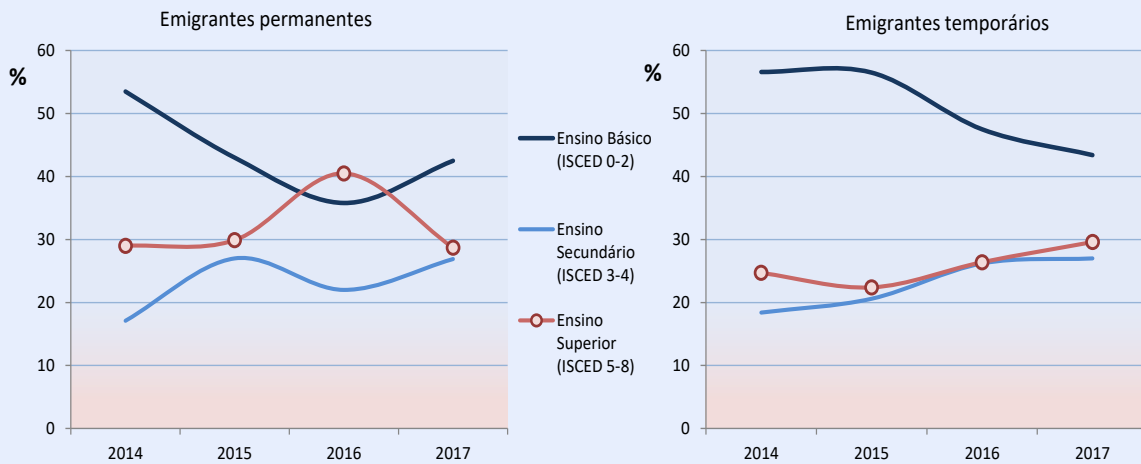


Nota: Os valores de 2008 a 2010 referentes à emigração permanente foram revistos em função da série *Estimativas Definitivas de População Residente 2001-2010*. Relativamente à imigração temporária não existem estimativas disponíveis entre 2008 e 2010.
Fonte: INE, *Estimativas anuais de emigração*

Por último, e ainda no que concerne à emigração portuguesa, constata-se que os emigrantes, tanto permanentes como temporários, com o ensino básico têm vindo a diminuir nos últimos anos, ao contrário dos emigrantes com o ensino secundário que têm vindo a apresentar uma trajetória ascendente, quer no que respeita aos que emigram temporariamente, quer aos que o fazem de forma permanente.

Quanto aos emigrantes com um nível de escolaridade superior, nos últimos anos verificou-se um ligeiro aumento, em particular dos emigrados temporariamente, uma vez que os emigrantes permanentes, após um expressivo aumento em 2016, viram a sua percentagem diminuir em 2017.

Figura 22. Evolução da emigração portuguesa por escolaridade

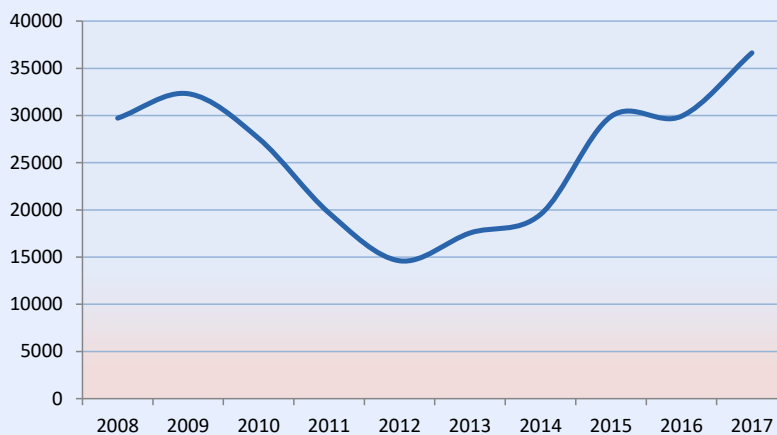


Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas - 2017*

• **Evolução da Imigração portuguesa**

Considerando alguns dados das *Estimativas anuais de imigração* do INE, relativos à população proveniente de outros países que escolheu Portugal como destino de residência, numa breve caracterização, verifica-se que, a partir de 2009 houve uma quebra do valor total de imigrantes, evidenciando-se uma subida a partir de 2012. De notar que o número total de entradas de imigrantes em 2017 (36,6 mil pessoas), aumentou 22,4% face ao período homólogo.

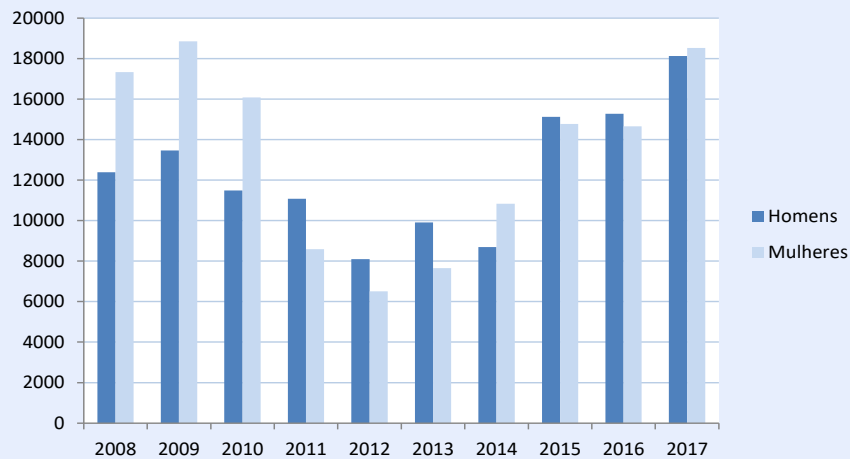
Figura 23. Evolução da população imigrada em Portugal



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por outro lado, esta população estrangeira imigrada em Portugal tem-se repercutido de forma diferenciada em ambos os sexos, apesar de nos últimos anos essa diferença ter vindo a perder expressividade.

Figura 24. Evolução da imigração portuguesa por sexos

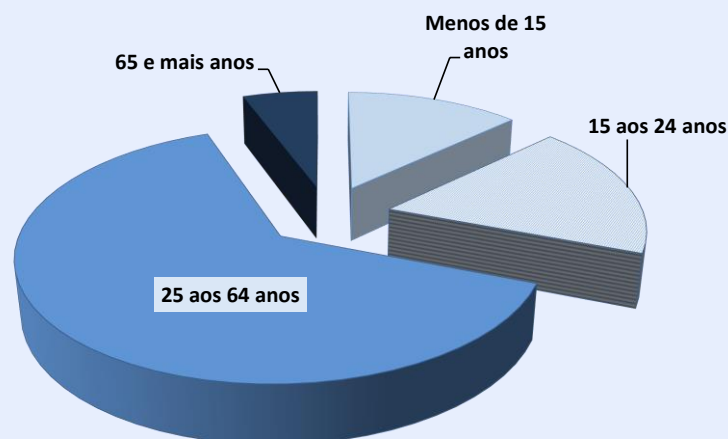


Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Entre 2008 e 2010, a proporção de imigrantes masculinos foi inferior em 17 p.p. face à congénere feminina, situação que se inverteu entre 2011 e 2013, quando o valor percentual dos homens imigrados ultrapassou, em média cerca de 12 p.p. o valor registado para as mulheres estrangeiras a residir no nosso país. De salientar que, os últimos anos em análise evidenciam uma clara aproximação da proporção de imigrantes femininos e masculinos.

Relativamente à distribuição etária, em 2017, a grande maioria dos imigrantes a residir em Portugal tinha entre 25 a 64 anos de idade (63,5%), em contraste com a menor proporção observada nos grupos etários mais jovens, nomeadamente nas idades com menos de 24 anos (30,9%).

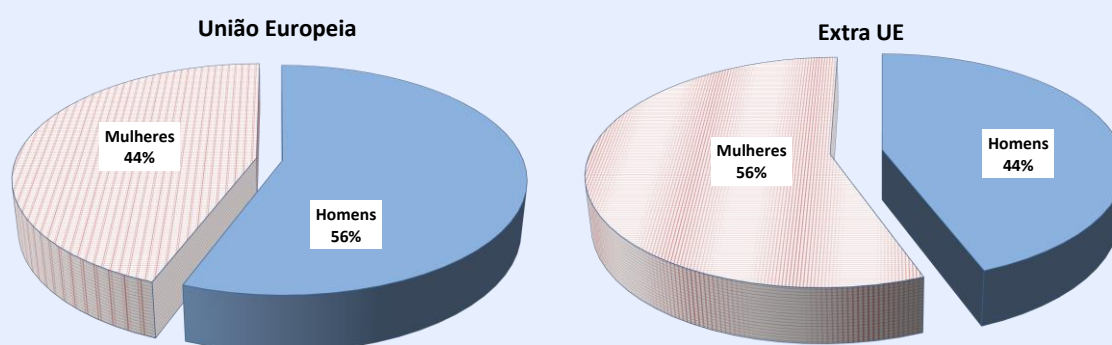
Figura 25. Estrutura etária da imigração portuguesa em 2017



Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

Por último, considerando a proveniência da imigração em Portugal, em 2017, verifica-se que 53,4% do valor total dos imigrantes (36,6 mil) provinha de países fora da União Europeia, enquanto 46,6% eram oriundos de outros Estados-membros da União.

Figura 26. Proveniência dos imigrantes portugueses em 2017



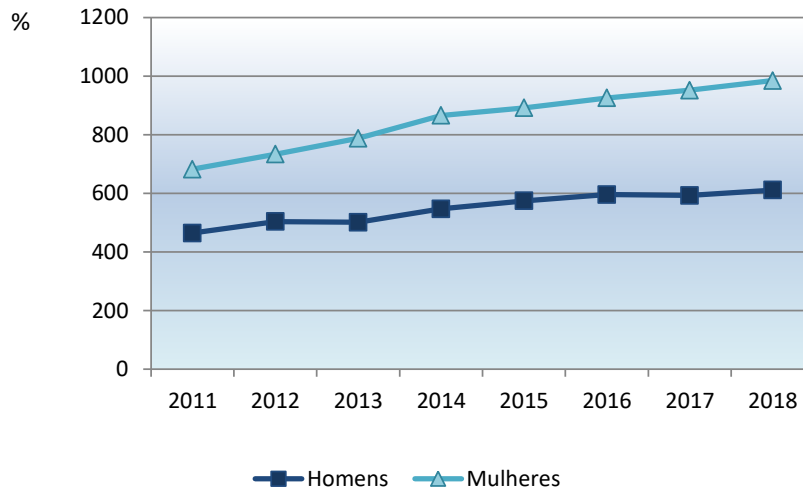
Fonte: INE, *Estimativas anuais da imigração*.

2.1.3. População por níveis de escolaridade

A população do Continente, de 15 e mais anos, que possuía até ao ensino básico, em 2018, representava 59,1% do total. Já o peso da população com o ensino secundário era de 22% e o da população com o ensino superior de 18,9%. Entre 2009 e 2018 o peso da população com 15 e mais anos com o ensino básico diminuiu em 15,1 p.p. enquanto o peso dos indivíduos com o ensino secundário e com o ensino superior aumentou cerca de 7,5 p.p.

A percentagem de homens com o ensino secundário era muito superior à dos homens com o ensino superior (23,1% e 15,5%, respetivamente). Por outro lado, o peso das mulheres com o ensino superior era de 21,9% do total enquanto o peso das mulheres com o ensino secundário era de 21%. A percentagem de mulheres com o ensino superior era pois 6,1 p.p. superior à percentagem de homens, uma diferença que tem vindo a acentuar-se desde 2011.

Figura 27. Evolução da população com 15 e mais anos com o ensino superior por sexo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

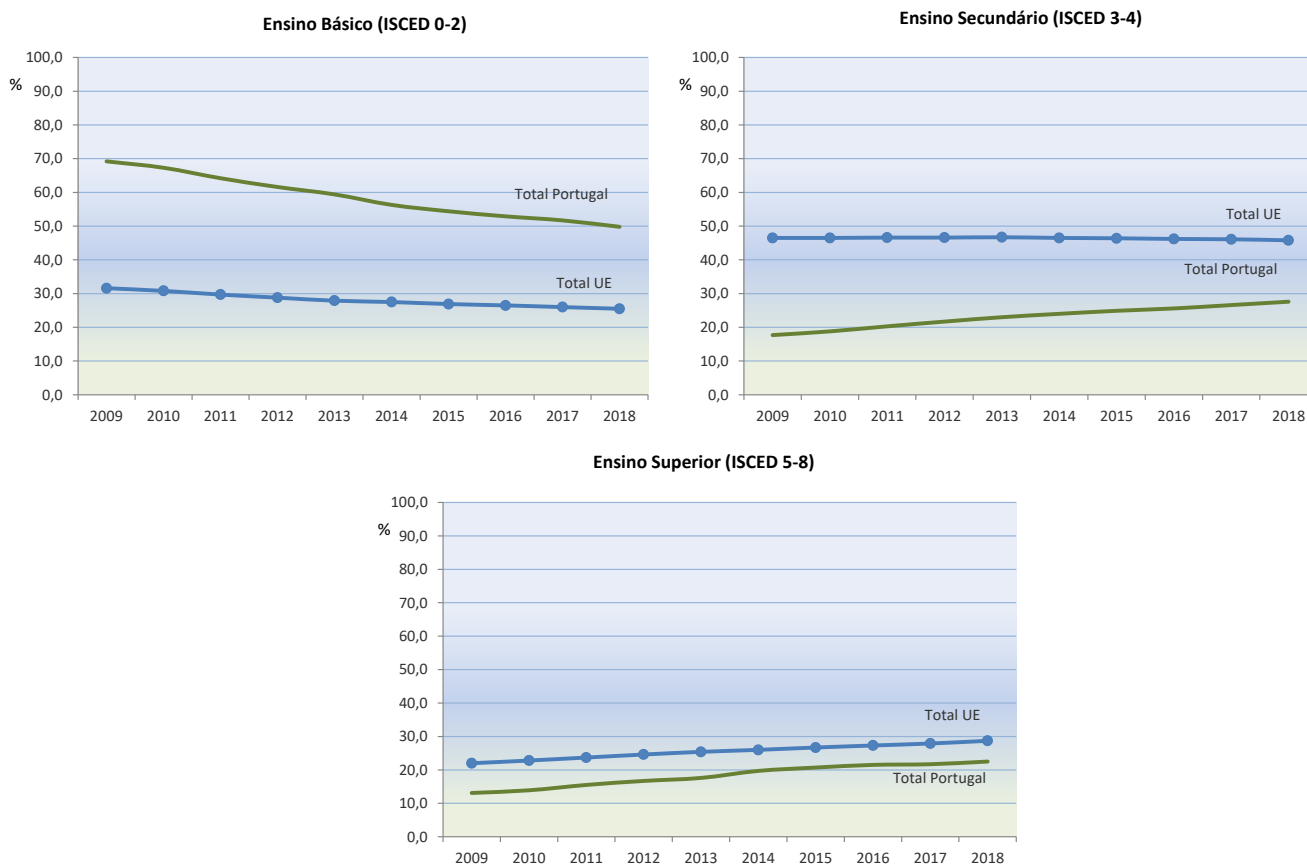
2.1.3.1. Evolução da população por níveis de educação em Portugal e na UE 28

Considerando os níveis de escolaridade da população portuguesa dos 15 aos 64 anos, segundo dados disponibilizados pelo Eurostat, constata-se que, no decurso da última década, os níveis de escolaridade mais baixos regrediram, por contraponto com os superiores. Com efeito, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias até ao 3º Ciclo do Ensino Básico tem vindo a apresentar uma redução expressiva ao longo dos últimos anos, tendo decrescido mais de 19 p.p. entre 2009 e 2018. Em situação inversa encontra-se, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário, quer a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Superior, que apresentaram acréscimos de quase 10 p.p. entre o início do período em análise e 2018.

Por outro lado, tendo em conta a média dos 28 países da União, verifica-se que a população europeia dos 15 aos 64 anos de idade com escolaridade mais baixa registou um decréscimo menos expressivo (menos 6,1 p.p. em 2018 e face a 2009), tal como a população dos 15 aos 64 anos com o Ensino Secundário que praticamente se manteve inalterada ao longo do período em análise.

Quanto à população da UE, dos 15 aos 64 anos, com o nível de Ensino Superior, assistiu-se a um aumento (mais 6,7 p.p.), não obstante inferior ao verificado em Portugal. De salientar que, ao longo da série em análise, a população dos 15 aos 64 anos com habilitações literárias superiores ao Ensino Secundário na UE, assume sempre valores superiores aos da sua congénere portuguesa.

Figura 28. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos



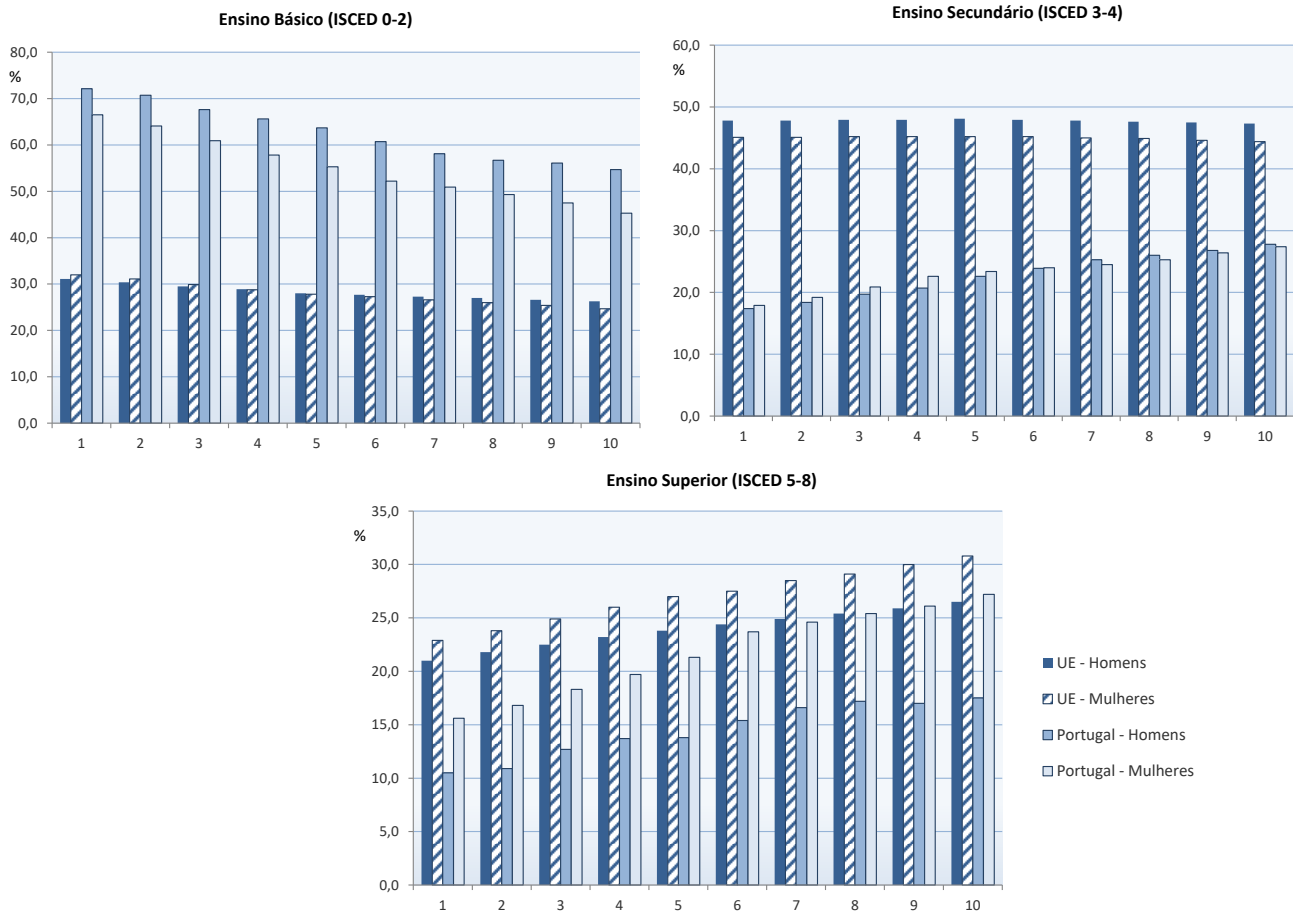
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Ao invés, a população dos 15 aos 64 anos que, na Europa comunitária, detém uma escolaridade até ao 3º Ciclo do Ensino Básico continua a apresentar valores inferiores quando comparada com semelhante população em Portugal.

Relativamente à análise deste tipo de informação, mas por sexo, constata-se que os homens portugueses dos 15 aos 64 anos que detêm, quer uma escolaridade ao nível do 3º Ciclo do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário, têm vindo a apresentar, na última década, valores sempre superiores aos das mulheres nas mesmas condições. Quanto à população europeia, verifica-se igual tendência, em particular no último quinquénio.

Por seu turno, as mulheres portuguesas dos 15 aos 64 anos de idade com o Ensino Superior evidenciam percentagens superiores às registadas pelos homens, sendo de destacar o facto da distância percentual entre as duas categorias ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. De notar que, esta tendência tem sido acompanhada pela média dos conjunto dos países da União.

Figura 29. Evolução dos níveis de educação da população dos 15 aos 64 anos, por sexo

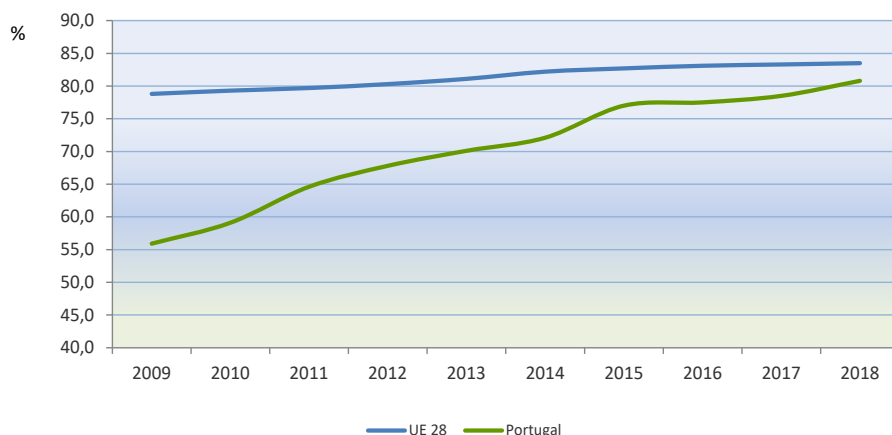


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

População com níveis de educação secundário em Portugal e na UE 28

A percentagem da população portuguesa, entre os 20 e os 24 anos com pelo menos um nível de educação secundário era, em 2018, de 80,8%, cerca de menos 2,7 p.p. do que a média da UE. Contudo, desde o início da série em análise, esta proporção tem vindo a crescer progressivamente e de forma acentuada em Portugal, tendo aumentado, no espaço de dez anos, cerca de 25 p.p.. De salientar que, em Portugal, este acréscimo acentuou-se sobretudo entre 2009 e 2015, tendo-se observado uma certa estabilidade dos valores nos últimos anos.

Figura 30. Evolução da população (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário

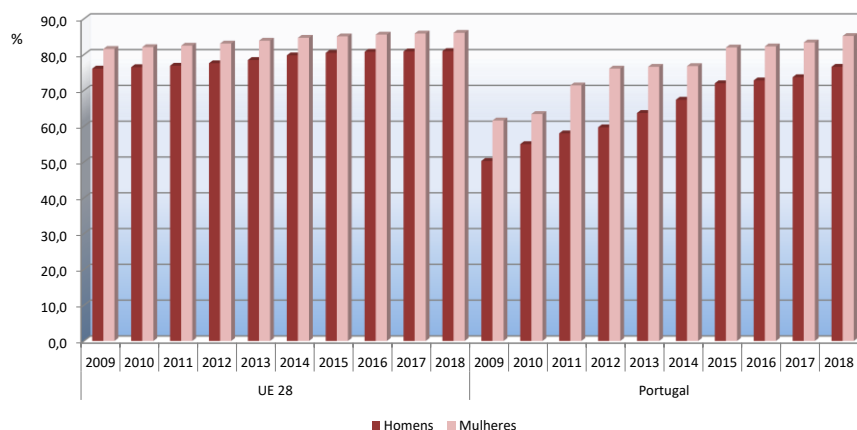


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, em 2018, a percentagem de mulheres jovens que atingiu pelo menos um nível secundário foi mais expressiva do que a dos homens (85,2% de mulheres para 76,6% de homens). Ao longo do período em análise, registou-se um aumento progressivo nesta proporção relativamente a ambos os sexos. Deste modo, no espaço de uma década, a percentagem de homens jovens com pelo menos um nível secundário cresceu 26,3 p.p., enquanto a proporção de mulheres com este nível de ensino aumentou cerca de 23,6 p.p.

Relativamente ao período homólogo, em 2018, a percentagem de mulheres (85,2%) registou um aumento de 1,8 p.p., mantendo assim a tendência de aproximação à média europeia (86,1%). Quanto à população masculina com este nível habilitacional, apesar de um aumento de quase 2,9 p.p. face a 2017, a sua percentagem em 2018 atingiu os 76,6%, mantendo-se inferior à percentagem do conjunto dos 28 países da União (81%).

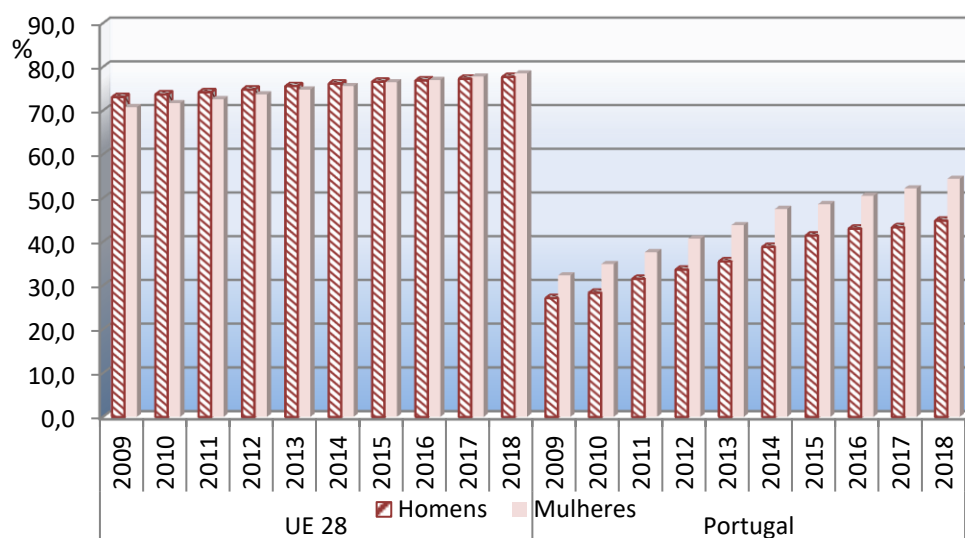
Figura 31. População (20 aos 24 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

No escalão etário dos 25 aos 64 anos, a proporção de pessoas que possuía, pelo menos, um nível de educação secundário era, em 2018, de 49,8%, menos 28,3 p.p. relativamente à proporção registada na média dos países europeus (78,1%).

Figura 32. População (25 aos 64 anos) com pelo menos um nível de educação secundário, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

De notar que, no início do período em análise, essa percentagem era, em Portugal, pouco mais de um terço da percentagem da média europeia, o que reflete uma melhoria bastante significativa no que respeita a este escalão etário no nosso país (cerca de mais 20,1 p.p.).

A proporção de mulheres portuguesas com pelo menos um nível de educação secundário era em 2018, tal como no início da série, superior à dos homens. Por outro lado, na média dos países da UE, neste escalão etário a percentagem de homens ultrapassava a de mulheres, não obstante esta situação se ter invertido a partir de 2016. Em Portugal, entre 2009 e 2018, a diferença da proporção entre géneros aumentou de 5,2 p.p. para 9,6 p.p.

2.1.4. População ativa e taxas de atividade

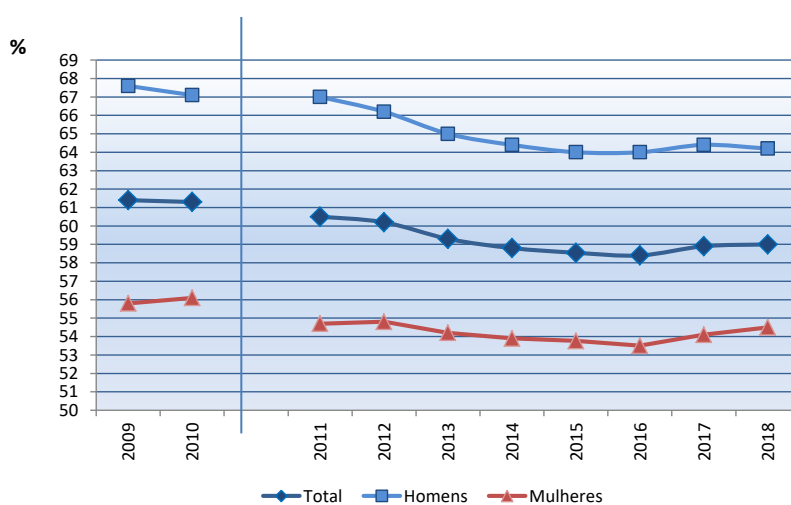
Segundo dados do INE a população ativa no Continente aumentou, entre 2017 e 2018, como já tinha aumentado no ano anterior, embora de forma bastante menos acentuada (0,2%) Esse aumento verificou-se apenas relativamente às mulheres, já que o número de homens ativos diminuiu 0,3%.

No que se refere aos escalões etários a população ativa aumentou apenas a partir dos 45 anos, embora no escalão dos 15 aos 24 anos não tenha diminuído. Os maiores decréscimos verificaram-se nos escalões

dos 25 aos 34 anos e o maior acréscimo no escalão dos 55 aos 64 anos (4,2%), como já vinha acontecendo desde o início da série. Contudo, os ativos entre os 35 os 44 anos diminuíram quase o mesmo que os ativos no escalão dos 25 aos 34 anos, constituindo, para além disso, o único escalão em que esse decréscimo se acentuou.

Em 2018, a taxa de atividade da população com 15 e mais anos era de 59%, tendo crescido apenas ligeiramente relativamente a 2017. Assim, o valor da taxa de atividade era ainda inferior ao registado em 2009.

Figura 33. Evolução das taxas de atividade masculina e feminina



Fonte: INE. Inquérito ao emprego

A taxa de atividade das mulheres que, em 2018, continuava a ser quase 10 p.p. inferior à dos homens, cresceu 0,4 p.p. relativamente a 2017. A taxa de atividade dos homens diminuiu 0,2 p.p.. Ao contrário da taxa de atividade masculina, a taxa feminina aumentou entre 2009 e 2012, depois diminuiu menos e, a partir de 2017 cresceu mais. Em 2018, o valor da taxa de atividade feminina estava pois muito mais próximo do valor verificado no início da série, do que o da taxa masculina.

2.1.4.1. População ativa por escalões etários

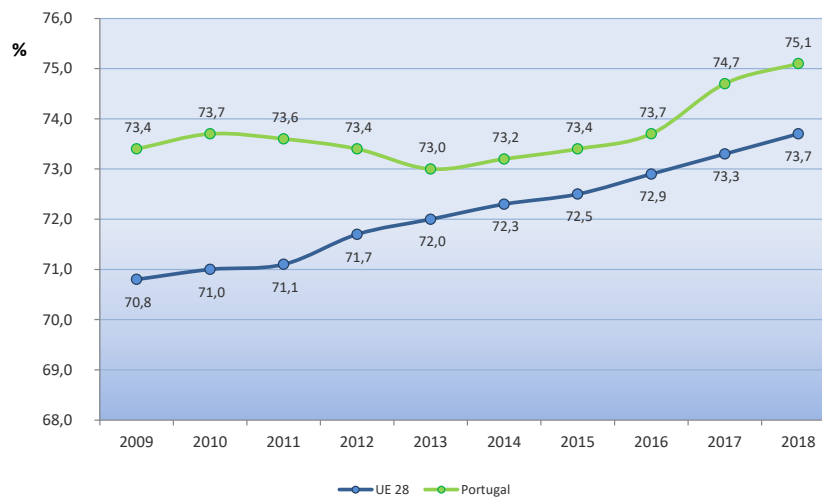
Em 2018, a taxa de atividade cresceu relativamente a todos os escalões etários, sendo esse aumento mais acentuado no escalão dos 55 aos 64 anos (+1,9 p.p.), seguido pelo escalão dos 25 aos 34 anos (+0,4 p.p.) (escalão em que, contudo, o número de ativos diminuiu). O escalão entre os 15 e os 24 anos registou um aumento de 0,1%. No escalão dos 55 aos 64 anos esse aumento respeitou apenas à taxa de atividade feminina (+3,8 p.p.) e, nos dois escalões mais novos, apenas à taxa de atividade masculina.

Nos dez anos em análise a taxa de atividade aumentou praticamente sempre, nos escalões acima dos 34 anos enquanto, nos escalões mais jovens, só começou a aumentar a partir de 2017. Ao contrário dos restantes escalões etários, o escalão entre os 15 e os 24 anos registava ainda, em 2018, uma taxa de atividade bastante inferior a 2009.

2.1.4.2. Taxas de atividade em Portugal e na União Europeia

Portugal tem evidenciado taxas de atividade superiores à média dos 28 países da União desde o início da série. Em Portugal, a taxa de atividade tem mantido uma certa estabilidade, apresentando valores em torno dos 73% e 74%, ao contrário do que vem sucedendo com a média dos países europeus, que tem registado uma subida progressiva das respetivas taxas de atividade, alcançando 73,7% em 2018.

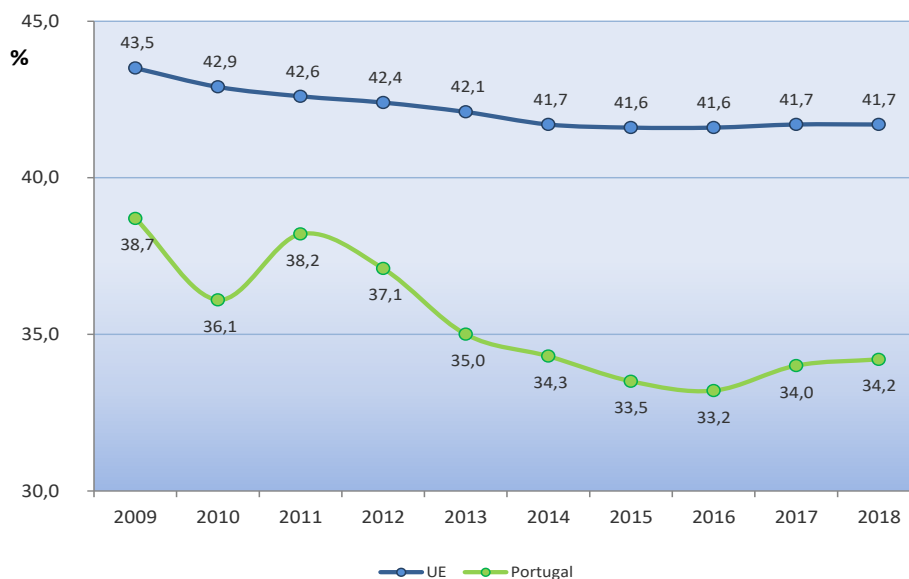
Figura 34. Evolução da taxa de atividade



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Relativamente à taxa de atividade dos jovens, enquanto a taxa de atividade dos jovens na União apresenta uma certa estabilidade dos respetivos valores médios, entre os 43,5% e os 41,7%, a taxa de atividade dos jovens portugueses tem vindo a registar, nos últimos anos, um decréscimo sucessivo, apesar da ligeira oscilação em 2011 e 2012.

Figura 35. Evolução da taxa de atividade dos jovens (15 aos 24 anos)



Fonte: Eurostat, Base de dados Labour Force Survey

2.1.4.3. População ativa por níveis de escolaridade completos

No Continente, em 2018, os ativos com até ao ensino básico representavam 45,4% do total, os ativos com o ensino secundário, cerca de 27,9% e os ativos com o ensino superior, 26,7%. Entre 2009 e 2018, a percentagem dos ativos com até ao ensino básico diminuiu em cerca de 22,4 p.p. enquanto a percentagem de ativos com o ensino secundário ou mais aumentava de forma quase equitativa (cerca de 11 p.p.).

Em 2018, a proporção de mulheres ativas com o ensino superior continuava a ser bastante superior à dos homens. (+13 p.p.) Em 2018, a taxa de atividade da população com o ensino básico era de 45,4%, a taxa de atividade da população com o ensino secundário era de 74,8% e ambas diminuíram, relativamente ao ano anterior, ao contrário da taxa de atividade da população com o ensino superior, que era de 83,2%, e cresceu 1,1 p.p. relativamente a 2017, devido sobretudo ao aumento de 1,5 p.p. na taxa de atividade feminina.

A taxa de atividade da população com até ao ensino básico diminuiu, nos últimos 10 anos, tendo diminuído, a partir de 2011, cerca de 1,1 p.p. anualmente.

2.1.4.4. População ativa por regiões

Tal como no ano anterior, em 2018, a população ativa cresceu em todas as regiões do Continente, excepto na região do Algarve (que, entre 2016 e 2017 foi a a região onde o número de ativos mais

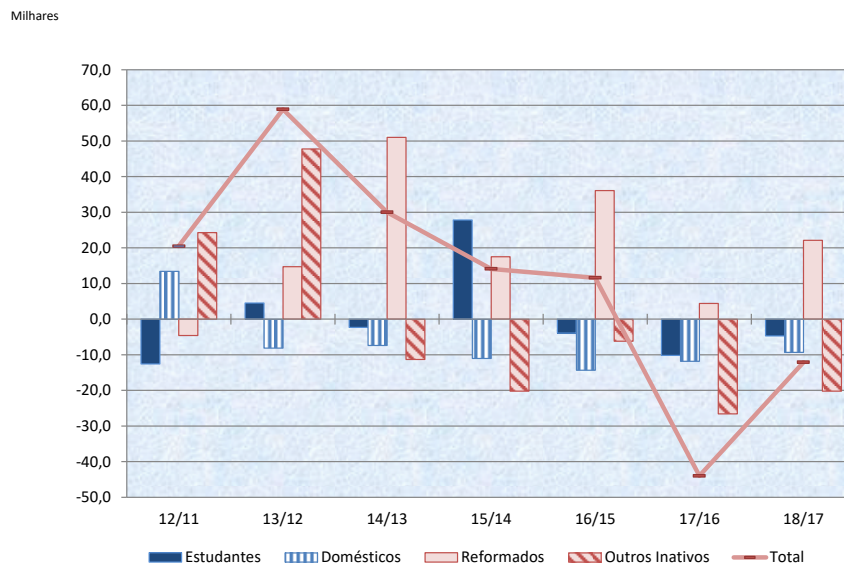
creceu). Por outro lado, a área metropolitana de Lisboa, que foi a região onde o número de ativos cresceu menos no ano anterior, registou, em 2018, o acréscimo mais acentuado. Refira-se ainda que o número de ativos homens diminuiu, em todas as regiões, excepto na área metropolitana de Lisboa.

Entre 2011 e 2018, a população ativa decresceu em todas as regiões. A região onde a percentagem desse decréscimo foi mais acentuada, foi o Alentejo. Em contrapartida, na área metropolitana de Lisboa, esse decréscimo foi de apenas 0,7%.

2.1.5. População Inativa

Em 2018, a população inativa com 15 e mais anos no Continente totalizava cerca de 3.454 mil pessoas, menos cerca de 12 mil pessoas que no ano anterior. Metade destes inativos eram reformados e 22% eram estudantes. Os “outros inativos” e os “domésticos” representavam 18% e 10%, respetivamente, tendo sido estas as categorias que mais decresceram, relativamente a 2017. A única categoria que aumentou, no último ano, foi a dos reformados, aliás como já vinha acontecendo desde 2016.

Figura 36. Variação da população inativa com 15 e mais anos por categorias (2011-2018)



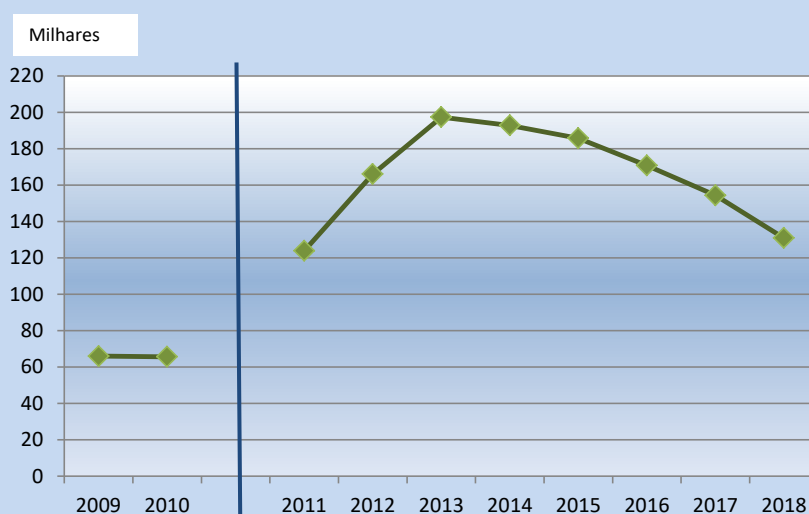
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2009 e 2016 a população inativa aumentou, sobretudo entre 2012 e 2013 e, nos dois últimos anos diminuiu. Entre 2011 e 2013 esse crescimento deveu-se em primeiro lugar ao aumento no número dos “Outros inativos” e, a partir daí, ao crescimento do número de “reformados”, embora entre 2014 e 2015 os “Estudantes” tenham aumentado também significativamente.

INATIVOS DISPONÍVEIS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO

Em 2018, no Continente, os inativos “disponíveis que não procuravam emprego” (aqueles que, não tendo procurado emprego nas últimas 3 semanas antes do inquérito, não foram contabilizados como desempregados mas como inativos) constituíam cerca de 5% do total de inativos, ou seja cerca de 168,8 mil pessoas.

Figura 37. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego

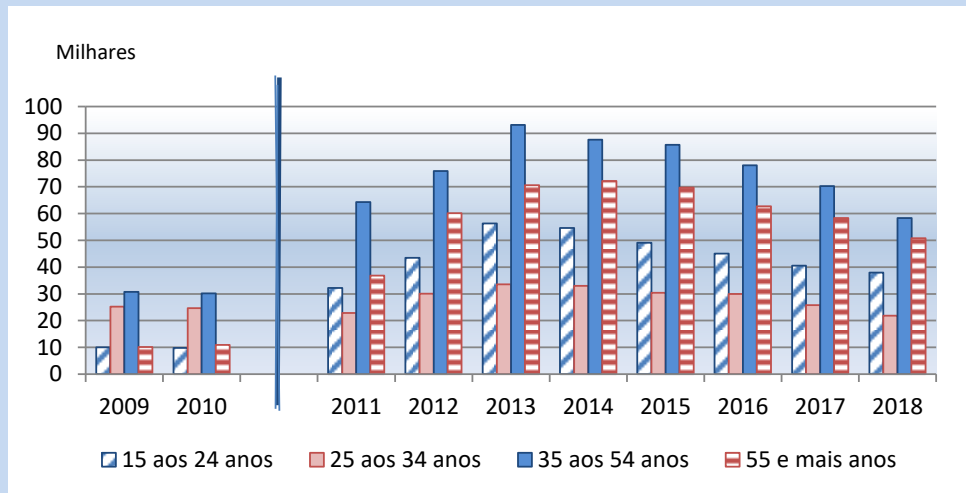


Fonte: INE. *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2013 o número destes inativos aumentou em mais de 50%, mas a partir daí, decresceu de forma progressivamente mais acentuada, tendo diminuído em 13,4% entre 2017 e 2018. De qualquer modo, em 2018, o número destes inativos era ainda superior a 2011.

O número de mulheres inativas disponíveis que não procurava emprego manteve-se superior ao dos homens ao longo de toda a série. Entre 2011 e 2013, os homens cresceram percentualmente mais mas depois, até 2017, diminuíram também percentualmente mais. Contudo, entre 2017 e 2018, os inativos homens desta categoria cresceram em 13,7% enquanto as mulheres diminuíram 34%. Deste modo, o número de mulheres nesta categoria era já inferior ao verificado em 2011 enquanto o número de homens se mantinha ainda bastante superior.

Figura 38. Evolução da população inativa disponível que não procura emprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2018, 34,5% destes inactivos tinha entre 35 e 54 anos. Seguiam-se os escalões dos 55 e mais anos (30%) e 15 e os 24 anos (22,5%). Relativamente ao ano anterior o número de inactivos diminuiu em todos os escalões. Refira-se que, no que se refere ao escalão dos 35 aos 54 anos, o número destes activos homens aumentou, em 72,5% enquanto o número de mulheres diminuía em 58,4%.

Ao contrário do que se verificava relativamente aos outros escalões etários, em 2018, o número destes inactivos nos escalões entre os 15 e os 24 e os 55 e mais anos eram ainda superiores aos registados em 2011.

Em 2018, no Continente, os inativos disponíveis que não procuravam emprego e que possuíam o ensino básico representavam 60% do total desta categoria. Os que possuíam o ensino secundário constituíam 26% e os que tinham o ensino superior, 12%. Relativamente a 2017, todas as categorias diminuíram, sobretudo a dos que possuíam o ensino básico (16,6%) e depois a dos que possuíam o ensino superior (12%).

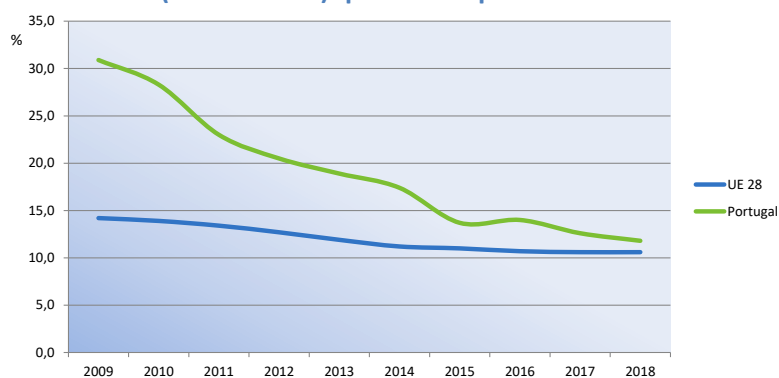
Entre 2011 e 2018, o número de inactivos disponíveis com o ensino básico diminuiu em 11%. Já o número de inactivos desta categoria com o ensino secundário e superior cresceu em cerca de 60%.

2.1.6. População jovem: abandono escolar precoce e população jovem que não trabalha nem estuda (NEEF) em Portugal e na União Europeia

2.1.6.1. Saída escolar precoce

A proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico e que já não frequenta escola ou outro tipo de formação tem diminuído progressivamente em Portugal e de forma bastante mais acentuada do que na média dos países europeus, embora seja ainda superior à observada relativamente à média da UE.

Figura 39. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola

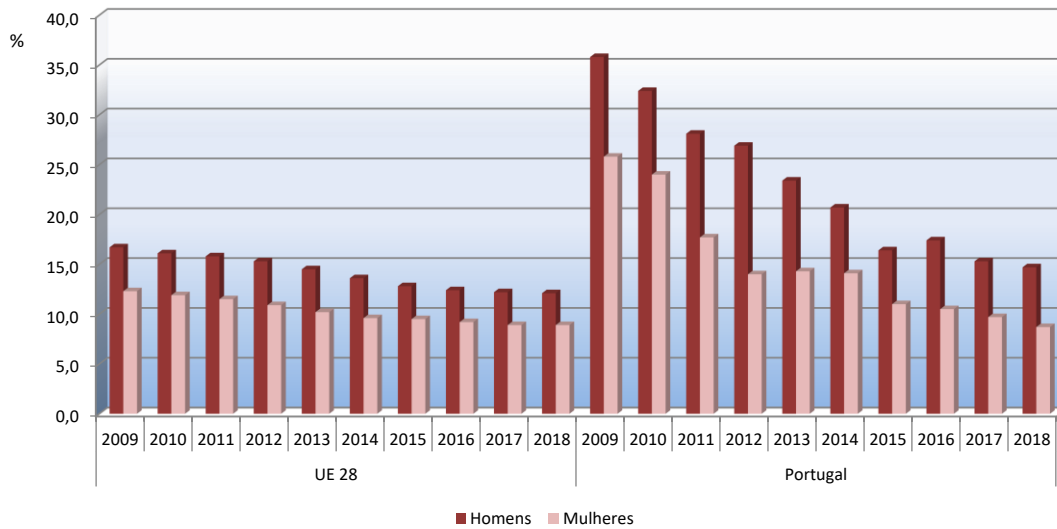


Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em Portugal, a proporção de jovens que saíram precocemente da escola, ou seja, da população de 18 a 24 anos que já não frequenta a escola ou outro tipo de formação e cujo nível de estudos não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico, diminuiu de 30,9% em 2008 para 11,8% em 2018, tendo-se aproximado da média dos 28 países da UE que, em 2018, se fixou nos 10,6%.

Uma análise mais detalhada permite evidenciar que a percentagem de homens que abandona precocemente a escola é muito superior à percentagem de mulheres, tanto para Portugal como para o conjunto dos países da União. Com efeito, em 2018, a percentagem masculina dos que saíram precocemente da escola foi superior à feminina, apesar dessa diferença ter sido mais pronunciada em Portugal (mais 3,3 p.p. no que respeita à média da UE e mais 6 p.p. em Portugal).

Figura 40. Jovens (18 a 24 anos) que saíram precocemente da escola, por sexo



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

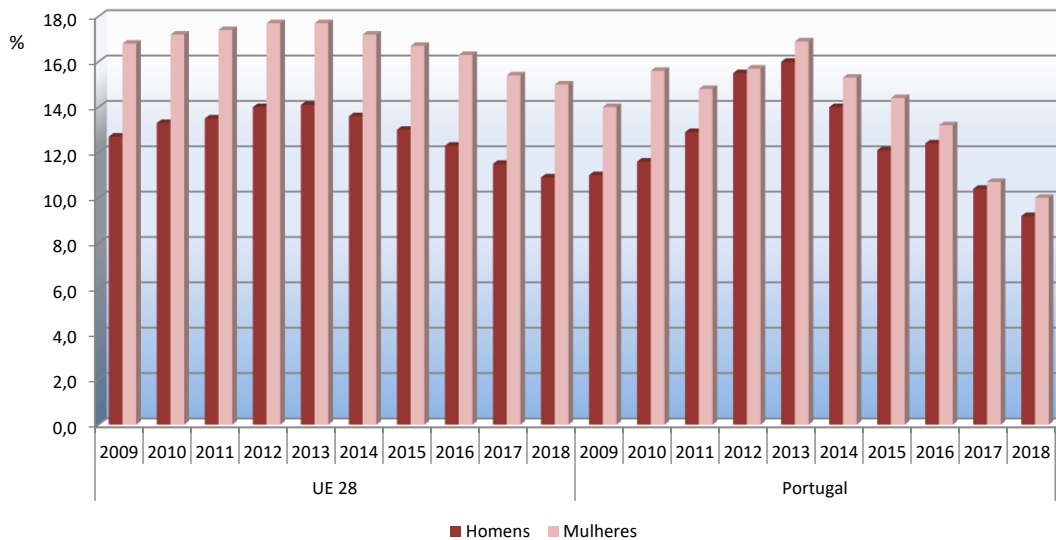
Por outro lado, desde 2009, a percentagem de homens portugueses que abandonaram precocemente a escola tem diminuído de forma mais acentuada, quando comparada com o decréscimo verificado na percentagem de mulheres. Assim, entre 2009 e 2018, a percentagem masculina evidenciou uma redução de 21,1 p.p., enquanto na feminina se constatou uma descida de 17,1 p.p. Refira-se ainda que, no conjunto dos países da UE, estas diferenças assumiram uma menor expressão, tendo a percentagem de homens que saíram precocemente da escola diminuído 3,9 p.p., entre 2009 e 2018, enquanto a das mulheres decresceu 3,4 p.p., no mesmo período de análise.

2.1.6.2. População jovem que não trabalha nem estuda (NEEF⁸)

Considerando a percentagem de jovens NEEF, entre os 15 e os 29 anos de idade, evidencia-se um acréscimo deste tipo de população jovem até 2013, quando atinge a percentagem máxima do período em análise (16,4% em Portugal e 15,9 na União), tendo vindo, desde então, a diminuir. De salientar que, em 2018, 9,6% da população portuguesa, entre os 15 e os 29 anos, não se encontrava a trabalhar, nem a estudar ou a frequentar outro tipo de formação, valor inferior à média europeia que registou mais 3,3 p.p. (12,9%).

⁸ NEEF – Jovens Não Empregados que não estão em Educação ou Formação.

Figura 41. População jovem NEEF (15 a 29 anos), por sexo



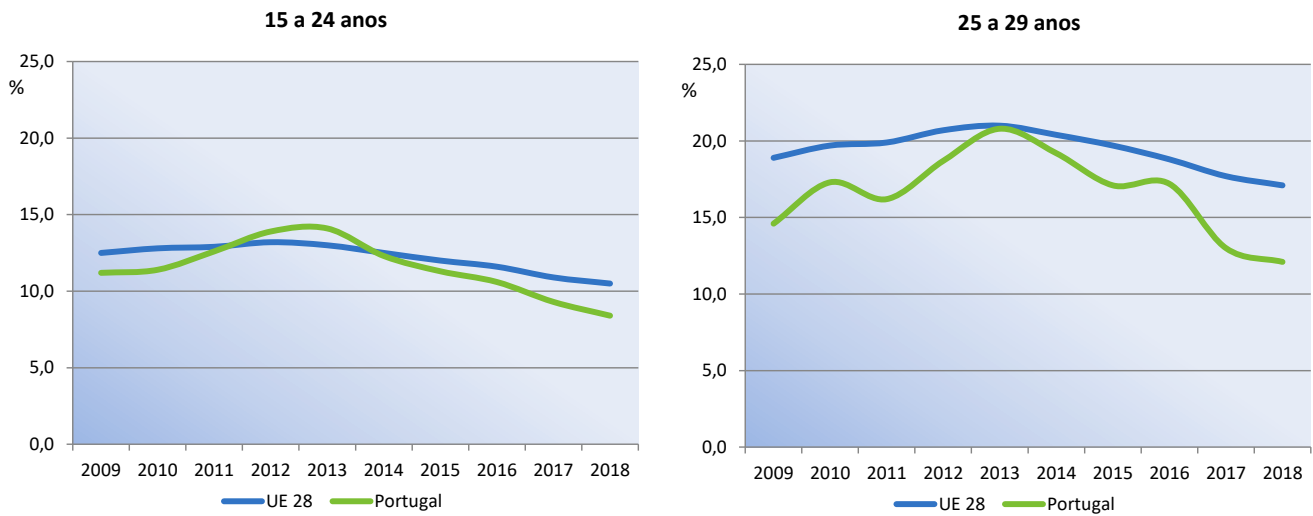
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Por outro lado, a análise desta informação, por sexo, evidencia o facto de, em geral, tanto em Portugal como na União Europeia, a população feminina NEEF apresentar percentagens superiores quando comparada com a população masculina nas mesmas condições. De notar que, relativamente a estes jovens NEEF, dos 15 aos 29 anos, a diferença percentual entre as mulheres e os homens é mais expressiva no conjunto dos países da União do que em Portugal. Com efeito, no que concerne à população jovem NEEF, nos últimos anos em Portugal, verificou-se uma aproximação dos valores percentuais de ambos os sexos.

Numa análise mais desagregada deste tipo de população por escalão etário, em 2018, constata-se que a população jovem NEEF se concentra nas idades entre os 25 e os 29 anos, tanto em Portugal (12,1%), como no seio da Europa comunitária (17,1%), tendo, na última década, aumentado progressivamente até 2013, ano em que se inverteu esta tendência. Refira-se ainda que, neste grupo etário a percentagem de mulheres, em 2018, continuou a ser superior à dos homens, quer em Portugal (mais 2,3 p.p.), quer sobretudo no conjunto dos 28 países da união (mais 9,6 p.p.).

Considerando a população jovem NEEF por níveis de ensino, em 2018, verifica-se que, em Portugal, os níveis de escolaridade do ensino secundário (10,3%) e superior (9,8%) apresentaram percentagens mais elevadas, dado que a proporção da população entre os 15 e os 29 anos que não trabalha nem estuda e que detém o ensino básico registou 8,9%. De notar que, esta foi a categoria que apresentou maior decréscimo no espaço de uma década.

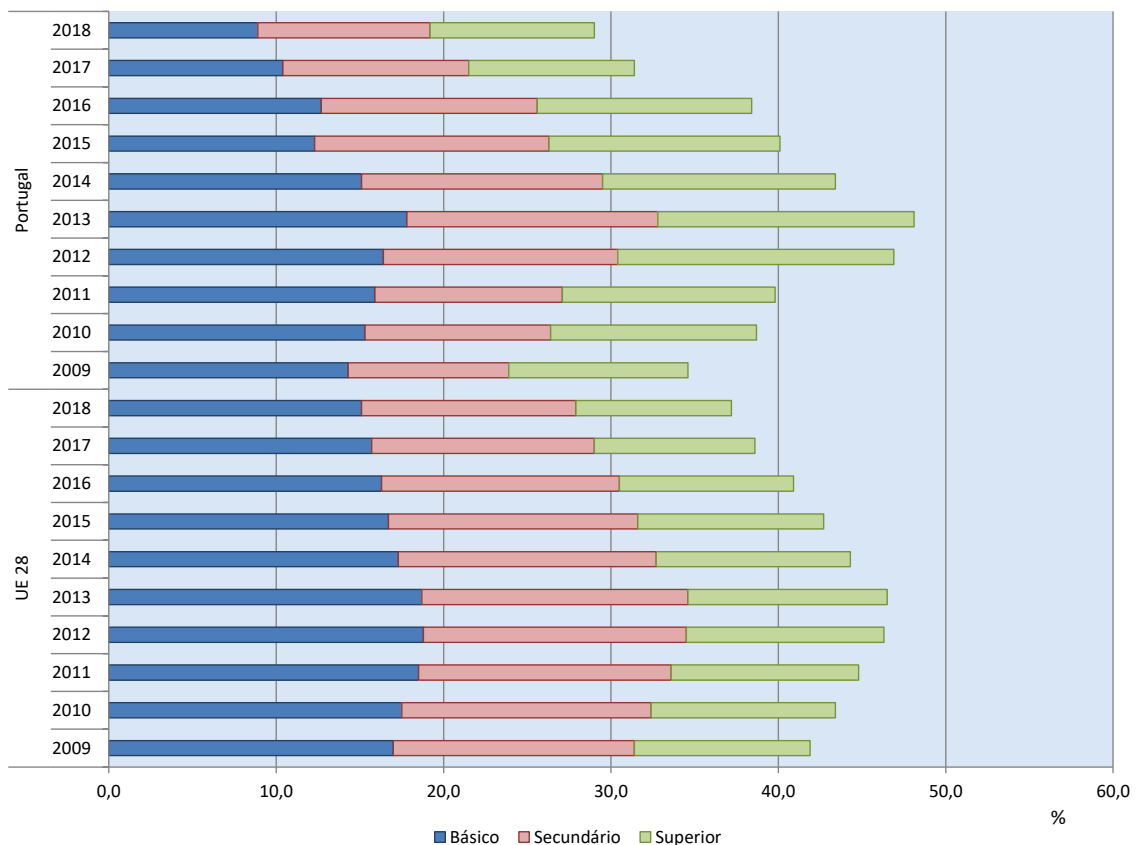
Figura 42. População jovem NEEF



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Ao contrário de Portugal, a União, no conjunto dos seus 28 Estados-membros, apresentou uma tendência oposta, com os jovens NEEF de 15 a 29 anos que apenas têm o ensino básico a registar a percentagem mais elevada (15,1%), enquanto os do ensino superior apresentam o valor com menor expressão (9,3%).

Figura 43. População jovem NEEF, por níveis de ensino



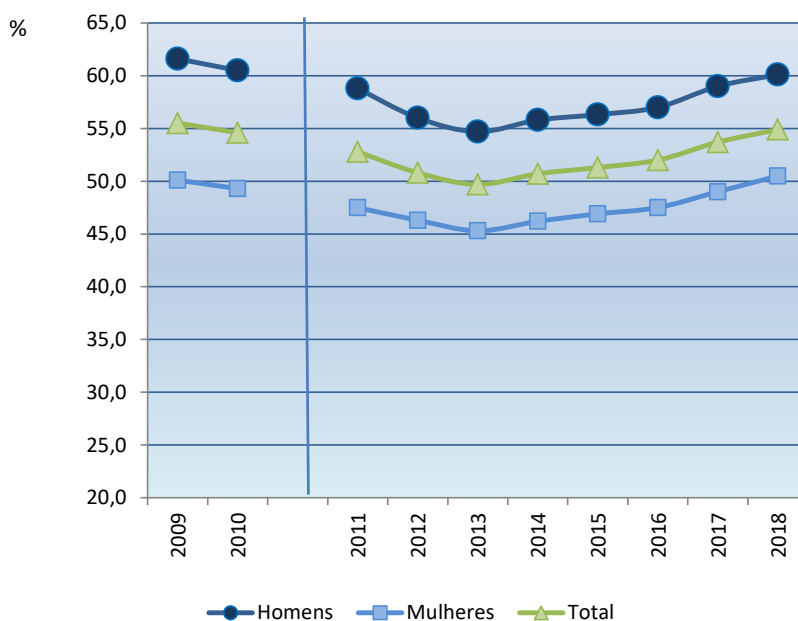
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.2. Emprego

2.2.1. Emprego e taxas de emprego

De acordo com o *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2018, estavam empregadas, no Continente, 4.631,1 mil pessoas. Relativamente a 2017, o número de empregados cresceu em 2,3% (mais cerca de 104,6 mil indivíduos) ou seja, de forma menos acentuada do que no ano anterior. Os homens continuavam a representar 51% do total destes empregados mas, entre 2017 e 2018 o número de mulheres empregadas cresceu percentualmente bastante mais (2,9% e 1,7%, respetivamente). Aliás, entre 2009 e 2018 o número de homens diminuiu mais, até 2013, e depois, a partir daí, aumentou menos pelo que, ao contrário das mulheres, o seu número, em 2018, era ainda inferior ao verificado em 2011.

Figura 44. Taxa de Emprego por sexo



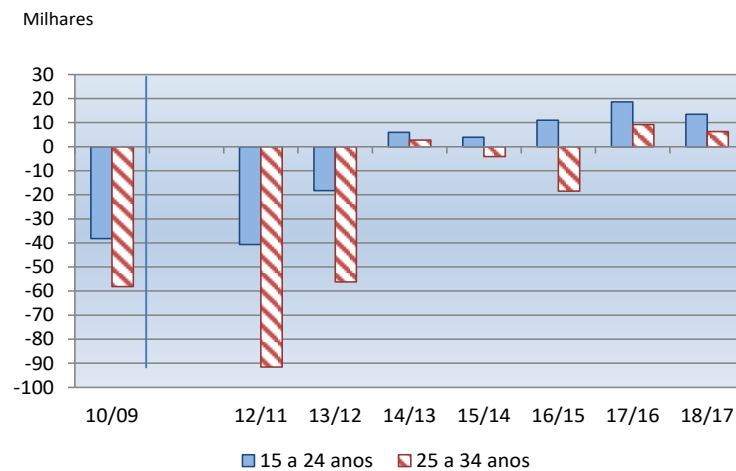
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2018, a taxa de emprego (15 e mais anos) era de 54,9% sendo a taxa de emprego masculina cerca de 10 p.p. mais alta do que a feminina. A taxa de emprego masculina diminuiu mais do que a feminina, entre 2009 e 2013, mas depois, e ao contrário do que se verificou relativamente ao número de empregados, aumentou mais. Em 2018, a taxa de emprego feminina atingiu o valor registado em 2009.

2.2.1.1 Emprego por escalões etários

Entre 2017 e 2018 a população empregada no Continente cresceu, em todos os escalões etários, excepto no escalão dos 35 aos 44 anos. Esse crescimento foi contudo menos acentuado do que entre 2016 e 2017. Os escalões em que o emprego mais cresceu, percentualmente, foram o escalão entre os 55 e os 64 anos (6,5%) e depois o escalão entre os 15 aos 24 anos (5%). O escalão em que o emprego menos aumentou, em termos percentuais, foi os dos 25 aos 34 anos (0,7%).

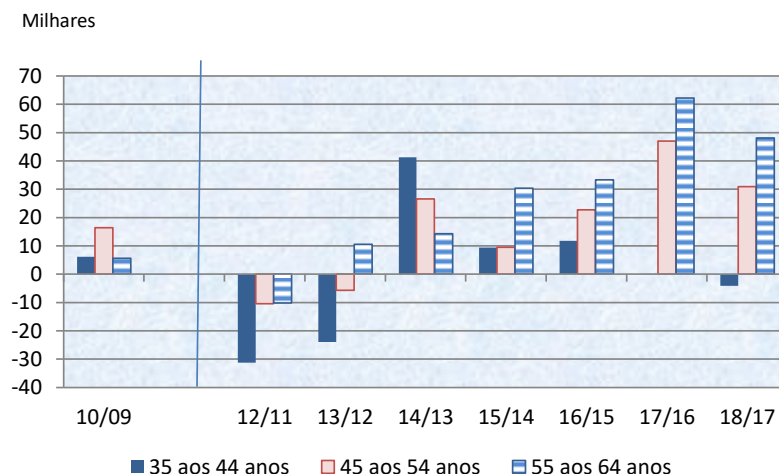
Figura 45. Variação da População Empregada 15 aos 34 anos 2009-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No escalão entre os 15 e os 24 anos o emprego diminuiu acentuadamente, entre 2009 e 2013. Depois, embora tenha crescido sempre, só nos dois últimos anos cresceu de forma mais significativa. Quanto ao emprego no escalão dos 25 aos 34 anos, só começou a aumentar nos dois últimos anos, sendo o escalão que menos cresceu, percentualmente, entre 2009 e 2018.

Figura 46. Variação da População Empregada entre os 35 e os 64 anos 2009-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

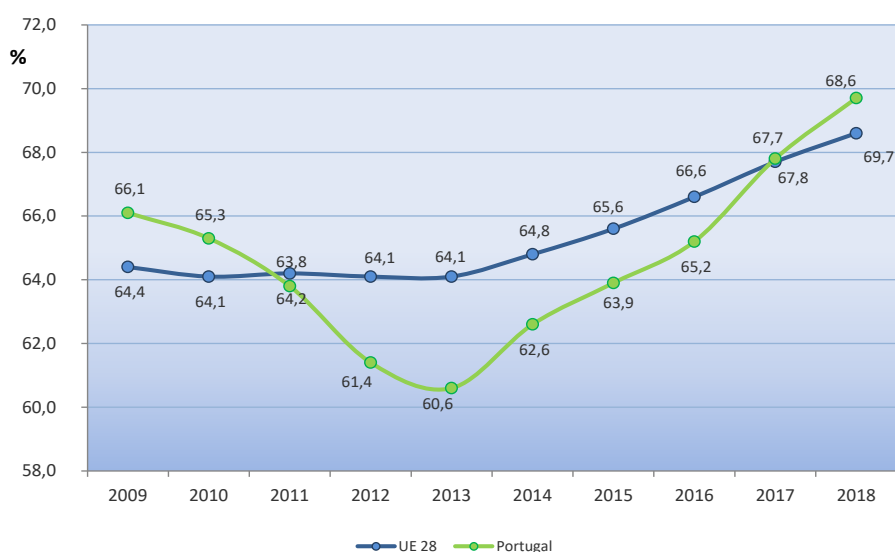
Já nos escalões entre os 35 e os 64 anos, o único escalão a registar decréscimos mais significativos, até 2013, foi o escalão dos 35 aos 44 anos. Em 2013, este foi o escalão que mais cresceu, mas depois esse crescimento foi-se atenuando até 2017 e, no último ano, voltou a decrescer. Nos dois escalões seguintes o emprego cresceu sempre, a partir de 2013, sobretudo no escalão dos 55 aos 64 anos.

A análise das taxas de emprego por escalões etários permite constatar que, entre 2017 e 2018, esta cresceu em todos os escalões, designadamente no escalão dos 55 aos 64 anos (3,1 p.p.) e no escalão dos 25 aos 34 anos (2,5 p.p.) Deste modo, e, 2018, em todos os escalões entre os 25 e os 64 anos a taxa de emprego situava-se bastante acima do valor registado em 2009 (cerca de 5 p.p. para a generalidade dos escalões e 10 p.p. no escalão dos 55 aos 64 anos).

2.1.1.2. Taxas de Emprego em Portugal e na União Europeia

No decurso da primeira década deste século, Portugal evidenciou taxas de emprego sempre superiores às da média do conjunto de países da UE. Todavia, em 2011, verificou-se uma inversão desta situação, com a taxa de emprego portuguesa a fixar-se abaixo dos valores da média europeia.

Figura 47. Evolução da taxa de emprego



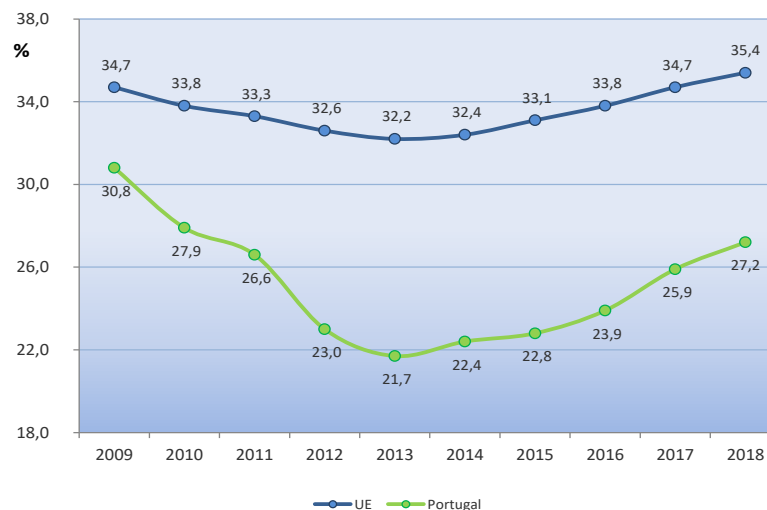
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Assim, a taxa de emprego em Portugal, que, na primeira década do século, atingira valores superiores à média europeia, decresceu progressivamente desde esse ano, tendo registado o valor mais baixo, do período em análise, em 2013 (60,6%), apesar de em 2017 ter subido 8 p.p. face a 2013. Relativamente à taxa de emprego europeia, pela primeira vez, em 2011, esta foi superior à registada em Portugal, tendência que se manteve até 2016, dado que, em 2017, a taxa de emprego portuguesa ultrapassou em 0,2 p.p. a sua congénere europeia.

A evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos) apresenta algumas semelhanças com a evolução registada para a população em geral. Os valores médios da taxa de emprego dos jovens na UE têm apresentado alguma estabilidade, ao contrário dos valores relativos a Portugal que registaram um decréscimo acentuado até 2013, não obstante terem iniciado uma trajectória ascendente desde então.

Com efeito, nos últimos anos, a taxa de emprego dos jovens portugueses passou de 30,8%, em 2009, para 27,2%, em 2018, permanecendo ainda distanciada da da média europeia (34,7%, em 2009, e 35,4%, em 2018). De salientar que, desde 2013, ano em que Portugal registou o valor mais baixo desta série (21,7%), tem-se verificado um aumento gradual da taxa de emprego dos jovens.

Figura 48. Evolução da taxa de emprego dos jovens (15 aos 24 anos)



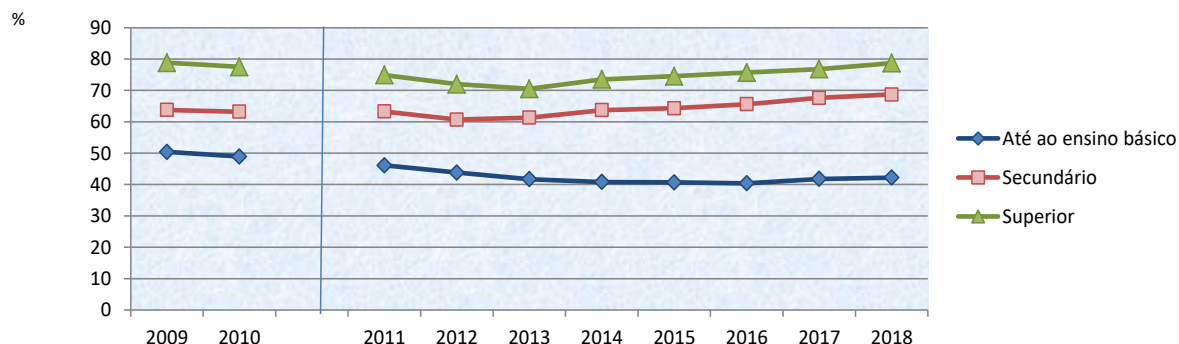
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

2.2.1.3. População empregada por níveis de escolaridade

Em 2017, no Continente, a população empregada com o ensino básico representava 45,4% do total. A percentagem de empregados com o ensino secundário e com o ensino superior era praticamente equivalente (cerca de 27%),

Entre 2017 e 2018 o número de pessoas empregadas com o ensino básico diminuiu. Já a população empregada com o ensino secundário e superior cresceu, tendo a população empregada com o ensino superior aumentado quase o dobro do ano anterior.

Figura 49. Taxas de emprego por nível de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

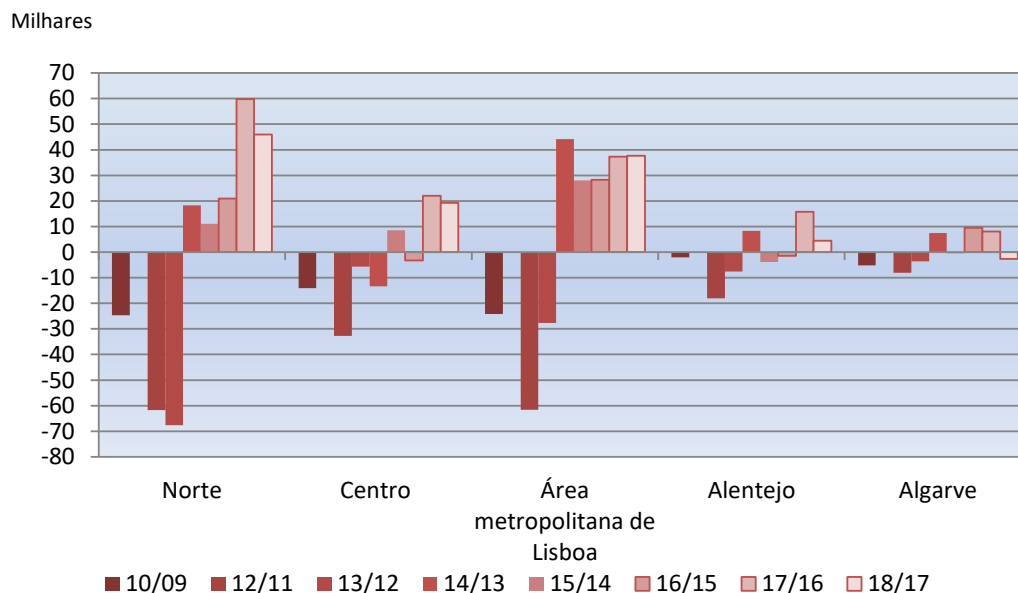
Em 2018, a taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico era de 42,2%, a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário de era 68,7% e a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior era 78,7%.

A taxa de emprego dos indivíduos que possuíam o ensino básico decresceu consecutivamente, entre 2008 e 2016, tendo aumentado nos dois últimos anos. Já a taxa de emprego dos indivíduos com o ensino secundário não registou praticamente decréscimos, tendo registado o maior aumento entre 2013 e 2014. Assim, a partir de 2014 o valor da taxa de emprego para a população com o ensino secundário ultrapassou o valor registado em 2009. Quanto à taxa de emprego dos indivíduos com o ensino superior, esta diminuiu, até 2013, também cresceu consideravelmente, entre 2013 e 2014, e depois aumentou em cerca de 1 p.p por ano até 2017. Entre 2017 e 2018, contudo, registou um crescimento de quase 2 p.p.. Deste modo, em 2018. a taxa de emprego para a população com o ensino superior atingiu o valor registado em 2009.

Em 2018, a taxa de emprego masculina era bastante mais elevada do que a feminina na população com até ao ensino secundário, sendo essa diferença de cerca de 17,1 p.p na população com até ao ensino básico. Na população com o ensino superior a taxa era já praticamente equivalente para ambos os sexos, embora a taxa de emprego feminina tivesse registado um crescimento em 2,2 p.p. enquanto a taxa masculina aumentava em 1,5 p.p.

2.2.1.4. Emprego por regiões

Figura 50. Variação do emprego por regiões do Continente -2009-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

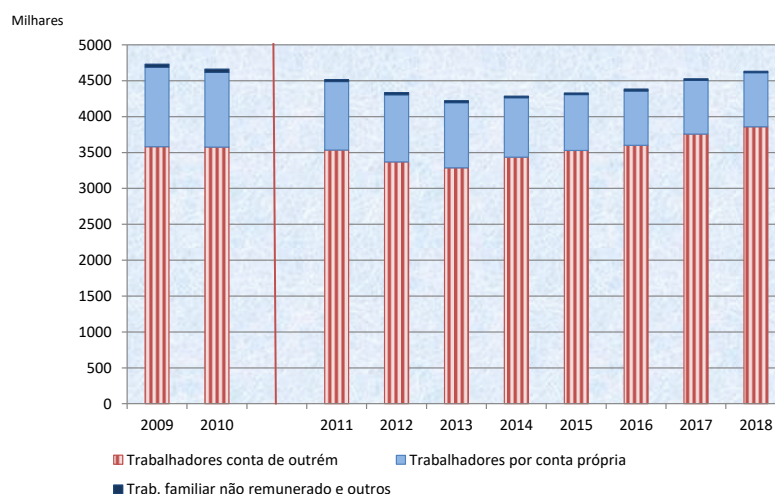
Em 2018, a maior percentagem da população empregada continuava a concentrar-se no Norte (36,7% do total no Continente), seguindo-se a Área metropolitana de Lisboa (28,21%) e a região Centro (23,6%). Entre 2017 e 2018, o emprego aumentou em todas as regiões excepto no Algarve. As regiões onde o emprego cresceu percentualmente mais foram, a Área metropolitana de Lisboa (3%) e depois o Norte (2,8%).

O emprego diminuiu em todas as regiões entre 2009 e 2013 e, no Centro e no Alentejo, só cresceu de forma continuada, nos dois últimos anos. Assim, em 2018, o número de pessoas emprego nessas duas regiões era ainda inferior a 2011.

2.2.1.5. População empregada por situação na profissão

No Continente, em 2018, 3.859,6 mil indivíduos trabalhavam por conta de outrem, representando 83,3% do total de empregados, 752,7 mil trabalhavam por conta própria (16,3% do total) e 18,8 mil eram trabalhadores familiares não remunerados. Cerca de 70% dos trabalhadores por conta própria (TCP) trabalhavam isoladamente.

Figura 51. Evolução da População Empregada por situação na profissão



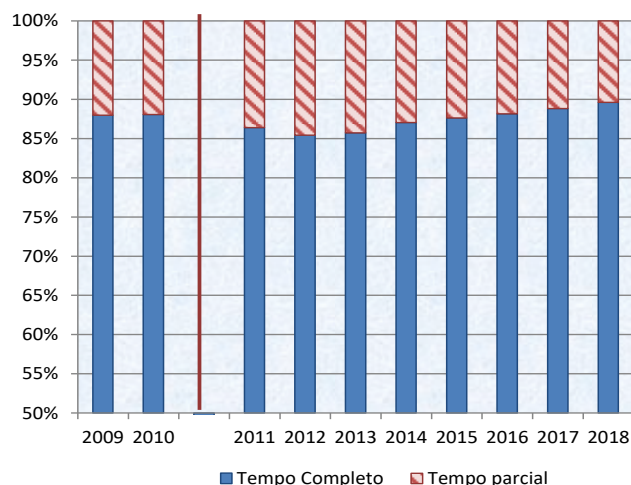
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2018, o número de trabalhadores por conta de outrem (TCO) aumentou em cerca de 103,2 mil pessoas (2,7%) e o número de trabalhadores por conta de outrem (TCP) em cerca de 3 mil pessoas (0,4%) pela primeira vez, desde o início da série). Registe-se que, relativamente aos TCP, esse aumento respeitou apenas à subcategoria dos TCP empregadores (+9,5 mil pessoas) já que o número dos TCP isolados decresceu.

2.2.1.6. População empregada por tempo de duração de trabalho

Em 2018, 89,6% da população empregada trabalhava a tempo completo. Esta categoria de empregados cresceu 3,2% relativamente ao ano anterior, ou seja, aumentou em cerca de 129,4 mil pessoas. A população empregada a tempo parcial diminuiu em 4,9% (menos 25 mil pessoas).

Figura 52. Percentagem da população empregada por tempo de duração do trabalho



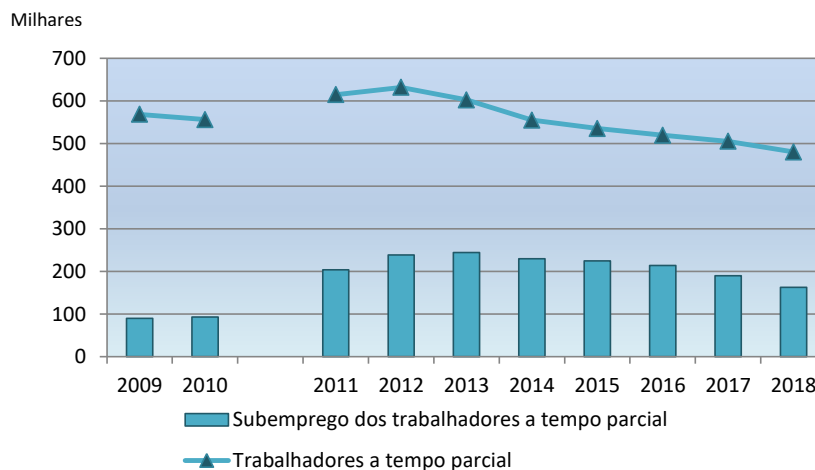
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

A população empregada a tempo completo começou a aumentar a partir de 2013, tendo registado um aumento de 6,4% entre 2011 e 2018. Já a população empregada a tempo parcial, diminuiu em cerca de 22%, no mesmo período.

Os homens continuavam a constituíam a maioria dos trabalhadores a tempo completo e as mulheres a maioria dos trabalhadores a tempo parcial. Contudo, entre 2017 e 2018 as mulheres que trabalhavam a tempo completo aumentaram praticamente o dobro dos homens e as que trabalhavam a tempo parcial diminuíram também cerca de duas vezes mais.

Em 2018, no Continente, 33,8% das 480,4 mil pessoas que trabalhavam a tempo parcial estavam disponíveis para trabalhar mais horas, ou seja, estavam numa situação de subemprego. Entre 2017 e 2018, os trabalhadores subempregados diminuíram em 14,5%, o que corresponde a menos cerca de 27,5 mil pessoas. Os trabalhadores a tempo parcial subempregados começaram a diminuir em 2013 e, de forma mais acentuada a partir de 2015. Entre 2011 e 2018 esta subcategoria de trabalhadores decresceu em 20,4%.

Figura 53. Evolução do emprego a tempo parcial e do subemprego a tempo parcial 2009-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

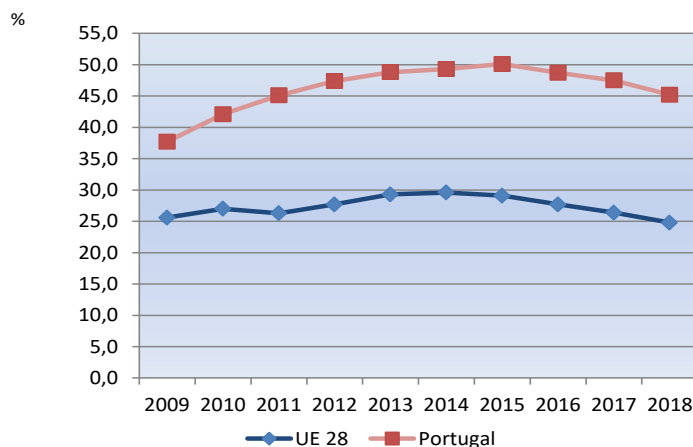
Percentagem da população subempregada no total da população empregada a tempo parcial em Portugal e na UE 28

Comparando a percentagem de pessoas empregada a tempo parcial (15 aos 64 anos) em situação de subemprego⁹ em **Portugal** e na média dos países da União Europeia verifica-se que, entre 2009 e 2018, essa percentagem manteve-se sempre muito mais elevada em Portugal. Para além disso, na UE 28 essa

⁹ Na designação do EUROSTAT: “Emprego a tempo parcial involuntário”.

percentagem só cresceu com algum significado entre 2011 e 2014 e depois diminuiu, registando, em 2018, um valor inferior a 2009. Já em Portugal, essa percentagem cresceu sistematicamente e de forma bastante mais acentuada, entre 2009 e 2015 e, em 2018, apresentava ainda um valor bastante superior ao verificado no início da série.

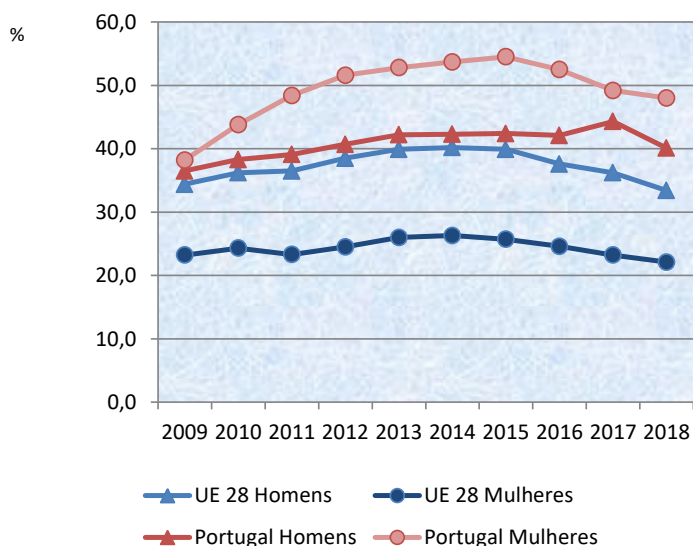
Figura 54. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial (15 aos 64 anos)



Fonte: EUROSTAT, Labour Force Survey

No que se refere às diferenças entre sexos regista-se que a evolução da percentagem de homens em situação de subemprego foi muito semelhante, em Portugal e na UE a 28, ao longo da série.

Figura 55. Percentagem de pessoas empregadas em situação de subemprego no total das pessoas empregadas a tempo parcial por sexo



Fonte: EUROSTAT, Labour Force Survey

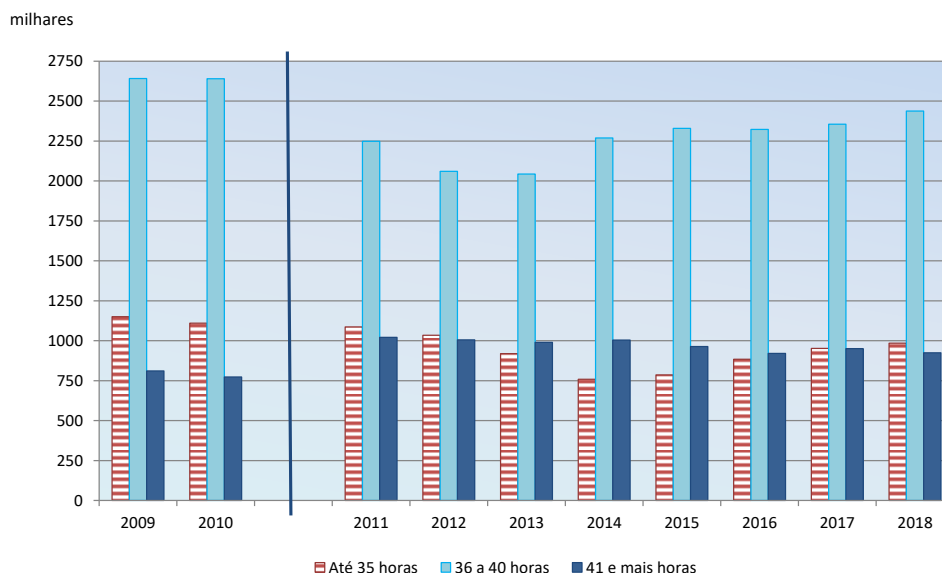
Já no que se refere às mulheres, enquanto na EU 28 a percentagem de mulheres em situação de subemprego se manteve mais de 10 p.p. inferior à dos homens, tendo aumentado menos, entre 2011 e 2014, em Portugal, pelo contrário, a percentagem de mulheres em situação de subemprego não só foi sempre superior à dos homens, como aumentou bastante mais, entre 2009 e 2015.

- *Por escalão de duração semanal de trabalho*

Em 2018, 52,6% da população empregada no Continente trabalhava habitualmente entre 36 a 40 horas. A percentagem de indivíduos que trabalhavam habitualmente até 35 horas era de 21,3% e a dos indivíduos que trabalhavam habitualmente 41 e mais horas era de 20%. Entre 2017 e 2018, o emprego dos que trabalhavam até 40 horas aumentou 3,5%. A categoria dos que trabalhavam 41 e mais horas diminuiu 2,7%.

O emprego nas categorias dos que trabalhavam 35 e mais horas começou a crescer em 2013 enquanto a categoria dos que trabalhavam até às 35 horas diminuía ainda. Contudo, a partir de 2014, os decréscimos registados respeitaram praticamente só a categoria dos que trabalhavam 41 e mais horas. Deste modo, em 2018, a categoria dos que trabalhavam entre 35 e 41 horas tinha crescido em 8,4% relativamente a 2011, enquanto as duas outras categorias diminuíram em cerca de 9%.

Figura 56. População empregada por escalão de duração semanal habitual de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

As mulheres continuavam a constituir a maioria na categoria dos que trabalhavam até às 35 horas (63,3%) e os homens a maioria dos que trabalhavam 41 e mais horas (61,9%). Na categoria dos que trabalhavam

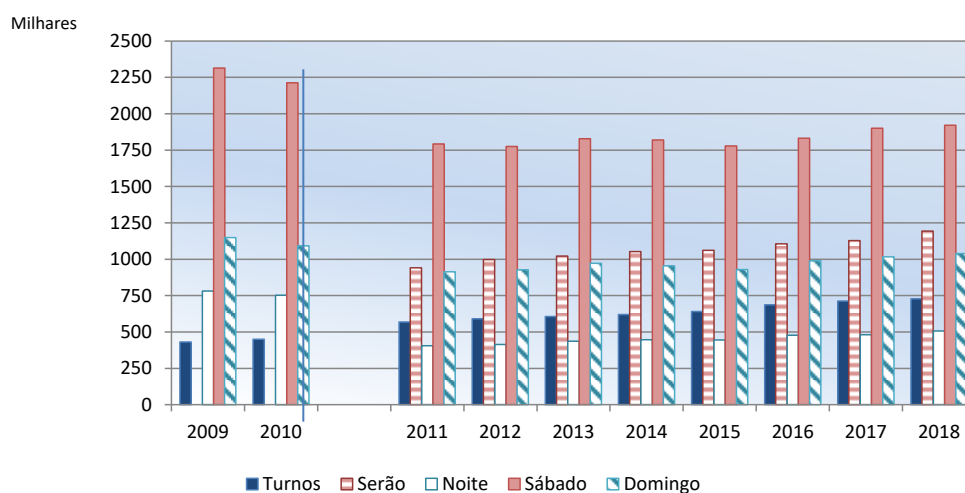
entre 36 e 40 horas, o peso de cada um dos sexos era muito semelhante, embora o das mulheres fosse ligeiramente mais baixo (49%).

Analisando, de forma mais detalhada, os indivíduos que trabalham habitualmente até 35 horas verifica-se que, entre 2017 e 2018, a única subcategoria que cresceu foi a dos que trabalhavam entre 31 e 35 horas. Entre 2011 e 2018, esta subcategoria aumentou em 8,7%. As restantes duas subcategorias diminuíram acentuadamente, designadamente a subcategoria dos que trabalhavam entre 1 a 10 horas, que decresceu em cerca de 36%.

- *Por tipo de horário de trabalho*

No Continente, em 2018, 41,5% da população empregada trabalhava ao sábado, 25,8% trabalhava serões e 22,5% trabalhava ao domingo. Os que trabalhavam por turnos constituíam cerca de 15,7% e os que trabalhavam noites, 11%. Contudo, 44,6% da população empregada tinha horários de trabalho que não se incluíam em nenhum dos tipos anteriores.

Figura 57. Emprego por tipo de horário de trabalho – turnos, serão, noite, sábado e domingo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

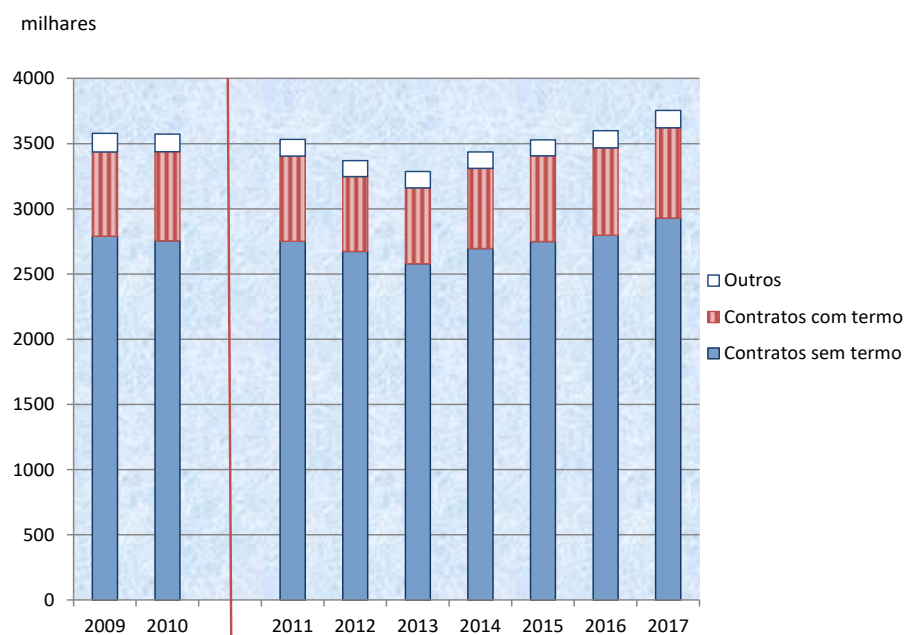
Relativamente a 2017, o número de trabalhadores aumentou relativamente a todos os tipos de horários de trabalho, sobretudo no que respeita aos trabalhadores que trabalhavam serões (+5,7%), o que corresponde a cerca de 64,6 mil pessoas) e noites (+5,6%, ou seja mais cerca de 27 mil indivíduos). Os trabalhadores cujo horário de trabalho não se incluía em nenhum dos tipos acima referidos aumentaram em 61,4 mil pessoas.

Entre 2011 e 2018 o número de trabalhadores que mais cresceu foi o dos que trabalhavam por turnos (28,1%) e depois os que trabalhavam serões (26,7%) e os que trabalhavam à noite (25,4%).

2.2.1.7. Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato

Dos 3.859,6 mil indivíduos que trabalhavam por conta de outrem no Continente, 78,1% (cerca de 3 milhões de pessoas) tinham contratos sem termo, 18,3% (705,3 mil pessoas) tinham contratos a termo e 3,6% (140,2 mil pessoas) tinham outro tipo de contratos ¹⁰.

Figura 58. TCO com contratos a termo e sem termo



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2018 o emprego cresceu em todas estas categorias, 2,8% relativamente aos contratados sem termo e 2,4% no que se refere ao conjunto dos contratados com termo e dos outros tipos de contratos. Assim, os contratados sem termo representavam cerca de 80% dos mais 103,2 mil TCO registados em 2018.

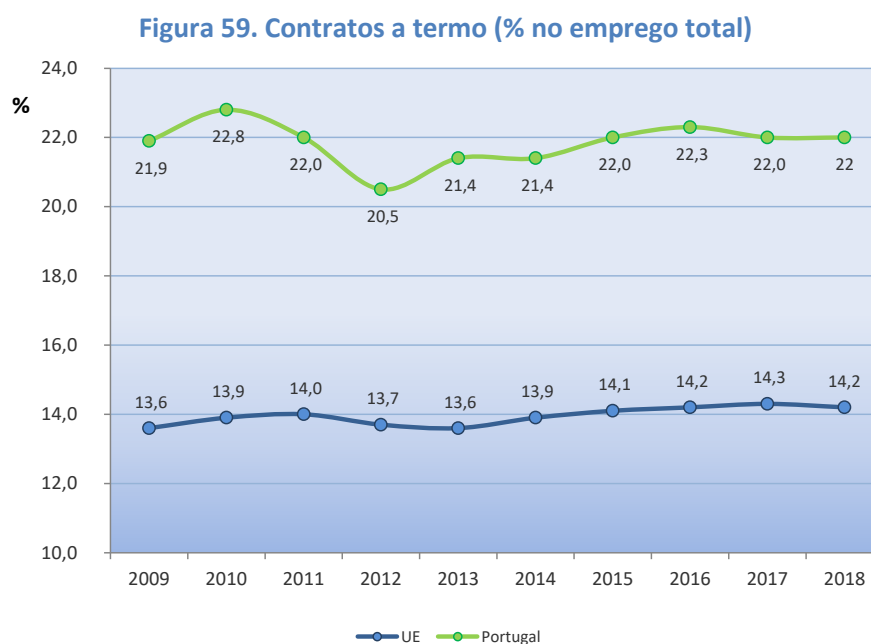
Entre 2011 e 2018, os TCO aumentaram no que respeita a todos os tipos de contrato, sendo que os TCO com contratos sem termo cresceram em cerca de 9,5% e o conjunto dos contratados a termo e dos outros contratados em 8,1%. Em 2018, a percentagem de TCO por tipo de contrato era praticamente igual à registada em 2009.

¹⁰ Incluem contratos sazonais, ocasionais e de prestação de serviços.

2.2.1.8. Contratos a Termo em Portugal e na União Europeia

No conjunto dos países da UE, a percentagem de contratos a termo tem permanecido estável ao longo da última década, apesar das inexpressivas quebras em 2012 e 2013. Com efeito, apesar de algumas ligeiras oscilações, a percentagem de contratos a termo, no emprego total, tem-se apresentado quase inalterada, registando valores próximos dos 14%, tanto em 2009 como em 2018.

Em Portugal, a percentagem de contratos a termo no emprego total, tem registado um comportamento semelhante, oscilando entre 20,5% e 22%, apesar do valor mais elevado do período em análise se ter verificado em 2010 (22,8%).



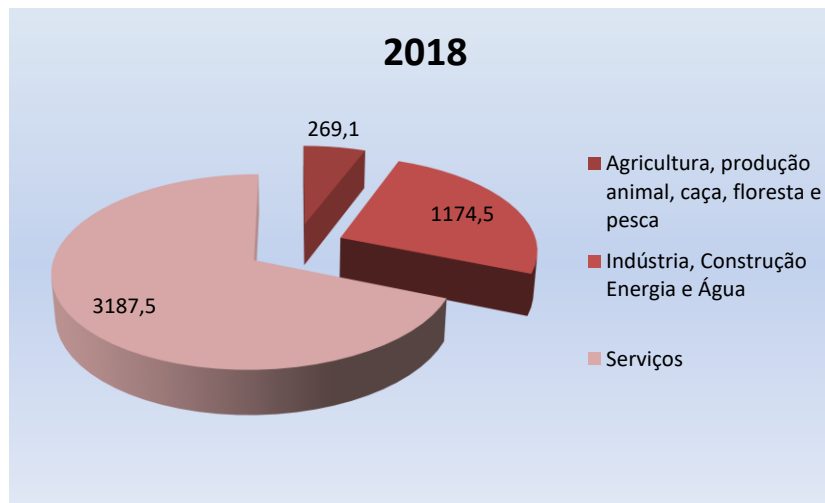
Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Com efeito, os contratos a termo em Portugal continuam a apresentar uma diferença significativa relativamente aos valores registados na média dos 28 países da UE, que, desde o início da série em análise, tem vindo a oscilar em torno dos 14%, o que corresponde, em média a cerca de 8 p.p. abaixo do valor observado para Portugal.

2.2.1.9. População empregada por sectores de atividade

Em 2018, no Continente, os serviços empregavam cerca de 3.187,5 mil pessoas, que representavam 68,8% do total de empregados. A *Indústria, construção, energia e água* empregava 1.174,5 mil indivíduos (25,4% do total) e a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, 269,1 mil (5,8%)

Figura 60. Emprego por grandes sectores de atividade



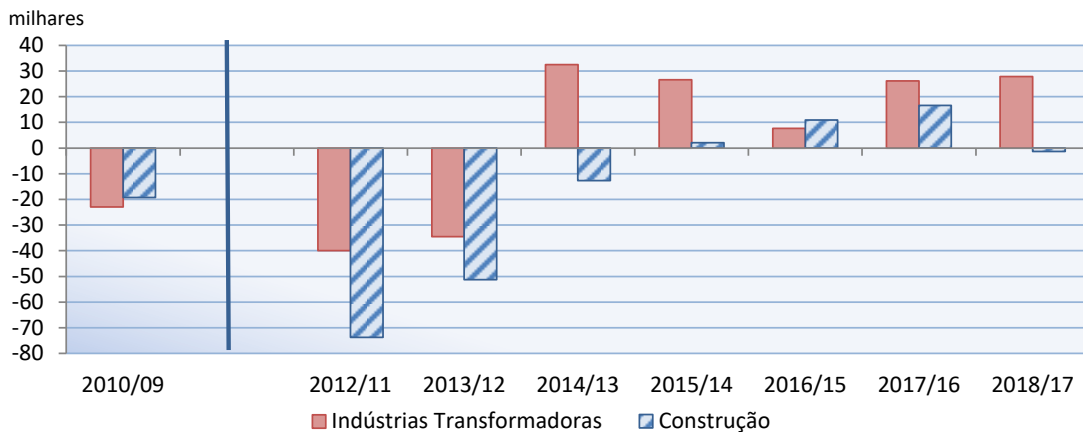
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2017 e 2018, o emprego nos *Serviços* aumentou em 2,7%, (o que corresponde a cerca de 85,3 mil pessoas) e o emprego na *Indústria, construção, energia e água* em 2,6% (+29,7 mil pessoas). O emprego na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* diminuiu, em 3,7% (-10,4 mil indivíduos).

Entre 2011 e 2018, o peso do emprego no sector dos *Serviços* aumentou em 6,3 p.p. enquanto o peso do emprego na *Indústria, construção, energia e água* decrescia em 1,9 p.p. e o peso do emprego na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, em 4,3%. Assim, neste período, o número de pessoas empregadas nos serviços cresceu, em cerca de 362 mil pessoas, o número de empregados na *Indústria, construção, energia e água* diminuiu em cerca de 58,8 mil indivíduos e o número de empregados na *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* decresceu em 188 mil pessoas.

No que se refere aos sectores mais significativos em termos de emprego da *Indústria, construção, energia e água*, entre 2017 e 2018 o sector das *Indústrias Transformadoras* cresceu, 3,5%, em termos de emprego. Já o sector da *Construção* registou um ligeiro decréscimo (0,5%). Ambos os sectores sofreram um decréscimo acentuado de trabalhadores, entre 2009 e 2013. A partir daí o emprego *nas Indústrias Transformadoras* cresceu sempre e, em 2018, registava já +46,5 mil empregados do que em 2011. Na *Construção*, por outro lado, o aumento foi mais ligeiro. Entre 2011 e 2018 o sector perdeu, pois, cerca de 109,7 mil trabalhadores.

Figura 61. Variação do emprego nas Indústrias Transformadoras e na Construção

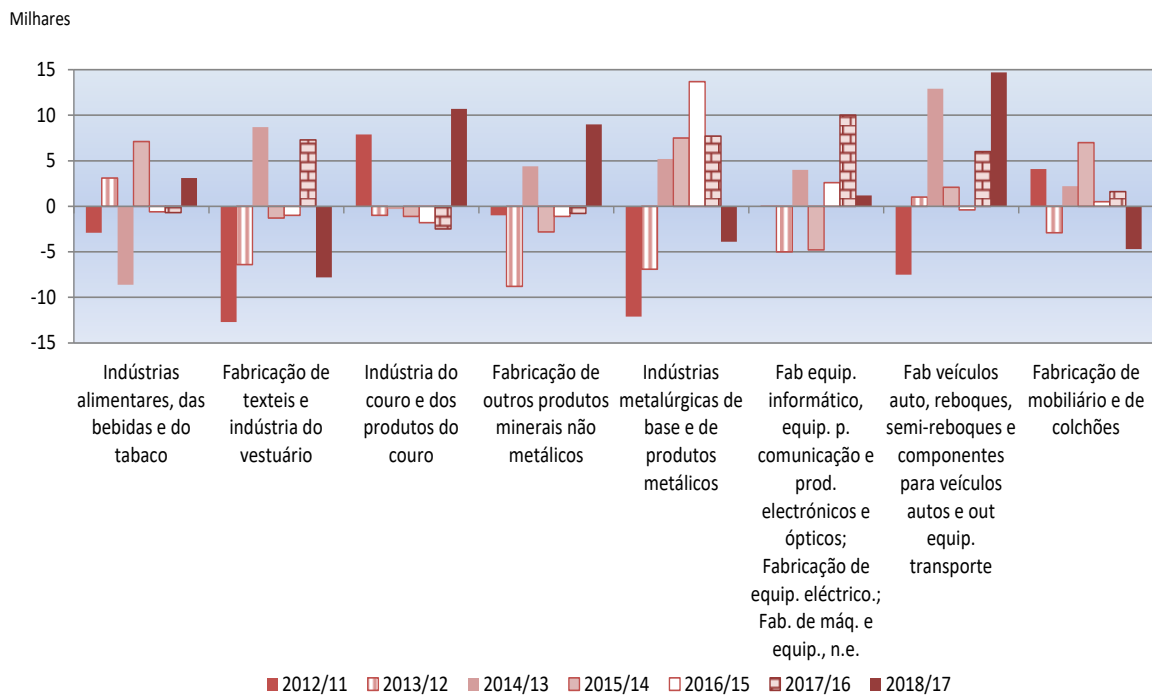


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Relativamente aos subsectores das *Indústrias Transformadoras* mais representativos em termos de emprego, entre 2017 e 2018, o emprego aumentou sobretudo no sector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+14,7 mil pessoas, da *Indústria do couro e dos produtos do couro* (+10,7 mil pessoas) e da *Fabricação de outros produtos minerais não metálicos* (+9 mil pessoas). Em contrapartida o emprego diminuiu na *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário* (-7,8 mil pessoas), na *Fabricação de mobiliário e de colchões* (-4,7 mil pessoas) e nas *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (-3,9 mil pessoas).

Entre 2011 e 2018, os subsectores onde o emprego mais cresceu foram a *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+28,8 mil pessoas), a *Indústria do couro e dos produtos do couro* (+11,9 mil pessoas) e as *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (11,2 mil pessoas). Por outro lado, em 2018 o sector da *Fabricação de têxteis e indústria do vestuário* tinha ainda menos 13,2 mil trabalhadores do que os registados em 2011.

Figura 62. Variação do emprego por subsectores das Indústrias Transformadoras 2011-2018

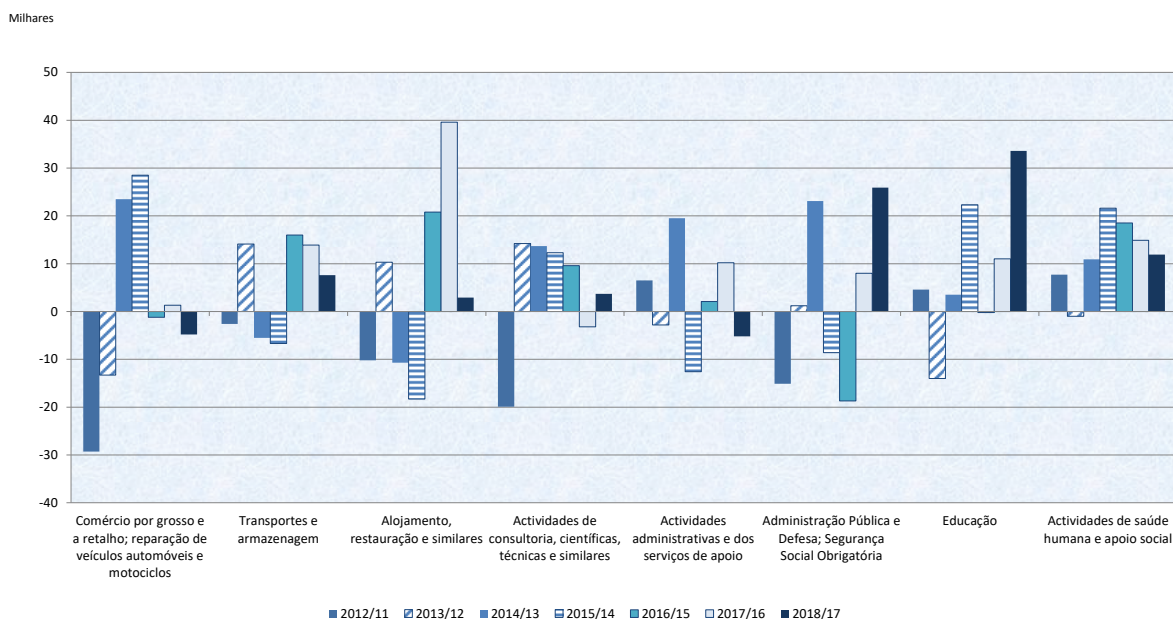


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Analisando a evolução do emprego no que se refere aos sectores mais representativos dos *Serviços*, verifica-se que, entre 2017 e 2018, os sectores que mais cresceram foram a *Educação* (+33,6 mil pessoas) a *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (+25,9 mil pessoas) e as *Atividades de saúde humana e apoio social* (+11,9 mil pessoas). Os únicos sectores mais representativos em que o emprego diminuiu foram as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (-5,2 mil pessoas) e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* (-4,8 mil)

Em todos os sectores mais significativos dos *Serviços*, o número de trabalhadores ultrapassava já, em 2018, os valores registados em 2011. O sector das *Atividades de saúde humana e apoio social*, somava mais 84,5 mil pessoas, seguido pelo sector da *Educação* (+60,8 mil). O sector em que este aumento foi menos significativo foi o sector do *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos* (+4,7 mil trabalhadores).

Figura 63. Variação do emprego nos serviços 2011-2018

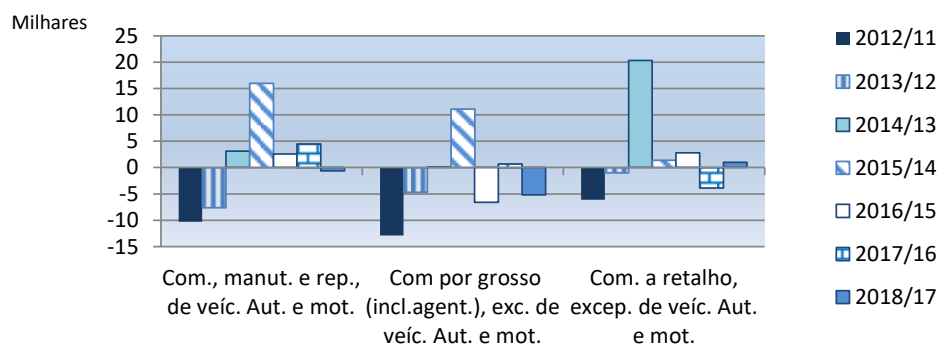


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Detalhando a evolução do emprego no sector do *Comércio* por subsectores, refira-se que, entre 2017 e 2018, o único subsector que cresceu ligeiramente foi o do *Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos* (mais mil pessoas) sendo que, no subsector do *Comércio por grosso*, o emprego diminuiu em 5,2 mil pessoas.

Em 2018, o subsector do *Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos* registava mais 14,5 mil trabalhadores do que em 2011, sobretudo devido ao aumento verificado entre 2013 e 2014. Já no subsector do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos* (que, desde 2013 apenas registou um ligeiro decréscimo neste último ano) esse aumento foi de 7,7 mil pessoas. No subsector do *Comércio por grosso* o emprego decresceu em 17,5 mil pessoas, entre 2011 e 2018, tendo registado um único acréscimo significativo entre 2014 e 2015.

Figura 64. Variação do emprego nos subsectores do comércio - 2011-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

No sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* o subsector em o emprego mais cresceu, entre 2017 e 2018, foi das *Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+5,1 mil pessoas). Este sector foi também um dos que mais aumentou desde 2011 (+5 mil pessoas) logo a seguir ao das *Atividades jurídicas e de contabilidade* (+15,8 mil pessoas). De qualquer modo, em 2018, em todos estes subsectores, o emprego era já superior ao verificado em 2011.

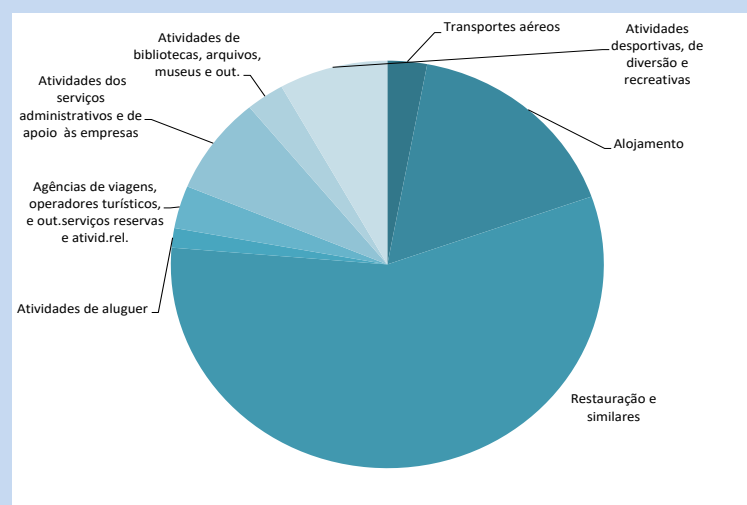
EMPREGO NAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO

Embora uma parte substancial das atividades do Turismo se enquadre no sector do *Alojamento e restauração*, há um conjunto de outras atividades, classificadas, segundo a CAE, noutros sectores de atividade, mas igualmente relacionadas com o Turismo, como por exemplo: os *Transportes aéreos*; as *atividades de aluguer* e as *atividades das agências de viagem, operadores turísticos, etc.*¹¹

Tal como em relatórios anteriores, procurou-se analisar a evolução do emprego no conjunto de atividades consideradas como relacionadas com esse sector, entre 2011 e 2018.

As atividades relacionadas com o Turismo empregavam, em 2018, cerca de 413,3 mil pessoas, constituindo 8,9% do total do emprego. Entre 2017 e 2018, o emprego neste conjunto de atividades aumentou 0,5%. O subsector *restauração e similares* representava 56,6% do emprego nestas atividades, seguindo-se o subsector do *Alojamento* (16,6%), o das *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (8,1%) e o das *Atividades dos serviços administrativos e de apoio prestados às empresas* (7,8%).

Figura 65. Estrutura do emprego nas atividades relacionadas com o Turismo – 2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

¹¹ As atividades classificadas como “relacionadas com o Turismo” consideradas no relatório deste ano não incluem, como em 2016, a área da saúde humana e apoio social, uma vez que, este sector não consta da “Conta Satélite do Turismo”.

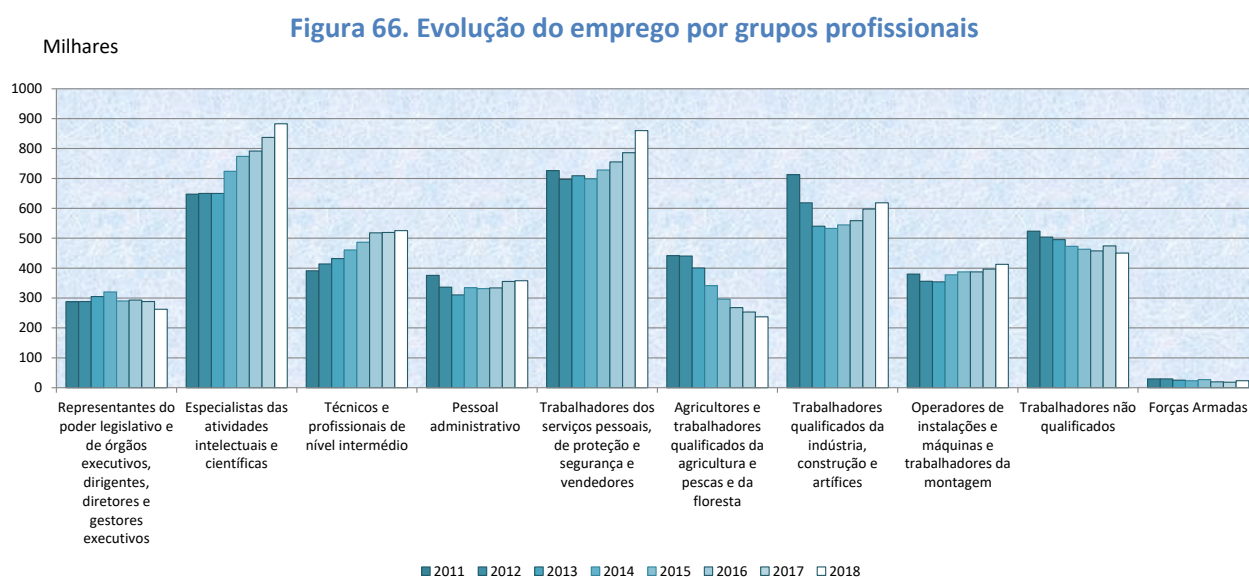
Entre 2017 e 2018 o emprego aumentou sobretudo nos subsectores do *Alojamento e similares* (+7,4 mil pessoas), das *Agências de viagens, operadores turísticos, e outros serviços de reservas e atividades relacionadas* (+3,7 mil pessoas) e dos *Transportes aéreos* (+3,5 mil). Em contrapartida, o emprego diminuiu nas *Atividades dos serviços administrativos e de apoio às empresas* (-8,2 mil pessoas) na *Restauração e similares* (-4,5 mil) e nas *Atividades de aluguer* (-1,9 mil).

Relativamente a 2011, o emprego aumentou em todos os subsectores deste conjunto de atividades, designadamente na *Restauração e similares* (+20,6 mil trabalhadores) no *Alojamento e similares* (+13,8 mil) e nas *Atividades desportivas, de diversão e recreativas* (+10,6 mil).

2.2.1.10. População empregada por grupos profissionais

No Continente, em 2018, e tal como no ano anterior, os grupos profissionais mais representativos em termos da população empregada eram o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, que constituía 19,1% do total de empregados; o grupo dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (18,6%) e o grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artes* (13,4%).

Entre 2017 e 2018, foram exatamente dois desses grupos – o dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* e o dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* que mais cresceram, juntamente com o grupo dos *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem*.



O peso dos diferentes grupos profissionais no emprego alterou-se significativamente desde 2011. Assim, o grupo dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* e dos *Técnicos e profissionais de nível intermédio*, têm vindo a crescer sistematicamente. Em contrapartida, nos grupos dos *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pescas e floresta* e dos *Trabalhadores não Qualificados* o emprego diminuiu sempre, (no primeiro de forma bastante mais acentuada do que no segundo). No grupo dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* o emprego também decresceu consideravelmente, embora tenha recomeçado a aumentar a partir de 2014.

Os restantes grupos profissionais registaram apenas pequenas oscilações em termos de emprego neste período. Destes contudo, o grupo dos *Operadores de Instalações e máquinas e trabalhadores de montagem* é o único em que, em 2018, o número de trabalhadores era já superior ao registado em 2011.

2.2.2. Emprego nas administrações públicas

2.2.2.1. Postos de trabalho nas administrações públicas

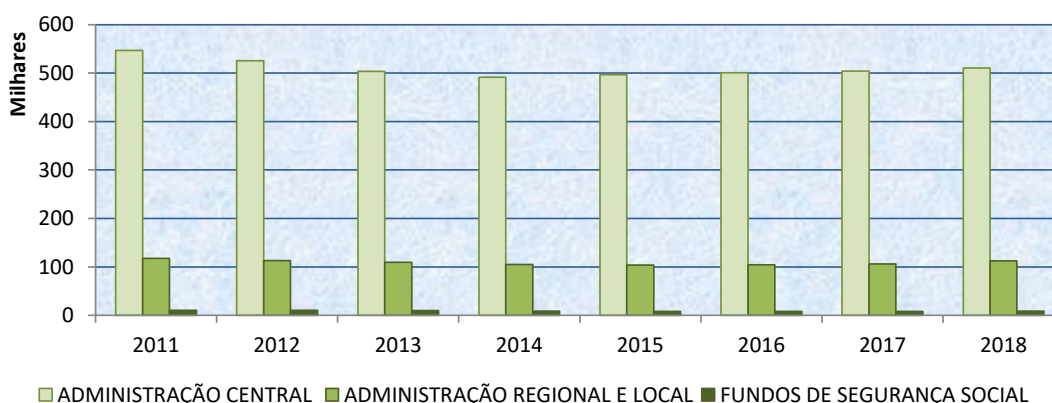
Segundo os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em dezembro de 2018, no Continente havia 631,9 mil postos de trabalho ocupados¹² nas administrações públicas, um acréscimo de 13,2 mil relativamente ao ano anterior. 60% desses postos de trabalho eram ocupados por mulheres, tendo estas aumentado bastante mais do que homens relativamente a 2017.

Entre 2011 e 2014, o número de postos de trabalho ocupados nas administrações públicas diminuiu em cerca de 69,5 mil postos de trabalho tendo esse número crescido em 26,2 mil entre 2014 e 2018. Deste modo, em 2018, havia menos 43,3 mil postos de trabalho ocupados nas administrações públicas do que em 2011.

Em 2018, 80,8% destes postos de trabalho respeitavam à administração central, a administração regional e local reunia 17,8% dos postos de trabalho e os fundos da segurança social, 1,4%. Relativamente a 2017, o número de postos de trabalho na administração central e na administração regional e local cresceu quase de forma equivalente (mais cerca de 6 mil postos de trabalho).

¹² A DGAEP publica dados relativos a postos de trabalho ocupados. Alguns postos de trabalho podem ser ocupados por mais do que uma pessoa e, por outro lado, designadamente nos sectores da educação e da saúde humana, a mesma pessoa pode ocupar mais do que um posto de trabalho.

Figura 67. Postos de trabalho nas Administrações Públicas



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2011 e 2018, o número de postos de trabalho diminuiu em cerca de 36,3 mil pessoas na administração central (-6,6%), em cerca de 5 mil pessoas na administração regional e local (-4,2%) e em 2 mil pessoas nos fundos da segurança social (-19,4%)

- **Por escalões etários**

Se considerarmos o emprego nas administrações públicas por escalões etários constata-se que, em 2017¹³, 33,1% dos postos de trabalho eram ocupados por pessoas com *entre 45 e 54 anos*, 27,3% por indivíduos com *entre 35 e 44 anos* e 25,1% por indivíduos *entre os 55 aos 64 anos*. Entre 2016 e 2017, o número de postos de trabalho ocupados só cresceu relativamente aos escalões etários a partir dos 55 anos. (+cerca de 13,8 mil postos de trabalho) Em contrapartida, os postos de trabalho ocupados por indivíduos até aos 34 anos diminuíram (- 6 mil postos de trabalho).

Entre 2011 e 2018, os únicos escalões etários que registaram aumentos nos postos de trabalho foram os escalões dos *55 e mais anos*, tendo crescido em 53,4% (+ 58 mil postos de trabalho). Já os escalões até aos 34 anos decresceram em 45,3% (-64, 8 mil postos de trabalho).

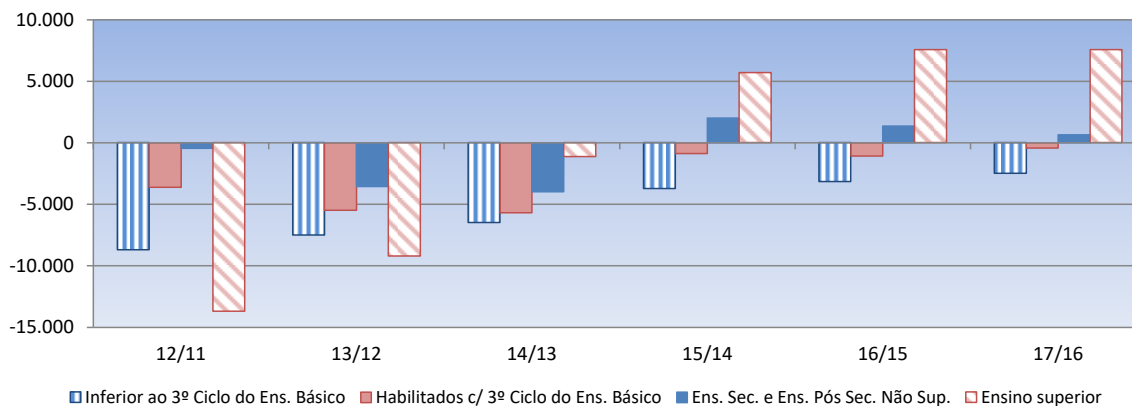
- **Por níveis de escolaridade**

Em dezembro de 2017, no Continente, 52,8% dos postos de trabalho nas administrações públicas eram ocupados por indivíduos com o ensino superior e 25,2% por trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior.

¹³ A informação relativa a 2018 que respeita ao emprego nas administrações públicas por sexos, níveis etários e níveis de habilitações não se encontra ainda disponível.

Figura 68. Variação dos postos de trabalho nas Administrações Públicas por níveis de habilitações

2011-2017



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Relativamente a 2016, o número de postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino superior aumentou em cerca de 7,6 mil, tendo os postos de trabalho ocupados por trabalhadores com o ensino secundário e pós secundário crescido também, embora ligeiramente. O número de postos de trabalho dos trabalhadores com habilitações mais baixas diminuiu (- 3 mil postos de trabalho).

Entre 2011 e 2014 o número de postos de trabalho nas Administrações Públicas diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações tendo esse decréscimo sido mais acentuado no que respeita aos indivíduos que possuíam o ensino superior. A partir de 2014 o número de postos de trabalho ocupados por indivíduos com o ensino secundário ou mais começou a crescer enquanto os postos de trabalho ocupados por trabalhadores de habilitações mais baixas continuaram a diminuir, embora de forma progressivamente menos acentuada.

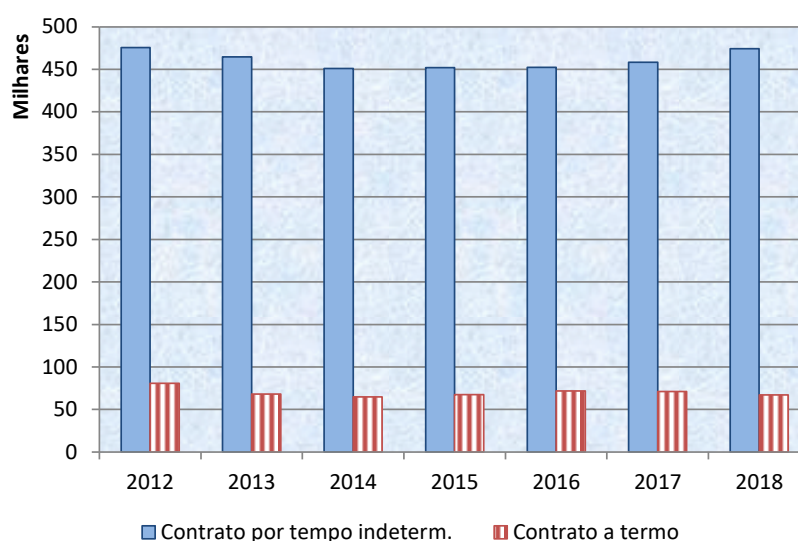
Assim, entre 2011 e 2017 o número de postos de trabalho diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações, tendo decrescido em 24 mil, no que se refere aos indivíduos com o ensino superior em 22,7 mil, no que respeita aos trabalhadores com menos que o 3º ciclo do ensino básico e em 14,8 mil relativamente aos indivíduos com o 3º ciclo do ensino básico. O nível de habilitações em que o número de postos de trabalho menos diminuiu foi o dos trabalhadores com o ensino secundário ou pós secundário (- 8 mil).

• **Por tipo de vínculo**

Em dezembro de 2018, no Continente, 75,1% (474,4 mil) dos postos de trabalho das administrações públicas eram ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado e 10,6% (67,2 mil) por contratados a termo, uma percentagem inferior à do número de postos de trabalho de indivíduos que tinham sido nomeados, que era de 11,5% (72,4 mil) Finalmente, 2,8% dos postos de trabalho (17,9 mil) respeitavam a indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos.

Entre 2017 e 2018, o número de postos de trabalho ocupados por indivíduos com contratos por tempo indeterminado aumentou (+ 16 mil, o maior aumento registado ao longo da série¹⁴). Já os postos de trabalho dos contratados a termo diminuiu em cerca de 4 mil. Os postos de trabalho dos indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos e dos nomeados também aumentaram.

Figura 69. Postos de trabalho nas Administrações Públicas – evolução dos contratos a termo e sem termo



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2012 e 2014 o número de postos de trabalho diminuiu relativamente a todas as categorias, designadamente os ocupados por contratados por tempo indeterminado (-24,3 mil postos de trabalho) e os ocupados por contratados a termo (-15.9 mil).

¹⁴ Este aumento resulta, em grande parte, da execução do Programa de regularização extraordinária de vínculos laborais precários (PREVPAP)

Nos anos seguintes, por outro lado, todas as categorias aumentaram, excepto os nomeados, tendo os contratados por termo indeterminado crescido em cerca de 23,3 mil. Deste modo, em 2018, os postos de trabalho ocupados por contratados por tempo indeterminado ainda eram ligeiramente inferiores aos registados em 2012 (-1,1 mil). Os postos de trabalho ocupados por indivíduos com contratos a termo tinham decrescido em 13,8 mil, no mesmo período, tal como os postos de trabalho relativos a indivíduos nomeados (-3,7 mil), enquanto os postos de trabalho ocupados por indivíduos em comissão de serviço, mandato ou cargos políticos tinham crescido em 1,7 mil.

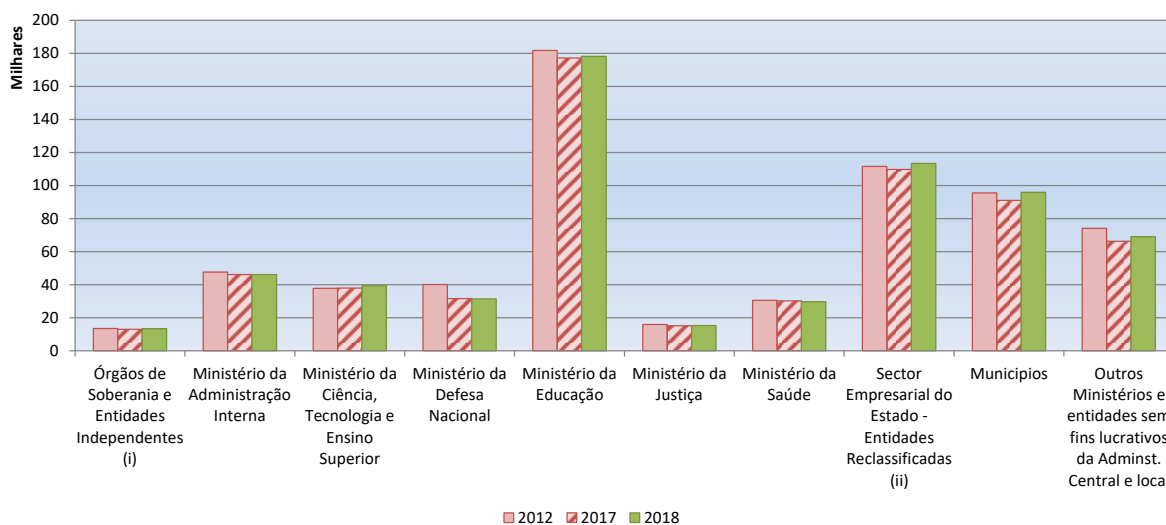
- **Por Ministérios**

Em dezembro de 2018, no Continente, o Ministério da Educação concentrava 28,2% do total dos postos de trabalho, o sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas, 17,9% e o Ministério da Administração Interna, 7,3%. No que se refere à Administração Local os municípios representavam 15,2% do total dos postos de trabalho nas Administrações Públicas.

Entre 2017 e 2018 o número de postos de trabalho aumentou ligeiramente na maioria dos Ministérios. Os maiores acréscimos registaram-se relativamente ao sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas (+3,7 postos de trabalho), ao Ministério da Ciência, tecnologia e ensino superior (+1,3 mil) e ao Ministério da Educação (+ mil). O maior aumento de postos de trabalho relativamente a 2017 verificou-se contudo, na Administração Local, nos municípios, onde o número de postos de trabalho cresceu em 4,8 mil. O Ministério da Saúde registou o maior decréscimo no número de postos de trabalho (menos cerca de 600).

Analisando a evolução do número de postos de trabalho entre 2012 e 2018 constata-se que estes diminuíram, na maioria dos Ministérios, sobretudo no Ministério da Defesa (- 8,5 mil) e no Ministério da Educação (-3,7 mil) e depois nos Serviços Autónomos da Administração Local (- 3 mil). Por outro lado, no sector empresarial do Estado – entidades reclassificadas e no Ministério da Ciência, tecnologia e ensino superior o número de postos de trabalho cresceu.

Figura 70. Emprego nas Administração central por Ministérios – 2012, 2017 e 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

• Por tipo de entidade

De acordo com os dados da DGAEP, em dezembro de 2018, no Continente os tipos de entidade das administrações públicas que reuniam maior número de postos de trabalho eram os estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário (27,8% do total de postos de trabalho nas Administrações Públicas) as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde¹⁵ (15,4%), as Câmaras Municipais (15,2%), as Forças de Segurança. (6,9%) e as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação¹⁶ (5,8%).

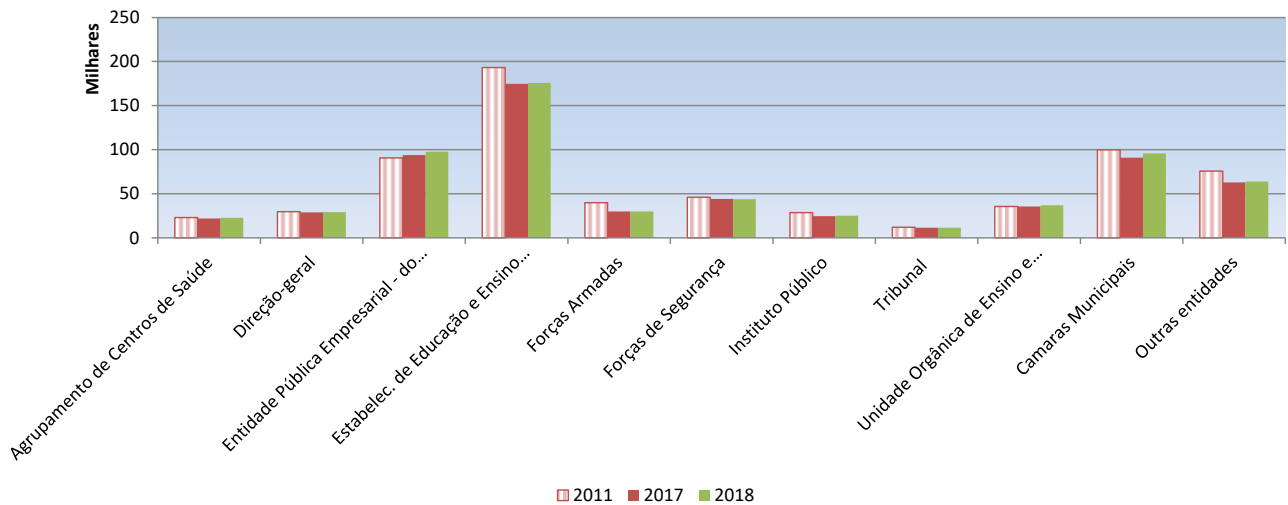
Relativamente a 2017 a maioria destas entidades registou aumentos no número de postos de trabalho, sobretudo as Camaras Municipais (+4,8 mil); as entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde (+3,6 mil) e as Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (+1,2 mil). O maior decréscimo verificou-se relativamente às Unidade hospitalar - Instituto Público¹⁷ (-1,3 mil).

¹⁵ Hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde do tipo E.P.E.

¹⁶ Inclui Universidades e respetivas Faculdades, Institutos Politécnicos e respetivas Escolas Superiores e outras unidades de ensino superior não integradas em Universidades e Institutos Politécnicos.

¹⁷ Unidades hospitalares do tipo I.P.;

Figura 71. Emprego na Administração central por tipo de entidade – 2011-2017 e 2018



Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2018, por outro lado, a grande maioria destas entidades perdeu postos de trabalho. Assim, em 2018, havia menos 17,6 mil postos de trabalho ocupados nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário e menos cerca de 10 mil nas Forças Armadas do que em 2011. Por outro lado, nas Entidades Públicas Empresariais - do SNS os postos de trabalho tinham aumentado em 6,8 mil.

- **Por cargos/carreiras/grupos**

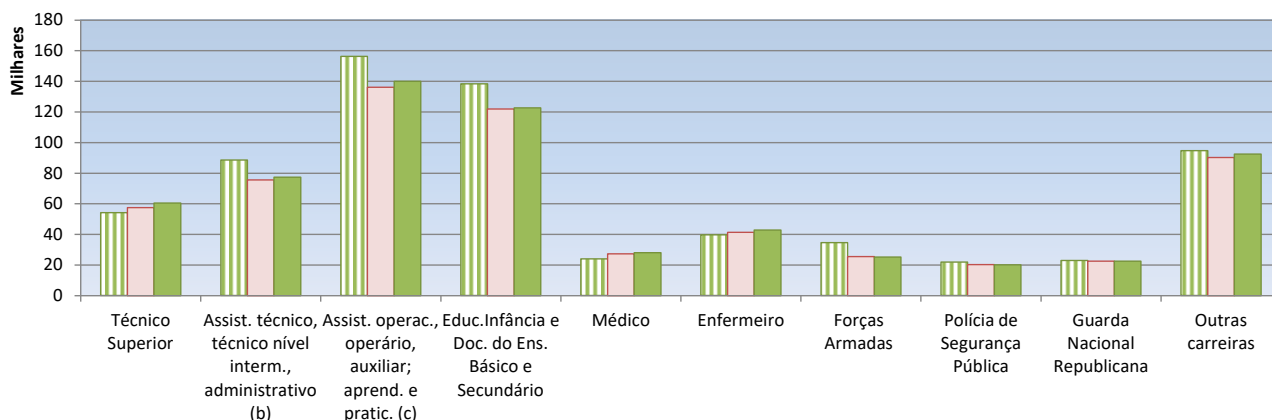
Nos que respeita às carreiras profissionais nas administrações públicas, em dezembro de 2018, no Continente, as que agregavam maior número de postos de trabalho continuavam a ser os *Assistentes operacionais, operários, auxiliares; aprendizes e praticantes*, que representavam 22,2%, os *Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário*, (19,4%), os *Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos*, (12,3%) e os *técnicos superiores* (9,6%).

Entre 2017 e 2018, o número de postos de trabalho aumentou na esmagadora maioria das carreiras, sobretudo nas carreiras de *Assistentes operacionais, operários, auxiliares; técnicos superiores* (+3 mil); *Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos* (+1,7 mil) e *enfermeiros* (+1,4 mil). O maior decréscimo (que foi de 373 postos de trabalho) registou-se nas *Forças armadas*.

No que se refere à evolução dos postos de trabalho nas carreiras mais significativas, entre 2011 e 2018, refira-se que o número de postos de trabalho ocupados por *Assistentes operacionais, operários*,

auxiliares; aprendizes e praticantes diminuiu em 16,2 mil, os postos de trabalho dos Educadores de infância e docentes do ensino básico e secundário em 15,7 mil e os postos de trabalho ocupados por Assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e administrativos diminuiu em 11,2 mil. Em contrapartida, o número de postos de trabalho dos Técnicos Superiores cresceu em 6,3 mil e os Médicos em cerca de 4 mil.

Figura 72. Emprego na Administração Pública por cargos/carreiras/grupos – 2011, 2017 e 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

2.2.2.2. Emprego nas entidades do sector público, exceto administrações públicas (AP)

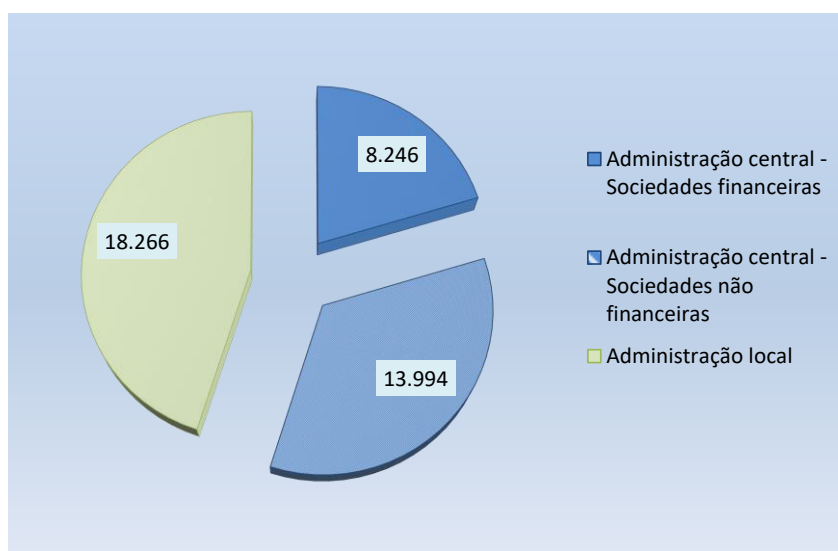
No que se refere ao emprego nas empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central, a análise dos dados restringe-se à informação de 2018 (ou de 2017, quando a informação relativa a 2018 não está ainda disponível), uma vez que, ao longo dos anos foram integradas e excluídas desta categoria diversas entidades¹⁸, o que inviabiliza uma análise da evolução destas empresas ao longo da série.

¹⁸ "Empresas e demais entidades públicas detidas pela administração central: entradas e saídas de entidades com maior impacto no emprego"

2013/T1	Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2013/T3	Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
2013/T4	Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
2014/T1	Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
2014/T2	Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
2014/T3	Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
2015/T3	Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
2015/T4	Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
2016/T1	Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
2017/T2	Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
2017/T4	Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

De acordo com os dados da DGAEP, em 2018, as empresas e demais entidades públicas (exceto AP), no Continente, registavam 40,5 mil postos de trabalho, 55% dos quais eram em empresas e demais entidades detidas pela administração central. Dos 22,2 mil postos de trabalho nas empresas e demais entidades detidas pela administração central, 63% eram em sociedades não financeiras.

Figura 73. Postos de trabalho nas entidades do sector público, exceto AP, por subsector – 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Os homens ocupavam 65,6% dos postos de trabalho nas empresas e demais entidades públicas (exceto AP). Ao contrário do que sucedia nas outras categorias de empresas, as mulheres eram maioritárias (58,5%) nos postos de trabalho das entidades financeiras detidas pela administração central.

- **Por escalões etários**

No que respeita aos escalões etários, em dezembro de 2017¹⁹, nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, os indivíduos com entre 45 e 64 anos representam cerca de metade do total dos postos de trabalho. Nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Local, esse peso era ainda mais significativo (54%).

- **Por níveis de escolaridade**

Relativamente aos níveis de habilitações dos trabalhadores das empresas e demais entidades em dezembro de 2017, nas empresas detidas pela administração central, 46,8% dos postos de trabalho eram

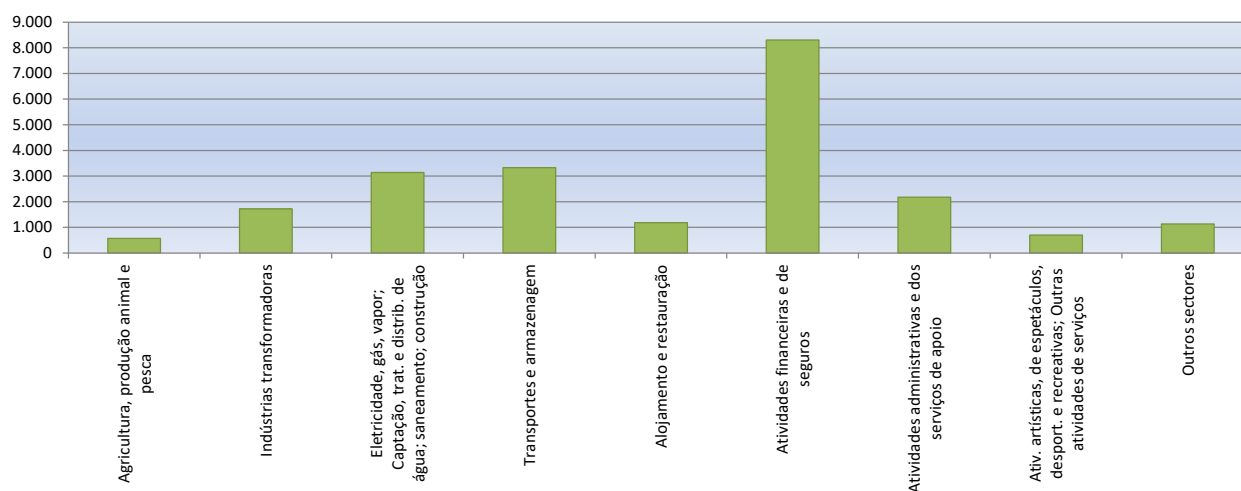
¹⁹ A informação relativa a 2018 no que respeita ao emprego nas empresas e demais entidades do sector público, exceto administrações públicas por níveis etários e níveis de habilitações ainda não se encontra disponível.

ocupados por trabalhadores com o ensino superior, 31,6% por trabalhadores com o ensino secundário e 21,5% por trabalhadores com o ensino básico. Já nas empresas e demais entidades detidas pela administração local, 54% dos postos de trabalho eram ocupados por trabalhadores com o ensino básico. Os trabalhadores com o ensino secundário representavam 29% dos postos de trabalho e os trabalhadores com o ensino superior apenas 17%.

- **Por setores de atividade**

Em dezembro de 2018, no Continente, os sectores que concentravam maior número de postos de trabalho nas empresas e outras entidades detidas pela administração central eram as *Atividades financeiras e de seguros* (37,3% do total dos postos de trabalho), os *Transportes e armazenagem* (15%) e os sectores da *Eletricidade, gás, vapor; Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento; construção* (14,1%).

Figura 74. Emprego nas empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, exceto AP por CAE, 2018

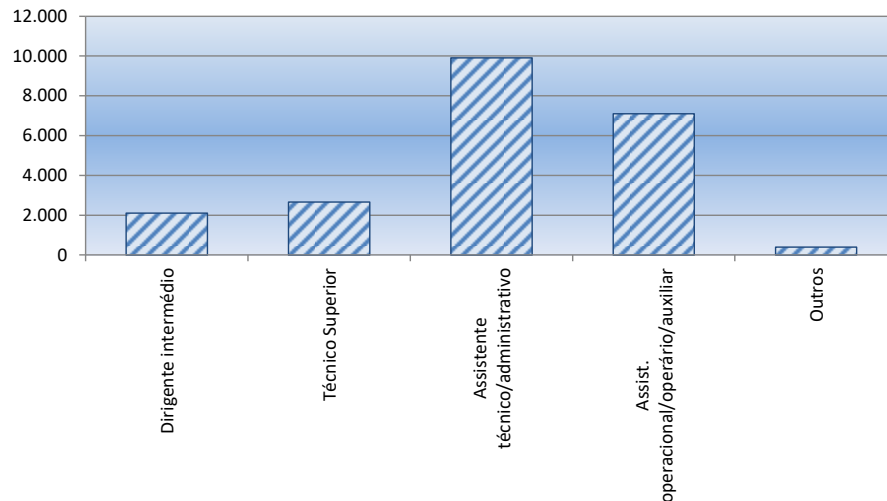


Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Este último sector era exatamente aquele que agregava maior número de postos de trabalho no que se refere às empresas e demais entidades públicas detidas pela administração local (64,4% do total), seguido pelos sectores do Comércio, Transportes e Armazenagem (22,7%).

- **Por cargos/carreiras/grupos**

Figura 75. Emprego nas empresas e demais entidades por carreiras, 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Considerando os cargos/carreiras/grupos profissionais nas empresas e outras entidades, no Continente, em dezembro de 2018, o grupo profissional mais relevante era o dos *Assistentes técnico/administrativo*, que ocupavam 44,6% do total dos postos de trabalho, seguindo-se-lhe o dos *Assistentes operacionais, operários e auxiliares*, que representavam 32% do total dos postos de trabalho. Os *técnicos superiores* ocupavam cerca de 12,1% do total dos postos de trabalho nestas empresas.

2.2.3. Trabalho temporário

2.2.3.1. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários

Em 2017, e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, os trabalhadores por conta de outrem (TCO) com contratos de trabalho temporário totalizavam 93,7 mil e constituíam 3,4% do total dos TCO.

Entre 2016 e 2017, o número de TCO com contratos de trabalho temporário aumentou em 11,3 mil TCO. Entre 2010 e 2017 os contratados temporários aumentaram em 39,3%.

- **Por tipo de contrato**

Dos 93,7 mil TCO com contratos de trabalho temporários registados em 2017, 51,2% (48 mil) tinham “contratos de trabalho a termo incerto”, 46,9% tinha “contratos com termo certo” (44 mil) e os restantes 1,9% “contratos por tempo indeterminado para cedência temporária”.

Relativamente a 2016 os TCO com contratos temporários a termo incerto cresceram em 8,4 mil pessoas e os TCO com contratos temporários a termo certo em 3,6 mil.

Figura 76. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por tipo de contrato – 2010 a 2017



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Entre 2010 e 2017, o número de TCO com contratos temporários aumentou sempre, excepto no ano de 2012. Ao longo da série os TCO contratados a termo incerto cresceram quase sempre mais do que os contratos a termo certo e, em 2012 também diminuíram mais.

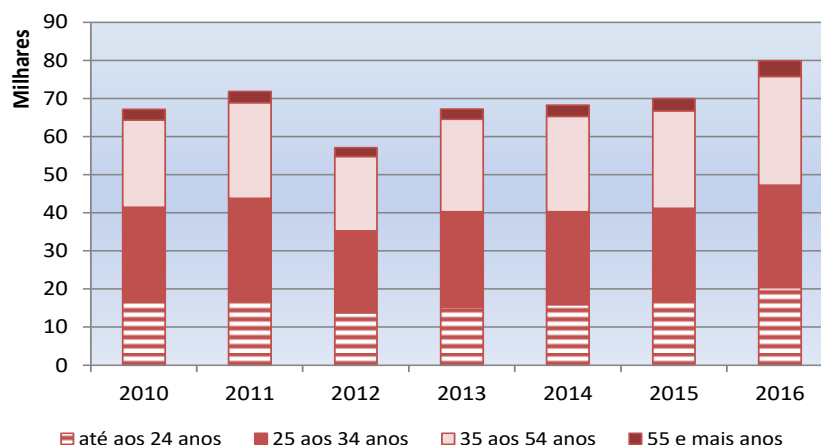
- **Por sexo e escalão etário**

Em 2017, como no ano anterior, os homens representavam 57% do total dos TCO com contratos temporários. Os homens mantiveram-se maioritários ao longo de toda a série.

Considerando os TCO com contratos de trabalho temporários por escalões etários, em 2017, constata-se que 34,9% tinha entre 35 e 54 anos e 32,3% entre 25 e 34 anos. O escalão até aos 24 anos reunia 27,1% do total. Contudo, este último escalão foi o que mais aumentou, em número de pessoas, relativamente a 2016.

Entre 2010 e 2013, o escalão dos 25 aos 34 anos manteve-se maioritário, tendo sido ultrapassado pelo escalão dos 35 aos 54 anos em 2014. Assim, o escalão que mais aumentou em número de pessoas, entre 2010 e 2017, foi o escalão dos 35 aos 54 anos. O escalão a registar o segundo maior aumento foi, no entanto, o escalão até aos 24 anos.

Figura 77. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por escales etários

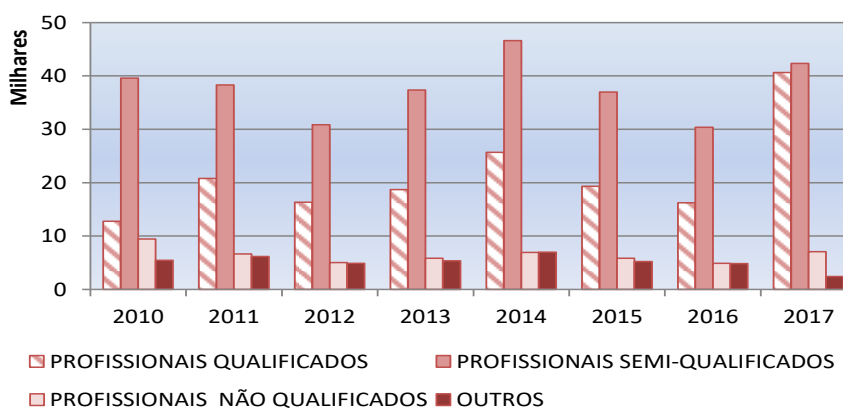


Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

- **Por níveis de qualificação**

Em 2017, 45,2% dos TCO com contratos de trabalho temporários eram **Profissionais semiqualficados**, **43,4%**, **Profissionais qualificados** e 7,5%, **Profissionais não qualificados**. Entre 2016 e 2017 o número de **Profissionais qualificados** com contratos temporários cresceu em cerca de 150%, aproximando-se assim do número de **Profissionais semiqualficados**.

Figura 78. Trabalhadores por conta de outrem com contratos de trabalho temporários por níveis de qualificações, 2010– 2017



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Entre 2010 e 2017 o número de **Profissionais Qualificados** com contratos temporários cresceu assim em 27,8 mil pessoas, enquanto o número de **Profissionais semiqualeificados** aumentou apenas em 2,8 mil.

- *Por regiões*

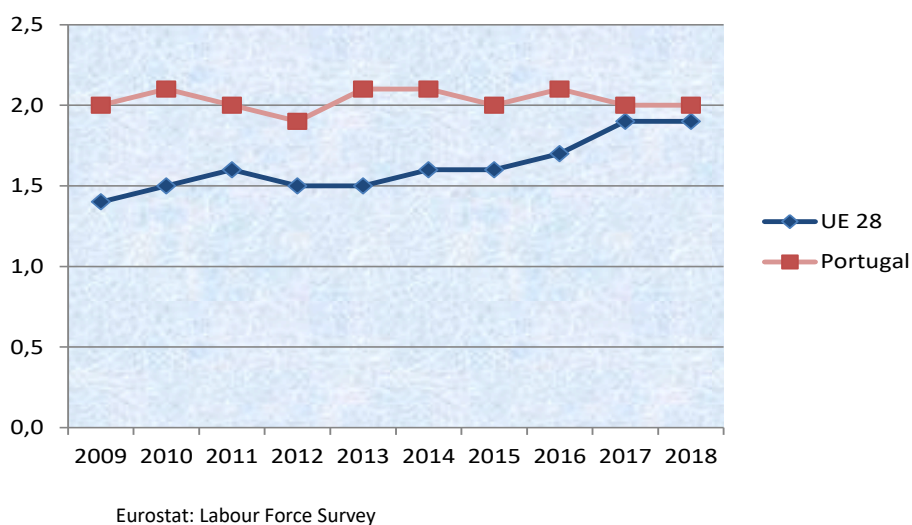
No que respeita à distribuição dos TCO com contratos de trabalho temporários por regiões do Continente, em 2017, Lisboa concentrava 45,3% destes TCO, o Norte 34,1% e o Centro 16,3%. Relativamente a 2016, o número destes TCO aumentou em todas as regiões, tendo esse crescimento sido praticamente equivalente no Norte e em Lisboa.

Entre 2010 e 2017 o número dos TCO contratos de trabalho temporários também cresceu, em todas as regiões excepto no Alentejo.

2.2.3.2. Percentagem de trabalhadores das agências de trabalho temporário no total da população empregada em Portugal e na UE28

De acordo com os dados do Eurostat, os trabalhadores das agências de trabalho temporário constituíam, em 2018, cerca de 2% da população empregada (15 e os 64 anos), em Portugal como na média dos países da União Europeia. Entre 2009 e 2018, contudo, essa percentagem aumentou, na UE 28, enquanto em Portugal, embora com algumas oscilações, se manteve estável.

Figura 79. Percentagem de trabalhadores de agências de trabalho temporário no total da população empregada (15 aos 64 anos)

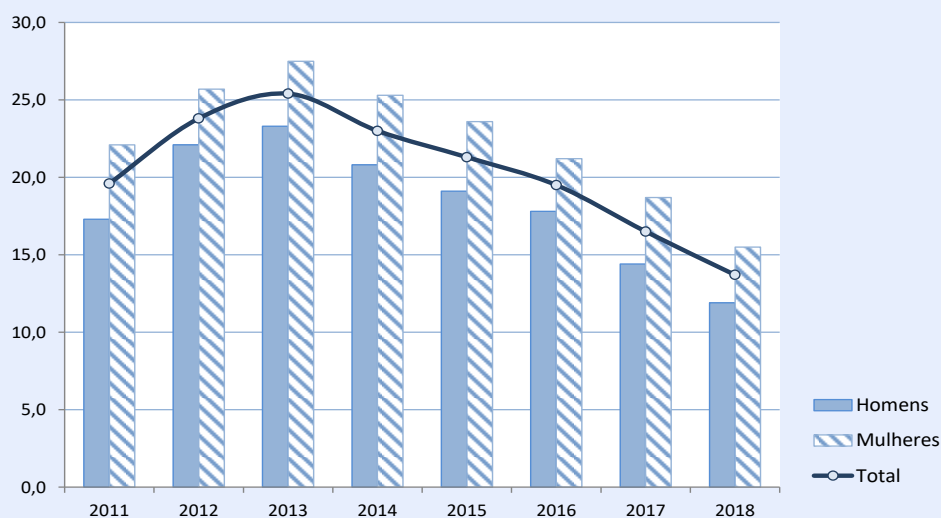


2.2.4. Subutilização do trabalho em Portugal

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo *Inquérito ao Emprego* do INE, estima-se que, em 2018, Portugal tenha tido uma taxa de subutilização do trabalho de cerca de 13,7%. Este indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego, conheceu um aumento no início da série em análise, tendo iniciado uma fase descendente a partir de 2013, ano em que atingiu o seu valor máximo (25,4%). De salientar que, 2018 foi o ano que evidenciou o valor mais baixo desta taxa (13,7%), após uma variação negativa de 17%.

Analisando esta informação por sexo, verifica-se que, apesar do declínio desta taxa se ter repercutido de forma semelhante entre ambos os sexos (-17,1% nas mulheres e -17,4% nos homens), continuam a ser as mulheres quem apresenta taxas de subutilização do trabalho superiores.

Figura 80. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por sexo



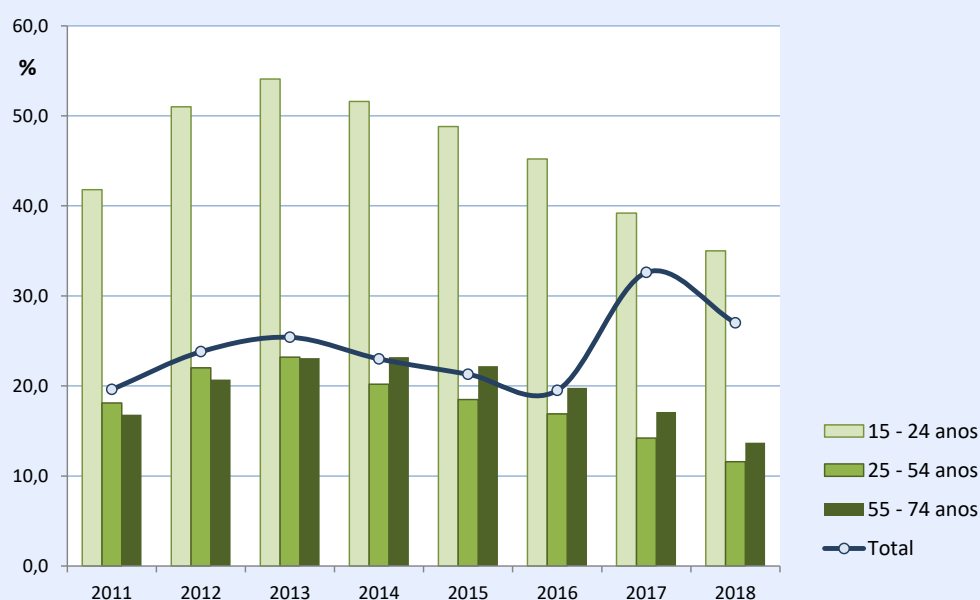
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por outro lado, considerando este indicador por grupo etário, observa-se que são sobretudo os mais novos, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, quem apresenta valores mais elevados, com taxas de subutilização laboral quase sempre superiores a 40% ao longo de toda a série em análise, não obstante em 2018 se ter verificado uma descida para os 35%.

De notar que, entre 2012 e 2015, mais de metade da população dos 15 aos 24 anos foi afetada por este tipo de subutilização.

No que diz respeito aos restantes grupos da estrutura etária, a incidência desta taxa tem oscilado em torno de valores menos significativos e, à semelhança da taxa do grupo de idades dos 15 aos 24 anos, têm apresentado uma tendência de decréscimo nos últimos anos, atingindo o valor mais baixo da série no ano de 2018.

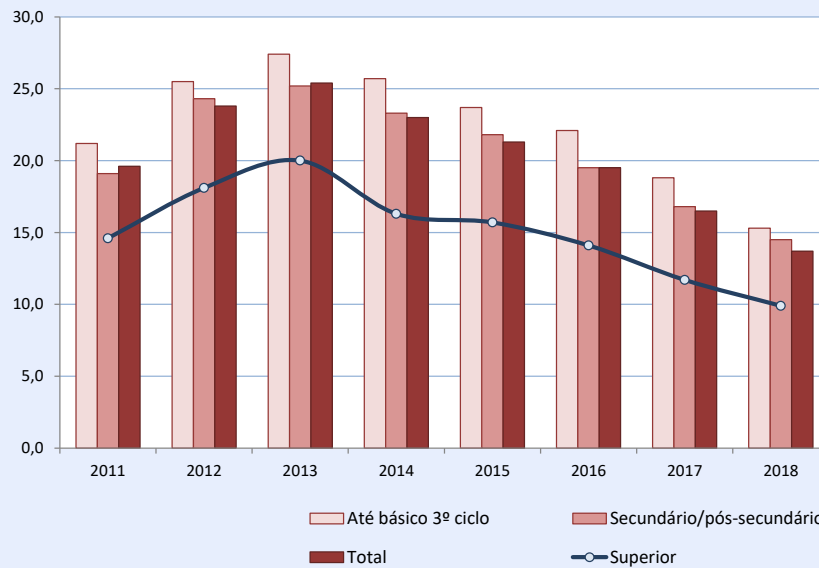
Figura 81. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por grupo etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Por último, considerando o indicador em análise por nível habilitacional, denota-se que, a taxa de subutilização do trabalho diminui à medida que a escolaridade aumenta. Com efeito, não obstante esta taxa apresentar uma tendência de decréscimo em todas as categorias escolares, a diferença percentual entre o nível de habilitações inferior e o superior permanece quase constante, oscilando em torno dos 7 p.p. e 8 p.p., à exceção de 2014 e de 2018, anos em que essa distância percentual foi de 9 p.p. e de 5 p.p., respetivamente.

Figura 82. Evolução da taxa de subutilização do trabalho por escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

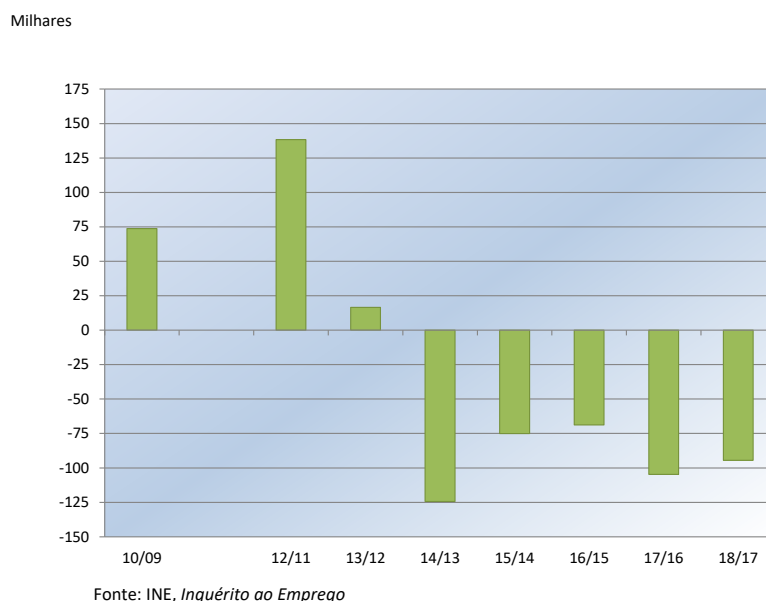
Relativamente à taxa da população com o ensino secundário e pós-secundário que se encontra numa situação de subutilização laboral, constata-se uma maior proximidade com a taxa da população que não foi além do ensino básico do 3º ciclo. De facto, ao longo da série, a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem tem o ensino superior é maior (cerca de 5 p.p.) do que a distância entre a taxa de subutilização com o ensino secundário e pós-secundário e a taxa de quem apenas tem o ensino básico do 3º ciclo (cerca de 2 p.p.).

2.3. Desemprego

2.3.1. Desemprego e taxas de desemprego

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2018, no Continente, estavam desempregadas 343,5 mil pessoas, menos 94,5 mil do que no ano anterior. O desemprego diminuiu assim em 21,6% relativamente a 2017. As mulheres constituíam 52,6% dos desempregados, tendo o seu número decrescido 20,5% relativamente ao ano anterior, ligeiramente menos do que o dos homens, que diminuiu 22,8%.

Figura 83. Variação do número de desempregados 2009-2018



Depois de um forte crescimento, entre 2009 e 2013, o desemprego diminuiu sistematicamente. Assim, em 2018 o número de pessoas desempregadas representava quase metade do número registado em 2011.

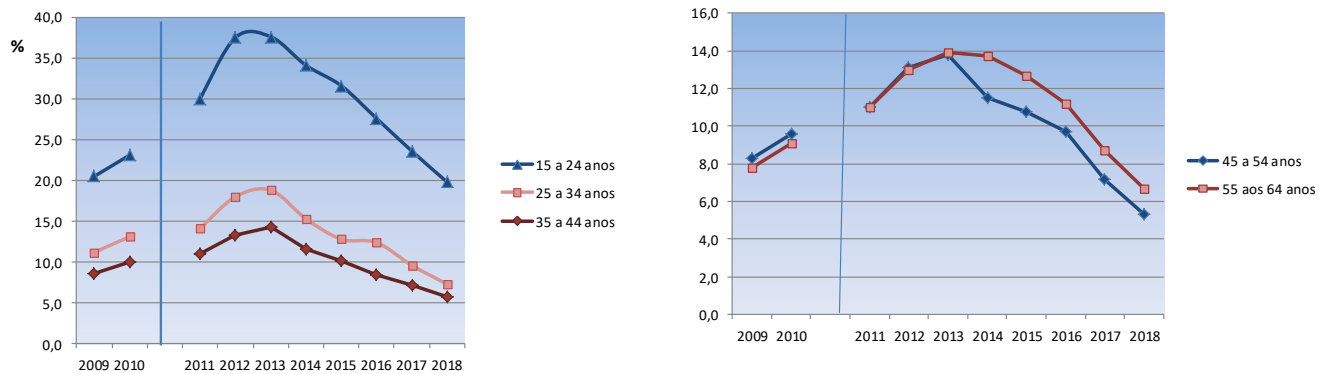
Já no que se refere à taxa de desemprego esta era de 6,9%, (menos 1,9 p.p. do que em 2017). Entre 2009 e 2018 o valor da taxa de desemprego diminuiu 2,6 p.p..

No que respeita às diferenças entre sexos, a taxa de desemprego evoluiu de forma muito semelhante para ambos os sexos embora a taxa de desemprego feminina se tivesse mantido acima da masculina ao longo de toda a série. Contudo, entre 2009 e 2018 a taxa de desemprego feminina diminuiu mais do que a masculina (2,8 p.p.e 2,5 p.p., respetivamente).

2.3.1.1. Desemprego por escalões etários

Em 2018, no Continente, o número de desempregados era bastante próximo nos escalões etários até aos 55 anos, embora o escalão que somava mais desempregados fosse o escalão entre os 35 e os 54 anos. Entre 2017 e 2018 o desemprego diminuiu em todos os escalões etários. O desemprego diminuiu mais nos escalões dos 25 aos 34 anos (-25,4%) e dos 55 e os 64 anos (-25,1%) O escalão onde essa diminuição foi menos significativa foi o escalão dos 15 aos 24 anos (-16,3%). Entre 2011 e 2018, nos escalões etários entre os 25 e os 55 anos, o desemprego decresceu em 50% ou mais.

Figura 84. Taxas de desemprego por escalão etário



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2018, o escalão dos 15 aos 24 anos era o único que registava uma taxa de desemprego muito superior à média (19,8%). Por outro lado foi neste escalão etário que a taxa diminuiu mais relativamente a 2017 (-3,8 p.p.) , embora a taxa de desemprego tenha decrescido em todos os escalões. Refira-se que, entre 2017 e 2018, no escalão dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego feminina diminuiu o dobro da masculina.

Entre 2009 e 2018, a taxa de desemprego evoluiu de forma muito semelhante para todos os escalões etários, embora se tenha mantido sempre superior nos escalões mais jovens, sobretudo no escalão dos 15 aos 24 anos. Em 2018 o valor da taxa de desemprego era inferior ao registado em 2009 em todos os escalões etários.

2.3.1.2. Taxas de desemprego em Portugal e na União Europeia

A taxa de desemprego portuguesa evidenciou um crescimento progressivo desde 2009, tendo no período em análise, chegado aos 16,4% em 2013, ano em que o desemprego em Portugal atingiu o ponto máximo desta série, tendo-se posteriormente invertido esta tendência com sucessivos decréscimos da taxa de desemprego que, em 2018, registou 7%.

Relativamente à taxa média dos países europeus, verificou-se uma tendência para a manutenção dos valores em torno dos 9% e 10%, nos primeiros anos da série em análise, não obstante, em 2013, ter atingido quase 11%. Apesar de, nesses primeiros anos, Portugal evidenciar uma taxa de desemprego mais próxima da da UE, esse valor distanciou-se do da média europeia sobretudo em 2012 e 2013, tendo-se verificado, em 2018, uma confluência de ambas as taxas em torno dos 7%.

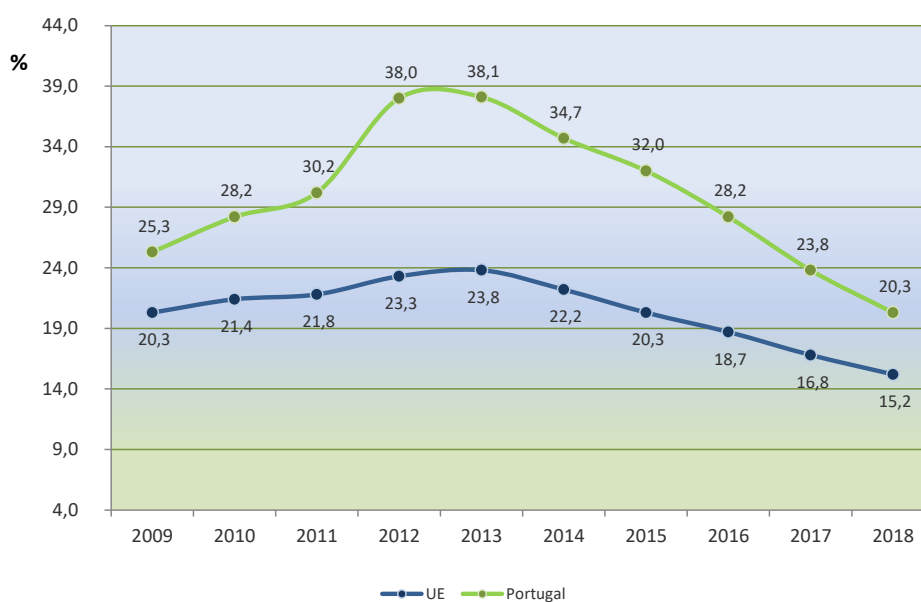
Figura 85- Evolução da taxa de desemprego



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto à taxa de desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos, esta apresenta um comportamento muito semelhante ao da taxa de desemprego do total da população. Entre 2009 e 2013, a taxa de desemprego jovem portuguesa aumentou de forma expressiva à semelhança da taxa de desemprego geral, passando de 25,3%, em 2009, para 38,1%, em 2013, tendo desde então decrescido de forma gradual até 2018, ano em que registou 20,3% (menos 17,8 p.p. face ao valor máximo registado em 2013).

Figura 86. Evolução da taxa de desemprego jovem



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Em relação à média dos países da UE, a taxa de desemprego dos jovens aumentou progressivamente desde 2009, tendo atingido o valor mais elevado (23,8%) em 2013, ano a partir do qual se observou uma inversão da tendência de crescimento. De salientar que, tal como a taxa de desemprego geral europeia, também a da população jovem entrou em declínio a partir de 2013, tendo registado 15,2%, após uma diminuição de 8,6 p.p., no decurso dos últimos anos.

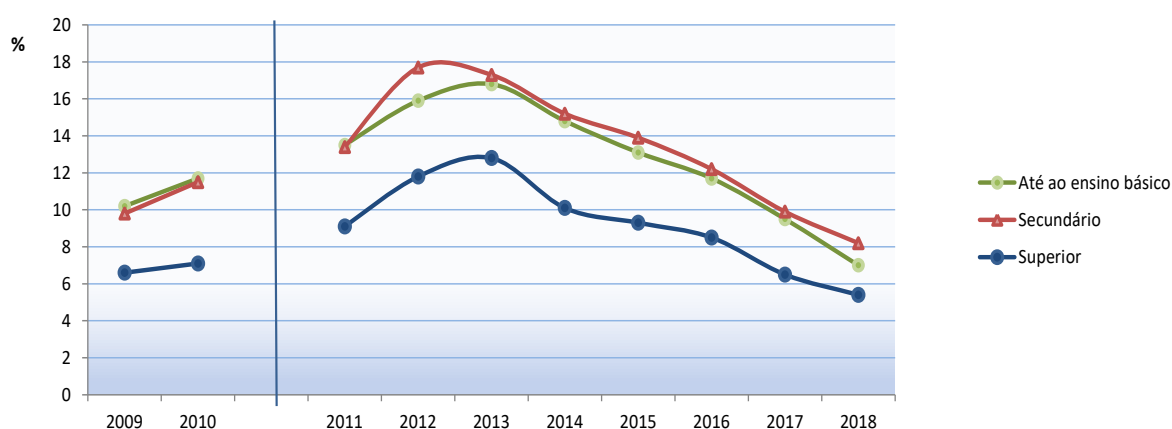
2.3.1.3. Desemprego por níveis de escolaridade

Em 2018, os desempregados com o ensino básico representavam 46,3% do total, os desempregados com o ensino secundário 32,9% e os desempregados com o ensino superior, 20,8%. Entre 2017 e 2018, o desemprego diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações, sobretudo no que se refere ao ensino básico.

Em 2018, a taxa de desemprego da população ativa com até ao ensino secundário era de 8,2%, sendo a a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico ligeiramente inferior (7%) e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior bastante mais baixa (5,4%). A taxa decresceu, relativamente a 2017, em todos os níveis de escolaridade, mas sobretudo nos habilitados com o ensino básico (-2,5 p.p.)

Em 2018, a taxa de desemprego das mulheres era superior á dos homens em todos os níveis de habilitações, mas diminuiu mais, relativamente a 2017, nos níveis de habilitações até ao secundário.

Figura 87. Taxas de desemprego por níveis de escolaridade



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

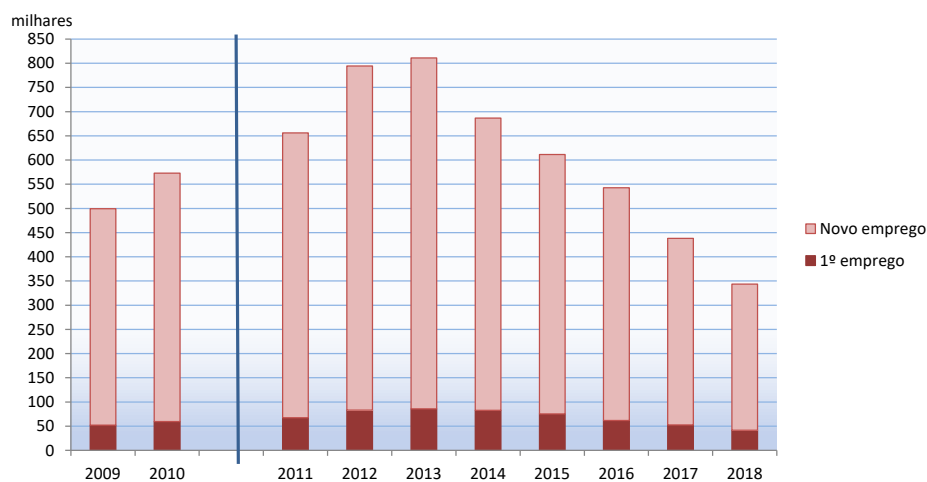
Entre 2009 e 2018, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino superior manteve-se sempre bastante inferior à dos restantes níveis de habilitações. Em 2018 era 1,2 p.p. mais baixa do que em 2009. No mesmo período, a taxa de desemprego da população ativa com o ensino secundário decresceu 1,6 p.p. e a taxa de desemprego da população ativa com o ensino básico, 3,2 p.p.

2.3.1.4. Desemprego por experiência anterior de trabalho

Em 2018, no Continente, a população desempregada à procura de novo emprego constituía 87,9% do total dos desempregados (ou seja cerca de 301,8 mil pessoas). 41,7 mil pessoas estavam à procura do 1º emprego. Relativamente ao ano anterior ambas as categorias diminuíram cerca de 20%.

Entre 2008 e 2013, o peso relativo de cada uma das categorias manteve-se mais ou menos estável, já que ambas cresceram acentuadamente. A partir de 2014, com o decréscimo do desemprego, o peso relativo dos desempregados à procura do 1º emprego aumentou ligeiramente. De facto, entre 2011 e 2018, o número de desempregados à procura de novo emprego diminuiu para quase metade. Já o número de desempregados à procura do 1º emprego decresceu 38%.

Figura 88. Desemprego por experiência anterior de trabalho



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

O número de mulheres desempregadas à procura do 1º emprego manteve-se superior ao dos homens até 2016. Depois disso, os homens tornaram-se maioritários. No que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o número de homens desempregados foi, de forma geral, superior ao número de mulheres até 2017. A partir daí, a situação inverteu-se.

A maioria dos desempregados à procura do primeiro emprego, situava-se naturalmente no escalão dos 15 aos 24 anos. Contudo, o peso dos escalões mais velhos tem vindo tendencialmente a crescer, desde 2015.

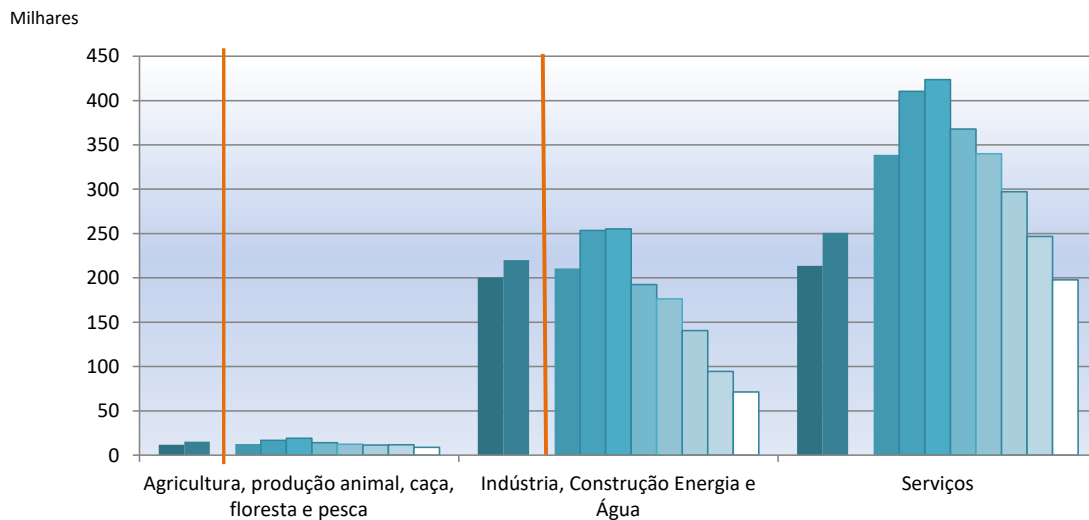
Já no que se refere aos desempregados à procura de novo emprego, o escalão entre os 25 e os 54 anos continuava a ser maioritário (67%) embora o seu peso tenha vindo a diminuir desde 2014.

2.3.1.5. Desempregados à procura de novo emprego

- **Por áreas de atividade**

Analisando os desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade em 2018, no Continente, verifica-se que os desempregados que provinham do sector dos *Serviços* representavam 71,2% do total destes desempregados, somando cerca de 197,7 mil pessoas, os desempregados oriundos da *Indústria, construção, energia e água* constituíam 25,6% (71,2 mil e os provenientes da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* constituíam 3,1% (8,7 mil).

Figura 89. Desempregados à procura de novo emprego por áreas de atividade



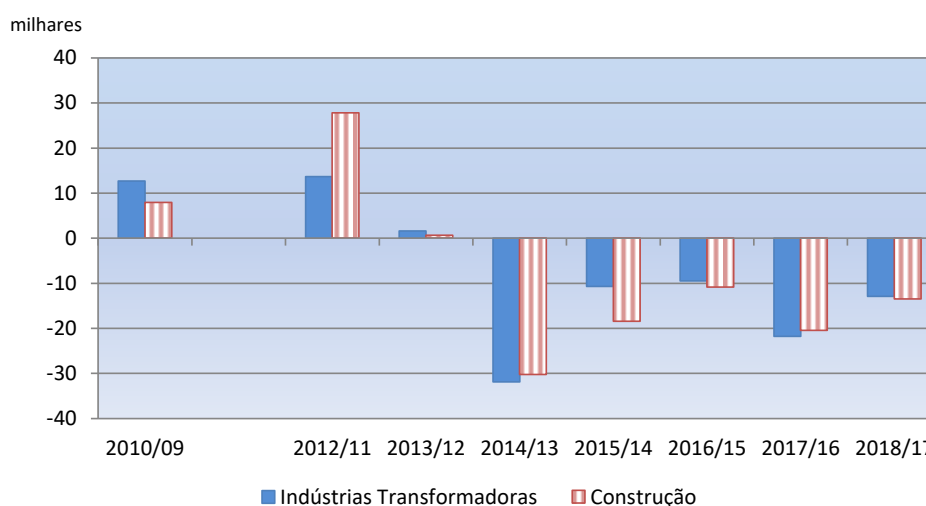
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Relativamente ao ano anterior o número de desempregados diminuiu em todas as áreas de atividade, com destaque para os *Serviços* (-49 mil pessoas).

Entre 2009 e 2013, o número de desempregados aumentou relativamente a todas as áreas de atividades e, a partir daí decresceu sistematicamente. Assim, entre 2011 e 2018 o desemprego diminuiu em 31,5% no sector da *Agricultura, produção animal, caça, floresta*, 41,6% no sector dos *Serviços* e 66,2% na *Indústria, construção, energia e água*.

Em 2018, e no que se refere aos principais sectores da *Indústria, construção, energia e água*, as *Indústrias Transformadoras* somavam 45,8 mil pessoas (16,5% do total) e a *Construção*, 22 mil pessoas (8%). Relativamente a 2017, o desemprego diminuiu em ambos os sectores em cerca de 13 mil indivíduos.

Figura 90. Variação dos desempregados à procura de novo emprego na Indústria Transformadora e Construção

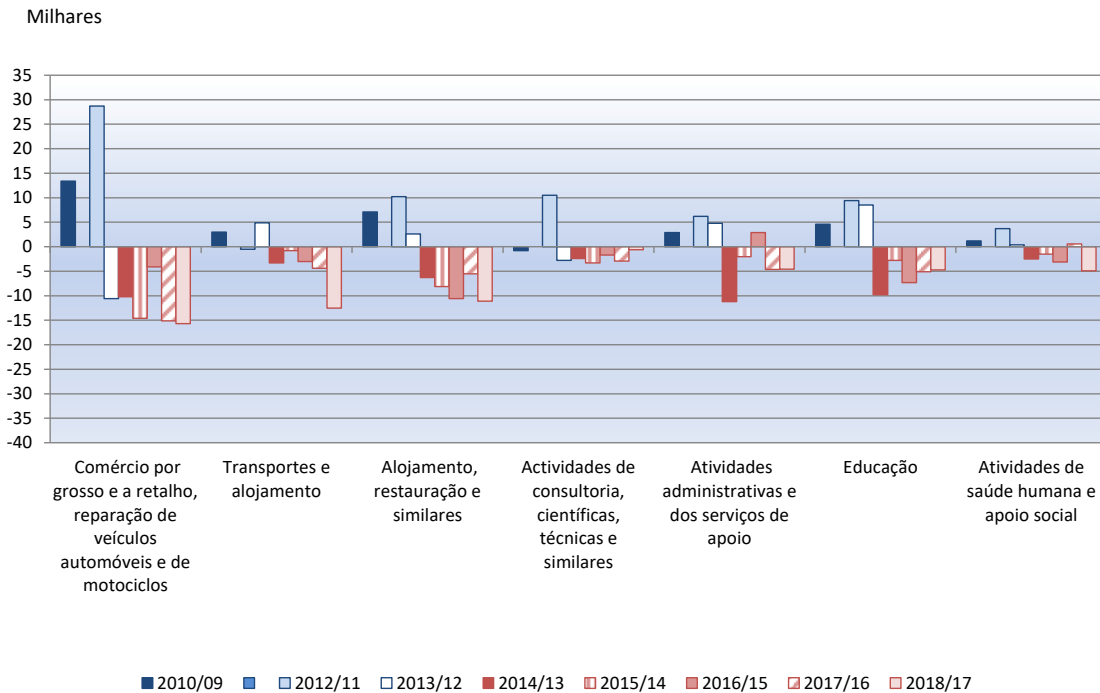


Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Depois de um aumento significativo do desemprego, entre 2009 e 2013, os desempregados à procura de novo emprego nestes dois sectores decresceram acentuadamente, nos anos seguintes, Em 2018, os desempregados oriundos das *Indústrias Transformadoras* eram assim menos 61% do que em 2011, e os desempregados na *Construção*, quase menos 75%.

Relativamente aos principais sectores dos *Serviços*, em 2018, 19,7% dos desempregados à procura de novo emprego provinham do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos*, 11,1% do *Alojamento, restauração e similares*, 6,3% das *Atividades de saúde humana e apoio social* e 6,2% das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*. O número de desempregados à procura de novo emprego diminuiu em todos estes sectores, relativamente a 2017, sobretudo no sector do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* (-15,7 mil pessoas) e no *Alojamento, restauração e similares* (-11,1 mil indivíduos)

Figura 91. Variação dos desempregados à procura de novo emprego nos serviços



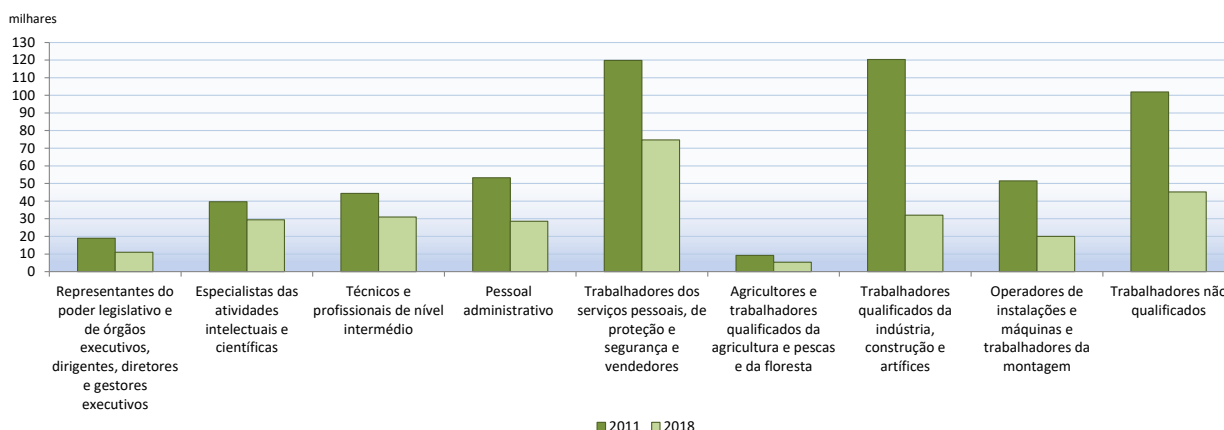
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2009 e 2013, o desemprego aumentou em todos os principais sectores dos *Serviços*, exceto no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e de motociclos* e nas *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* que, entre 2012 e 2013, registaram já um decréscimo. A partir de 2013 o desemprego diminuiu em todos estes sectores. Deste modo, em 2018, em todos eles, o número de desempregados era bastante inferior ao registado em 2011, sobretudo nos sectores dos *Transportes e Armazenagem* e do *Alojamento, restauração e similares*.

- **Por grupos profissionais**

De acordo com os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, no Continente, em 2018, os grupos profissionais que registavam maior número de desempregados à procura de novo emprego eram os grupos dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (24,8% do total), dos Trabalhadores não qualificados (15%), dos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (10,6%) e dos Técnicos e Profissionais de nível intermédio (10,3%). Entre 2017 e 2018, o desemprego diminuiu relativamente a todos os grupos profissionais. O número de desempregados diminuiu mais exatamente nos três grupos profissionais que registavam maior percentagem de desempregados.

Figura 92. Evolução do desemprego por Grupos Profissionais 2011-2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Entre 2011 e 2018, o desemprego diminuiu relativamente a todos os grupos profissionais, com destaque para os grupos dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artesãos*, dos *Trabalhadores não qualificados* e o dos *Trabalhadores pessoais, de proteção e segurança e vendedores*.

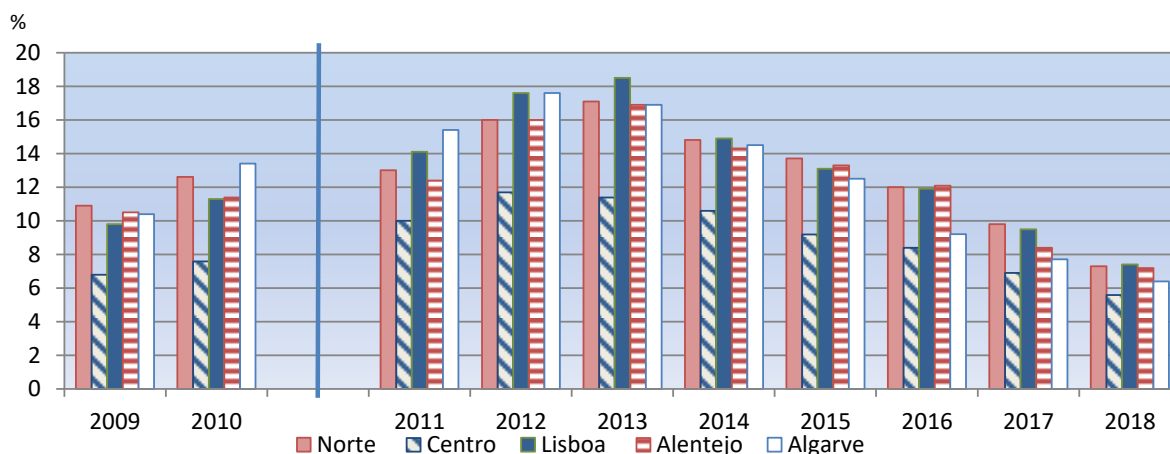
- **Por regiões**

Segundo os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE, em 2018 o Norte era a região do Continente com maior número de desempregados (133,8 mil), seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (105 mil) e o Centro (65,3 mil). Relativamente ao ano anterior forma estas, exatamente, as regiões onde o desemprego mais diminuiu (-25,1% e -21%, respetivamente).

Em 2018, a taxa de desemprego era muito semelhante no Norte (7,3%) na Área Metropolitana de Lisboa (7,4%) e na região do Alentejo (7,2%). A região Centro registava a taxa de desemprego mais baixa (5,6%).

No início da série, o Norte era a região com a taxa de desemprego mais elevada, mas o Algarve ultrapassou o Norte logo em 2010 e manteve-se a região com a taxa mais elevada até 2012. Foi ultrapassada, em 2013, pela Área Metropolitana de Lisboa e, a partir de 2015, pelo Norte. A região Centro manteve-se a região com a taxa de desemprego mais baixa ao longo do período. Em 2018, a taxa de desemprego era inferior a 2009 em todas as regiões. O maior decréscimo desde o início da série verificou-se na região do Algarve.

Figura 93. Evolução da taxa de desemprego por regiões



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

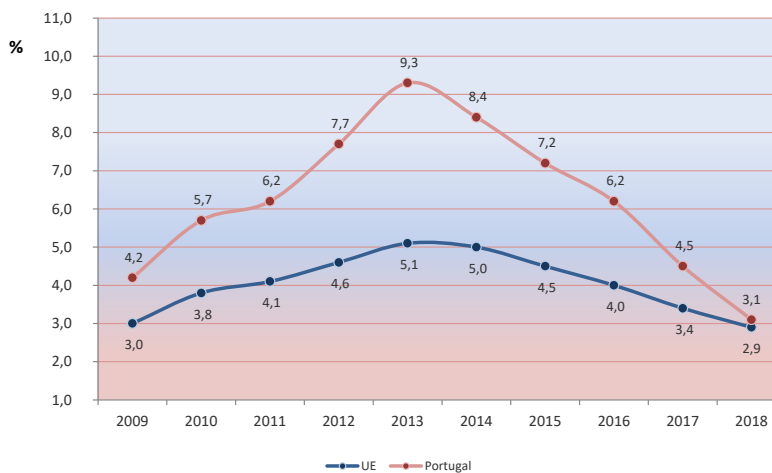
2.3.1.6. Desempregados de longa duração e muito longa duração

Taxa de desemprego de longa duração em Portugal e na UE

A taxa de desemprego de longa duração para Portugal, que registou uma subida gradual desde o início da série em análise, mais que duplicou o seu valor em 2013, quando atingiu o valor máximo (9,3%) dos últimos anos. Contudo, verificou-se uma inflexão deste comportamento, em 2014, com o início de uma fase de decréscimo.

Assim, o desemprego de longa duração diminuiu 6,2 p.p. entre 2013 e 2018, tendo registado, neste último ano, uma taxa de 3,1%. Quando comparada com a taxa da média dos países da UE, a taxa portuguesa apresenta uma diferença superior, apesar de, desde 2013, essa diferença ter-se vindo a esbater e, em 2018, se ter verificado uma confluência de ambas as taxas em torno dos 3%.

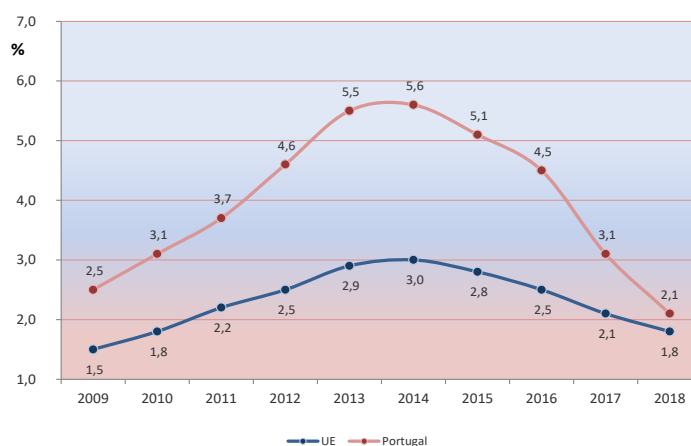
Figura 94. Taxa de desemprego de longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados *Labour Force Survey*

Quanto ao desemprego de muito longa duração, este evidencia uma tendência similar ao desemprego de longa duração, com a taxa média europeia a manter uma certa constância entre os 1,5% e os 3%, enquanto a taxa portuguesa tem evidenciado sempre valores superiores. De salientar que, em 2018, a taxa portuguesa continuou a diminuir, aproximando-se grandemente da da média dos 28 países da União.

Figura 95. Taxa de desemprego de muito longa duração (% na população ativa)



Fonte: Eurostat, Base de dados Labour Force Survey

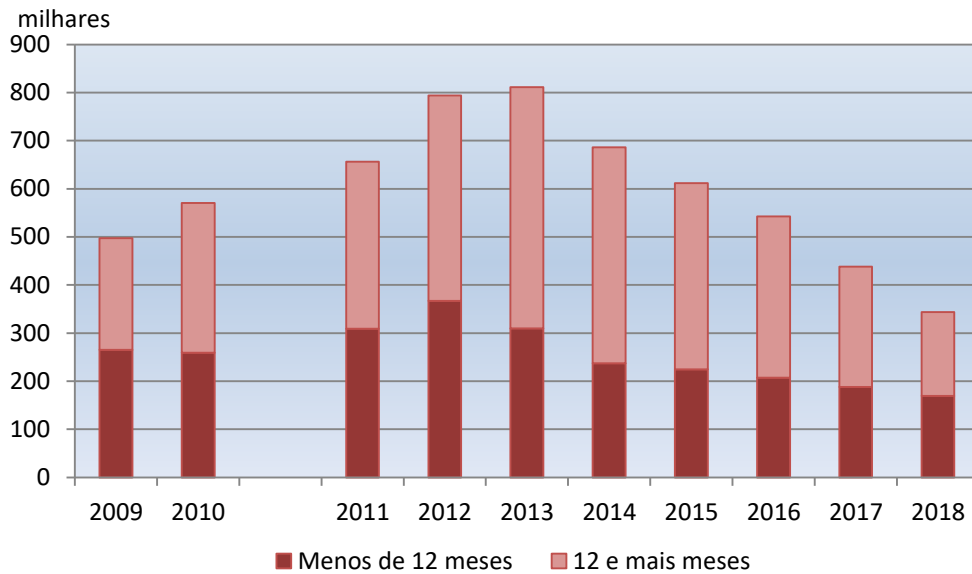
Em 2018, cerca de 174 mil desempregados no Continente estavam desempregados há 12 e mais meses, ou seja eram desempregados de longa duração (DLD). Estes constituíam, pois, 50,7% do total dos desempregados. 51,7% dos desempregados de longa duração eram mulheres.

Entre 2017 e 2018, o número de desempregados de longa duração decresceu em cerca de 76,2 mil pessoas (-30,5%), enquanto os desempregados até 12 meses diminuía em 18,4 mil (-8,9%).

Em 2009, os DLD representavam 46,8% do total dos desempregados mas, em 2010, o seu peso tinha já aumentado para os 54,6%. Depois disso continuou a crescer até 2014, ano em que constituíam 65,4%. Contudo, a partir daí, o seu decréscimo foi mais rápido do que o dos desempregados há menos de 1 ano.

Em 2009 as mulheres representavam quase 55% dos DLD mas depois esta percentagem decresceu. Deste modo, entre 2011 e 2016, a percentagem de homens DLD foi sempre superior à das mulheres. A partir de 2017 as mulheres voltam a ser maioria.

Figura 96. Desemprego de Longa Duração

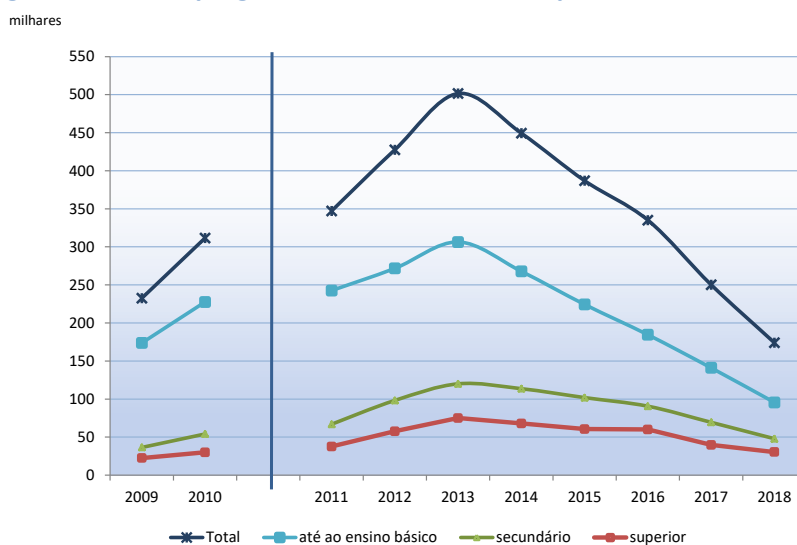


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2018, os DLD com o ensino básico representavam 54,9% do total dos desempregados de longa duração, enquanto, no total dos desempregados representavam 46,3%. Em contrapartida, o peso dos DLD com habilitações mais elevadas era bastante inferior. Relativamente a 2017 o número de DLD diminuiu relativamente a todos os níveis de habilitações.

Ate 2013, os DLD aumentaram relativamente a todos os níveis de habilitações e, a partir daí, decresceram. Assim, em 2018, os DLD com o ensino básico tinham decrescido em 60,6% relativamente a 2011, os DLD com o ensino secundário 28,4% e os DLD com o ensino superior 19,2%

Figura 97. Desempregados há 12 e mais meses por níveis de habilitações



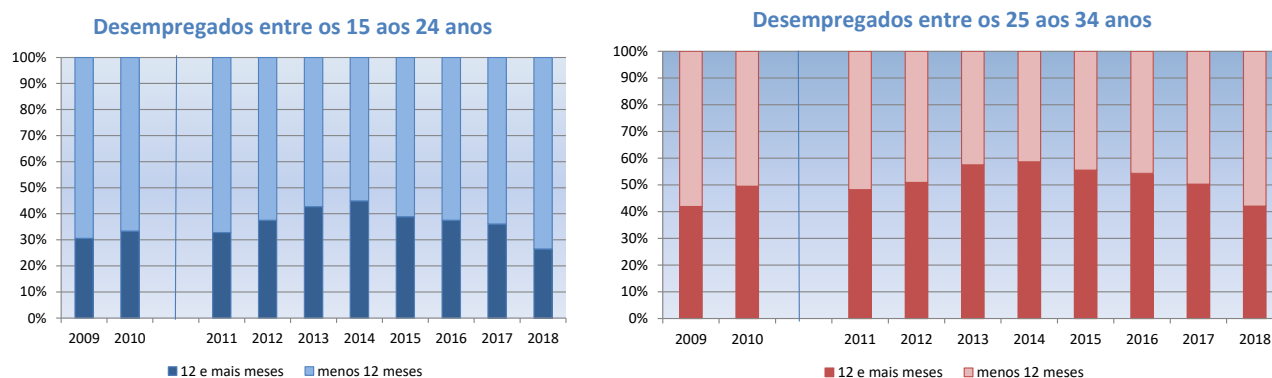
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Em 2018, os DLD com entre 15 e 34 anos representavam 27,5% do total dos DLD tendo o seu peso diminuído em 3,3 p.p. desde 2017. Entre 2011 e 2018 o número de DLD com entre 15 e 34 anos decresceu em mais de 50%.

Analisando o peso dos DLD no total dos desempregados com entre 15 e 24 anos, constatamos que, em 2018, esse peso era de 26,5% ou seja que diminuiu quase em 10 p.p, relativamente a 2017. Já no escalão dos 25 aos 34 anos, os desempregados há 12 e mais meses representavam 42,1%, tendo esta percentagem decrescido em 8,2 p.p. relativamente ao ano anterior.

Entre 2009 e 2014, o peso dos DLD aumentou em ambos estes escalões etários. No escalão dos 25 aos 34 anos estes tornaram-se mesmo maioritários, a partir de 2012. Depois de 2014 a percentagem de DLD diminuiu em ambos os escalões etários mas, no que se refere ao escalão dos 25 aos 34 anos, só em 2018 esta percentagem desceu abaixo dos 50%. Em ambos os escalões etários o decréscimo registado em 2018 foi o mais acentuado registado desde o início da série.

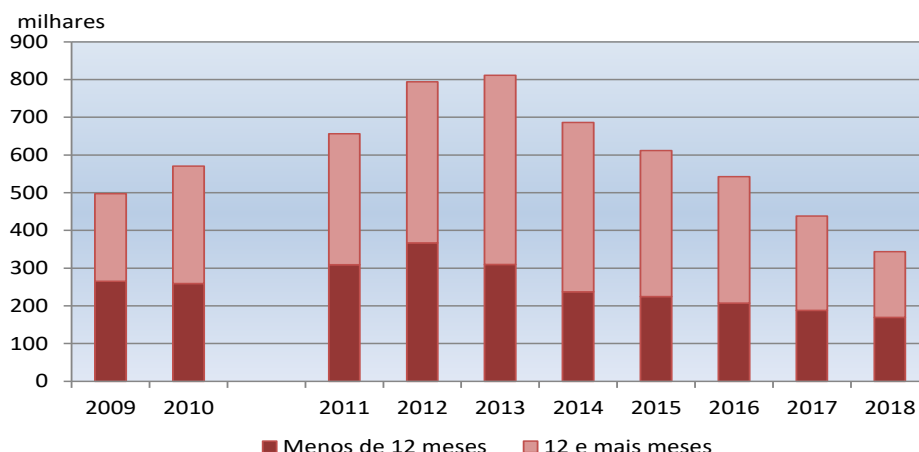
Figura 98. Desempregados entre os 15 e os 34 anos por duração da procura de emprego



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Dos 174 mil indivíduos desempregados há mais de 1 ano, no Continente, em 2018, cerca de 68% (118,3 mil) estavam desempregados há mais de 2 anos (eram desempregados de muito longa duração (DMLD). Relativamente ao ano anterior esta subcategoria de DLD diminuiu 33,8%, bastante mais do que os DLD com *entre 12 e 24 meses*, que decresceram 28,2%. Em 2018, os DMLD constituíam 34,4% do total dos desempregados.

Figura 99. Desempregados de longa e muito longa duração



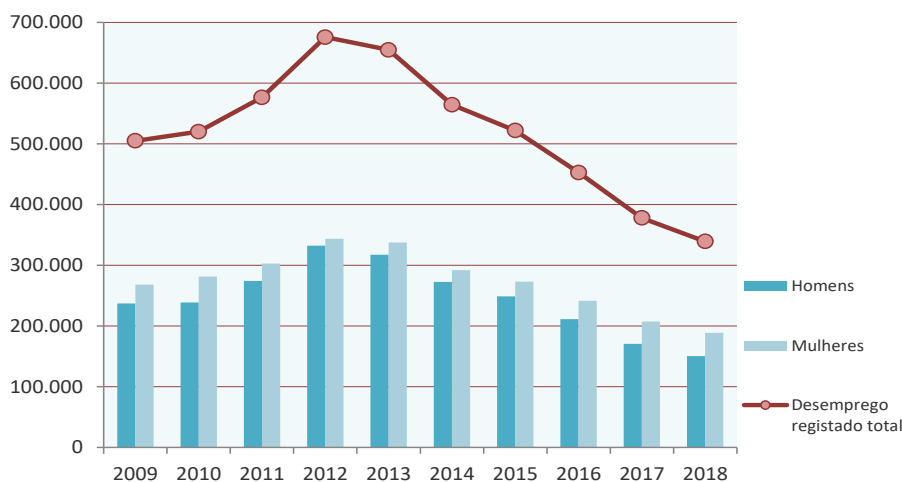
Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

Em 2018, havia menos 88,8 mil desempregados há mais de 2 anos do que em 2011. Contudo, porque esta foi categoria de desempregados que mais cresceu em número até 2014 e, a partir a que menos diminuiu, em termos percentuais estes representavam, em 2018, mais 2,9 p.p. do que em 2011 no total dos desempregados.

2.3.2 Desemprego registado e pedidos de emprego nos Centros de Emprego

No final de Dezembro de 2018, de acordo com a informação disponibilizada pelo IEFP, encontravam-se inscritos nos Centros de Emprego do Continente, cerca de 339 mil desempregados, o que representou uma diminuição de aproximadamente 38,8 mil indivíduos face ao período homólogo.

Figura 100. Evolução do Desemprego registado por género



Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

Este decréscimo do desemprego registado foi mais acentuado para os homens (-11,9%) do que para as mulheres (-8,9%), pelo que o peso relativo masculino decresceu, entre 2017 e 2018, passando de 45,2% para 44,3% do total do desemprego registado.

Relativamente ao número de desempregados registados de longa duração (DLD), em 2018, verificou-se uma quebra de 17,5% face a 2017 (menos 31,6 mil pessoas), tendo o respectivo peso relativo no total de inscritos decrescido face ao período homólogo, atingindo 43,9%. Quanto ao número de jovens inscritos, registou-se igualmente um decréscimo (-14,7%, ou seja, menos cerca de 6 mil indivíduos), mantendo-se, no entanto, o seu peso relativo sensivelmente idêntico ao do ano anterior (10,3%).

Figura 101. Percentagem do Desemprego Jovem e do DLD no Desemprego Registado



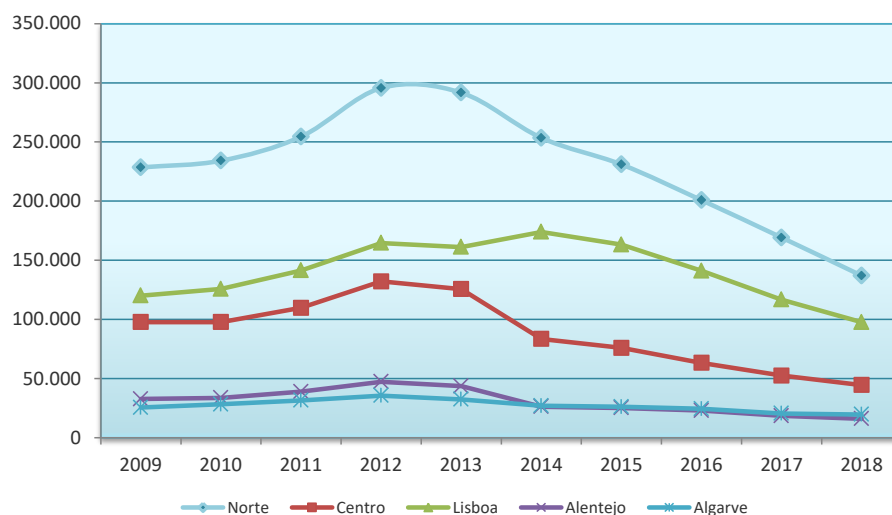
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por outro lado, considerando as diversas regiões do Continente, verifica-se que a tendência de decréscimo anual do desemprego registado, iniciada em 2013, se manteve em 2018. O Norte continuou a ser a região mais afetada pelo desemprego, com cerca de 137 mil desempregados inscritos, não obstante ter evidenciado, em 2018, a maior descida, em termos absolutos, face ao período homólogo (-32,2 mil pessoas), logo seguida pela região de Lisboa e do Centro (com menos 19 mil e 8 mil registos, respetivamente).

De salientar que o Norte, só por si, representava, no final de 2018, cerca de 40,4% do total de registos de desemprego e, conjuntamente com as regiões de Lisboa e do Centro, representavam perto de 82,4% do desemprego registado no Continente em dezembro de 2018. No que respeita às restantes regiões, tanto o Alentejo como o Algarve registaram variações negativas, com descidas do número de desempregados

na ordem dos 13% e dos 4%, o que, em termos absolutos, se traduziu nos decréscimos menos expressivos (menos 2,5 mil registos na região alentejana e menos 888 registos na região algarvia).

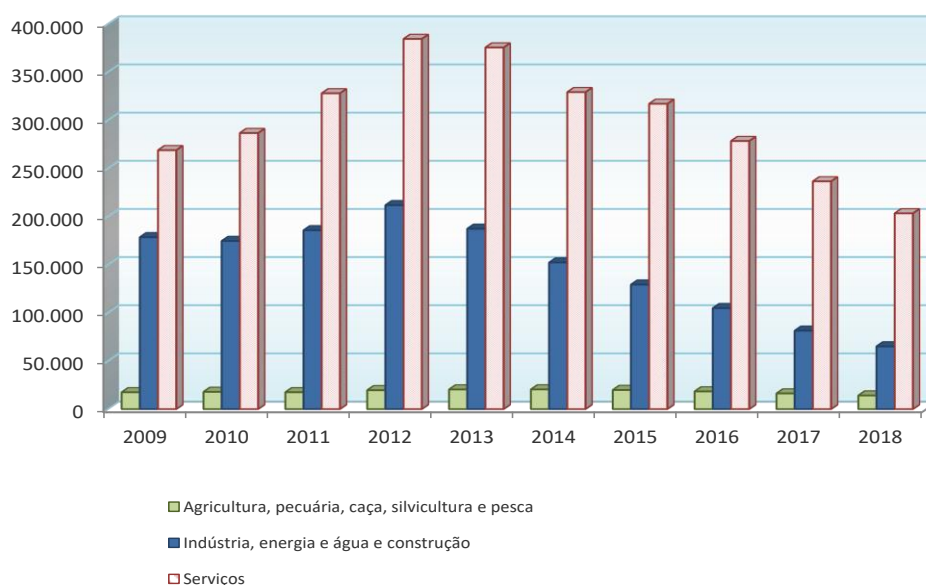
Figura 102. Evolução do Desemprego registado por regiões



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Relativamente ao desemprego registado por sectores de atividade, a maior proporção de desempregados inscritos à procura de novo emprego continuou a provir do sector dos *Serviços* (71,3%), seguindo-se a *Indústria, Energia e Água e Construção* (22,8%) e a *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* (4,9%).

Figura 103. Desemprego registado por sectores de atividade

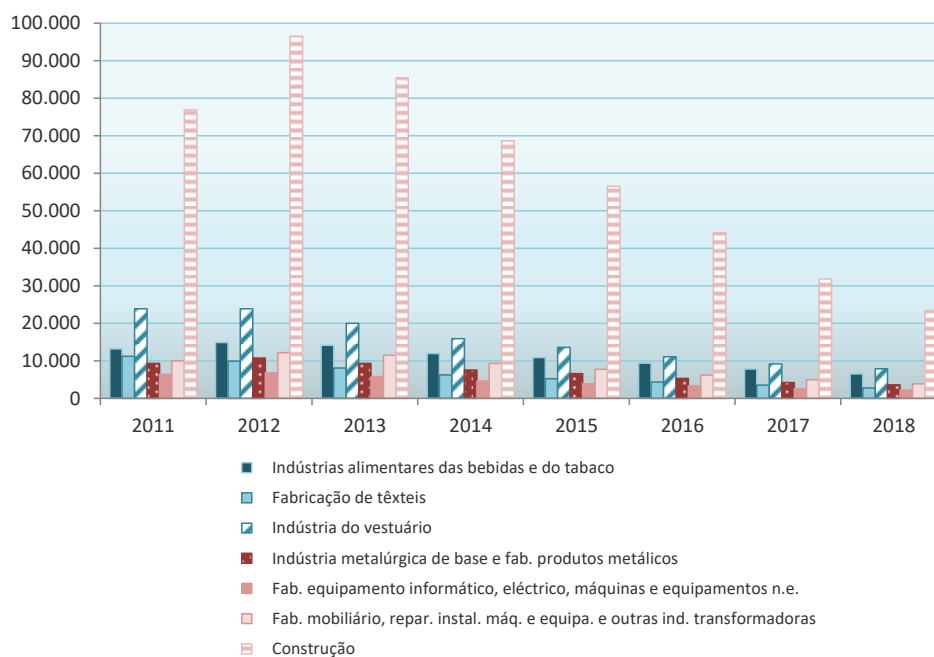


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Apesar de todos os sectores de atividade evidenciarem, em dezembro de 2018, quebras face ao período homólogo, o sector da *Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca* registou, em 2018, a quebra menos expressiva (-15,1%), o que se traduziu, dada a sua menor representatividade (4,9%) no total dos sectores, num decréscimo de 2,1 mil registos de desemprego. Os restantes sectores evidenciaram igualmente uma descida do número de desempregados inscritos face a Dezembro de 2017. O sector dos *Serviços* que continuou a registar o maior peso relativo no conjunto dos sectores de atividade (71,3%) em dezembro de 2018, foi o sector que apresentou a maior descida absoluta face ao período homólogo (cerca de menos 33,2 mil inscritos).

Analisando o sector da *Indústria, Energia e Água e Construção* de uma forma mais detalhada, constata-se que foi o subsector da *Construção* que continuou a assumir maior peso relativo no total de desempregados inscritos provenientes da *Indústria* (36%), logo seguido da *Indústria do Vestuário* (12,2%) e das *Indústrias alimentares das bebidas e do tabaco* (10,1%). De salientar que, em 2018, o subsector da *Construção* registou a maior quebra em termos absolutos, com uma diminuição de 8,4 mil desempregados inscritos, logo seguido pela *Indústria do vestuário* que evidenciou também um decréscimo do número de inscrições, com menos 1,3 mil desempregados inscritos neste subsector, face ao ano de 2017.

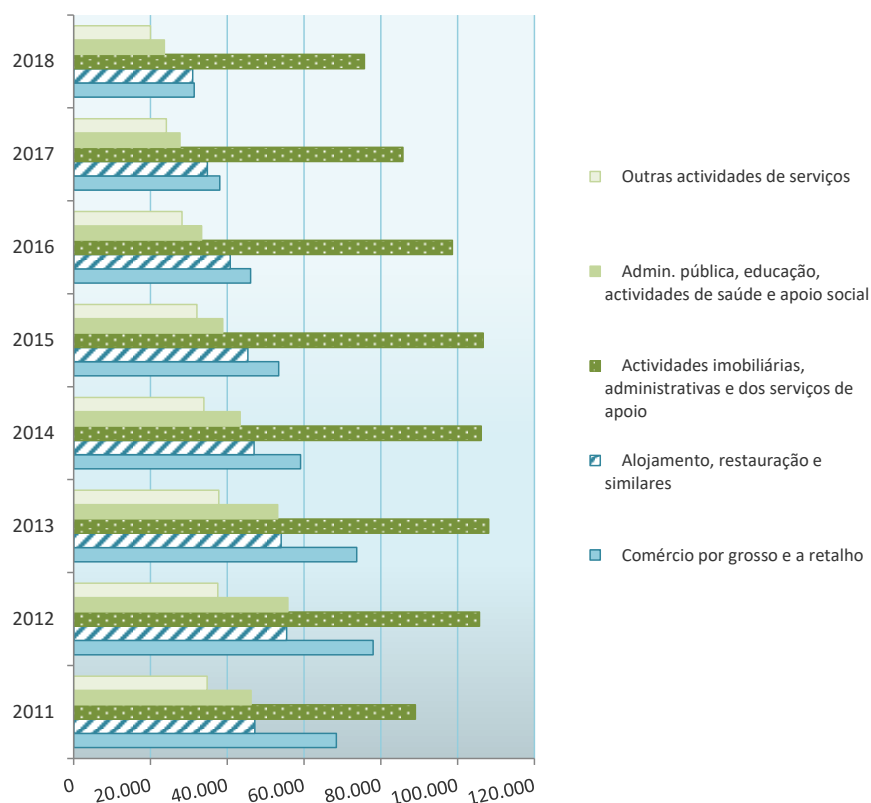
Figura 104. Desemprego registado na Indústria



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

No sector dos *Serviços*, o subsector com maior peso relativo (37,2%) – *Atividades Imobiliárias, Administrativas e dos Serviços de Apoio* – registou um decréscimo do desemprego em relação ao período homólogo (-13,3%), o que, em termos absolutos, se traduziu no registo de menos 10 mil desempregados. Relativamente ao subsector *Comércio por Grosso e a Retalho*, que continuou a manter, em 2018, a segunda maior representatividade com 15,5% do total do desemprego registado no sector dos *Serviços*, verificou-se o maior decréscimo em termos absolutos, com uma redução do número de desempregados inscritos (-6,7 mil). Os subsectores da *Administração Pública, Educação, Atividades de Saúde e Apoio Social* e do *Alojamento, restauração e similares* evidenciaram, igualmente, descidas expressivas do número de desempregados registados (menos 4,1 mil e 3,8 mil, respetivamente).

Figura 105. Desemprego registado nos Serviços

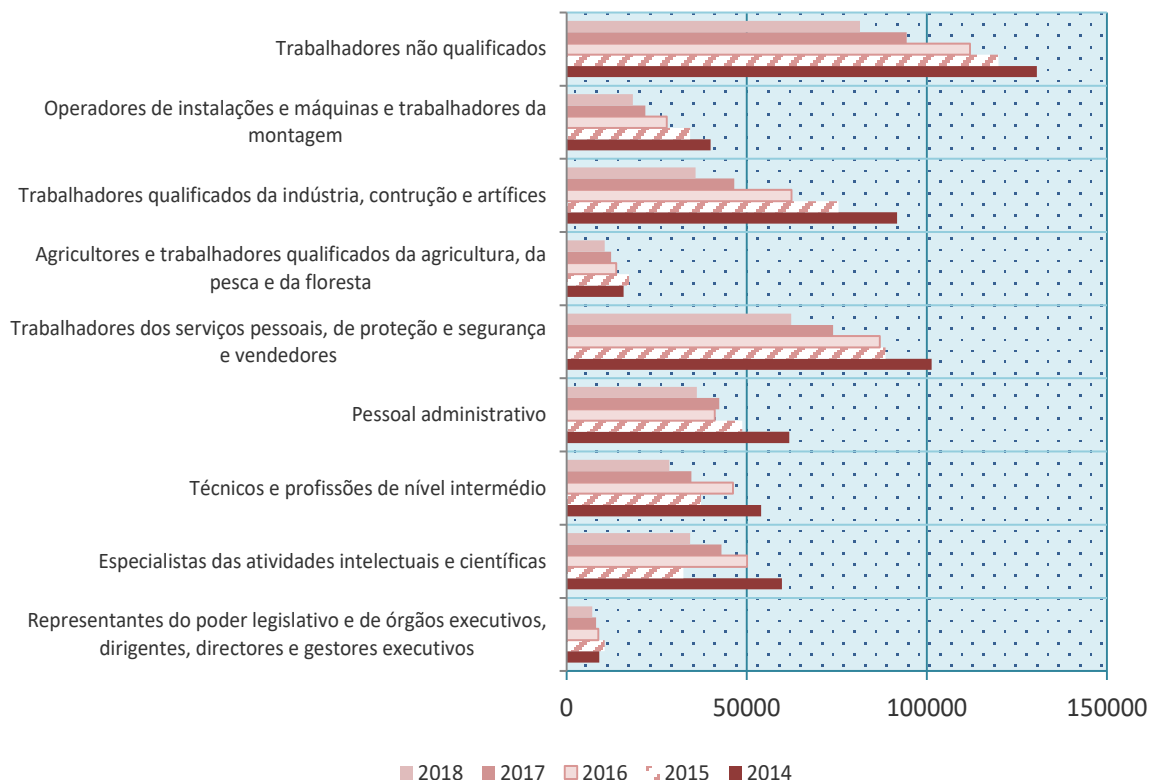


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Em 2018, as profissões mais representadas nos ficheiros dos Centros de Emprego do Continente continuaram a ser os *Trabalhadores não qualificados* (26%) e o *Pessoal dos serviços de protecção e segurança* (20%), sucedendo-se os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* e o *Pessoal administrativo* (ambas com 11%).

Por outro lado, a evolução em 2018, face ao período homólogo, indicou uma quebra na maioria das profissões, tendo-se verificado os maiores decréscimos do número de inscritos nas profissões dos *Trabalhadores não qualificados* (menos 12,9 mil), dos *Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores* (menos 11,6 mil) e dos *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (menos 10,7 mil).

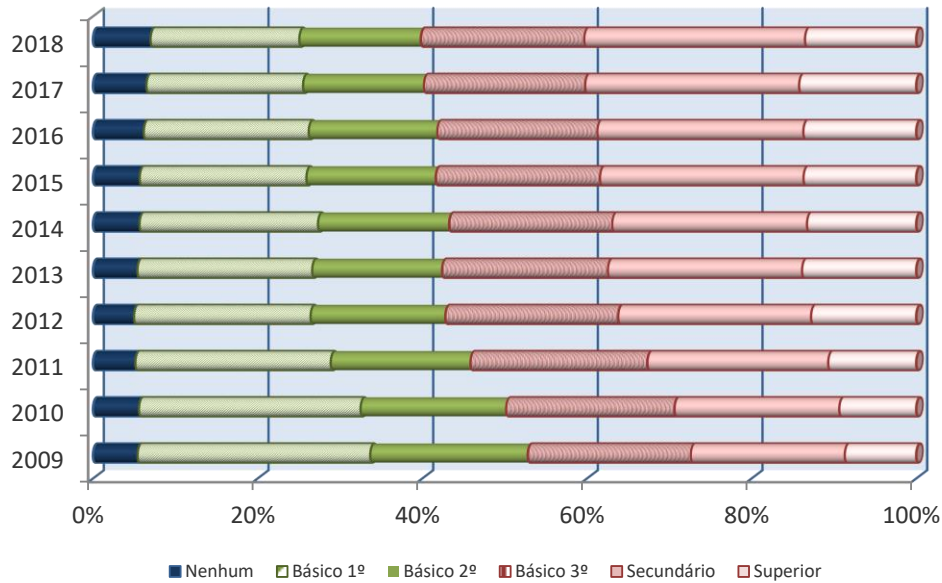
Figura 106. Desemprego registado (novo emprego) por profissões



Fonte: IIEFP, Mercado de Emprego

Ao nível das habilitações, no espaço de uma década, denota-se que os desempregados registados com o Ensino Secundário ou Superior têm vindo a assumir maior peso no desemprego total, em detrimento dos que têm níveis inferiores de habilitações. Contudo, em 2018, os desempregados registados com o Ensino Secundário assumiram o maior peso no desemprego total (26,8%) com um aumento de 8,1 p.p. em relação a 2009, ao contrário dos desempregados com o 1º e 2º ciclos do Ensino Básico que, no decurso de dez anos, viram o seu peso relativo diminuir 10,2 p.p. e 4,4 p.p., respetivamente.

Figura 107. Evolução do desemprego registado por níveis de habilitações (%)



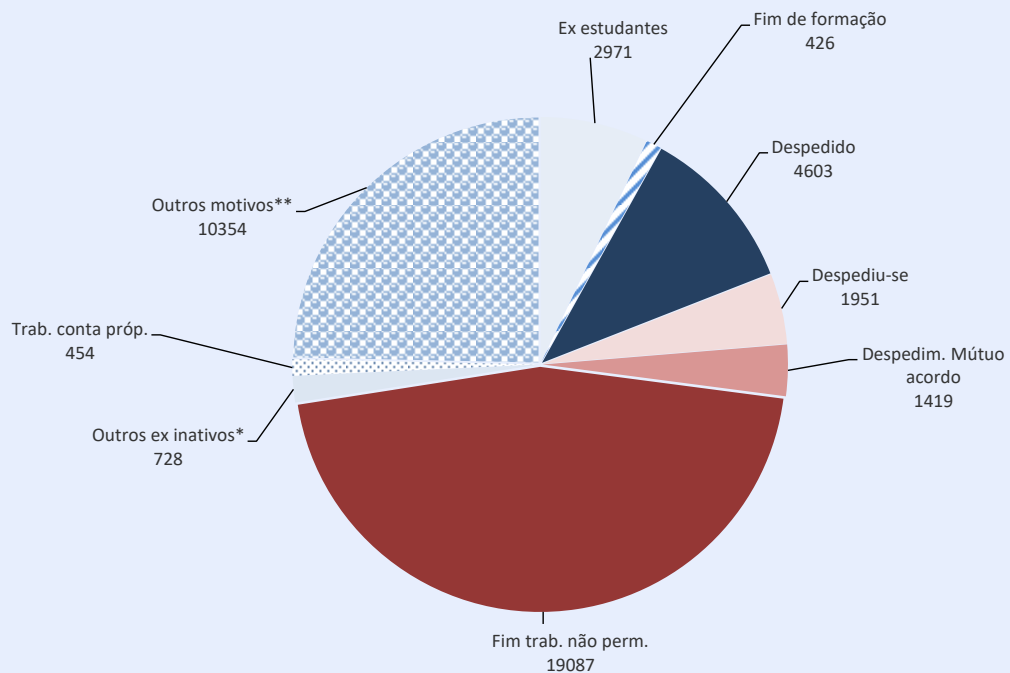
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por último, considerando a evolução do desemprego registado em 2018 face ao período homólogo, constatam-se quebras em todos os níveis de ensino, tendo os maiores decréscimos ocorrido entre os desempregados com o ensino superior e o 1º Ciclo do Ensino Básico, com menos 14,8% e menos 14,7% respetivamente, o que se traduziu em menos 10,6 mil e 8 mil pessoas registadas.

MOTIVOS DE INSCRIÇÃO DOS DESEMPREGADOS NO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Em 2018, de acordo com a informação estatística disponibilizada pelo *Mercado de emprego* do IEFP, o principal motivo de inscrição dos desempregados nos Centros de Emprego foi o *Fim de trabalho não permanente*, que representou 54,4% do total dos registos de desemprego, logo seguido, apesar de com menor representatividade, pelas categorias dos *Despedidos* (13,1%), dos *Ex-estudantes* (8,5%) e dos *Despediram-se* (5,6%).

Figura 108. Motivos de inscrição dos desempregados em 2018
Média mensal do movimento ao longo do ano



* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

** Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

Fonte: IEFP, *Mercado de Emprego*

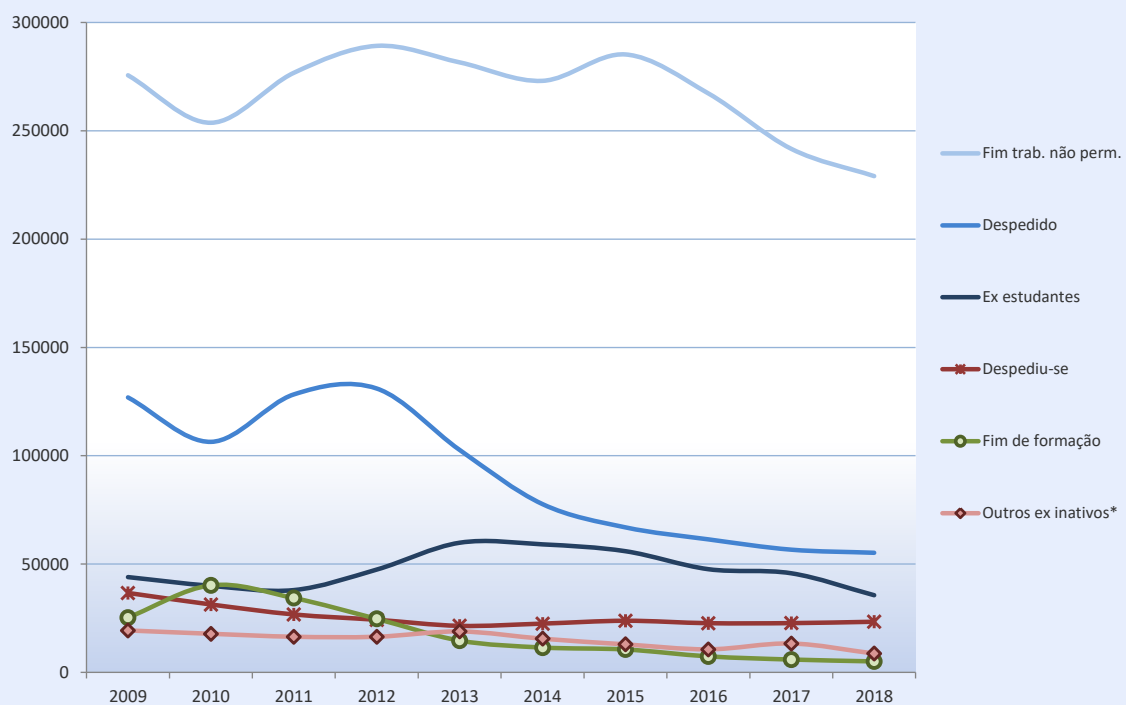
Por outro lado, considerando a evolução dos motivos de inscrição dos desempregados ao longo da última década, constata-se que a categoria mais representada – *Fim de trabalho não permanente* – tem vindo a apresentar uma trajectória de oscilação, evidenciando três picos de aumento no volume de registos, em 2009, 2012 e 2015.

De salientar que, esta categoria, que tem vindo a decrescer desde 2015, quando comparada com o início da década em análise, evidencia uma quebra de cerca de 17%, ou seja menos 46,5 mil inscrições de desempregados devido ao *Fim de trabalho não permanente*.

No que concerne à segunda categoria mais representada, a dos desempregados inscritos por terem sido *Despedidos*, a análise da sua evolução, ao longo dos últimos 10 anos, traduz uma redução de 71,7 mil registos em 2018 relativamente a 2009 (menos 56,5%), apesar dos acréscimos no volume de inscrições verificados em 2009 e 2012.

Figura 109. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados

Total dos movimentos ao longo dos meses



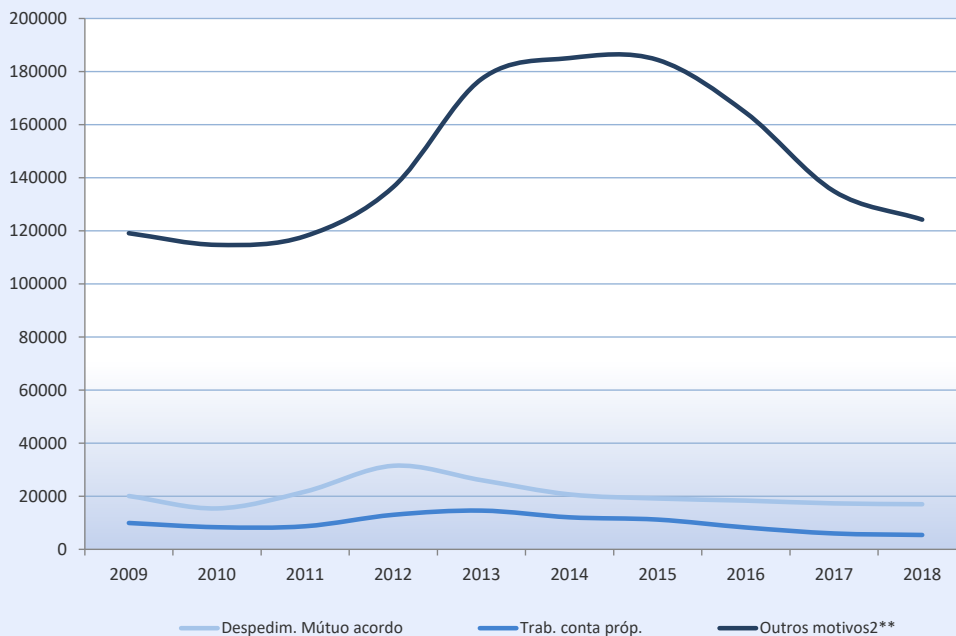
* Inclui ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego.

Fonte: IIEFP, Mercado de Emprego

Quanto aos *Ex-estudantes*, que ocupam a terceira categoria na escala dos motivos de inscrição, o número de registos apresentou alguma constância até 2012, ano a partir do qual se evidenciou uma subida, com maior expressividade em 2013 e 2014. De notar que, os *Ex-estudantes* inscritos como desempregados inflectiram a sua trajectória ascendente a partir de 2015, tendo registado em 2018, o valor mais baixo dos últimos dez anos, com 35,6 mil inscrições.

Relativamente aos motivos de inscrição *Despediu-se, Fim de formação e Outros ex-inativos (ex-domésticas, reformados e situações de fim de indisponibilidade prolongada para o emprego)*, constata-se uma perda expressiva da sua representatividade face ao início da década em análise. Com efeito, no decurso dos últimos dez anos, estas três categorias registaram quebras de 36%, 80% e 55%, respetivamente.

Figura 110. Evolução dos motivos de inscrição dos desempregados
Total dos movimentos ao longo dos meses



** Inclui fim do serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, bem como outros motivos.

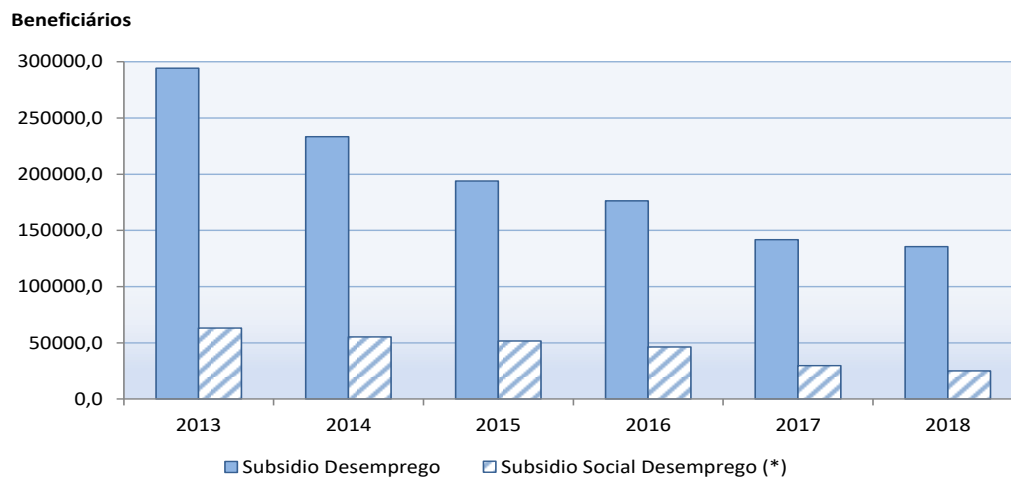
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Por último, no que respeita aos motivos de inscrição que concentram um menor número de desempregados registados, nomeadamente o *Despedimento por mútuo acordo* e os *Trabalhadores por conta própria*, verificou-se um decréscimo nos últimos anos, apesar destas categorias terem apresentado subidas significativas nos anos de 2009 e 2012. De salientar que, as inscrições originadas por *Outros motivos (serviço militar obrigatório, ex-emigrantes, beneficiários de prestações de desemprego no espaço europeu, situações de reinscrições e de más condições de trabalho, subutilização ou baixo salário, entre outros)*, mantiveram a trajetória de decréscimo acentuado, iniciada em 2015.

2.3.3. Situação do desemprego subsidiado

De acordo com a informação fornecida pelo Instituto de Informática do MTSS, em 2018 havia cerca de 160,6 mil beneficiários com processamento de prestações de desemprego. Destes, 292 indivíduos beneficiavam de subsídio por cessação de atividade, ou seja, eram trabalhadores independentes.

Figura 111. Variação dos beneficiários com prestações de desemprego por tipo de subsídio



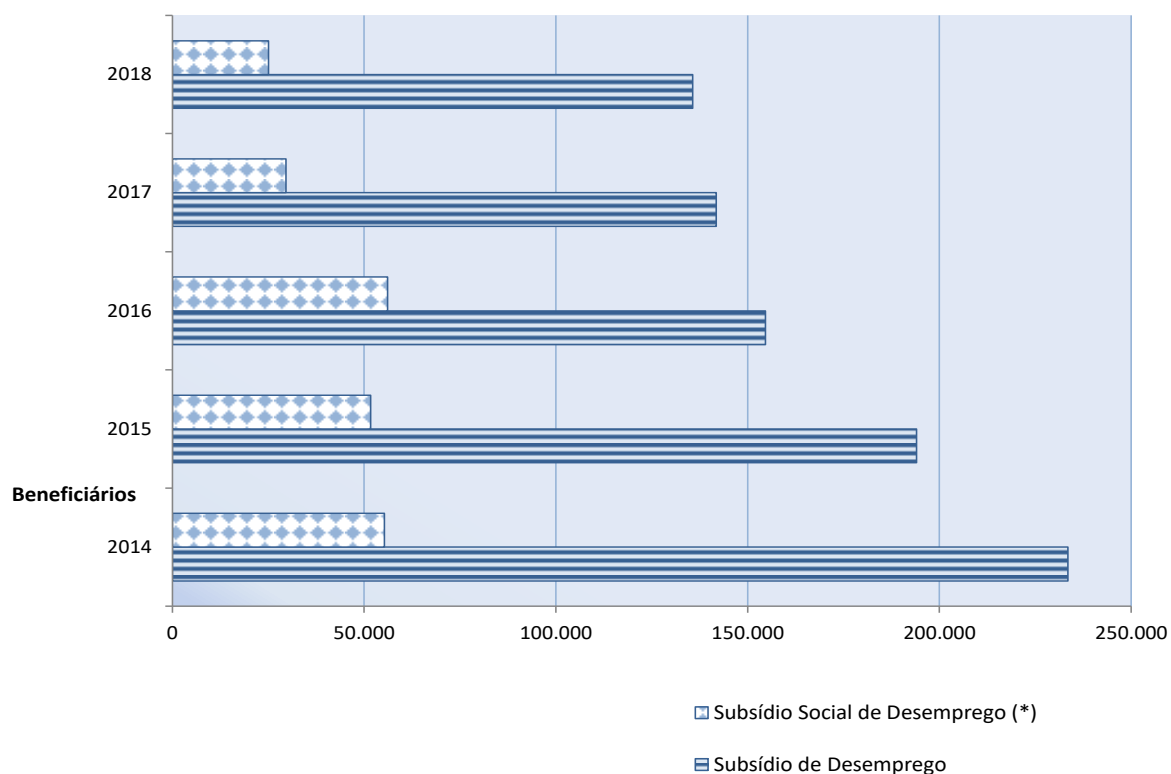
(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSS)

Relativamente ao período homólogo, o número de beneficiários com prestações, em 2018, diminuiu (-6,3%), o que correspondeu, em termos absolutos a um decréscimo de cerca de -10,7 mil beneficiários. Esta tendência foi idêntica no que se refere aos beneficiários do subsídio de desemprego (SD) e do subsídio social de desemprego (SSD) (incluindo o subsídio social de desemprego subsequente) embora, na variação homóloga, o decréscimo tenha sido mais expressivo nos beneficiários com prestações de SSD (-15,5% face a -4,3% nos beneficiários com SD).

Quando comparado com o ano anterior, 2018 continuou a apresentar uma maior representatividade do número de beneficiárias femininas (57,2% de mulheres face a 42,8% de homens), tendo esse peso relativo aumentado em virtude do decréscimo mais acentuado dos beneficiários masculinos (-11,8%). No que respeita aos escalões etários, em 2018, a maioria dos beneficiários situava-se no escalão dos 25 aos 54 anos (64,5% do total dos beneficiários dependentes), logo seguido pelo escalão dos 55 aos 64 anos (29,2%).

Figura 112. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas entre 2015 e 2017



(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

No decurso de 2018, foram deferidas prestações de desemprego relativas a cerca de 161,7 mil beneficiários: cerca de 135,6 mil relativas ao subsídio de desemprego e 25 mil relativas ao subsídio social de desemprego.

No que se refere ao subsídio por cessação de atividade e de atividade empresarial foram deferidas prestações relativas a 292 e 105 beneficiários, respetivamente. Quanto ao subsídio por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, este foi atribuído a 709 pessoas.

Relativamente ao ano anterior, o número de beneficiários com prestações deferidas diminuiu 6,3%, o que se traduziu num decréscimo de 10,8 mil pessoas. De referir que, entre 2017 e 2018, o número de beneficiários com prestações relativas ao subsídio de desemprego conheceu a menor variação negativa (-4,3%), contrastando com os beneficiários do subsídio social de desemprego, cuja diminuição foi de 15,4%.

Figura 113. Beneficiários com prestações de desemprego deferidas por tipo de subsídio

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Número beneficiários					
TOTAL	357.755	289.261	246.519	212.109	172.575	161.745
Subsídio por Cessação de Atividade	222	512	367	474	316	292
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	—	—	77	159	135	105
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	—	—	376	736	775	709
Subsídio de Desemprego	294.397	233.460	194.019	154.642	141.760	135.620
Subsídio Social de Desemprego (*)	63.136	55.289	51.680	56.098	29.589	25.019

— valor não disponível

(*) inclui subsídio social de desemprego subsequente

Fonte: Instituto de Informática (MTSSS)

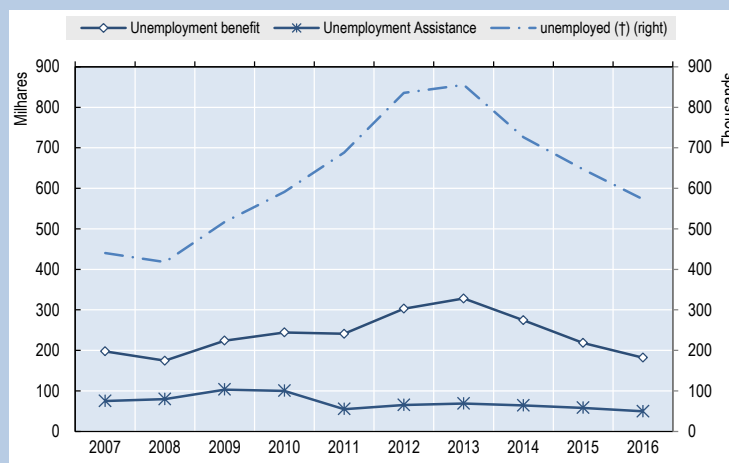
Por último, no que diz respeito aos subsídios por cessação de atividade, por cessação de atividade empresarial e por cessação de atividade profissional dos membros de órgãos estatutários, verificaram-se quebras homólogas de 7,6%, de 22,2% e de 8,5%, respetivamente.

TAXA DE COBERTURA DAS PRESTAÇÕES DE DESEMPREGO FACE AO NÚMERO DE DESEMPREGADOS

De acordo com a informação disponibilizada pela OCDE a partir da base de dados dos beneficiários de apoios sociais ²⁰, em 2016 (últimos dados disponíveis), dos cerca de 573 mil indivíduos que estavam desempregados em Portugal, 231,8 mil beneficiavam de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, o que correspondia a uma taxa de cobertura de 40,5%.

Dos 231,8 mil beneficiários, 78,6% auferiam de subsídio de desemprego e os restantes do subsídio social de desemprego.

Figura 114. Evolução dos Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego e do número de desempregados (2007-2016) – Portugal

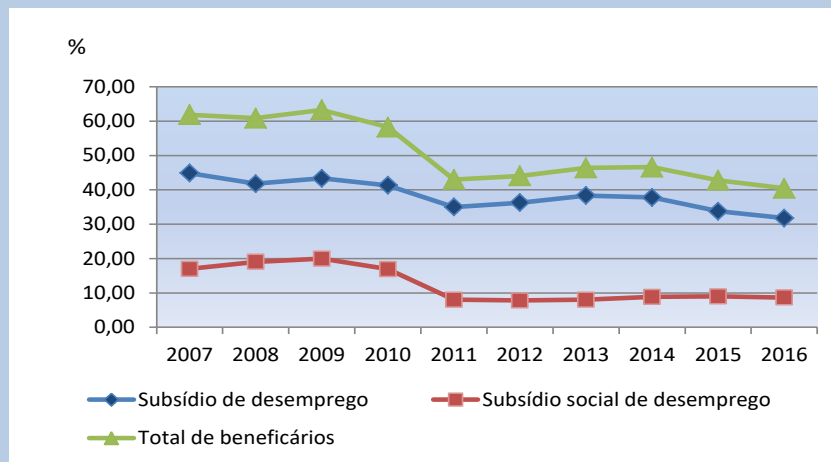


Fonte: OCDE, SOCR – Base de dados de beneficiários de apoios sociais

Nota: Na SOCR, os beneficiários do “Unemployment assistance” incluem os beneficiários do regime não contributivo e os indivíduos à procura de emprego que já esgotaram o direito ao subsídio de desemprego. Em Portugal esta categoria corresponde ao subsídio social de desemprego (inicial e subsequente)

²⁰ Desde 2010, a Comissão Europeia e a OCDE têm vindo a desenvolver um projeto que visa recolher informação sobre os beneficiários dos principais apoios sociais nos países da UE e da OCDE. Os números apresentados são retirados de fontes oficiais de cada um dos países (no caso do subsídio de desemprego no Labour Force Survey) e das respostas ao questionário SOCR (Base de dados de beneficiários de apoios sociais).

Figura 115. Percentagem de beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego no total de desempregados



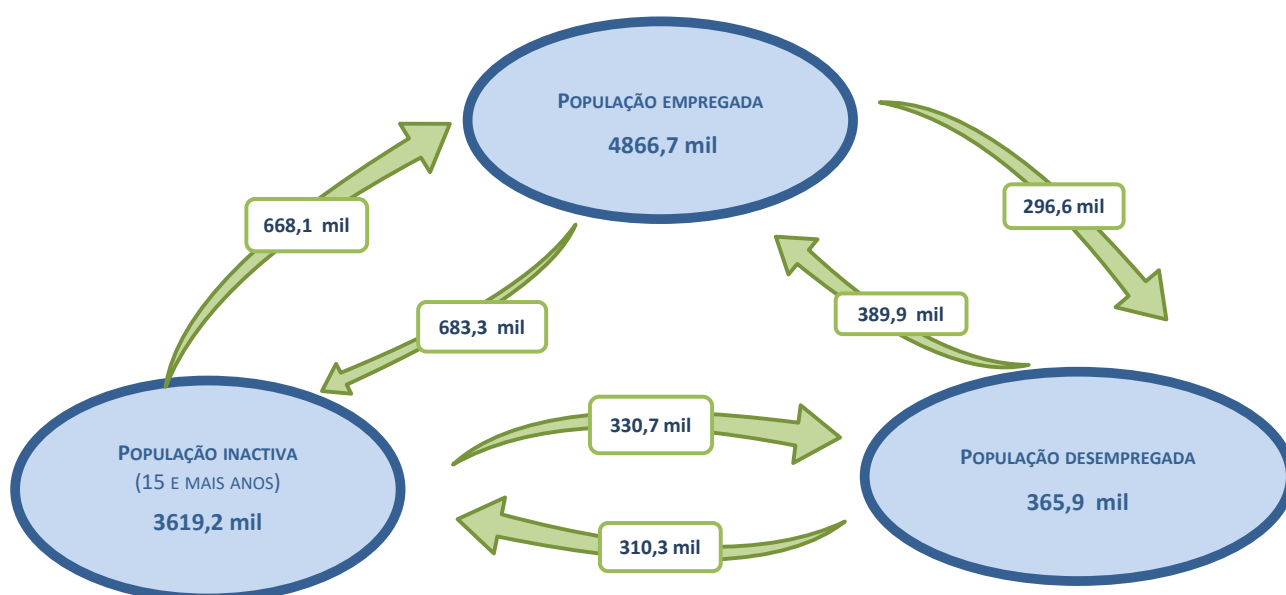
Fonte: OCDE, SOCR – Base de dados de beneficiários de apoios sociais

A análise da evolução da taxa de cobertura do subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego entre 2007 e 2016, permite constatar que esta se manteve nos cerca de 60% entre 2007 e 2009, tendo depois decrescido em cerca de 20 p.p. entre 2009 e 2011, para voltar a aumentar ligeiramente, até 2013 e diminuir novamente. Assim, em 2016, a taxa de cobertura registou o valor mais baixo desde o início da série. De referir que a taxa de cobertura dos beneficiários do subsídio social de desemprego decresceu, de forma mais acentuada, entre 2009 e 2011 mas, a partir daí, manteve-se bastante estável.

2.4. Fluxos de mão de obra entre emprego, desemprego e inatividade

No decurso do ano de 2018, segundo os dados do *Inquérito ao Emprego* do INE relativos a Portugal, o número de pessoas que passaram de uma situação de desemprego para uma situação de emprego, foi de cerca de 389,9 mil. No sentido inverso, 296,6 mil transitaram do emprego para o desemprego. Assim, o saldo emprego-desemprego foi de 93,3 mil pessoas.

Figura 116. Fluxos de mão de obra em 2018



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*

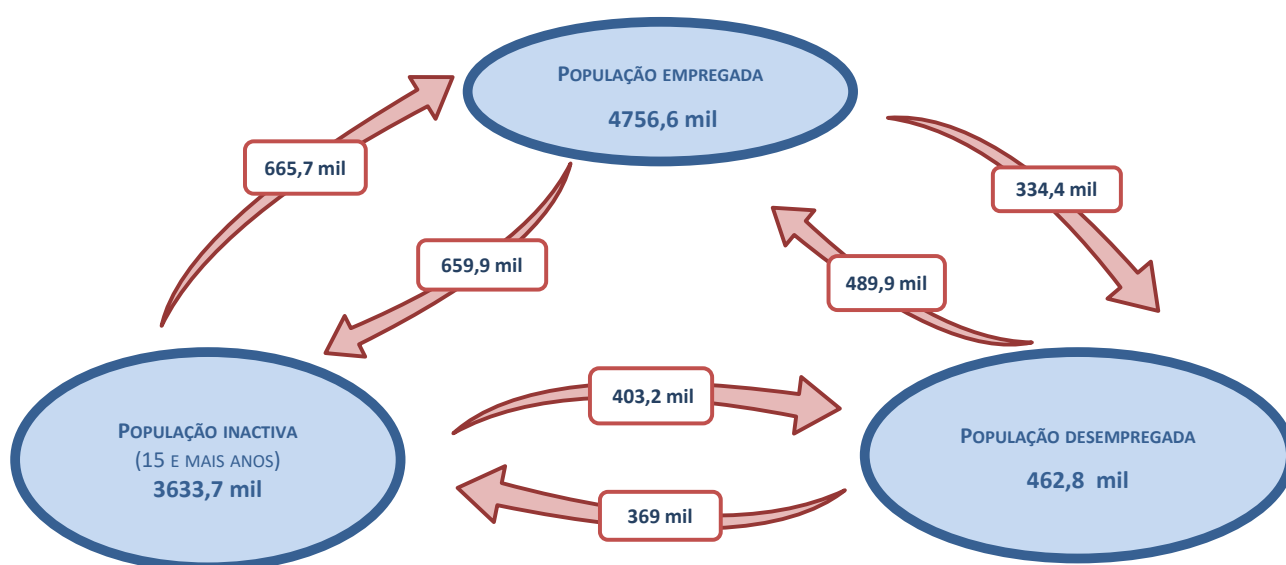
Por outro lado, cerca de 668,1 mil passaram da inatividade para o emprego, sendo que 683,3 mil saíram do emprego para a inatividade. Deste modo, o saldo emprego-inatividade foi negativo (menos 23,4 mil pessoas). No que respeita ao fluxo de saída do desemprego para a inatividade, este foi de cerca de 310,3 mil pessoas, enquanto o fluxo de passagem da inatividade para o desemprego foi de cerca de 330,7 mil indivíduos. O saldo desemprego-inatividade é por isso negativo (-20,4 mil pessoas).

Em resumo, em 2018, a população empregada apresenta um saldo positivo de cerca de 78,1 mil pessoas, que resulta sobretudo da entrada de indivíduos vindos de uma situação de desemprego. A população desempregada, em contrapartida, diminuiu em cerca de -72,9 mil pessoas,

sobretudo devido ao número de transitados do desemprego para o emprego. Já o número de inativos diminuiu, sobretudo devido à saída de inativos para o desemprego.

Analisando os fluxos de mão de obra no período homólogo, constata-se que o saldo emprego-desemprego foi também positivo (155,5 mil pessoas) uma vez que cerca de 489,9 mil pessoas transitaram do desemprego para o emprego e 334,4 mil passaram do emprego para o desemprego.

Figura 117. Fluxos de mão de obra em 2017



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

O saldo inatividade-emprego foi, contudo, negativo (-5,8 mil pessoas) já que cerca de 659,9 mil indivíduos passaram do emprego para a inatividade e 665,7 mil saíram da inatividade para a situação de emprego. No que se refere ao saldo desemprego-inatividade, este foi positivo (34,2 mil indivíduos) considerando que cerca de 403,2 mil transitaram da inatividade para uma situação de desemprego enquanto 369 mil transitaram do desemprego para a inatividade.

Assim, em 2017, a população empregada aumentou cerca de 161,3 mil pessoas, sobretudo devido aos transitados do desemprego para o emprego. Por outro lado, a população desempregada conheceu um decréscimo de -121,3 mil pessoas em virtude da saída de desempregados para o emprego. Em relação ao número de inativos, verificou-se igualmente um decréscimo (-40 mil pessoas) devido, sobretudo, à saída de inativos para o desemprego.

Por último, de salientar o facto dos fluxos do mercado de trabalho em 2018, quando comparados com os do período homólogo, terem apresentado um saldo positivo do emprego e negativo do desemprego e da inatividade.

Figura 118. Fluxos de mão de obra

Fluxos de mão de obra		
SalDOS finais (milhares)		
	2017	2018
Emprego	+ 161,3	+ 78,1
Desemprego	- 121,3	- 72,9
Inatividade	- 40	- 5,2

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

2.4.1. Emprego nas administrações públicas – fluxos de entradas e saídas

Em 2018, de acordo com os dados da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, entraram nas Administrações públicas, no Continente, cerca de 111,1 mil trabalhadores, dos quais 54,1% (60,1 mil pessoas) constituíam novos recrutamentos²¹ e os restantes provinham da mobilidade e outras situações²². Por outro lado, saíram das Administrações Públicas 97,9 mil trabalhadores, 54,2 mil dos quais em definitivo²³. Destes, 6,1 saíram por reforma/aposentação²⁴.

Destes movimentos de trabalhadores resultou um acréscimo de 13,2 mil trabalhadores nas Administrações públicas no final do ano, dos quais 7,2 mil provinham do saldo dos trabalhadores em mobilidade e outras situações, e os restantes 6 mil do saldo entre novos recrutamentos e saídas definitivas.

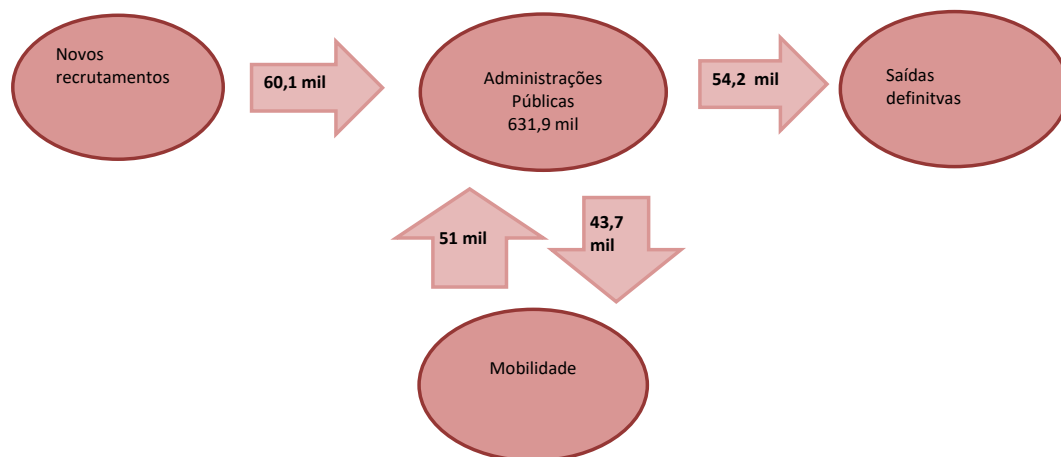
²¹ inclui os trabalhadores das entidades que entraram no subsector por reclassificação.

²² Inclui recrutamento interno, mobilidade, cedência, regresso de licença sem vencimento ou de período experimental, comissão de serviço (início ou regresso), outras situações.

²³ As saídas definitivas incluem aposentação/reforma, caducidade (termo) de contrato, extinção da relação de emprego por causa imputável ao trabalhador ou à entidade empregadora, morte.

²⁴ Dos trabalhadores que não saíram por aposentação/reforma 66,2% provinham do Ministério da Educação, 11,5% do Sector Empresarial do Estado – entidades reclassificadas (unidades reclassificadas no sector das administrações públicas em contas nacionais em SEC 2010) e 10,4% do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

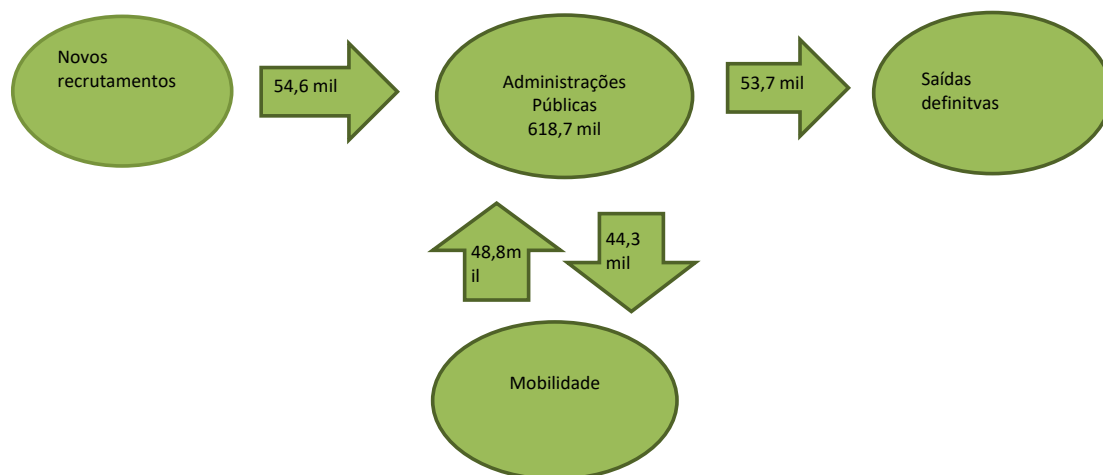
Figura 119. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2018



Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Em 2017, entraram menos trabalhadores, embora o número de saídas tenha sido muito semelhante. O saldo anual foi de mais 6 mil trabalhadores.

Figura 120. Fluxos de entradas e saídas das administrações públicas – 2017



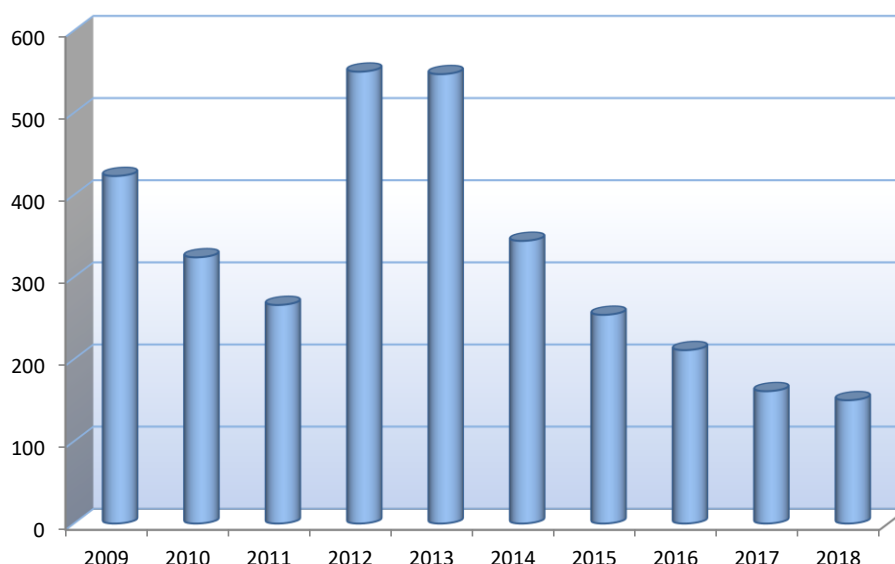
Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

Entre 2012 e 2014, o saldo anual de entradas e saídas foi sempre negativo pelo que o número de trabalhadores nas administrações públicas diminuiu, nesse período, em cerca de -69,4 mil pessoas. Depois disso, entre 2015 e 2018, entraram mais 26,7 mil trabalhadores, cerca de metade dos quais no último ano.

2.4.2. Entidades empregadoras e beneficiários com prestações de lay-off

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto de Informática da Segurança Social, no decurso de 2018, 150 entidades empregadoras estiveram em situação de *Lay-off*, continuando a verificar-se a tendência de decréscimo, iniciada em 2014, no número destas empresas, após se terem registado, em 2012 e 2013, os valores mais elevados da década, anos em que 550 e 547 empresas, respetivamente, se encontravam em *Lay-off*.

Figura 121. Entidades empregadoras em situação de Lay-off



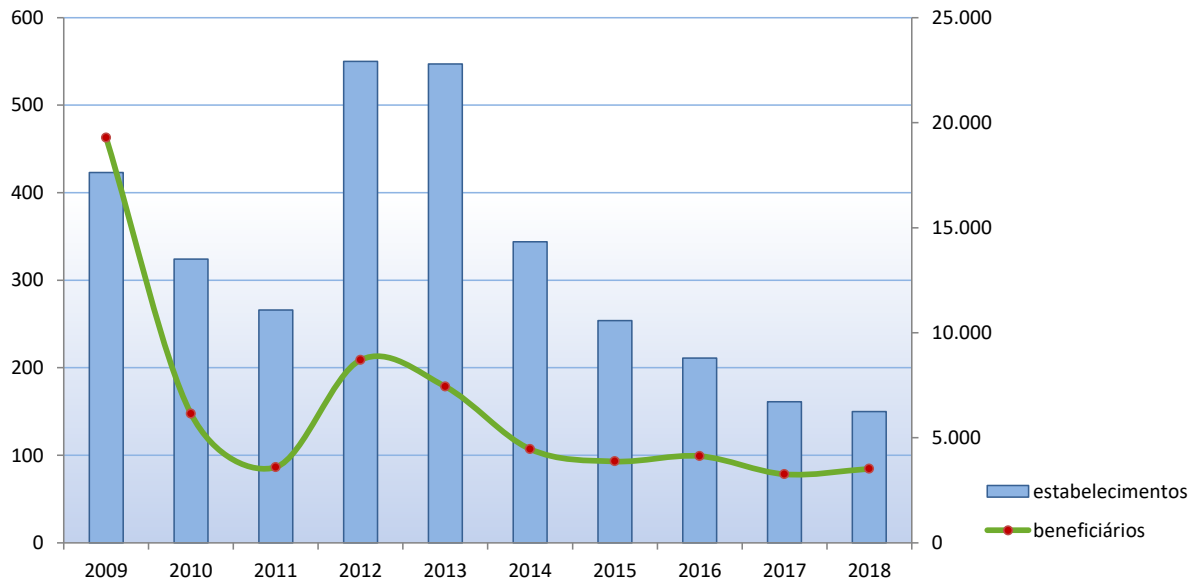
Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

A análise dos últimos dez anos, evidencia um número expressivo de empresas em *Lay-off* no primeiro ano da série, em 2009, e um aumento bastante expressivo que ocorreu em particular nos anos de 2012 e 2013.

Por outro lado, considerando os beneficiários com prestações de *Lay-off*, constata-se que, apesar dos anos de 2012 e 2013 evidenciarem um maior número de registo de empresas em situação de *Lay-off* nos últimos dez anos (550 e 547 respetivamente), o número de trabalhadores envolvidos apresentou o valor mais expressivo em 2009, ano em que o total de beneficiários com prestações de *Lay-off* atingiu 19,3 mil pessoas.

Relativamente a 2018, apesar do número de entidades empregadoras em situação de *Lay-off* ter diminuído 6,8% (passando de 161, em 2017, para 150, em 2018), o mesmo não sucedeu aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, cujo número aumentou 7,9%, afetando cerca de 3500 trabalhadores.

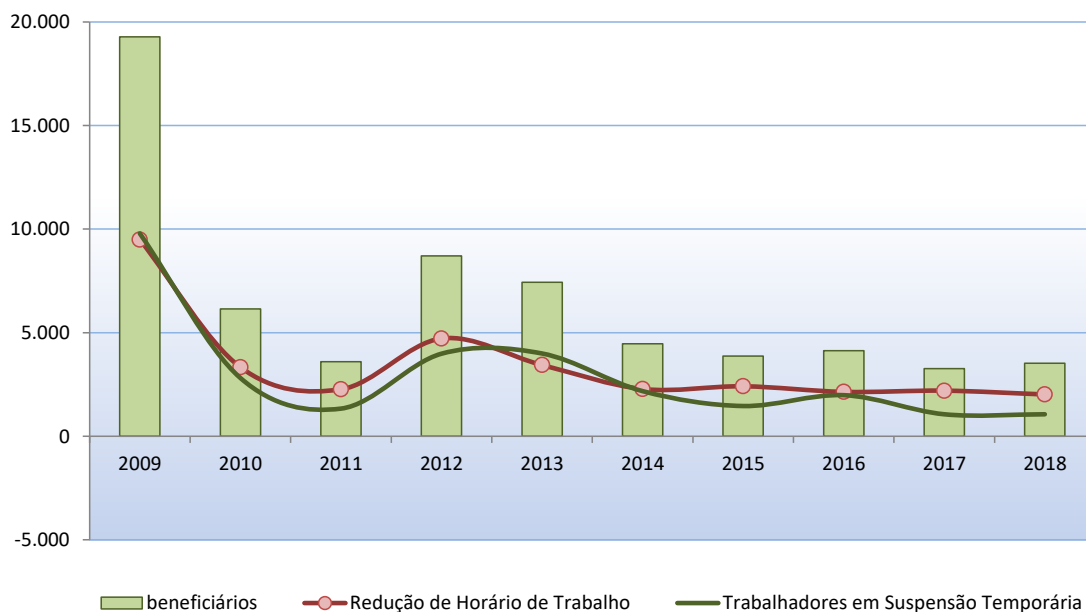
Figura 122. Entidades empregadoras e beneficiários em situação de Lay-off



Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

Por último, ainda no que concerne aos beneficiários com prestações de *Lay-off*, importa destacar duas situações diferenciadas: por um lado, os trabalhadores com redução de horário de trabalho e, por outro, os trabalhadores em suspensão temporária de trabalho. De salientar que ambas as situações têm vindo a evidenciar uma tendência semelhante ao longo dos últimos dez anos, não obstante, em 2018, se ter verificado uma ligeira diminuição dos trabalhadores com redução de horário de trabalho, ao contrário dos trabalhadores em suspensão temporária de trabalho, cujo valor se manteve inalterado.

Figura 123. Beneficiários com prestações de Lay-off, por tipologia



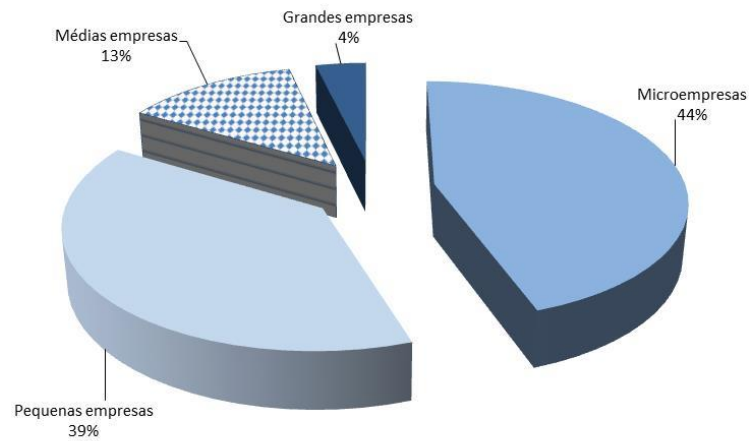
Fonte: II/MTSSS, Estatísticas da Segurança Social

2.4.3. Despedimentos coletivos

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), em 2018, foram comunicados 320 despedimentos coletivos que abrangeram um total de cerca de 3,6 mil trabalhadores. Em termos homólogos, 2018 registou um decréscimo na ordem dos 19,2%, o que correspondeu a menos 76 despedimentos coletivos comunicados.

Relativamente ao número de despedimentos coletivos por dimensão de empresa, constata-se que, em 2018, as pequenas empresas e as microempresas concentraram mais de metade dos despedimentos coletivos comunicados, com cerca de 39% e 44%, respetivamente (143 nas pequenas empresas e 124 nas microempresas).

Figura 124. Despedimentos coletivos por tipologia de empresa, em 2018

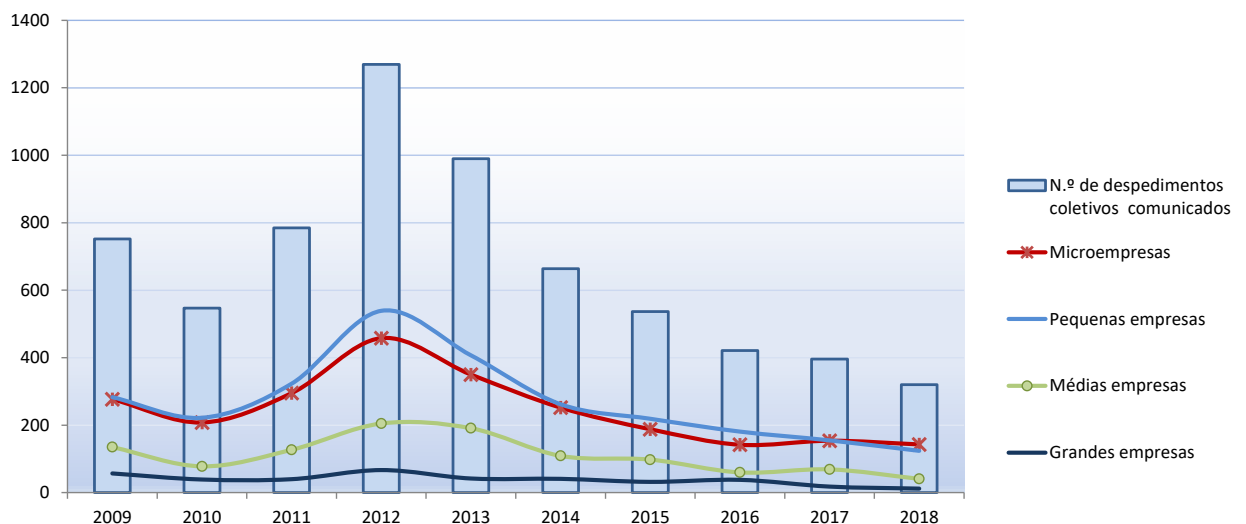


Fonte: DGERT, Relatório anual

De notar o facto das grandes empresas, em 2018, após registarem uma variação homóloga negativa de 33,3%, terem sido a dimensão empresarial que apresentou o menor número de despedimentos coletivos (12).

Por outro lado, a análise da última década, evidencia um aumento bastante expressivo entre 2010 e 2012, ano em que se atingiu o expoente máximo da série em análise, com 1269 despedimentos coletivos registados, tendo a partir de então e até 2018, decrescido o número total de despedimentos coletivos comunicados.

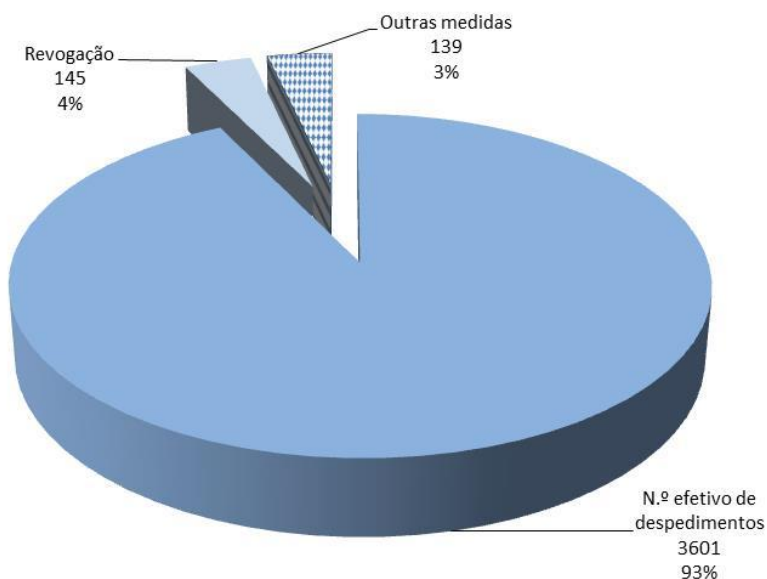
Figura 125. Evolução do número de despedimentos coletivos por tipologia de empresa



Fonte: DGERT, Relatório anual

De salientar o facto de 2018 ser o ano em que se registou o menor número de despedimentos colectivos (320), tendo afectado um total de 3,6 mil trabalhadores, um dos valores mais baixo dos últimos dez anos, a par com o valor referente a 2010 e 2017, ambos com cerca de 3,5 mil despedimentos efetivos.

Figura 126. Número de trabalhadores a despedir por despedimentos coletivos, em 2018



Fonte: DGERT, Relatório anual

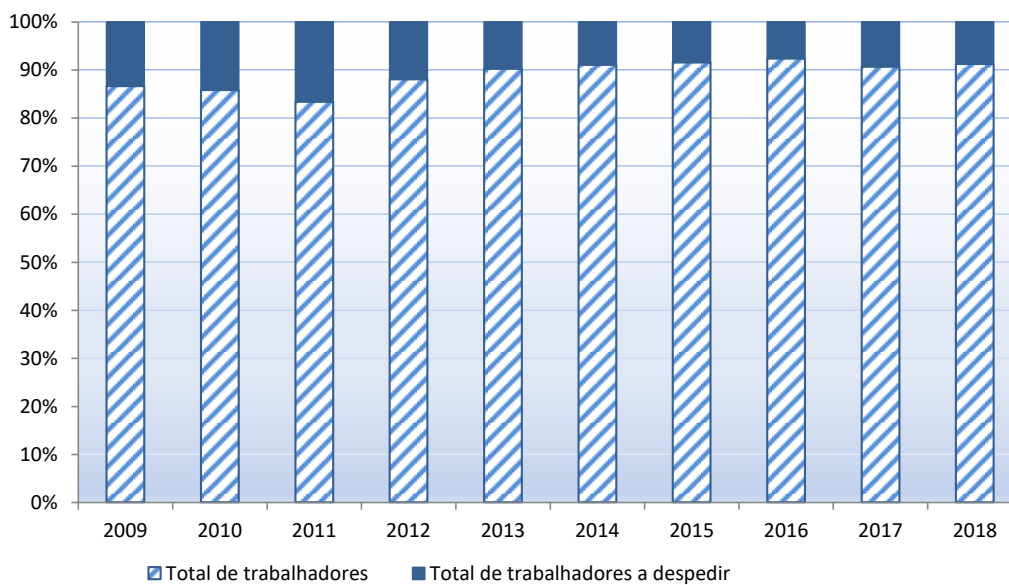
Relativamente ao número de trabalhadores abrangidos por despedimentos coletivos, em 2018, de um total de 320 despedimentos coletivos, foram efetivamente despedidos cerca de 3,6 mil trabalhadores, tendo-se constatado um acréscimo de 3,5% face a 2017, o que em termos absolutos se traduziu num aumento de 123 trabalhadores despedidos.

De referir que, em 2018, o número de trabalhadores a despedir atingiu quase 3,9 mil, não obstante, na prática se terem efectivado cerca de 3,6 mil despedimentos, 145 revogações²⁵ e 139 trabalhadores foram abrangidos por outras medidas²⁶.

²⁵ Cessação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

²⁶ Suspensão de contratos de trabalho, redução de períodos normais de trabalho, reconversão ou reclassificação profissional e reformas antecipadas ou pré-reformas.

Figura 127. Total de trabalhadores e total de trabalhadores a despedir, em 2017



Fonte: DGERT, *Relatório anual*

Por último, evidencia-se o facto da percentagem de trabalhadores a despedir no total dos trabalhadores das empresas que efectuaram despedimentos colectivos ter vindo gradualmente a diminuir nos últimos anos.

3. ESTRUTURA EMPRESARIAL E TRABALHADORES NAS EMPRESAS

3.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura empresarial e do emprego nas empresas, tendo como fontes principais dados de natureza administrativa, os *Quadros de Pessoal* (QP), do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e o Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) do INE, sendo que a informação mais recente é do ano de 2017. O número total de empresas difere entre as fontes consideradas: em primeiro lugar porque os QP consideram as empresas com pessoal ao serviço (empresas que preenchem o *Anexo A do Relatório Único*), enquanto que o SCIE, que resultou de um processo de integração da informação estatística sobre empresas baseado em dados administrativos, inclui também empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes), recebidos por via do protocolo estabelecido entre o INE e a AT, e outra informação proveniente do Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE.

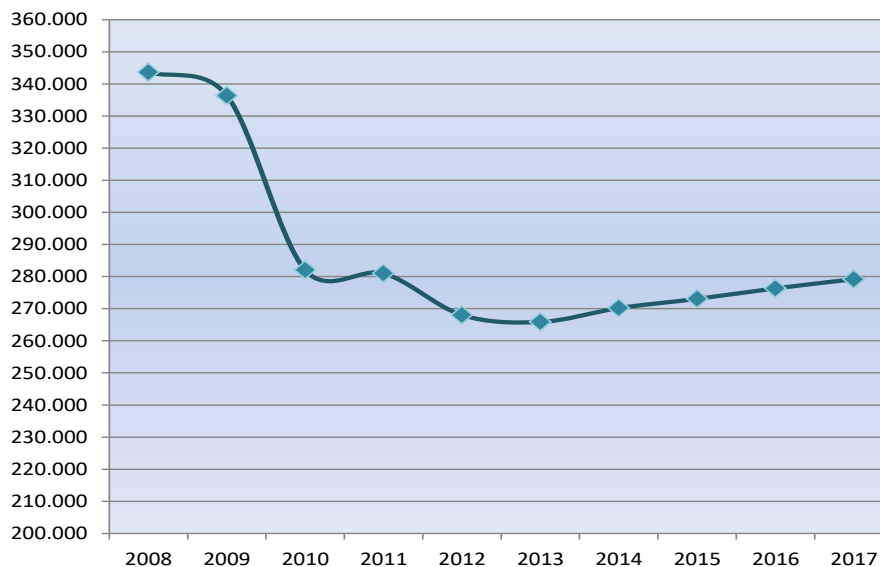
Uma vez que a informação constante nos *Quadros de Pessoal* permite a análise do pessoal ao serviço nas empresas por diferentes categorias, ao nível da empresa, do trabalhador e do contrato, as três primeiras secções do capítulo referentes à estrutura empresarial, emprego nas empresas e trabalhadores estrangeiros nas empresas, são baseadas naquela fonte de dados. Já a análise da estrutura empresarial e do emprego por nível de tecnologias recorreu aos dados do SCIE.

A sexta e última secção do capítulo analisa a sinistralidade e o absentismo laboral, temática abordada pela primeira vez nos relatórios sobre emprego e formação. No que diz respeito à sinistralidade, a fonte foi a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, sendo o período em análise de 2008 a 2016. Na análise do absentismo apenas se identificaram dados para o absentismo motivado por baixas por doença, publicados nas Estatísticas da Segurança Social do MTSSS, sendo considerada a informação de 2009 a 2018.

3.1. Estrutura empresarial

Em 2017, 279,2 mil empresas responderam aos *Quadros de Pessoal*, o que significou um aumento de 2,9 mil empresas relativamente a 2016. Entre 2008 e 2013 o número de empresas respondentes diminuiu tendo esse decréscimo sido muito acentuado entre 2009 e 2010 (-54 mil empresas). A partir de 2013 o número de empresas aumentou sempre, tendo atingido em 2017 um número próximo de 2011.

Figura 128. Evolução do número de empresas



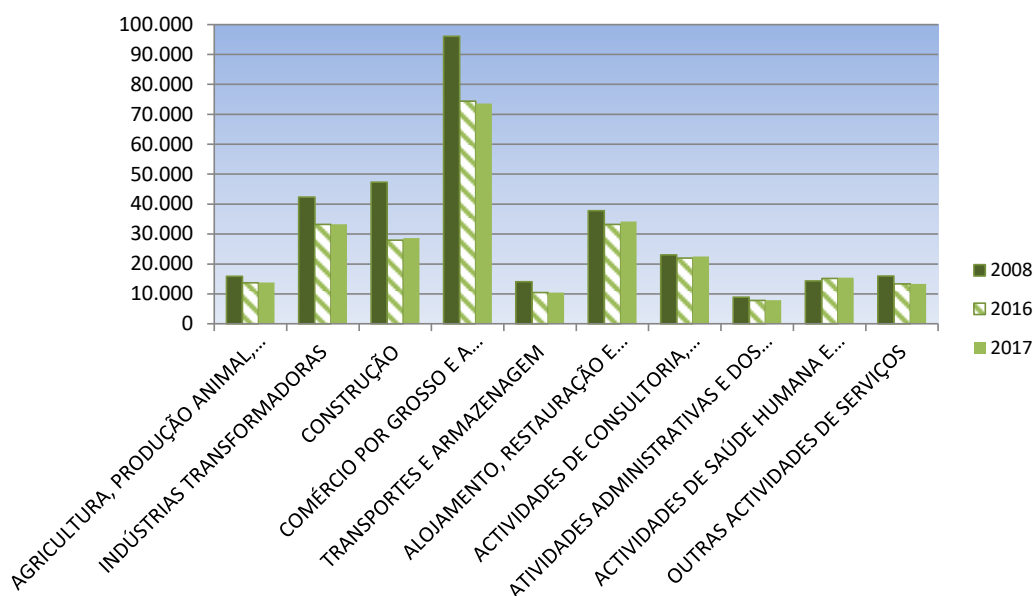
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

3.1.1. Por setores de atividade

Como no ano anterior, entre 2016 e 2017, os maiores aumentos no número de empresas registaram-se, no sector do *Alojamento, restauração e similares* (+ cerca de 900 empresas), no sector das *Atividades Imobiliárias* (+580) no sector da *Construção* (+724) e no sector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, (+485 empresas). De entre os setores com mais peso em termos de estrutura empresarial os únicos em que o número de empresas diminuiu foram o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (-695 empresas) e o das *Outras Atividades de serviços* (-100 empresas).

No que se refere aos subsectores de atividade, nas *Indústrias Transformadoras* os maiores aumentos verificaram-se no sector das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* (+60) e do *Fabrico de mobiliário e colchões* (+56) e o maior decréscimo no sector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* (-92). Relativamente ao *Comércio*, o único subsector que cresceu, como no ano passado, foi o do *Comércio, manutenção e reparação e veículos automóveis e motocicletas* (+254 empresas). O subsector do *Comércio a retalho* registou uma diminuição bastante acentuada. (-840 empresas).

Figura 129. Evolução do número de empresas por CAE



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2008 e 2017, o número de empresas diminuiu em todos os setores mais significativos, exceto nos setores da *Saúde humana e apoio social*, que registou um aumento de 1,1 mil empresas. Os setores que registaram maiores decréscimos foram o do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas* (-22,4 mil) e o do sector da *Construção* (-18,7 mil).

3.1.2. Por dimensão de empresas

A estrutura empresarial por dimensão de empresas manteve-se praticamente sem alterações. As empresas com até 9 trabalhadores representavam 83,8% do total, as empresas com entre 10 e 49 trabalhadores, 13,5%, as empresas com entre 50 e 99 trabalhadores, 1,5% e as empresas com 100 ou mais trabalhadores, 1,2%. Como já vinha acontecendo em anos anteriores verificou-se um

ligeiro decréscimo na percentagem de empresas com até 9 trabalhadores a favor das empresas com entre 10 e 49 trabalhadores.

Os setores com maior peso de empresas no escalão **até 9 trabalhadores** (mais de 90%) continuavam a ser as *Atividades imobiliárias*, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, e as *Outras atividades de serviço*, bem como o subsector da *Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; silvicultura e exploração florestal*.

No segmento das empresas com **entre 10 a 49 trabalhadores**, destaca-se, para além do sector das *Atividades das organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais*, o sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e ainda o subsector da *Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas*.

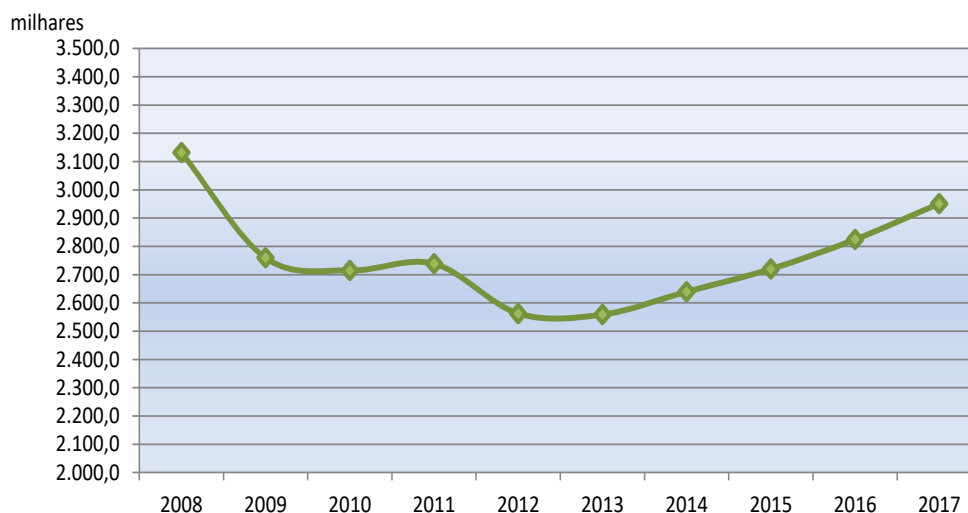
Nos escalões de empresas com **50 e mais trabalhadores** refiram-se os subsectores do *Fabrico de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas* e da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte*. Em ambos os setores, contudo, o peso destes escalões de empresas diminuiu.

3.2. Emprego nas empresas

Em 2017, de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, havia 2.951,4 mil trabalhadores ao serviço nas empresas, mais 127,1 mil do que no ano anterior, o maior aumento registado desde 2008. Em 2017 o número de trabalhadores ao serviço das empresas era já bastante superior ao verificado em 2009 mas ainda abaixo do número registado em 2008 (-181 mil trabalhadores).²⁷

²⁷ Entre 2008 e 2009 o número de trabalhadores ao serviço nas empresas diminuiu em 373 mil pessoas.

Figura 130. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas



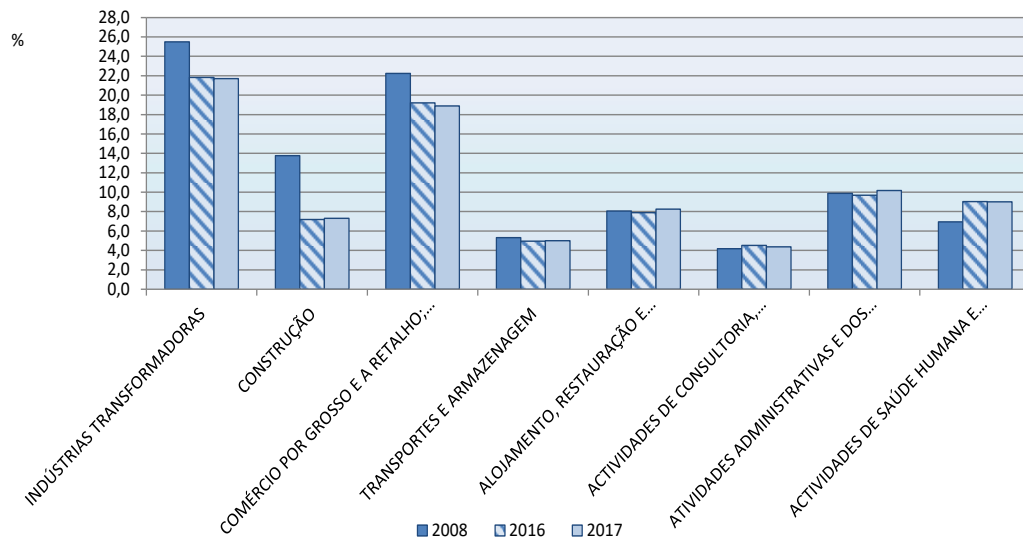
Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

3.2.1. Por setores de atividade

Os setores de atividade mais significativos em termos da estrutura do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos) não sofreram grandes alterações desde 2008: as *Indústrias Transformadoras* mantêm-se o sector mais representativo, (21,7% do total dos trabalhadores), seguindo-se o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* (18,9%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (10,2%), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (9%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,3%) e a *Construção* (7,3%).

Entre 2016 e 2017, tal como no ano anterior, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas aumentou em todos os setores mais representativos em termos de emprego, tendo aumentado mais nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+26 mil pessoas), nas *Indústrias Transformadoras* (+23,8 mil) e no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (+14,5 mil).

Figura 131. Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nos estabelecimentos)

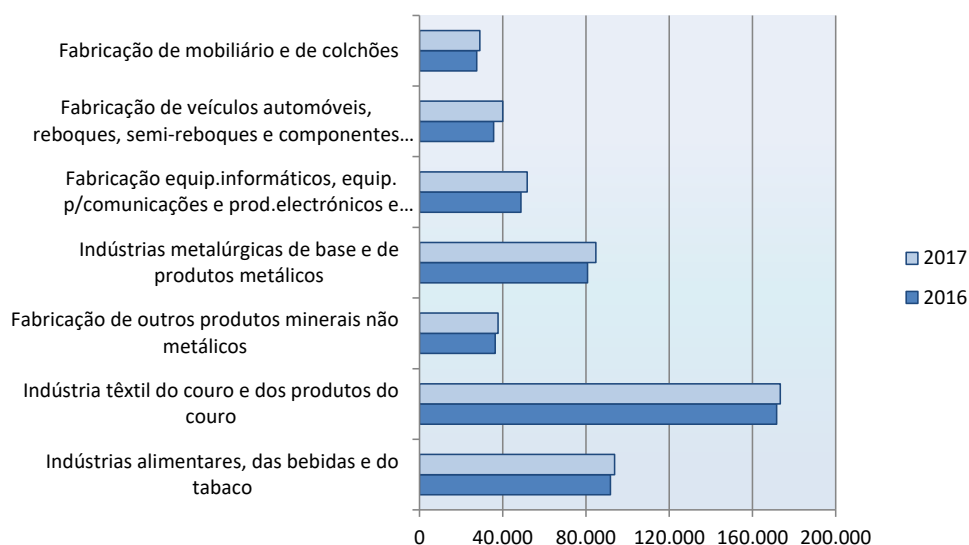


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2008 e 2017, os setores que registaram maiores decréscimos em termos de número de trabalhadores foram a *Construção* (-164,2 mil) as *Indústrias Transformadoras* (-63,3 mil) e o *Comércio por grosso e a retalho, reparação e veículos automóveis e motociclos*, (-57 mil). Em contrapartida, o número de trabalhadores aumentou sobretudo nas *Atividades de saúde humana e apoio social* (+73,6 mil trabalhadores) e nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (+27,3 mil).

No que se refere aos subsectores das Indústrias Transformadoras mais representativos em termos de emprego, entre 2016 e 2017, o número de trabalhadores cresceu em todos os subsectores, tendo crescido mais, como já no ano anterior, nos subsectores *da Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* (+4,2 mil) , nas *Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos*(+4 mil) e na *Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos electrónicos e ópticos; Fabricação de equipamento eléctrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.* (+3,7 mil).

Figura 132. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos principais subsectores de atividade das Indústrias Transformadoras 2016-2017



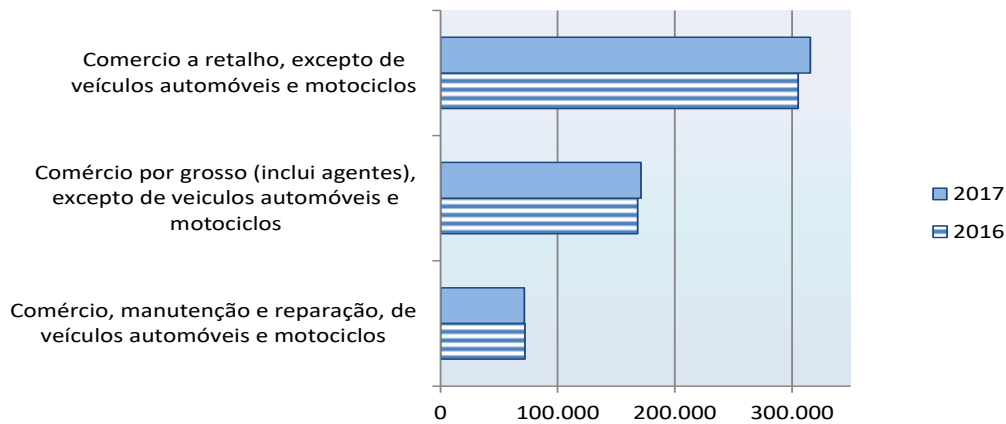
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Em 2017, o número de trabalhadores era inferior ao registado em 2016 em todos estes subsectores, excepto no subsector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes* (+3,5 mil trabalhadores). Esse decréscimo no número de trabalhadores foi mais pronunciado nos subsectores da *Indústria têxtil, do couro e dos produtos do couro* e na *Fabricação de produtos minerais não metálicos* (-26,1 mil pessoas).

No que respeita ao Comércio, o emprego aumentou em todos os subsectores, entre 2016 e 2017 mas sobretudo no subsector do *Comércio a retalho* (+10,3 mil trabalhadores), embora o subsector do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos* também tenha registado um aumento significativo (+3,1 mil trabalhadores).

Entre 2008 e 2017, o subsector do Comércio que perdeu maior número de trabalhadores foi o subsector do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos*. (-33 mil pessoas).

Figura 133. Trabalhadores ao serviço nas empresas nos subsectores do Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos 2016-2017



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

3.2.2. Por dimensão de empresas

Em 2017, as empresas com 100 e mais trabalhadores empregavam 41,3% do total dos trabalhadores, tendo o seu peso aumentado ligeiramente relativamente a 2016. Já o peso do emprego nos escalões de empresas com até 9 trabalhadores decresceu. Entre 2008 e 2017, a percentagem de trabalhadores das empresas com 100 e mais trabalhadores no total dos trabalhadores cresceu 5,3 p.p. à custa dos escalões das empresas com até 49 trabalhadores.

Os setores que reuniam maior percentagem de trabalhadores no **escalão de empresas até 9 trabalhadores** eram as *Atividades imobiliárias a Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, e no subsector do *Comércio e reparação de veículos automóveis e motociclos*. Em todos os setores referidos o peso deste escalão diminuiu desde 2008.

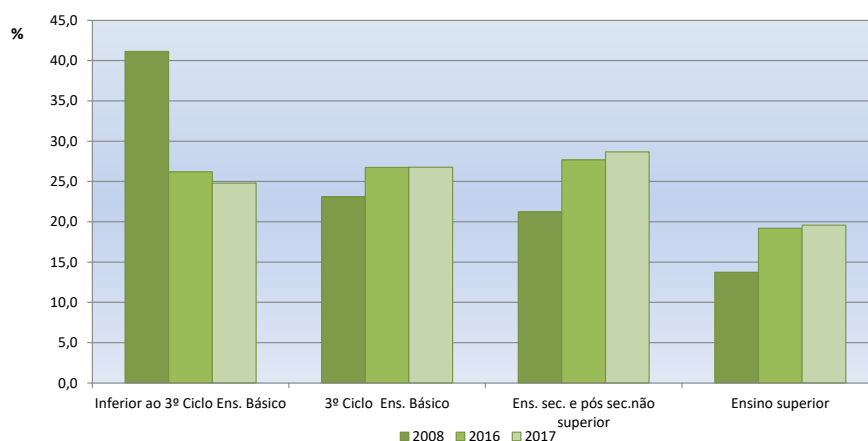
No segmento das empresas entre os **10 e os 49 trabalhadores** destacava-se o peso do emprego nos setores da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória, das Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais* e no subsector da *Pesca e aquacultura*. Entre 2008 e 2017 no sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* o peso deste escalão aumentou cerca de 44 p.p. No sector das *Indústrias extractivas*, por outro lado, o emprego diminuiu em todos os escalões de empresas até aos 99 trabalhadores e cresceu em 5,8 p.p. no escalão dos 100 e mais trabalhadores.

No escalão de empresas com **100 ou mais trabalhadores**, sublinhe-se o sector das *Atividades administrativas e serviços de apoio*, e ainda os subsectores das *Telecomunicações*, da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte* e da *Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas*.

3.2.3. Por níveis de habilitações e qualificações

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal* em 2017, os trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário não superior constituíam 28,7% dos TCO e foi esta a categoria de trabalhadores que mais aumentou relativamente ao ano anterior. Os TCO com o 3º ciclo do ensino básico representavam 26,8%, os TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 24,8% e os TCO com o ensino superior, 19,6%.

Figura 134. Evolução da estrutura dos TCO por nível de habilitações



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2008 e 2017, todas as categorias de TCO aumentaram excepto a dos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, que diminuiu em 16,3 p.p. A categoria que mais aumentou foi a dos TCO habilitados com o ensino secundário e pós secundário não superior, 7,4 p.p.. A categoria de TCO com o ensino superior aumentou em 5,8 p.p..

Relativamente à estrutura dos TCO por nível educativo e por setores de atividade, em 2017, mais de metade dos TCO no sector da *agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*, e do subsector da *Indústria têxtil do couro e dos produtos de couro* tinham menos do 3º ciclo do ensino básico.

Os subsectores do *Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motocicletas* e das *Indústrias metalúrgicas de base e dos produtos metálicos* e o sector do *Alojamento e restauração* tinham as percentagens mais elevadas de TCO com o 3º ciclo do ensino básico.

Em contrapartida, nos setores das *Atividades financeiras e dos seguros*, das *Atividades de informação e comunicação* e da *Educação*, bem como no subsector da *Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; Atividades dos serviços de informação* mais de 50% dos TCO tinham o ensino superior.

Entre 2008 e 2017 o peso dos TCO com o ensino superior aumentou em todos os setores de atividade excepto no sector da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* em que decresceu 18,6 p.p. Os setores onde essa percentagem mais cresceu foram as *Atividades de informação e comunicação* (14 p.p.). as *Atividades de consultoria, científicas técnicas e similares e as Atividades financeiras e de seguros*. (12 p.p.).

A **estrutura do emprego por níveis de qualificação** manteve-se sem grandes alterações relativamente aos anos anteriores. Os grupos mais representativos continuavam a ser os **Profissionais qualificados**, os **Profissionais semiquualificados** e o grupo dos **Profissionais não qualificados**. Entre 2008 e 2017, a categoria profissional que mais cresceu, em termos percentuais, foi a dos **Profissionais semiquualificados** (4,2 p.p.) e a categoria que mais diminuiu foi a dos **Profissionais não qualificados** (-2,1 p.p.).

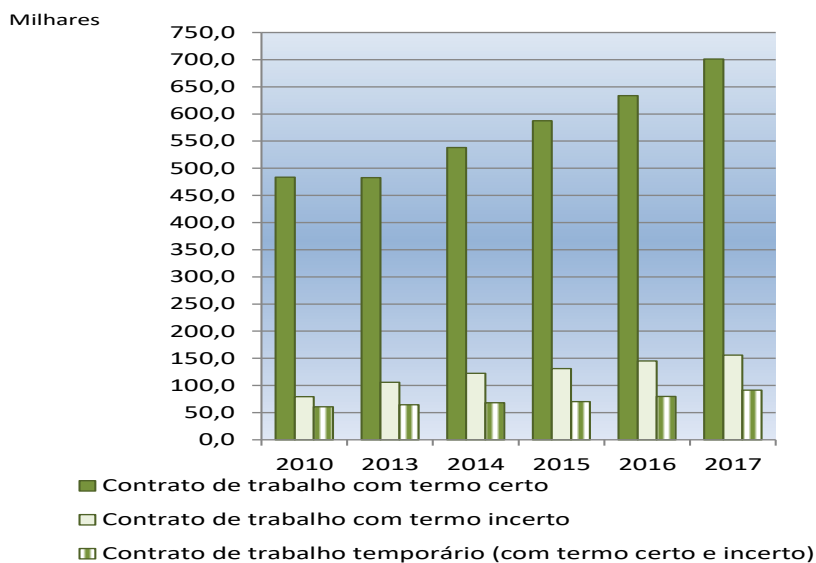
Em 2017, 80,9% dos **Quadros Superiores** e 65% dos **Quadros Médios** tinham o ensino superior. No que respeita aos **Profissionais altamente qualificados**, 73,2% possuía o ensino secundário ou mais. Por outro lado, 73,1% dos **Profissionais não qualificados**, 67,5% dos **Profissionais semiquualificados** e 58,7% dos **Profissionais qualificados** tinham até o 3º ciclo do ensino básico.

3.2.4. Por tipos de contrato

Em 2017, 65% dos TCO, ou seja, 1.797,8 mil pessoas, tinham contratos de trabalho sem termo e 34,3% (950 mil trabalhadores) tinham contratos com termo. Embora o número de TCO tenha aumentado em ambas as categorias relativamente a 2016, o número de contratados a termo

creceu bastante mais (+90,4 mil e +33,7 mil pessoas, respectivamente) pelo que o peso dos contratados sem termo no total de TCO diminuiu 1,8 p.p. Dos TCO com contratos com termo, 73,8% tinham estabelecido contratos de trabalho com termo certo, 16,4% contratos de trabalho com termo incerto e 9,6% contratos de trabalho temporários (a termo certo ou incerto).

Figura 135. Evolução dos TCO com contratos a termo por tipo de contrato



Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Relativamente a 2010, o peso dos contratados sem termo diminuiu em 9,8 p.p. enquanto a percentagem de contratados a termo aumentava (10,3 p.p.) em todas as categorias, sobretudo no que se refere aos contratados com termo certo (6,7 p.p.).

3.2.4.1. Por tipo de contrato e escalão etário

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em 2017, no escalão etário até aos 24 anos, os contratados a termo representavam 70,8% dos TCO e no escalão dos 25 aos 34 anos, 45,9%. Já no escalão dos 35 anos aos 54 anos, os contratados sem termo constituíam 72,5% e, no escalão dos 55 e mais anos, 79,7%.

Figura 136. Evolução dos TCO até aos 24 anos por tipo de contrato 2011-2017

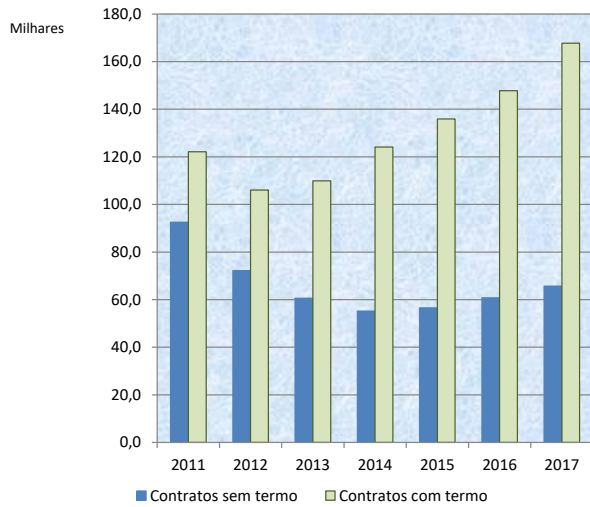


Figura 137. Evolução dos TCO entre os 25 e os 34 anos por tipo de contrato 2011-2017

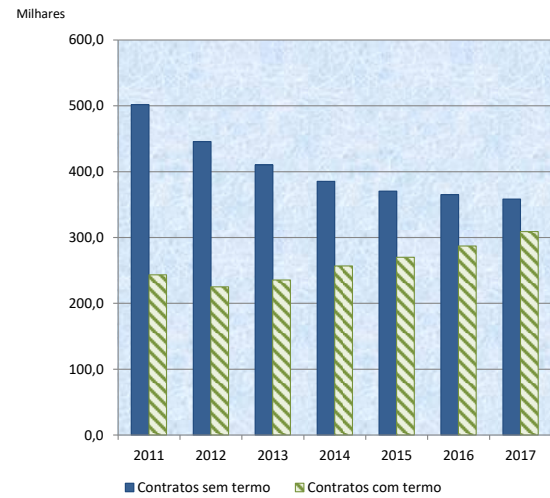


Figura 138. Evolução dos TCO entre os 35 e os 54 anos por tipo de contrato 2011-2017

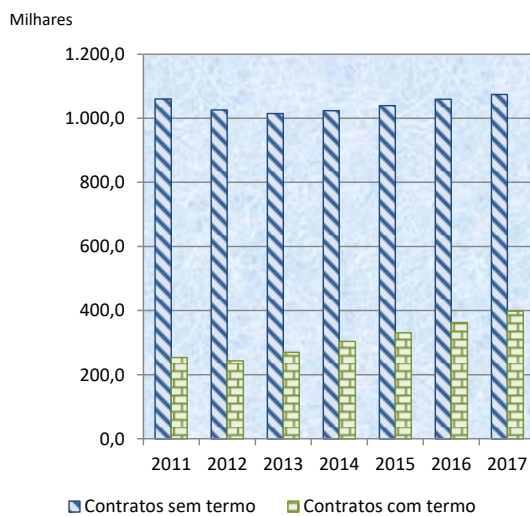
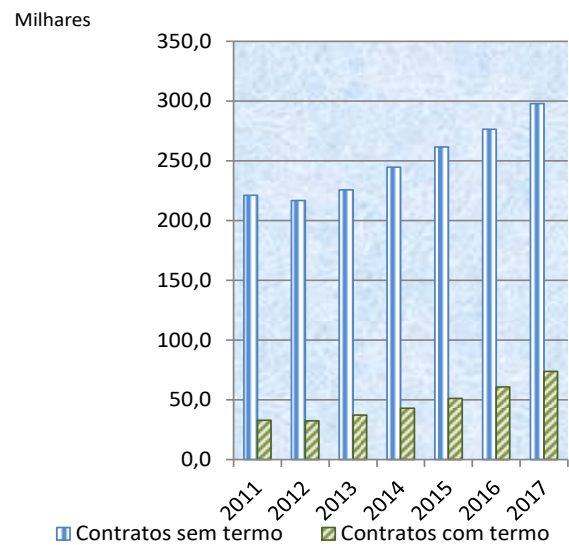


Figura 139. Evolução dos TCO com 55 e mais anos por tipo de contrato 2011-2016



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

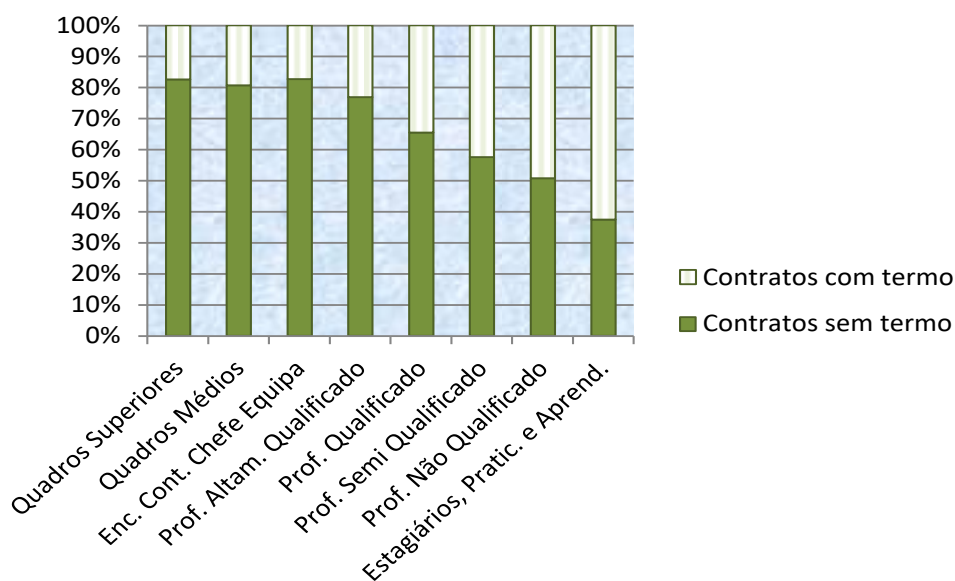
Analisando a evolução do número de TCO por tipo de contrato e escalão etário desde 2011, constata-se que, em todos os escalões etários, os contratados com termo começaram a aumentar em 2012. Assim, em 2017, havia mais 57,8 mil contratados com termo do que em 2011 no escalão até aos 24 anos, mais 65,6 mil no escalão dos 25 aos 34 anos, mais 144,6 mil no escalão dos 35 aos 54 anos e mais 40,8 mil no escalão dos 55 e mais anos.

No que se refere aos contratados sem termo, estes aumentaram, a partir de 2012, no escalão dos 55 e mais anos e, a partir de 2013. No escalão até aos 24 anos, só começaram a crescer em 2014 e no escalão dos 25 aos 34 anos diminuíram sempre. Deste modo, em 2017 havia mais 10,5 mil contratados com termo do que em 2011 no escalão até aos 24 anos, mais 13,6 mil no escalão entre os 35 e os 54 anos e mais 76,7 mil no escalão dos 55 e mais anos.

3.2.4.2. Por tipo de contrato e níveis de qualificação

Relativamente aos TCO por tipo de contrato e por níveis de qualificação, em 2017, a percentagem de contratados sem termo decrescia à medida que diminuía o nível de qualificações. Os contratados sem termo representavam assim, 81,9% dos Quadros Superiores e 50,3% dos Profissionais não Qualificados. No grupo dos estagiários, praticantes e aprendizes os contratados a termo representavam 61,7%.

Figura 140. TCO por níveis de qualificação – peso dos contratos com termo e sem termo em 2017



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Entre 2012 e 2016, o peso dos contratados com termo aumentou para todos os níveis de qualificações, de um modo geral, tanto mais quanto mais baixo o nível de qualificações. Assim, relativamente aos Quadros Superiores cresceu em 1,6 p.p e relativamente aos Profissionais não Qualificados em 11,9 p.p.

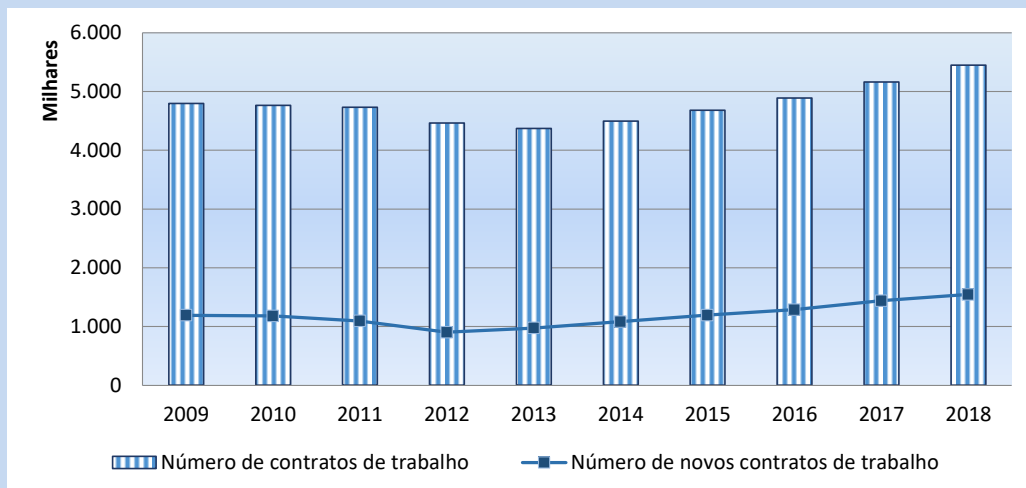
CONTRATOS DE TRABALHO REGISTRADOS NA SEGURANÇA SOCIAL

Segundo dados do Instituto de Informática da Segurança Social, em dezembro de 2018 estavam registados 5,447,1 mil contratos de trabalho²⁸. Destes, 1.544,8 mil, ou seja 28,4%, eram novos contratos²⁹.

O número de contratos registados na segurança social aumentou 5,6% relativamente a 2017, tendo o número de novos contratos crescido em 7,4%.

Entre 2009 e 2013, o número de contratos registados decresceu em cerca de 9% e depois aumentou em cerca de 25%. Já o número de novos contratos decresceu 24,3%, entre 2009 e 2012 mas, a partir daí, cresceu em cerca de 70%. Deste modo, a percentagem de novos contratos aumentou 3,5 p.p. entre 2009 e 2018.

Figura 141. Evolução do número de contratos e do número de novos contratos de trabalho registados na Segurança Social



Fonte: IIES: Estatísticas da Segurança Social

²⁸ Contrato no ano = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrém ou Membro de Orgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com pelo menos um dia no ano.

²⁹ Novo Contrato = Qualificação de pessoa singular (Trabalhador por Conta de Outrém ou Membro de Orgão Estatutário) numa entidade empregadora (estabelecimento sede com morada em Portugal Continental) com data de início no ano.

3.3. Trabalhadores estrangeiros nas empresas

Em 2017 estavam ao serviço nas empresas, no Continente cerca de 140,3 mil estrangeiros, mais 13,1 mil do que no ano anterior, representando cerca de 5% do total dos TCO. O número de TCO estrangeiros nas empresas decresceu entre 2008 e 2013 e, a partir daí aumentou sempre. Em 2017 havia menos cerca de 27 mil estrangeiros nas empresas do que em 2008.

No que se refere à sua distribuição por setores de atividade, cerca de 21,8% destes estrangeiros trabalhava no sector das *Atividades administrativas e dos Serviços de Apoio*, 21% no sector do *Alojamento, restauração e similares* e 11,9% no sector do *Comércio*. Relativamente ao ano anterior, o número de TCO estrangeiros manteve-se ou aumentou em todos os setores de atividade tendo crescido e, 3,8 mil pessoas no sector do *Alojamento, restauração e similares* e em 3,4 mil no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*.

3.4. Estrutura Empresarial – Setores intensivos em tecnologia e conhecimento

Neste capítulo do relatório pretende-se analisar a repartição das empresas e do emprego por nível de tecnologia, recorrendo aos dados constantes do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE. Adicionalmente, porque estes dados incluem as empresas individuais (que não respondem ao *Relatório Único*, e portanto não constam da análise realizada no capítulo anterior), a informação constante do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* permite complementar os dados dos *Quadros de Pessoal* no que se refere à estrutura empresarial e do emprego nas empresas.

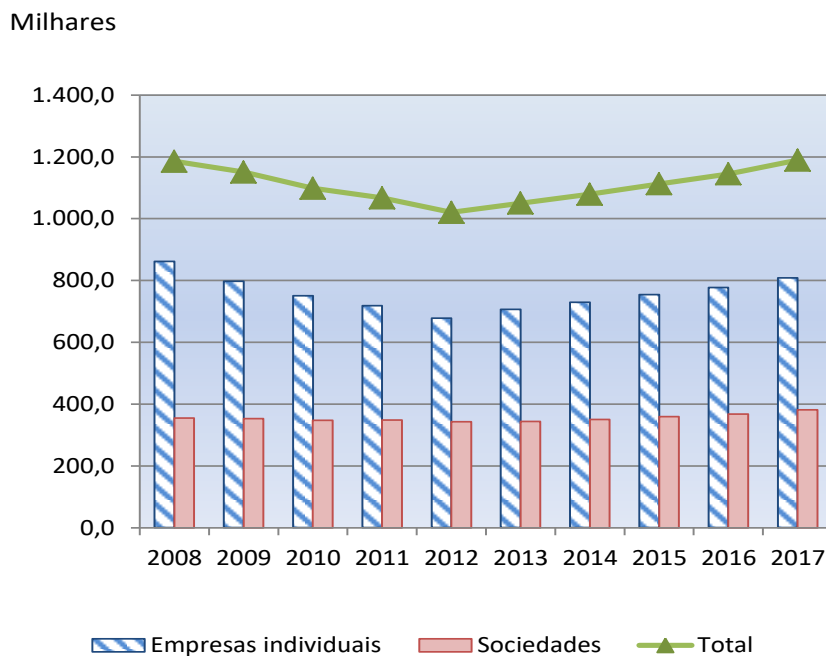
De acordo com os dados do *Sistema de Contas Integradas das empresas* do INE, em 2017³⁰, havia no Continente 1.189,1 mil empresas, mais 44,5 mil do que em 2016. Destas empresas, 67,9% (807,9 mil) eram empresas individuais e 32,1% (381,3 mil) eram sociedades. Entre 2016 e 2017, o

³⁰ Os últimos dados disponíveis respeitam a 2017.

número de empresas cresceu em ambas as categorias bastante mais do que no ano anterior. Assim, as empresas individuais aumentaram em 4% (+31 mil) e as sociedades em 3,7% (+13,5 mil).

O número de empresas decresceu significativamente, entre 2008 e 2012, sobretudo no que se refere às empresas individuais que decresceram a uma média de anual de 5%, nesse período. A partir de 2012, o número de empresas cresceu nas duas categorias, embora mais no que respeita às empresas individuais. Apesar disso, em 2017 havia mais 26,6 mil sociedades do que em 2008, e menos cerca de 23 mil empresas individuais.

Figura 142. Evolução do número de empresas por regime jurídico das empresas 2008-2017

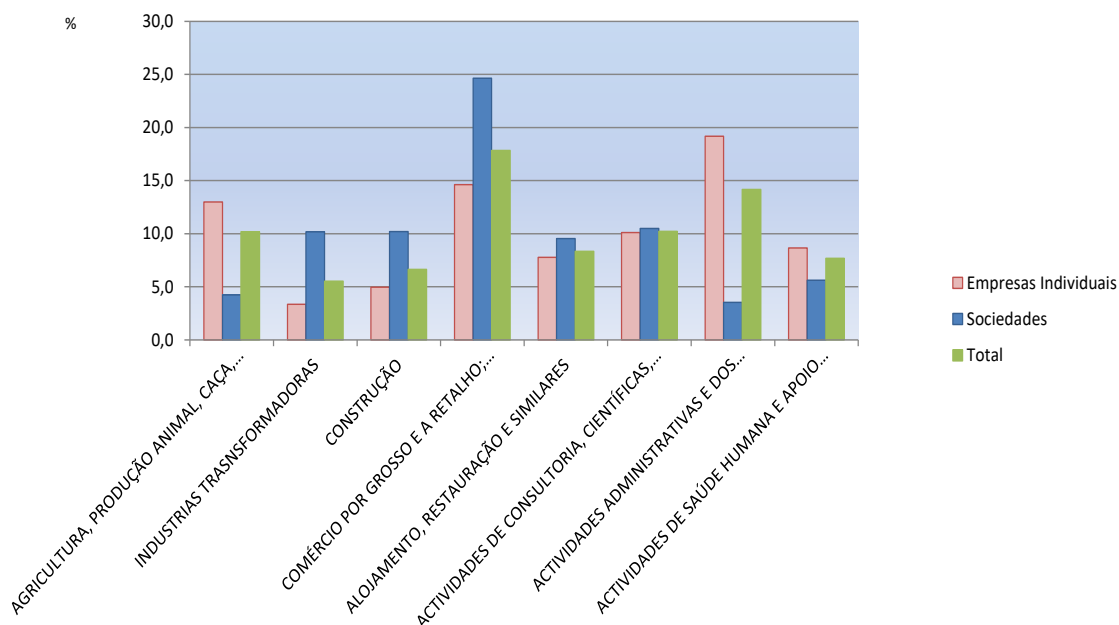


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1. Por setores de atividade

Analisando os dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas do INE no que se refere aos diversos setores de atividade constata-se que, em 2017, no Continente, os setores mais significativos em termos da estrutura empresarial eram o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (17,8%), as Atividades administrativas e dos serviços de apoio (14,2%), a Agricultura, caça, floresta e pesca e as Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (10,2%) e depois o Alojamento, restauração e similares (8,3%).

Figura 143. Empresas por setores mais significativos por regime jurídico das empresas – 2017

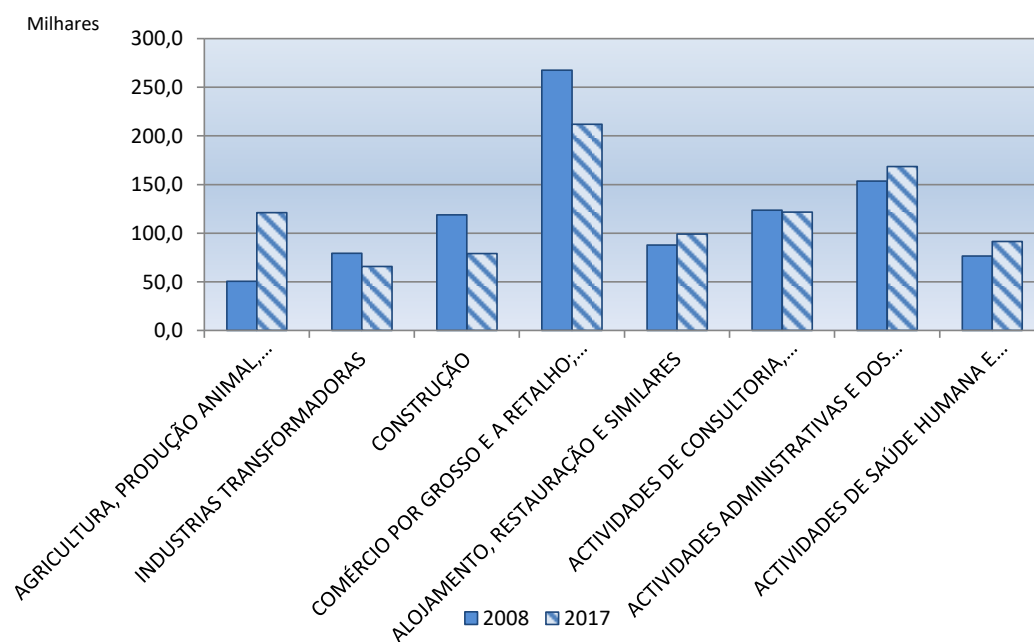


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

O peso dos setores da *Atividades Administrativas e dos serviços de apoio* e da *Agricultura, caça, floresta e pesca* na estrutura empresarial deve-se sobretudo ao número de empresas individuais nestes setores. Por outro lado, setores como as *Indústrias Transformadoras* e a *Construção* tinham um peso acrescido no que se refere às sociedades. Já em setores como o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* e as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* o número de empresas era significativo em ambas as categorias.

No que se refere aos dados do *Sistema de Contas Integradas das Empresas*, entre 2008 e 2017, o número de empresas decresceu acentuadamente nos setores do *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (-55,5 mil) e depois na *Construção* e nas *Indústrias Transformadoras*. Por outro lado, aumentou nos setores da *Saúde humana e apoio social, das Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e do *Alojamento, restauração e similares*. O maior aumento registou-se, contudo, no sector da *Agricultura, caça, floresta e pesca* (+70,4 mil empresas) devido, em grande parte, ao crescimento registado no número de empresas individuais entre 2012 e 2013 (+46,4 mil empresas).

Figura 144. Evolução do número de empresas nos setores de atividade mais significativos



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

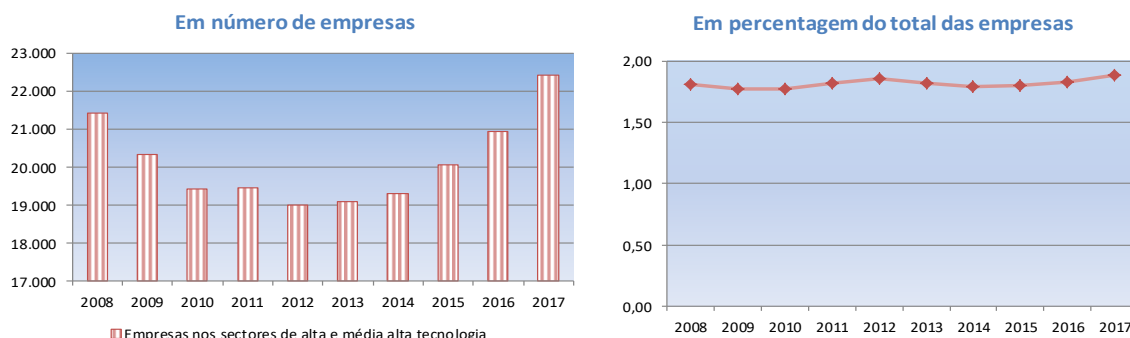
3.4.1.1. Empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

Analisando o volume de empresas nos setores de alta e média alta tecnologia ³¹ verifica-se que, em 2016, esses setores reuniam cerca de 22,5 mil empresas, que constituíam 1,9% do total. O seu número aumentou em 7.1%, um aumento bastante mais acentuado do que nos anos anteriores.

O número destas empresas decresceu, entre 2008 e 2012, mas depois aumentou sempre e, em 2018, era já superior, em cerca de 1 mil empresas, ao número registado no início da série. Por outro lado, o peso das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia no total das empresas manteve-se bastante estável. Cresceu ligeiramente entre 2010 e 2012, depois diminuiu, até 2014 para voltar a crescer. De qualquer modo, em 2017, o valor mais alto desde 2008.

³¹ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver em anexo)

Figura 145. Evolução das empresas dos setores de alta e média alta tecnologia

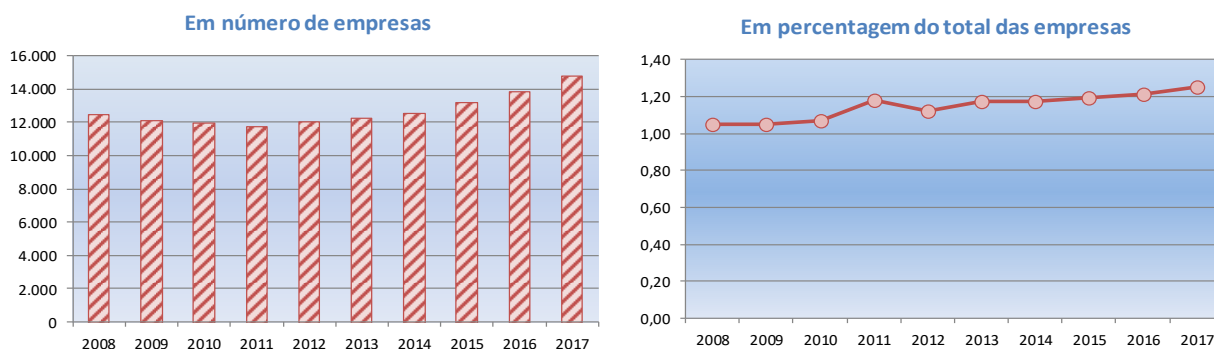


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1.2. Empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Em 2017, as empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)³², totalizavam 14,8 mil (mais cerca de mil que no ano anterior) e representavam 1,25% do total das empresas.

Figura 146. Evolução das empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

O número de empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação diminuiu apenas ligeiramente até 2011, e depois começou a aumentar. Em 2017, havia mais cerca de 2,3 mil empresas com atividades de TIC do que em 2008. Quanto ao peso destas empresas no total, este aumentou praticamente sempre, desde o início da série, embora de forma muito ligeira.

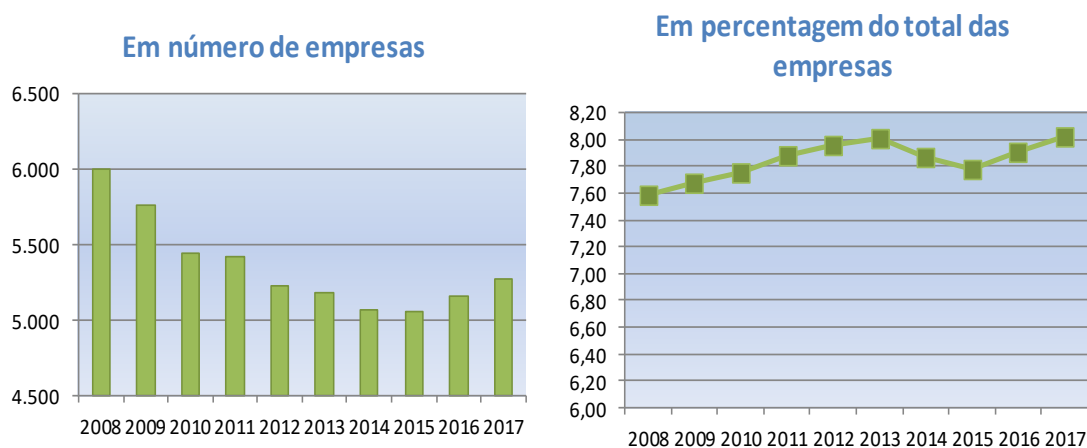
³² Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver quadro pág. 165 e 166)

3.4.1.3. Empresas das indústrias transformadoras de alta e média alta tecnologia

No que se refere concretamente ao sector das *Indústrias Transformadoras*, em 2017, no Continente, havia 5,3 mil empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia³³, que representavam 8% das empresas das *Indústrias Transformadoras*.

O número destas empresas diminuiu, em quase mil empresas, entre 2008 e 2015, e depois cresceu ligeiramente, mas o seu peso no total do sector só diminuiu entre 2013 e 2015 tendo atingido, em 2017, o valor mais alto desde o início da série.

Figura 147. Evolução das empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

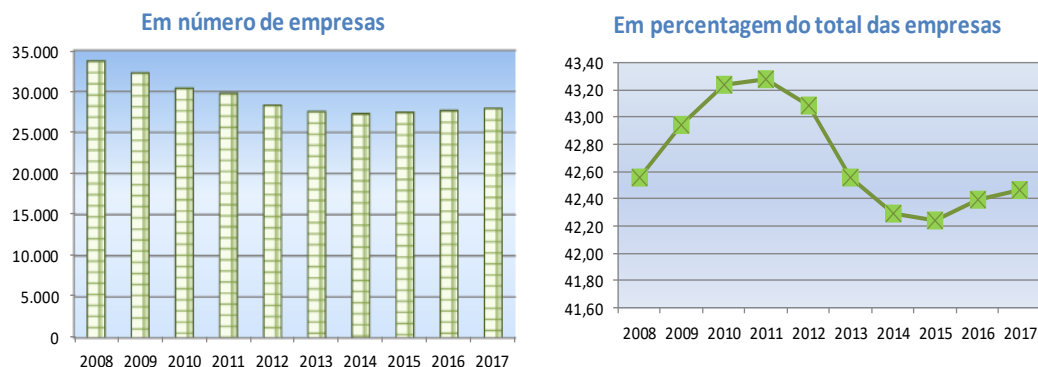
3.4.1.4. Empresas das indústrias transformadoras com factores competitivos avançados

Por outro lado, em 2017, 42,5% das empresas das *Indústrias Transformadoras*, ou seja, 28 mil empresas eram consideradas empresas com factores competitivos avançados³⁴.

³³ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166).

³⁴ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 33 e ao grupo 325 das indústrias transformadoras (CAE Rev. 3). Inclui as indústrias de alta e média alta tecnologia e praticamente todas as indústrias de média-baixa tecnologia (ver quadro pág.165 e 166)

Figura 148. Evolução das empresas das Indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

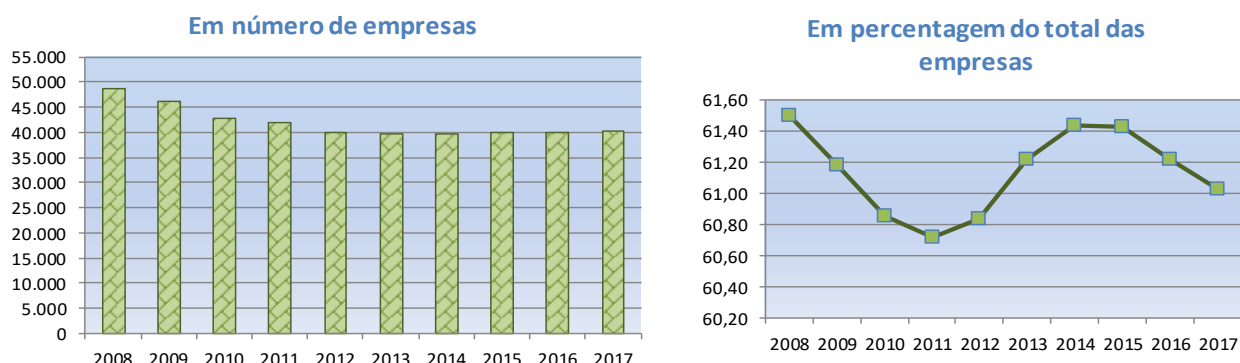
O número destas empresas diminuiu, em cerca de 6 mil empresas entre 2008 e 2014, e depois aumentou levemente. Contudo, em termos de proporção no total do sector, o seu peso aumentou até 2011 e depois decresceu até 2015, para voltar a aumentar, nos dois últimos anos. Em 2017 a percentagem destas empresas era sensivelmente a mesma do que em 2008.

3.4.1.5. Indústrias transformadoras de baixa tecnologia

Quanto as Indústrias de baixa tecnologia Industrial³⁵, estas eram cerca de 40,2 mil e representavam 61% das empresas das *Indústrias Transformadoras*. O número destas empresas decresceu, entre 2008 e 2013 e depois estabilizou. No que se refere à sua representatividade no sector, estas empresas evoluíram de forma praticamente oposta às das empresas com factores competitivos avançados, ou seja, o seu peso decresceu, entre 2008 e 2011, depois aumentou, até 2014, e voltou a diminuir nos dois últimos anos.

³⁵ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

Figura 149. Evolução das empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras

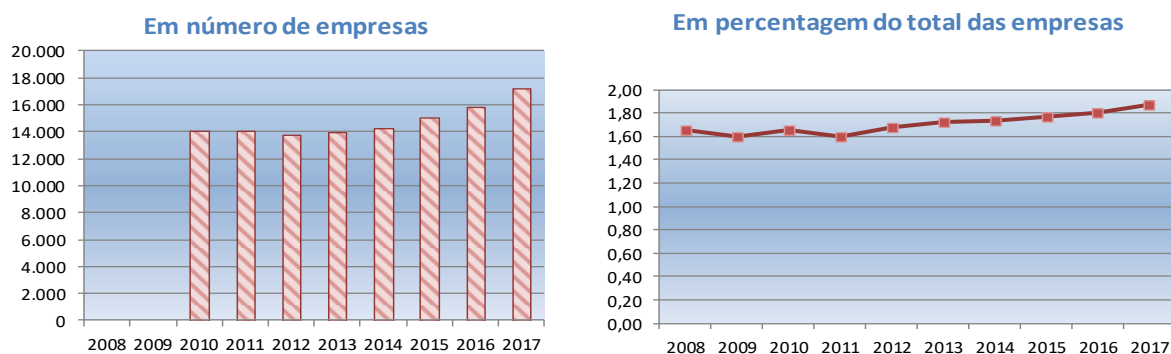


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

3.4.1.6. Empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia

Relativamente ao sector dos serviços, as empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia³⁶ totalizavam, em 2017, no Continente, 17,2 mil empresas e constituíam 1,9% do total das empresas do sector. Entre 2016 e 2017 estas empresas cresceram em 1,4 mil.

Figura 150. Evolução das empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

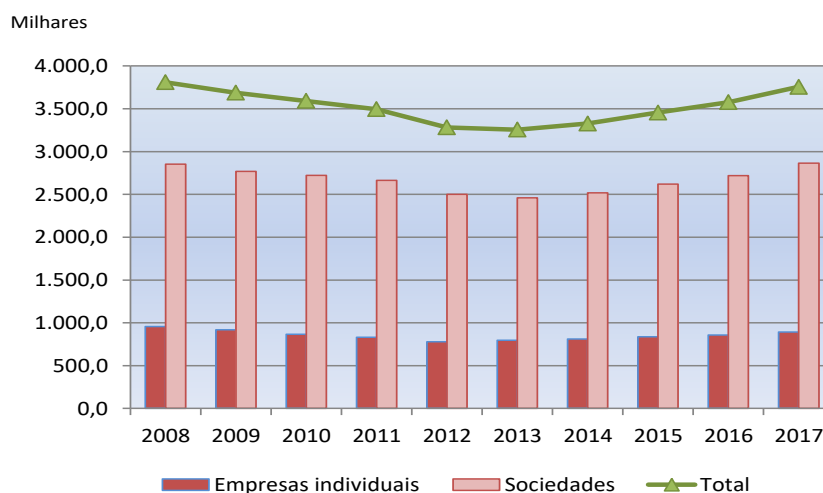
As empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia diminuíram, até 2012, e depois aumentaram. Em termos percentuais, contudo, e após uma ligeira oscilação, entre 2008 e 2011, aumentaram sempre.

³⁶ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations (ver quadro pág. 165 e 166).

3.5. Emprego nas empresas – Setores Intensivos em tecnologia e conhecimento

Segundo os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas* do INE, em 2017, havia no Continente 3.756,4 mil pessoas ao serviço nas empresas, tendo este número aumentado em 179,6 mil pessoas desde o ano anterior. De entre as pessoas ao serviço nas empresas 76%, trabalhavam em Sociedades e as restantes 24% em empresas individuais. Entre 2016 e 2017 o pessoal ao serviço nas Sociedades aumentou 5,3% (+145 mil trabalhadores), enquanto o emprego nas empresas individuais cresceu em 4% (+34,7 mil).

Figura 151. Evolução do número de pessoas ao serviço nas empresas por forma jurídica das empresas



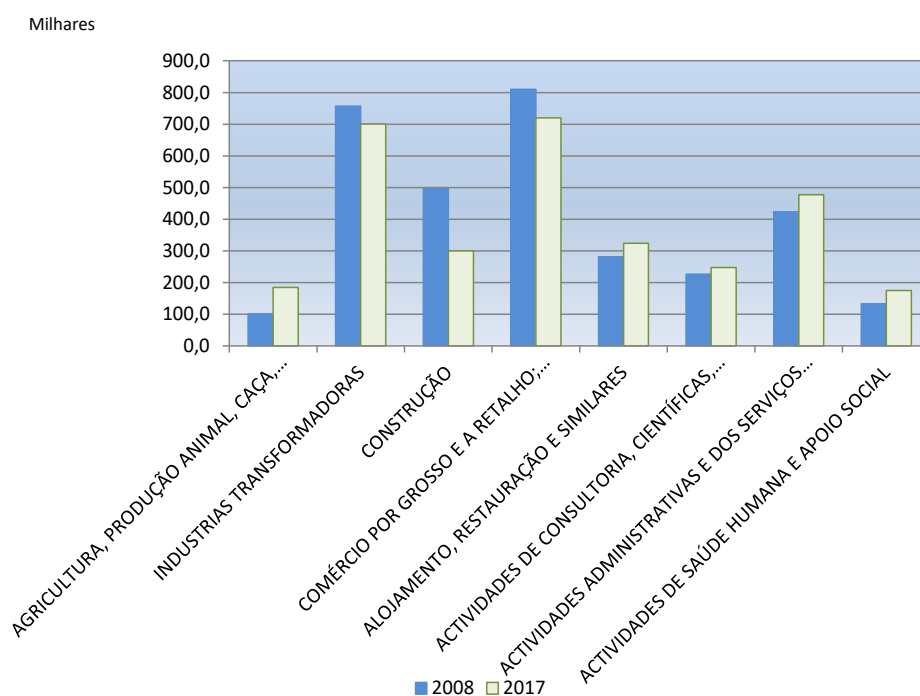
Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, o emprego nas empresas decresceu até 2013, (- 553,3 mil pessoas) e aumentou em cerca de 500 mil entre 2013 e 2017, tendo as empresas individuais diminuído percentualmente mais do que as sociedades e, a seguir, aumentado menos. Em 2017, o número de pessoas ao serviço nas empresas individuais era ainda inferior ao registado em 2008, enquanto nas sociedades havia já cerca de mais 10 mil pessoas ao serviço do que no início da série.

3.5.1. Por setores de atividade

De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Contas das Empresas*, em 2017, no Continente, o *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* era o sector de atividade mais representativo em termos do emprego (19,7% do total das pessoas ao serviço nas empresas) seguido pelas *Indústrias Transformadoras* (18,7%), as *Atividades administrativas e os serviços de apoio* (12,7%), o *Alojamento, restauração e similares* (8,6%) e a *Construção* (8%). Nas Sociedades, as *Indústrias Transformadoras* ultrapassavam o *Comércio* e a *Construção* e o *Alojamento, Restauração e similares* surgiam praticamente equiparados. Já nas empresas individuais, as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* ocupavam o segundo lugar, a *Agricultura, produção animal caça, floresta e pesca* o terceiro e as *Atividades de Consultoria, científicas, técnicas e similares* surgiam em quarto.

Figura 152. Estrutura sectorial do emprego (pessoas ao serviço nas empresas)



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

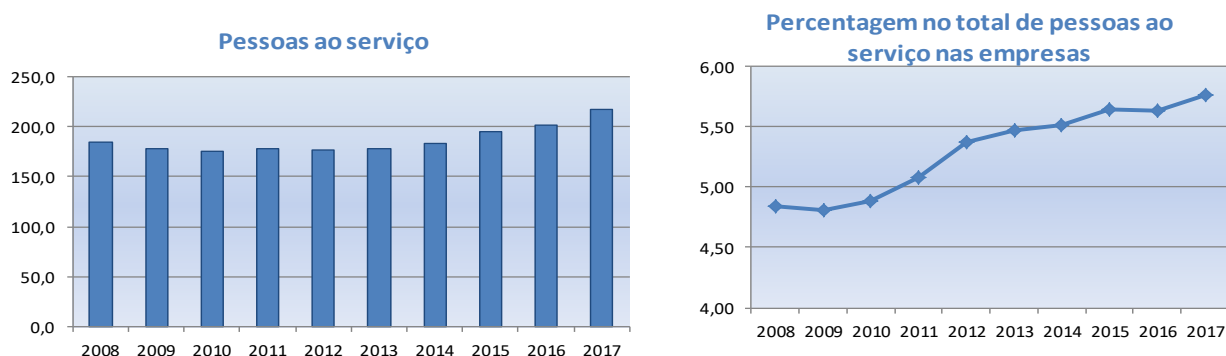
Entre 2008 e 2017, o número de trabalhadores ao serviço nas empresas diminuiu nas *Indústrias Transformadoras*, no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, e motociclos* e sobretudo na *Construção* e aumentou nos outros setores mais representativos em termos de emprego, com destaque para os setores das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, das *Atividades de saúde humana e apoio social* e para o sector da *Agricultura, produção*

animal, caça, floresta e pesca (neste caso devido sobretudo ao aumento do número de trabalhadores ao serviço nas empresas individuais).

3.5.1.1. Pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia

O número de pessoas ao serviço nas empresas nos setores de alta e média alta tecnologia ³⁷, no Continente, em 2017, representava 5,8% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas. O número de pessoas ao serviço nas empresas destes setores diminuiu apenas ligeiramente, entre 2008 e 2013, e depois aumentou significativamente. Quanto ao peso das pessoas ao serviço nestes setores relativamente ao total de pessoas ao serviço, este aumentou sempre entre 2008 e 2017.

Figura 153. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

3.5.1.2. Pessoas ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC)

Relativamente ao pessoal ao serviço nas empresas com atividades de tecnologia de informação e comunicação (TIC) ³⁸, estas representavam, em 2016, 2,7% do total. Embora os dados relativos a esta categoria de empresas não tenham sido disponibilizados para todos os anos, é possível

³⁷ Os setores de alta e média alta tecnologia incluem as indústrias de alta e média alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (divisões 21 a 26 e grupo 303; divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 e divisões 59,60,61,62,63 e 72 da CAE, Rev3). (Ver quadro pág. 165 e 166).

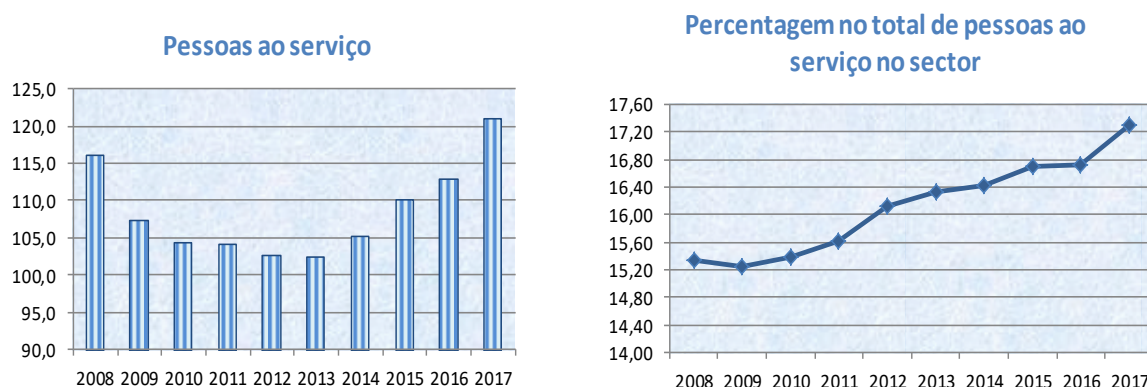
³⁸ Correspondem às divisões 61 e 62 e aos grupos 261,262,263,264,268,465,582,631 e 951 da CE Ver.3 (ver em anexo)

constatar que, entre 2009 e 2017, o número de pessoas ao serviço cresceu e o seu peso no total de pessoas ao serviço nas empresas aumentou.

3.5.1.3. Pessoas ao serviço nas empresas das Indústrias de alta e média alta tecnologia

Concretamente no que respeita ao sector das *Indústrias Transformadoras*, as indústrias de alta e média alta tecnologia³⁹ representavam, em 2017, no Continente, 17,3% do pessoal ao serviço no sector. Entre 2008 e 2013 o número de pessoas ao serviço nestas empresas decresceu mas a partir daí aumentou e em 2017 tinha já ultrapassado o valor registado em 2008. O peso do pessoal ao serviço nestas empresas no total do sector aumentou sempre, desde 2008.

Figura 154. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de alta e média alta tecnologia



Fonte: INE, *Sistema Integrado de Contas das Empresas*

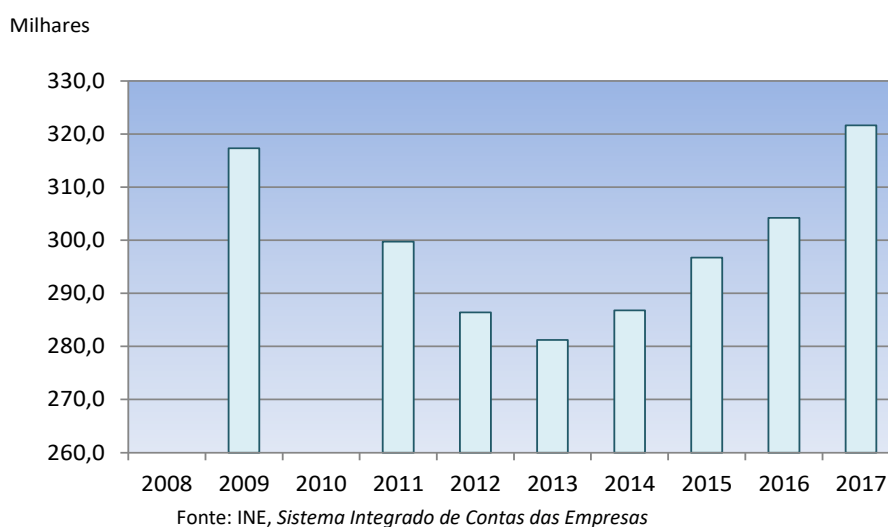
3.5.1.4. Pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com factores competitivos avançados

No Continente, o pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com factores competitivos avançados constituía quase 46% do total do emprego no sector. O peso do emprego nestas empresas manteve-se estável ao longo da série e cresceu, nos últimos dois anos.

³⁹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 21 a 26 e grupo 303 da CAE, Rev.3 (Indústrias de alta tecnologia); e às divisões 20,27,28 e 29 e grupos 254,302,304,309 e 325 da CAE, Rev. 3) (indústrias de média-alta tecnologia) EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

No que se refere à evolução do pessoal ao serviço nestas empresas entre 2008 e 2016, também no que respeita a estas categorias de empresas, não foram disponibilizados dados relativos a todos os anos da série, mas é possível verificar que o número de pessoal ao serviço decresceu significativamente até 2013, tendo depois crescido. Em 2017, o número de pessoas ao serviço nestas empresas era já superior ao verificado em 2009.

Figura 155. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras com fatores competitivos avançados (Pessoas ao serviço)

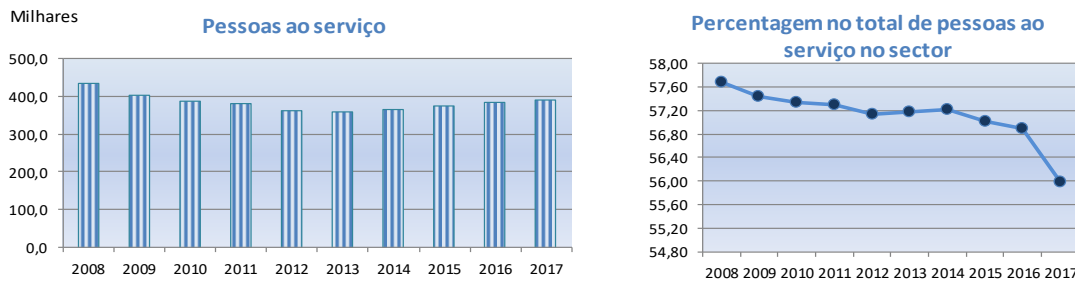


3.5.1.5. Pessoal ao serviço nas empresas Indústrias de baixa tecnologia

Em 2017, nas Indústrias de baixa tecnologia Industrial⁴⁰ representam ainda quase 56% do emprego nas *Indústrias Transformadoras*. Entre 2008 e 2013 o número de pessoas ao serviço nestas empresas diminuiu, mas de forma pouco significativa e depois aumentou, do mesmo modo, de forma ligeira. Contudo, a percentagem do emprego nestas empresas no total do sector diminuiu sempre. Entre 2016 e 2017 esse decréscimo foi de quase 1 p.p.

⁴⁰ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 31 e grupos 181, 321, 322, 323, 324 e 329 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro pág. 165 e 166)

Figura 156. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas das indústrias de baixa tecnologia das Indústrias transformadoras

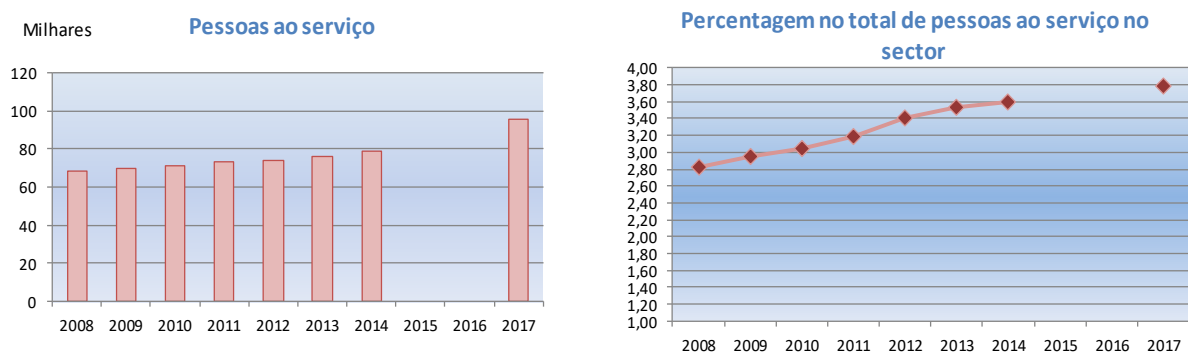


Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas

- **Pessoal ao serviço nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia**

No que se refere ao emprego nas empresas de serviços, e concretamente nas empresas de serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁴¹, em 2017, este representava cerca de 4% do total do sector. Embora não tenham sido disponibilizados dados relativos a 2015 e 2016 é possível verificar que quer o número de pessoas ao serviço nestas empresas, quer o peso do emprego nesta categoria de empresas, cresceu sistematicamente ao longo da série.

Figura 157. Evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia



Fonte: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresa

⁴¹ Conjunto de atividades económicas correspondentes às divisões 59, 60, 61, 62, 63 e 72 da CAE Rev. 3. EUROSTAT, “High.technology” and “Knowledge based services” aggregations (ver quadro página seguinte).

Figura 158. Setores intensivos em tecnologia ou conhecimento
Intensidade Tecnológica - Indústria Transformadora

CAE (Ver.3)		Intensidade Tecnológica	Factores competitivos avançados	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	Alta tecnologia industrial	X	
26	Fabricação de equipamento informático, equip. p. comunicação e prod. electrónicos e ópticos;	Alta tecnologia industrial	X	
261	Fabricação de componentes e de placas, electrónicos			X
262	Fabricação de computadores e de equipamento periférico			X
263	Fabricação de aparelhos e de equipamentos para comunicações			X
264	Fabricação de receptores de rádio e de televisão e bens de consumo similares			X
268	Fabricação de suportes de informação magnéticos e ópticos			X
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte		X	
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado	Alta tecnologia industrial		
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	Média-alta tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos			
254	Fabricação de armas e munições	Média-alta tecnologia	X	
27	Fabricação de equipamento eléctrico	Média-alta tecnologia	X	
28	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.	Média-alta tecnologia	X	
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transporte	Média-alta tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
302	Fabricação de material circulante para caminhos de ferro	Média-alta tecnologia	X	
304	Fabricação de veículos militares de combate	Média-alta tecnologia	X	
309	Fabricação de equipamento de transporte, n.e.	Média-alta tecnologia	X	
32	Outras indústrias transformadoras			
325	fabricação de instrumentos e material médico-cirúrgico	Média-alta tecnologia	X	
18	Impressão e reprodução de suportes gravados		X	
182	Reprodução de suportes gravados	Média-baixa tecnologia	X	
19	Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados e combustíveis	Média-baixa tecnologia		
22	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	Média-baixa tecnologia	X	
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	Média-baixa tecnologia	X	
24	Indústrias metalúrgicas de base	Média-baixa tecnologia	X	
25	Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos		X	
251	Fabricação de elementos de construção em metal	Média-baixa tecnologia	X	
252	Atórios, recipientes, caldeiras e radiadores metálicos para aquecimento central	Média-baixa tecnologia	X	
253	Fabricação de geradores de vapor (excepto caldeiras para aquecimento central)	Média-baixa tecnologia	X	
255	Fabricação de produtos forjados, estampados e laminados; metalurgia dos pós	Média-baixa tecnologia	X	
256	Tratamento e revestimento de metais; actividades de mecânica geral	Média-baixa tecnologia	X	
257	Fabricação de cutelaria, ferramentas e ferragens	Média-baixa tecnologia	X	
259	Fabricação de outros produtos metálicos diversos n.e.	Média-baixa tecnologia	X	
30	Fabricação de outro equipamento de transporte			
301	Construção naval	Média-baixa tecnologia	X	
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	Média-baixa tecnologia	X	
10	Indústrias alimentares	Baixa tecnologia industrial		
11	Indústria das bebidas	Baixa tecnologia industrial		
12	Indústria do tabaco	Baixa tecnologia industrial		
13	Fabricação de têxteis	Baixa tecnologia industrial		
14	Indústria do vestuário	Baixa tecnologia industrial		
15	Indústria do couro e de produtos do couro	Baixa tecnologia industrial		
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário;	Baixa tecnologia industrial		
16	fabricação de obras de cestana e de espartaria	Baixa tecnologia industrial		
17	Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos	Baixa tecnologia industrial		
18	Impressão e reprodução de suportes gravados			
181	Impressão e actividades dos serviços relacionados com a impressão	Baixa tecnologia industrial	X	
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	Baixa tecnologia industrial		
32	Outras indústrias transformadoras			
321	Fabricação de joalharia, ourivesaria, bijutaria e artigos similares; cunhagem de moedas	Baixa tecnologia industrial		
322	Fabricação de instrumentos musicais	Baixa tecnologia industrial		
323	Fabricação de artigos de desportos	Baixa tecnologia industrial		
324	Fabricação de jogos e brinquedos	Baixa tecnologia industrial		
329	Indústrias transformadoras, n.e.	Baixa tecnologia industrial		

Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High.technology" and "Knowledge based services" aggregations

Intensidade de Conhecimento - Serviços

CAE (Ver.3)	Intensidade de conhecimentos	Empresas com actividades de tecnologias da informação e da comunicação (TIC)
J Actividades de informação e comunicação 59 Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música 60 Actividades de rádio e de televisão 61 Telecomunicações 62 Consultoria e programação informática e actividades relacionadas 63 Actividades dos serviços de informação 631 Actividades de processamento de dados, domiciliação de informação e actividades relacionadas M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 72 Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento Serviços de alta tecnologia com forte intensidade de conhecimento	X X X
H Transportes e armazenagem 50 Transportes por água 51 Transportes aéreos M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 69 Actividades jurídicas e de contabilidade 70 Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão 71 Actividades de arquitectura, de engenharia e técnica afins; actividades de ensaios e de análises técnicas 73 Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião 74 Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares N Actividades administrativas e dos serviços de apoio 78 Actividades de emprego 80 Actividades de investigação e segurança	serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento serviços de mercado com forte intensidade de conhecimento	
k Actividades financeiras e de seguros	Serviços financeiros com forte intensidade de conhecimento	
J Actividades de informação e comunicação 58 Actividades de edição 582 Edição de programas informáticos M Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares 75 Actividades veterinárias O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória P Educação Q Actividades de saúde humana e apoio social R Actividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento Outros serviços com forte intensidade de conhecimento	X
G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos 45 Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos 46 Comércio por grosso (inclui agentes) excepto de veículos automóveis e motociclos 465 Comércio por grosso de equipamento de tecnologia de informação e comunicação (TIC) 47 Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos H Transportes e armazenagem 49 Transportes terrestres e transportes por oleodutos e gasodutos 52 Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamentos) I Alojamento, restauração e similares 55 Alojamento, restauração e similares 56 restauração e similares L Actividades imobiliárias N Actividades administrativas e dos serviços de apoio 77 Actividade de aluguer 79 Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas 81 Actividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins 82 Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas S Outras actividades de serviços 95 Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico 951 Reparação de computadores e equipamento de comunicação	Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento Serviços de mercado com fraca intensidade de conhecimento	X X
H Transportes e armazenagem 53 Actividades postais e de courrier S Outras actividades de serviços 94 Actividades das organizações associativas 96 Outras actividades de serviços pessoais T Actividades de famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio U Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento Outros serviços com fraca intensidade de conhecimento	X

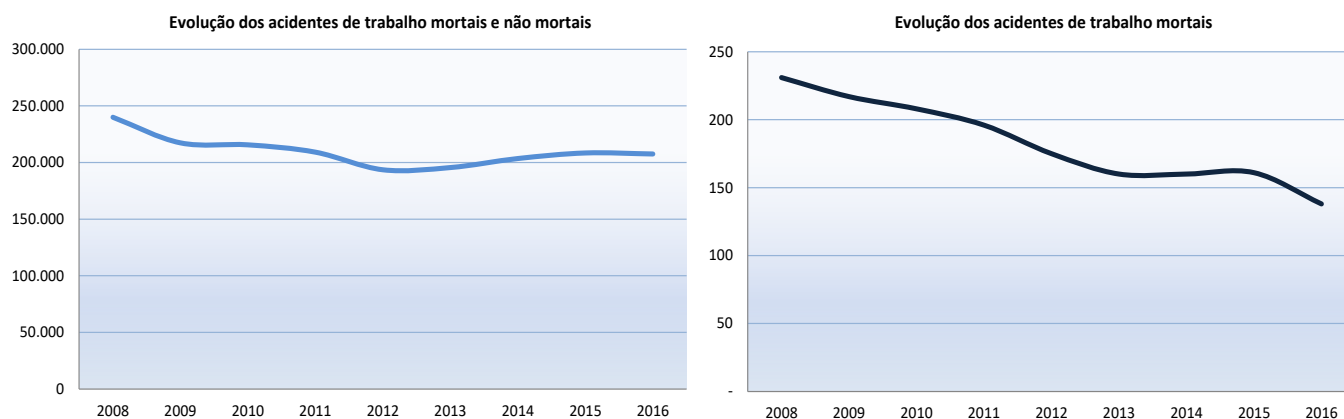
Fontes: INE, Sistema Integrado de Contas das Empresas; EUROSTAT, "High technology" and "Knowledge based services" aggregations

3.6. Sinistralidade e absentismo laboral

3.6.1. Sinistralidade laboral

De acordo com a informação disponibilizada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) do MTSSS, em 2016⁴² ocorreram, em **Portugal**, cerca de 207,6 mil acidentes de trabalho, entre os quais se contabilizaram 138 acidentes mortais, menos 23 mortes e menos 890 acidentes face ao período homólogo. Por outro lado, considerando a evolução da sinistralidade laboral nos últimos dez anos, verifica-se uma tendência de decréscimo do número de acidentes, quer não mortais, quer mortais. Assim, no espaço de uma década, o número total de participações de acidentes laborais registou uma quebra de 13,5% (menos 32,5 mil acidentes), tendo-se igualmente verificado uma quebra no número de acidentes mortais (menos 40,3%, o que correspondeu a menos 93 mortes).

Figura 159. Evolução dos acidentes de trabalho

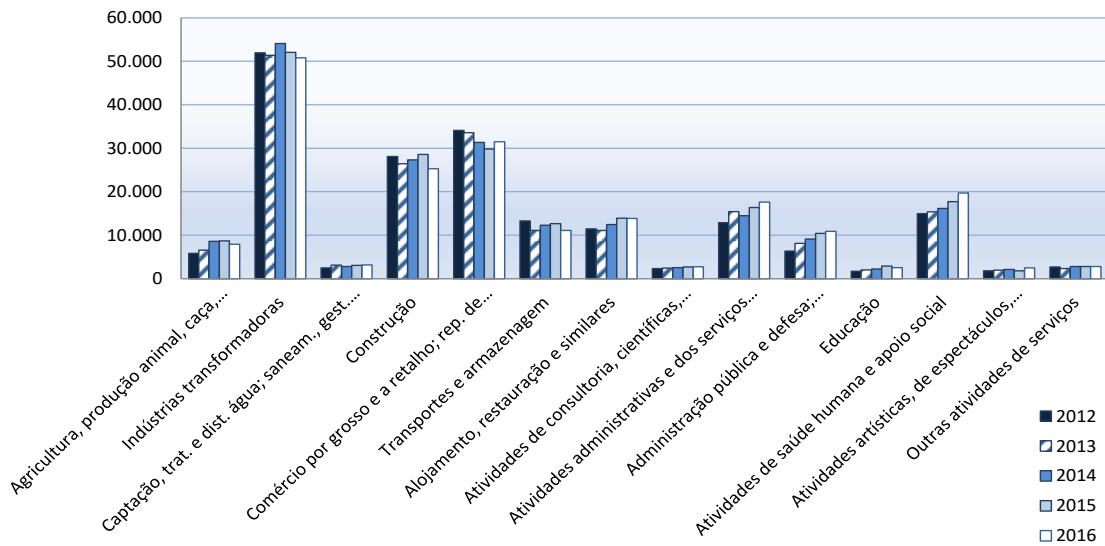


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Uma análise mais detalhada dos acidentes de trabalho por atividade económica evidencia que, em 2016, os setores que registaram mais participações foram as *Indústrias transformadoras*, o *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*, a *Construção*, as *Atividades de saúde humana e apoio social*, as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio*, os *Transportes e armazenagem* e o *Alojamento, restauração e similares*.

⁴² A ausência de informação mais recente, apenas permite uma análise com dados até final de 2016.

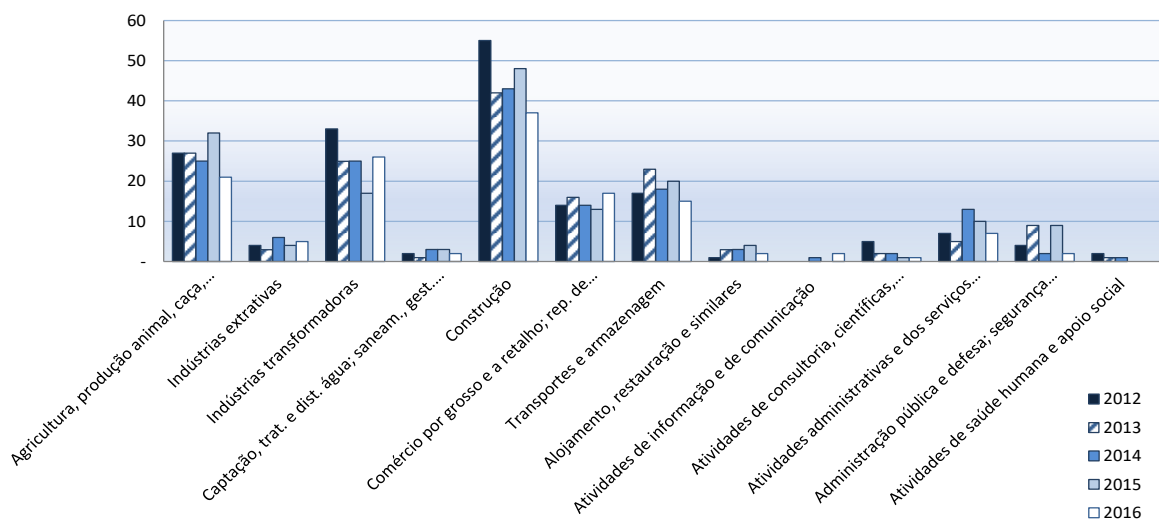
Figura 160. Evolução dos acidentes de trabalho por atividade económica



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Por outro lado, considerando apenas os acidentes de trabalho mortais, verifica-se que, em 2016, foi sobretudo o subsector da *Construção* que concentrou um maior número de participações de acidentes mortais (37), logo seguido pelas *Indústrias transformadoras* (26), pela *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (21), pelo *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos* (17) e pelos *Transportes e armazenagem* (15).

Figura 161. Evolução dos acidentes de trabalho mortais por atividade económica



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Todavia, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, é bastante diferente entre os vários setores de atividade económica, tendo em conta o respetivo número de trabalhadores expostos ao risco. Deste modo, analisando a taxa de incidência⁴³ dos acidentes de trabalho, constata-se que o maior impacto da sinistralidade laboral ocorreu no sector das *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* e na *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desperdício*, onde se registaram 11,5 mil e 10,2 mil acidentes, respectivamente, por cada 100 mil trabalhadores. De notar que a *Construção*, as *Indústrias extractivas* e as *Indústrias transformadoras*, estão igualmente entre os setores que evidenciaram taxas de incidência mais elevadas.

Figura 162. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2016, por setor de atividade (por cada 100 mil trabalhadores)

	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
A Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	318400	7892	2478,6	21	6,6
B Indústrias extractivas	12100	869	7181,8	5	41,3
C Indústrias transformadoras	777100	50810	6538,4	26	3,3
D Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	18300	199	1087,4	0	0
E Captação, trat. e dist. água; saneam., gest. resíduos e desp.	31000	3174	10238,7	2	6,5
F Construção	289900	25302	8727,8	37	12,8
G Comércio por grosso e a retalho; rep. de veíc. autom. e mot.	702400	31504	4485,2	17	2,4
H Transportes e armazenagem	188700	11081	5872,3	15	7,9
I Alojamento, restauração e similares	279200	13847	4959,5	2	0,7
J Atividades de informação e de comunicação	110600	1054	953	2	1,8
K Atividades financeiras e de seguros	112200	733	653,3	0	0
L Atividades imobiliárias	32600	765	2346,6	0	0
M Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	202500	2772	1368,9	1	0,5
N Atividades administrativas e dos serviços de apoio	152800	17620	11531,4	7	4,6
O Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	288000	10870	3774,3	2	0,7
P Educação	380800	2535	665,7	0	0
Q Atividades de saúde humana e apoio social	424300	19714	4646,2	0	0
R Atividades artísticas, de espectáculos, desp. e recreativas	60500	2498	4128,9	0	0
S Outras atividades de serviços	108200	2776	2565,6	0	0
T Ativ. famílias emp. de pes. dom. e ativ. pr. fam. p/ uso próp.	113600	735	647	1	0,9
U Ativ. org. interna. e outras instituições extra-territoriais	—	14	—	0	—
Ignorado	—	803	—	0	—
TOTAL	4605200	207567	4507,2	138	3

— valor não disponível

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho* e INE, *Inquérito ao emprego*.

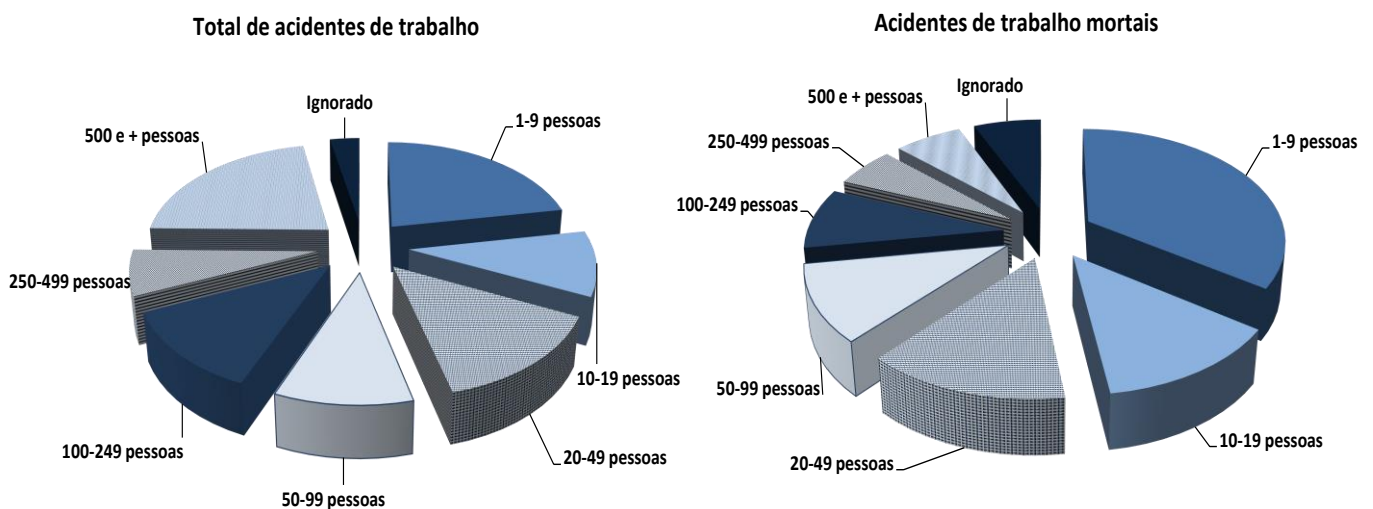
Relativamente à taxa de incidência dos acidentes de trabalho mortais, o impacto mais expressivo ocorreu nos setores das *Indústrias extractivas* e da *Construção*, com 41,3 e 12,8 mortes respectivamente, por cada 100 mil trabalhadores, logo seguidos pelas atividades dos *Transportes*

⁴³ Para o cálculo desta taxa de incidência foram utilizados os dados disponibilizados pelo *Inquérito ao emprego* do INE. Esta taxa indica o número de acidentes por cada 100 mil trabalhadores.

e armazenagem, da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e da Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e desperdício.

No que respeita à sinistralidade por dimensão empresarial, em 2016, a maioria dos acidentes laborais, tanto mortais como não mortais, concentrou-se nas micro e pequenas empresas. Assim, cerca de 46% dos acidentes de trabalho e 61,6 dos acidentes mortais ocorreram em empresas com até 49 trabalhadores.

Figura 163. Acidentes de trabalho por dimensão da empresa, em 2016

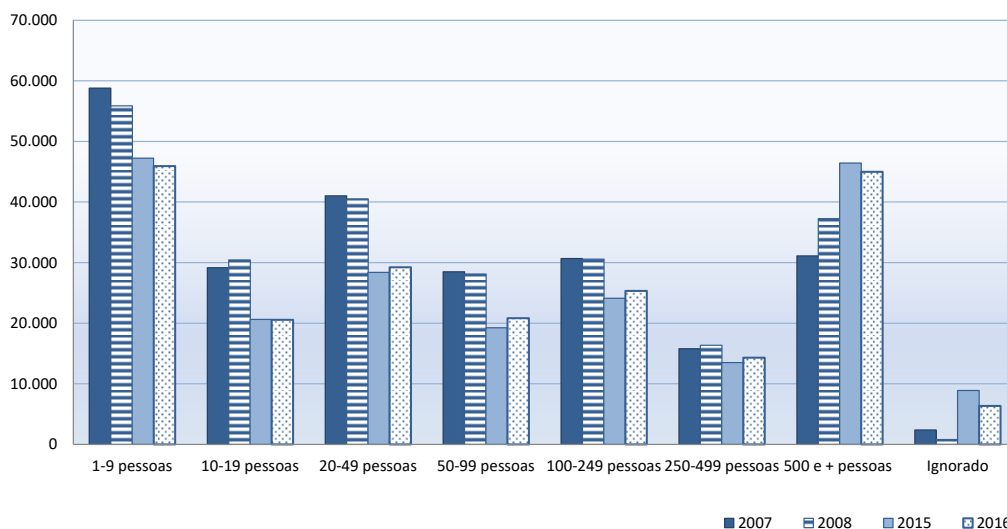


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Todavia, analisando a evolução da sinistralidade por dimensão empresarial ao longo da última década, constata-se que as empresas com menor dimensão de trabalhadores têm vindo a diminuir o seu número de acidentes laborais, ao contrário das empresas de maior dimensão, com mais de 500 trabalhadores, que no período em análise, entre 2008 e 2016, viram aumentar o número de sinistros ocorridos em contexto laboral.

Quanto aos acidentes de trabalho mortais, salienta-se o facto de, no decurso da década em análise, se verificar uma tendência de decréscimo em todas as categorias de dimensão empresarial.

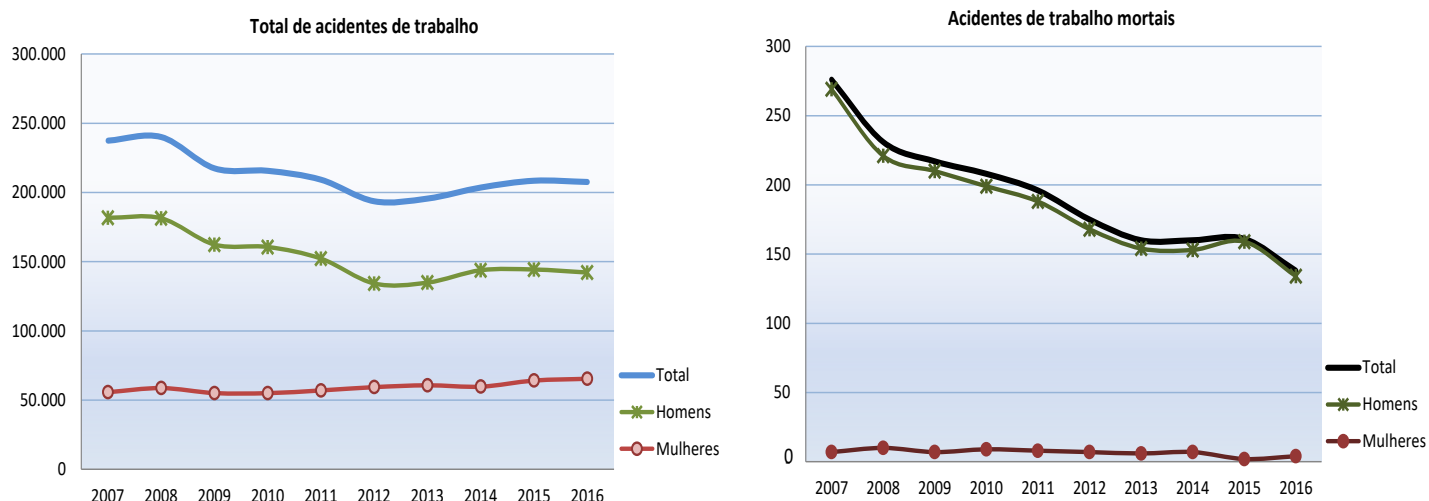
Figura 164. Evolução dos acidentes de trabalho por dimensão da empresa



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Analisando a sinistralidade laboral por sexo, em 2016, evidencia-se claramente uma maior proporção de ocorrência de acidentes entre os homens. De facto, cerca de 68,5% do total de sinistros laborais registados em 2016 foram protagonizados por trabalhadores masculinos. Por outro lado, este diferencial torna-se ainda mais evidente no que respeita aos acidentes de trabalho mortais, cuja incidência se concentra, quase totalmente, nos homens (97,1%), dado que os acidentes mortais que atingiram mulheres corresponderam a 2,9%.

Figura 165. Evolução dos acidentes de trabalho por sexo

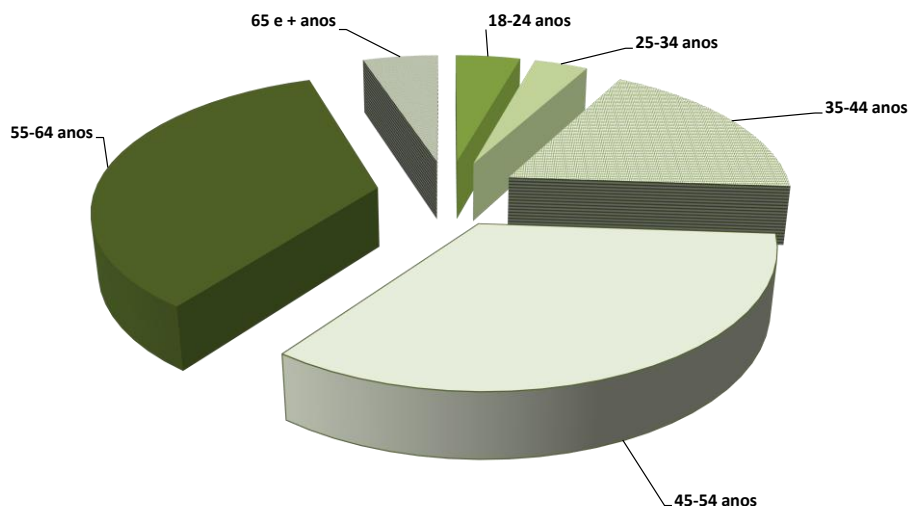


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

No que diz respeito à estrutura etária, em 2016, verificou-se uma concentração de acidentes de trabalho sobretudo nos trabalhadores com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos, uma

vez que os trabalhadores mais jovens, com menos de 34 anos, foram os menos afectados pela sinistralidade laboral.

Figura 166. Acidentes de trabalho mortais por grupo etário, em 2016



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Contudo, tendo em conta o número de trabalhadores expostos ao risco por grupo etário, constata-se que o impacto da ocorrência dos acidentes de trabalho, quer mortais, quer não mortais, diverge consoante o escalão etário. Assim, considerando a taxa de incidência⁴⁴ dos acidentes de trabalho por idades, constata-se que o escalão mais afectado foi o dos 15 aos 24 anos, não obstante em termos de acidentes mortais ter sido o do 55 a 64 anos de idade.

Figura 167. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho, em 2016, por grupo etário
(por cada 100 mil trabalhadores)

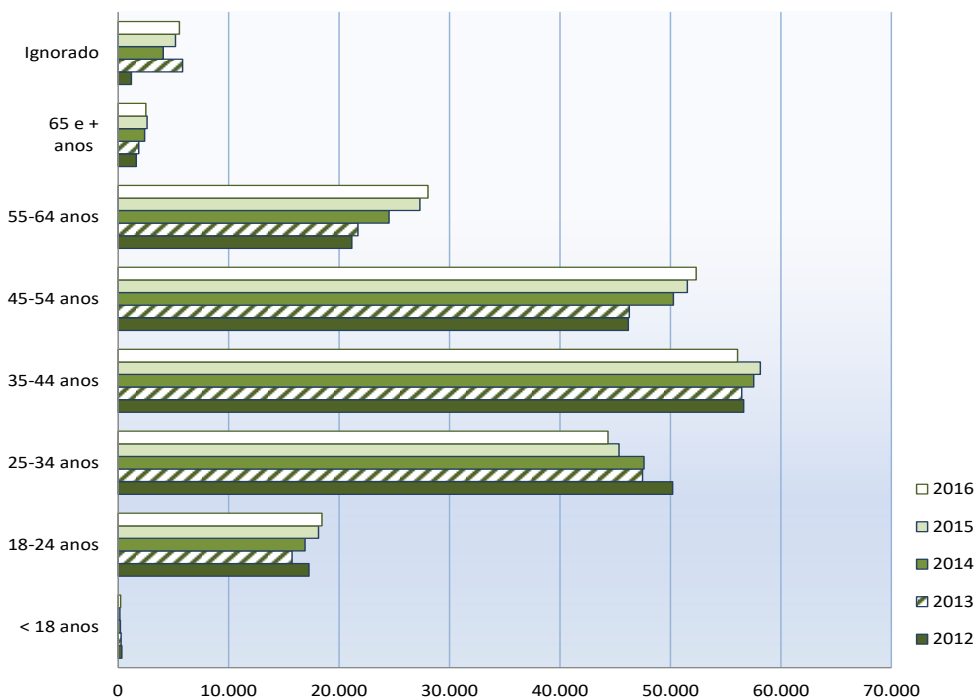
	N.º de trabalhadores	Total de acidentes		Acidentes mortais	
		Total de acidentes	Tx. de incidência	Acidentes mortais	Tx. de incidência
TOTAL	4605200	207567	4507,2	138	3
15-24 anos	262400	18687	7121,6	6	2,3
25-34 anos	923100	44354	4804,9	5	0,5
35-44 anos	1308100	56075	4286,8	25	1,9
45-54 anos	1169300	52332	4475,5	47	4
55-64 anos	708300	28061	3961,7	48	6,8
65 e + anos	234000	2516	1075,2	7	3
Ignorado	—	5542	—	0	—

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho* e INE, *Inquérito ao emprego*.

⁴⁴ Ver nota 2.

Ainda neste contexto, importa destacar, nos últimos anos, um aumento da sinistralidade laboral entre os trabalhadores com idades entre os 45 e os 64 anos, ao contrário dos escalões etários mais novos que têm vindo a evidenciar uma redução do respectivo número de acidentes de trabalho. De notar que, a distribuição etária dos acidentes mortais acompanhou a tendência da totalidade dos acidentes laborais.

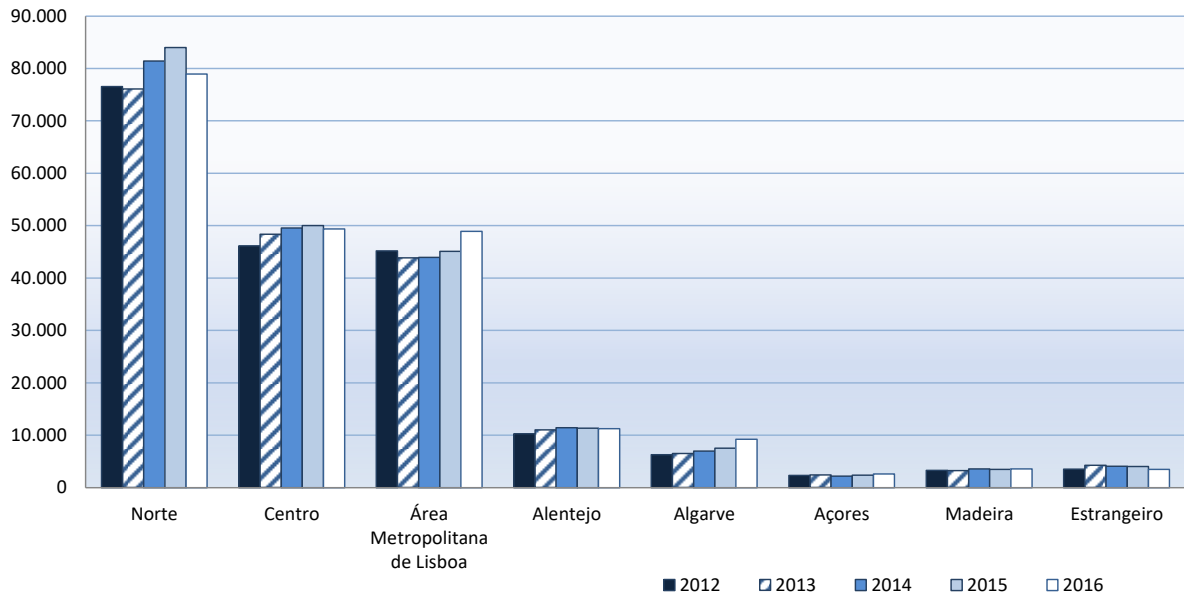
Figura 168. Evolução dos acidentes de trabalho por grupo etário



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Quanto à incidência regional, em 2016, são sobretudo as regiões do Norte, do Centro e da Área Metropolitana de Lisboa, as mais afectadas pela sinistralidade laboral, concentrando mais de 85% da totalidade dos acidentes de trabalho. Face ao período homólogo, o Norte evidenciou um decréscimo de sinistros laborais, apesar de nos últimos anos ter apresentado um ligeiro aumento, ao contrário da Área Metropolitana de Lisboa que registou uma subida do número de acidentes de trabalho, após uma tendência de estabilidade de ocorrências nos anos anteriores. Quanto ao número de acidentes de trabalho ocorridos na região Centro, nos últimos anos, verificou-se uma certa constância de valores à semelhança do sucedido no Alentejo, nos Açores, na Madeira e no estrangeiro. Quanto à região algarvia, onde ocorreram 4,4% dos acidentes de trabalho em 2016, constatou-se um aumento de 22,6%.

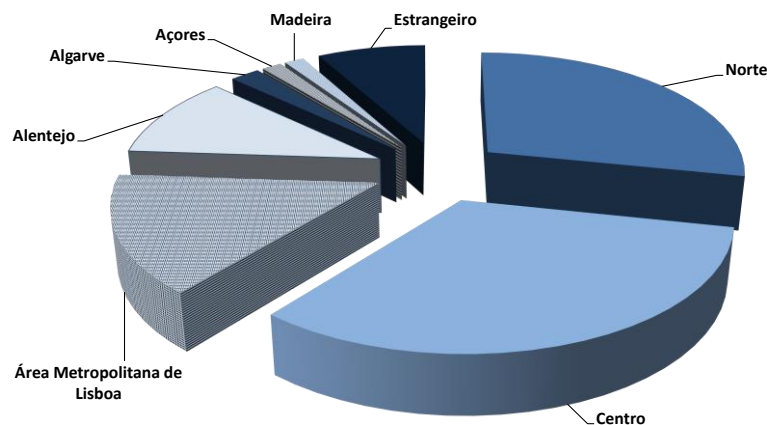
Figura 169. Evolução dos acidentes de trabalho por região (NUTS II)



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Por outro lado, no que concerne aos acidentes de trabalho mortais, em 2016, destacam-se claramente as regiões do Centro e do Norte, com 45 e 39 mortes respectivamente, logo seguidas pela Área Metropolitana de Lisboa e pelo Alentejo, com a ocorrência de 21 e 15 mortes. Saliente-se ainda o facto de, em 2016, se terem registado 11 mortes de trabalhadores que exerciam a sua profissão no estrangeiro.

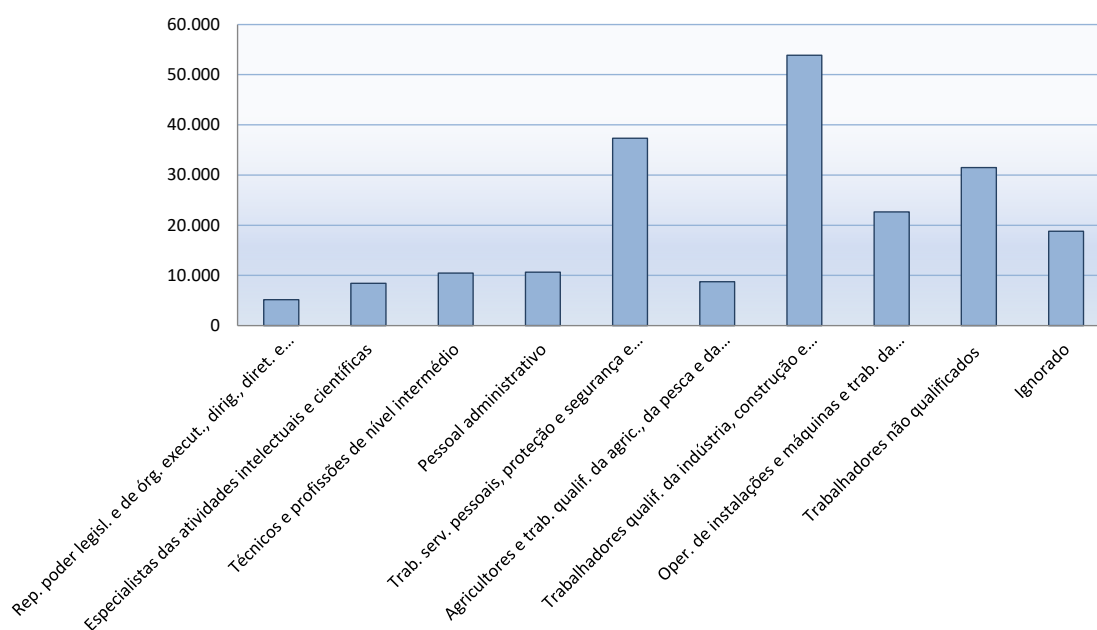
Figura 170. Acidentes de trabalho mortais por região (NUTS II), em 2016



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Ao nível dos grandes grupos profissionais, em 2016, foram os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, que registaram o maior número de sinistros de trabalho (26%), não obstante apresentarem uma tendência de decréscimo ao longo dos últimos anos. Destacam-se, igualmente os *Trabalhadores dos serviços pessoais, proteção e segurança e vendedores* (18%), os *Trabalhadores não qualificados* (15,2%) e os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (10,9%) que apresentaram valores de sinistralidade laboral expressivos.

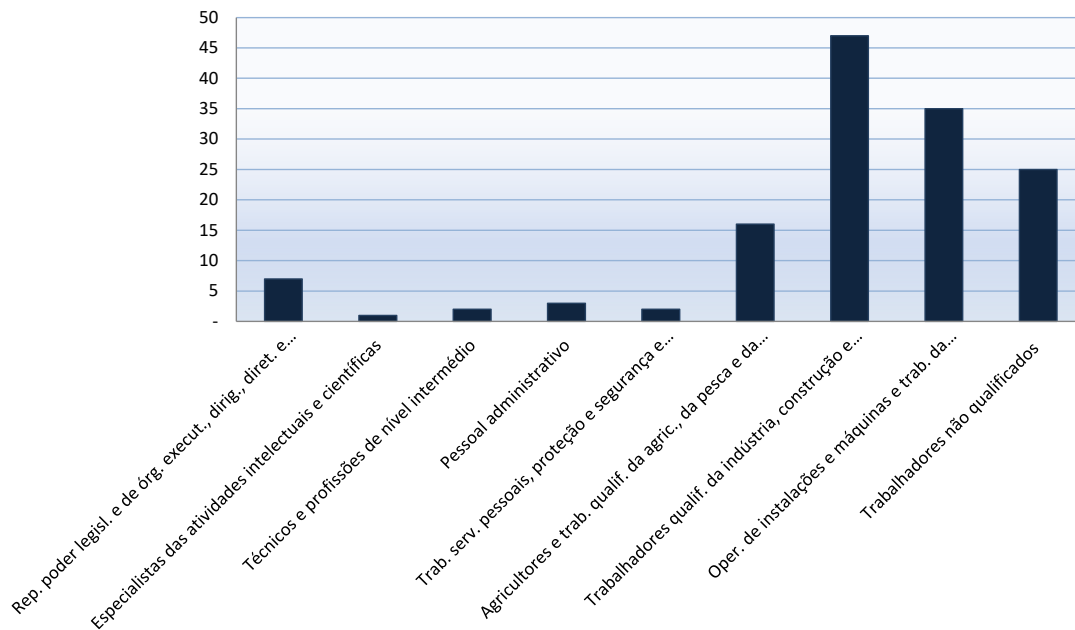
Figura 171. Acidentes de trabalho por grupos profissionais, em 2016



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Quanto aos acidentes de trabalho com consequência mortal, constata-se que em 2016, os profissionais mais atingidos foram os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (34,1%), os *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (25,4%), os *Trabalhadores não qualificados* (18,1%) e os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* (11,6%). De notar que, todos os grupos profissionais têm apresentado tendências de decréscimo da sinistralidade mortal, à excepção dos *Trabalhadores não qualificados* que após uma quebra de 52%, em 2012, inflectiu o seu comportamento, iniciando uma trajectória de crescimento.

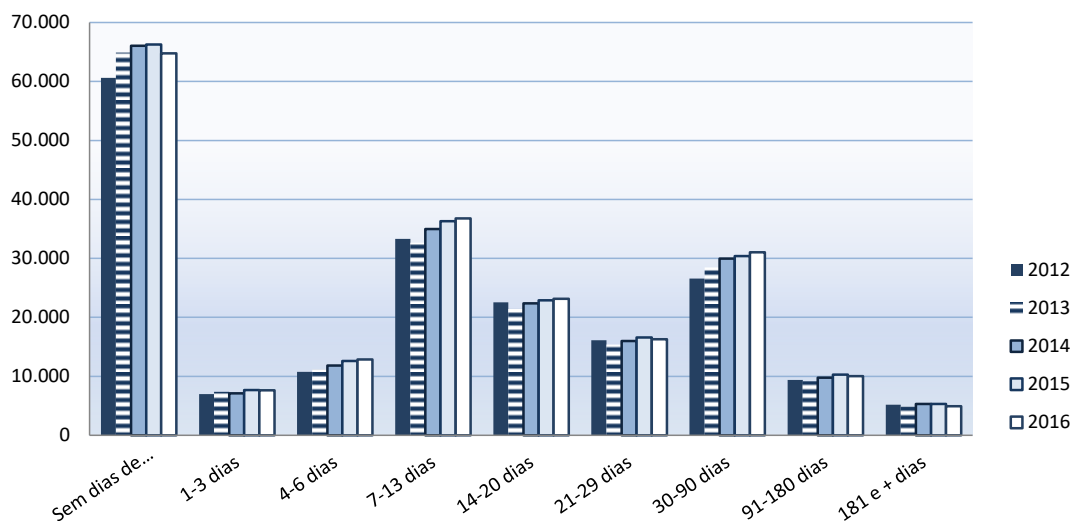
Figura 172. Acidentes de trabalho mortais por grupos profissionais, em 2016



Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Por último, analisando o número de dias de trabalho perdidos na sequência de um acidente laboral, constata-se que, em 2016, grande parte dos acidentes (31,2%) não acarretou dias de ausência laboral.

Figura 173. Evolução do n.º de acidentes de trabalho por escalão de dias perdidos

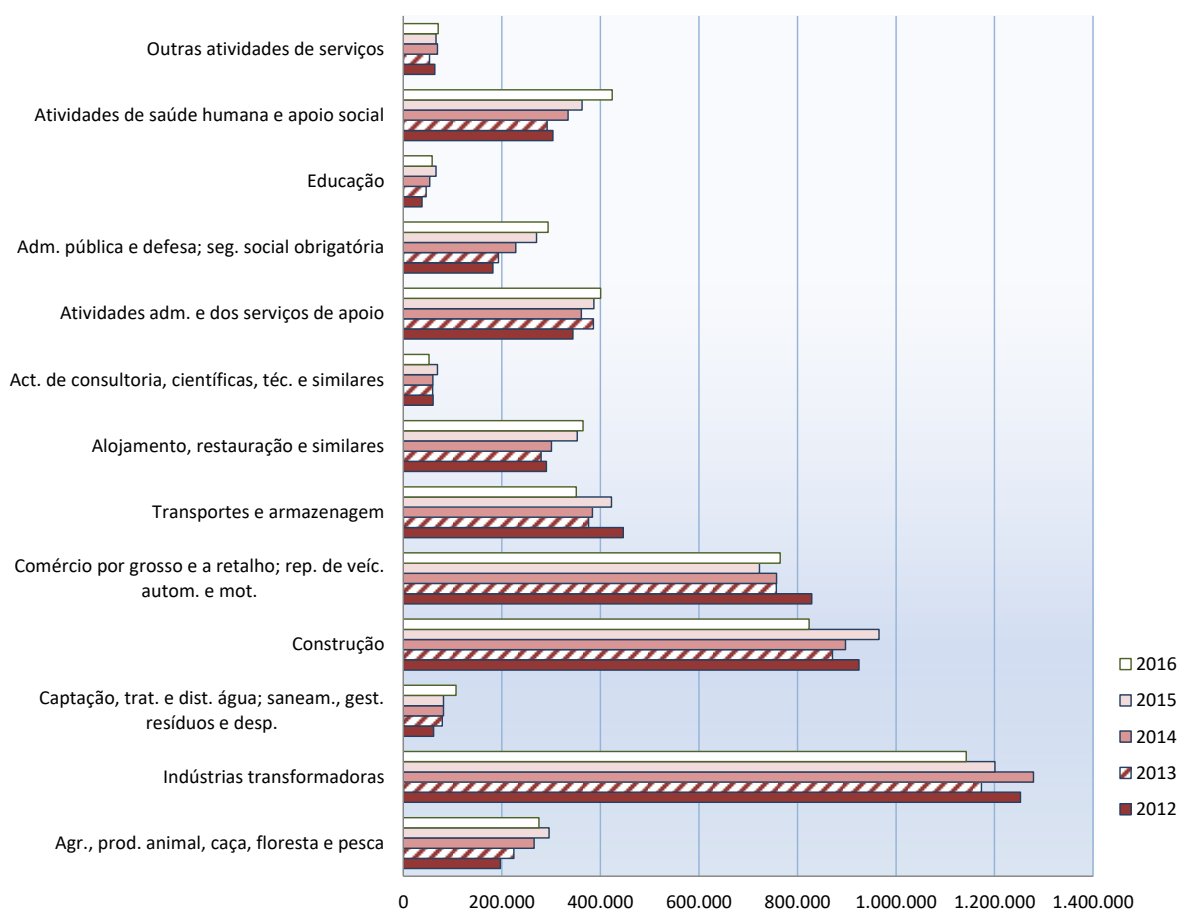


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

Por outro lado, em 2016, 17,7% da sinistralidade laboral originou 7 a 13 dias de ausência ao trabalho, 15% originou 30 a 90 dias e 11,2% originou 14 a 20 dias. De salientar que, apesar de ligeiras oscilações, o número de acidentes por escalão de dias de trabalho perdidos tem evidenciado alguma estabilidade nos valores apresentados.

Numa análise mais detalhada, desagregada por atividade económica, os acidentes de trabalho nas *Indústrias transformadoras* foram os responsáveis por 21,4% do total de dias de trabalho perdidos, logo seguidos pelos acidentes nos setores da *Construção* e do *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos*, que estão na origem, respectivamente, de 15,4% e 14,3% do total de dias perdidos em virtude da sinistralidade em contexto laboral.

Figura 174. Evolução do n.º de dias de trabalho perdidos por setor de atividade

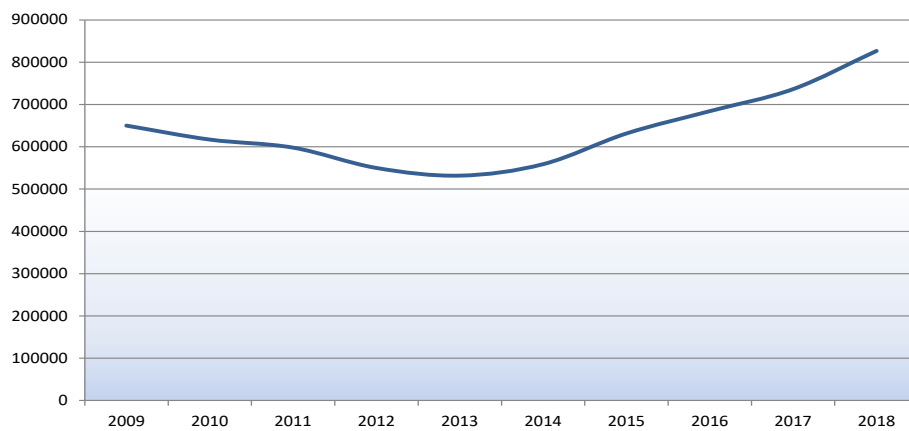


Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento – GEP, (MTSSS), *Acidentes de trabalho*.

3.6.2. Baixas no âmbito de doença

No final de 2018, segundo a informação disponibilizada para o **continente** pelo Instituto da Segurança Social do MTSSS, foram terminadas cerca de 826,6 mil baixas por doença, o que representou, em termos homólogos, um acréscimo de 12,3%. No decurso da última década, a análise da evolução do número de baixas por doença evidencia uma tendência de crescimento, não obstante uma ligeira inflexão deste comportamento no ano de 2013.

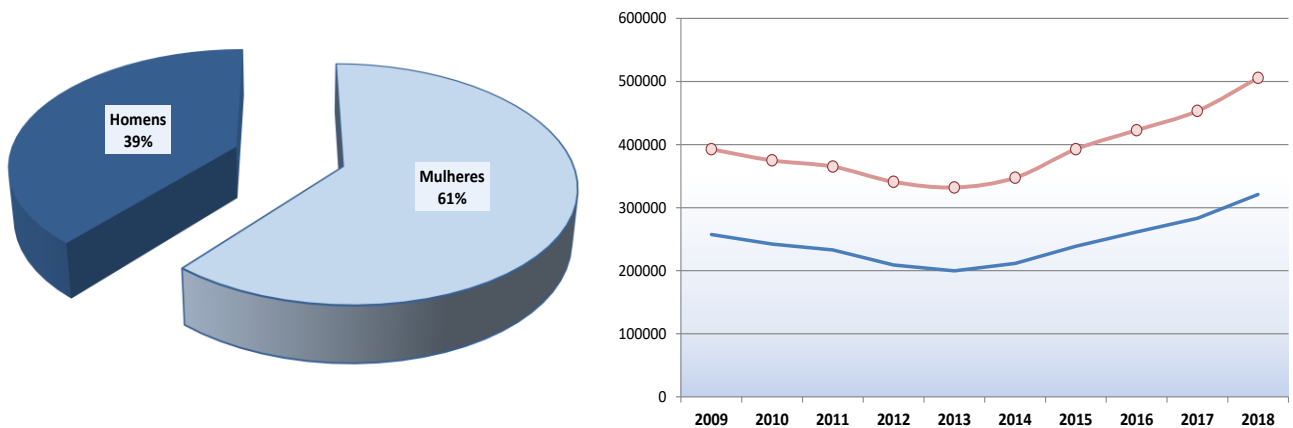
Figura 175. Evolução do número de baixas por doença



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Por outro lado, a análise desagregada desta informação por sexo, revela uma maior concentração de baixas por doença entre as trabalhadoras do sexo feminino, quer em 2018, quer no período em análise. De facto, em 2018, o número de baixas por doença das mulheres foi superior ao dos homens em cerca de 22 p.p., diferencial que se tem vindo a manter quase inalterado ao longo dos últimos dez anos.

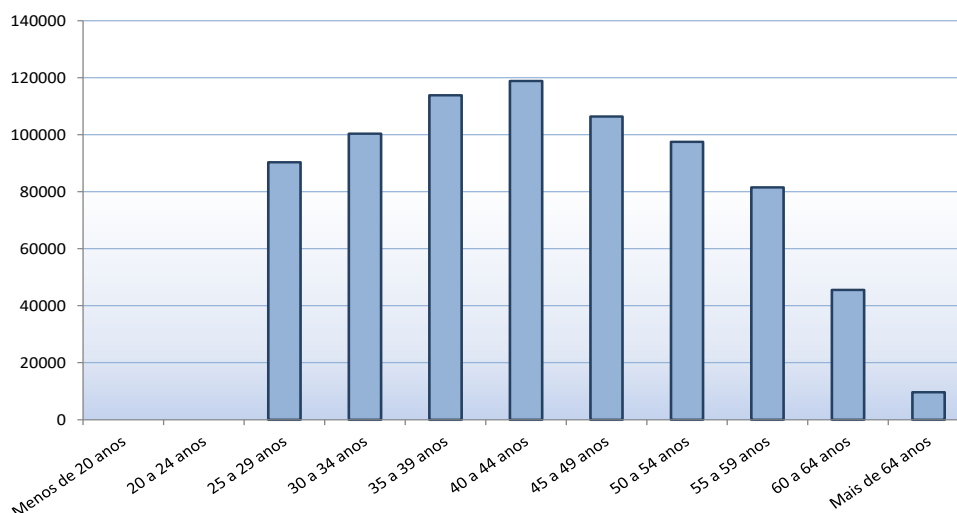
Figura 176. Número de baixas por doença em 2018 e respetiva evolução, por sexo



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Relativamente à distribuição etária do número de baixas por doença terminadas em 2018, verifica-se que os grupos etários com idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos concentram grande parte do número de baixas motivadas por doença (cerca de 41% do total), ao contrário dos escalões de idades mais jovens e mais velhas, onde a percentagem face ao total de baixas é quase residual.

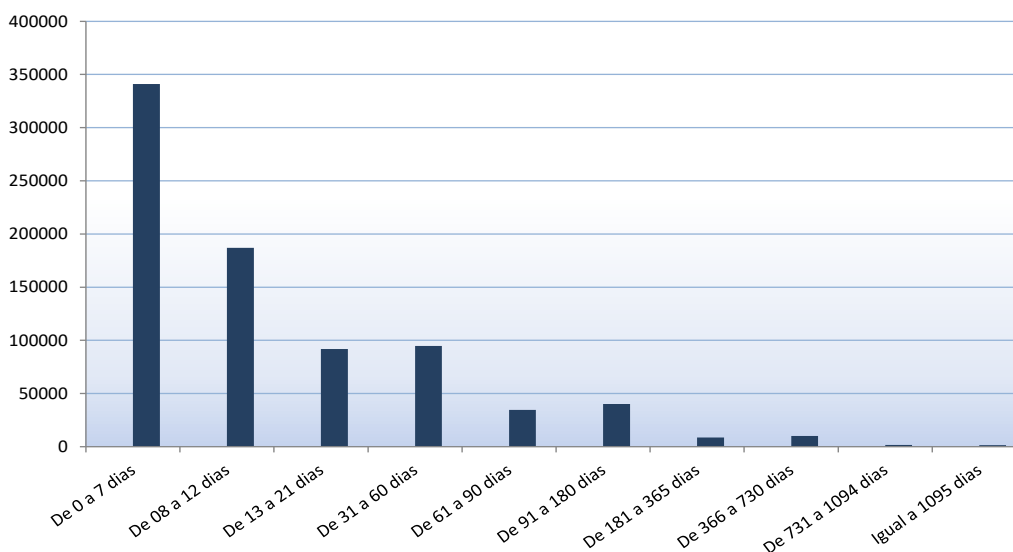
Figura 177. Distribuição etária do número de baixas por doença, em 2018



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

Por último, considerando o número de dias de ausência ao trabalho motivados por baixa por doença, constata-se que, em 2018, a grande maioria das baixas terminadas tiveram durações curtas, entre 0 e 7 dias (41,3%) e entre 8 a 12 dias (22,6%).

Figura 178. Número de baixas por doença, em 2018, por número de dias



Fonte: II, MTSSS: Estatísticas da Segurança Social

4. GANHOS E REMUNERAÇÕES

4.0. Nota introdutória

Este capítulo trata da estrutura remuneratória, da evolução dos ganhos e remunerações quer do setor empresarial quer nas Administrações Públicas e da evolução dos custos do trabalho.

No caso da estrutura remuneratória e dos ganhos do setor empresarial, a fonte principal são os dados dos *Quadros de Pessoal* (QP), cujo último ano com informação disponível é 2017. Sempre que possível, são apresentados os dados referentes à remuneração base mensal, do ganho mensal (os QP reportam a situação real do mês de outubro de cada ano), por sexo, por níveis de habilitações, por setores de atividade, por regiões e tipos de contrato. A análise dos trabalhadores por conta de outrem abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal garantida tem como fonte o *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho* do GEP- MTSSS.

O *Índice do Custo do Trabalho*, apresentado na terceira secção do capítulo, é publicado pelo INE, e tem como base o ano de 2012. Este indicador permite a comparação da sua evolução com indicadores semelhantes dos restantes países europeus, constantes no *Labour Cost Survey* do Eurostat.

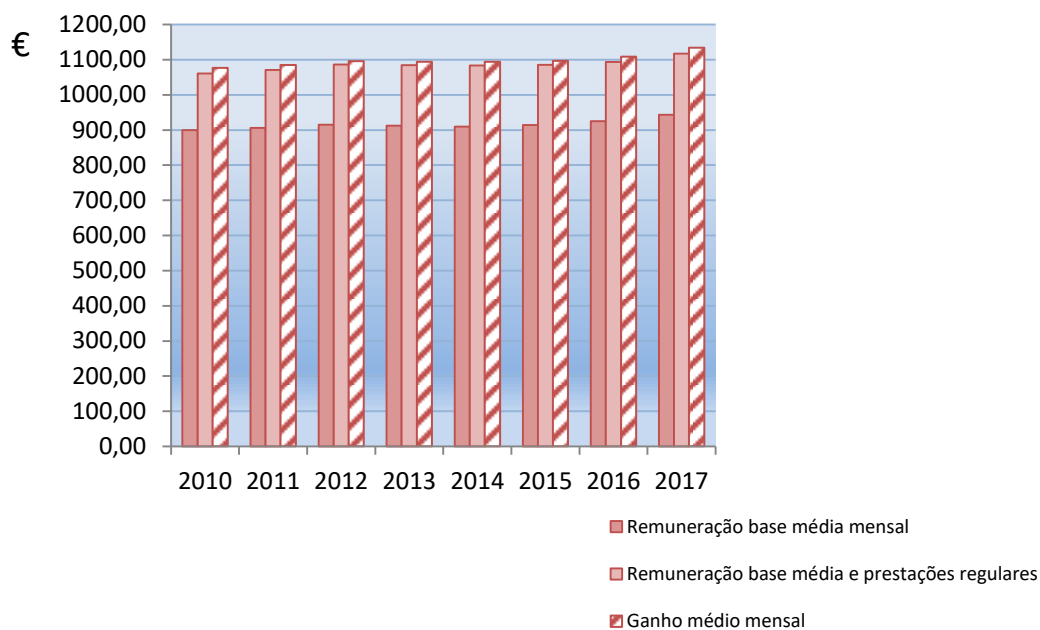
Na última secção são apresentados os Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas, de 2011 a 2018, tendo como fonte de informação a *Síntese estatística do emprego público* publicada pela DGAEP.

4.1. Remunerações: remuneração base média mensal, ganhos médios e mediana do ganho

De acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, em outubro de 2017, o **ganho médio mensal** no Continente dos trabalhadores por conta de outrem que trabalhavam a tempo completo era de 1.133,34 €, o que representava um aumento de 2,3% face a outubro de 2016, um aumento bastante superior ao registado no ano anterior, que foi de 1% e também o maior aumento registado desde o ano de 2010.

A **mediana do ganho**, em 2017, era de 822,95 €, tendo aumentado 2,9% relativamente a 2016. Ao longo da série, a mediana do ganho registou um aumento relativamente ao ganho médio. Assim, em 2010 representava 71,4% do ganho médio e, em 2017, constituía 72,6%.

Figura 179. Evolução do ganho médio mensal, da remuneração base e da remuneração base mais prestações regulares

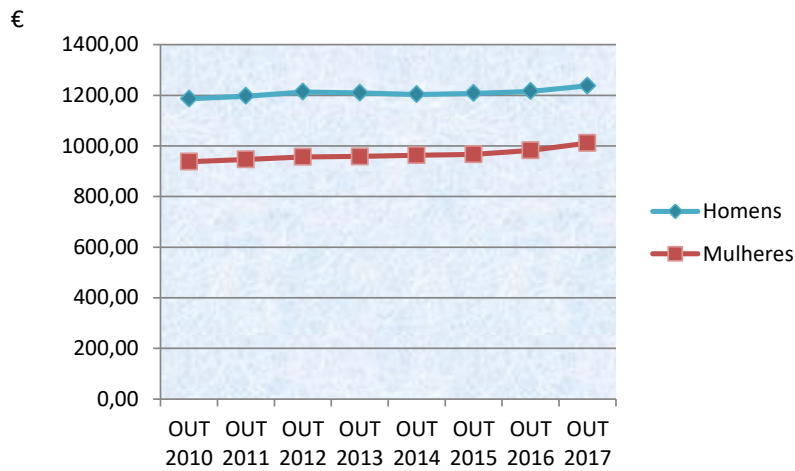


Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Em outubro de 2017, O valor da **remuneração base média mensal** para os TCO que trabalhavam a tempo completo era de 943 €, ou seja, cerca de 83,2% do **ganho médio mensal**. A **remuneração base média** aumentou em quase 2% relativamente a 2016, o maior crescimento verificado desde 2010.

No que se refere ao valor da **remuneração base média mais prestações regulares**, esta era de 1.117,68 €, constituindo 98,6% do ganho médio, e cresceu em 2,2% relativamente ao ano anterior.

Figura 180. Evolução do ganho médio mensal masculino e feminino

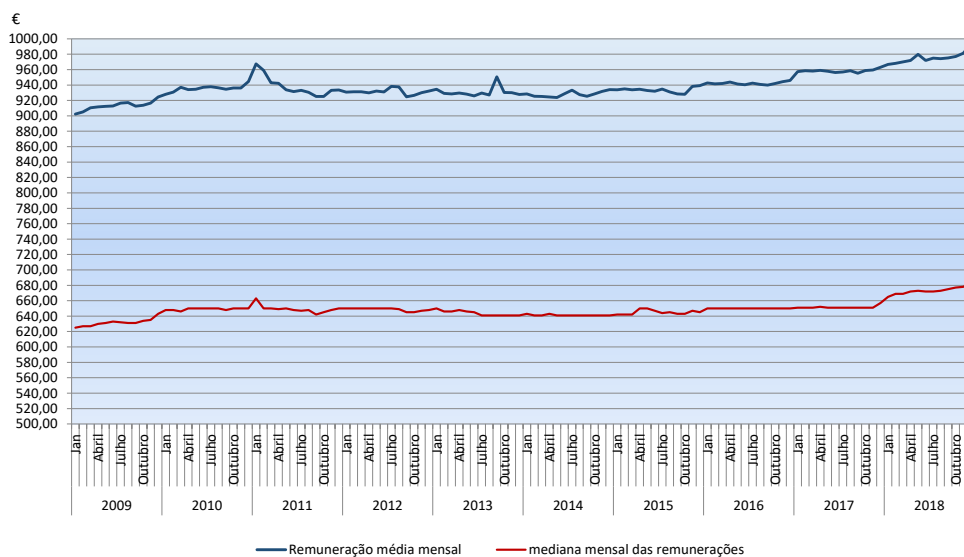


Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

O **ganho médio mensal** masculino era de 1.236,9 € e o feminino constituía cerca de 81,7% daquele valor (1.011 €). Essa diferença tem vindo a diminuir de forma ligeira mas sistemática desde 2010. Quanto à **remuneração base média mensal feminina**, esta representava, em 2017, 85,1% da masculina, tendo essa percentagem aumentado em 3 p.p. desde 2010. Em 2017, a **remuneração base média mais prestações regulares feminina** representava 82,4% da masculina.

Remunerações médias mensais e mediana do ganho - Segurança Social

Figura 181. Evolução da remuneração média mensal e da mediana do ganho – Segurança Social



Fonte: II/MTSSS, *Estatísticas da Segurança Social*

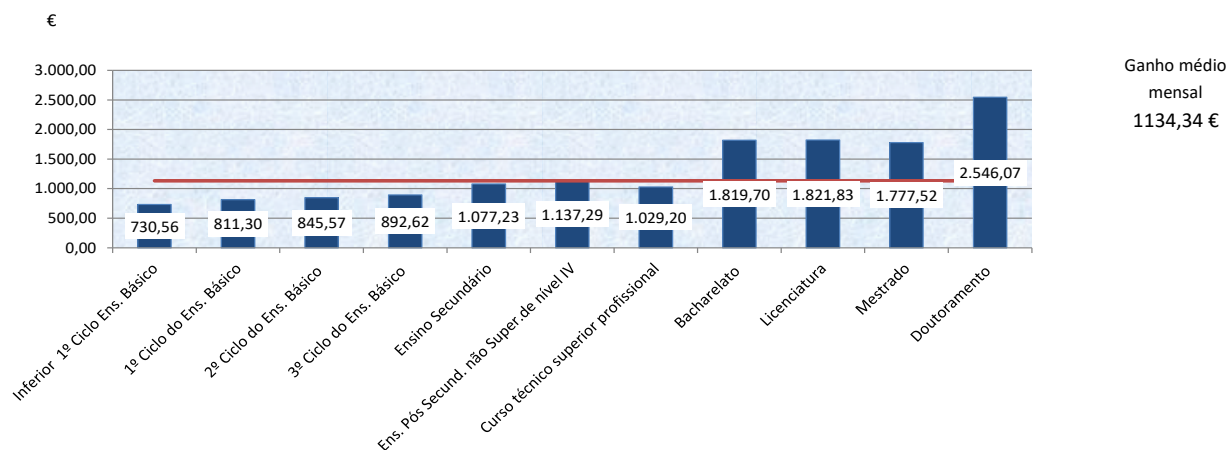
Os dados sobre remunerações médias mensais e mediana do ganho disponibilizados pela Segurança Social não distinguem trabalhadores a tempo completo e a tempo parcial. Tendo isso em conta, procurou-se sobretudo analisar a evolução registada ao longo da última década.

Essa análise permite constatar um aumento claro na remuneração média entre 2008 e 2010, a que se segue um período de estabilização, entre 2010 e 2014, e depois um ligeiro mas sistemático aumento anual entre 2015 e 2018. No que respeita à mediana do ganho, esta acompanhou o crescimento da remuneração média entre 2008 e 2010, depois estabilizou, entre 2015 e 2017 mas, no último ano, cresceu novamente, juntamente com o ganho.

- **Por níveis de habilitações**

Considerando o ganho médio mensal por níveis de habilitações, em 2017, constata-se que este era tanto mais elevado quanto maior o nível de escolaridade, variando entre os 730,56 €, para os trabalhadores que tinham habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico e os 2.546,07 €, para os trabalhadores que possuíam doutoramento.

Figura 182. Ganho médio mensal por níveis de habilitações - 2017

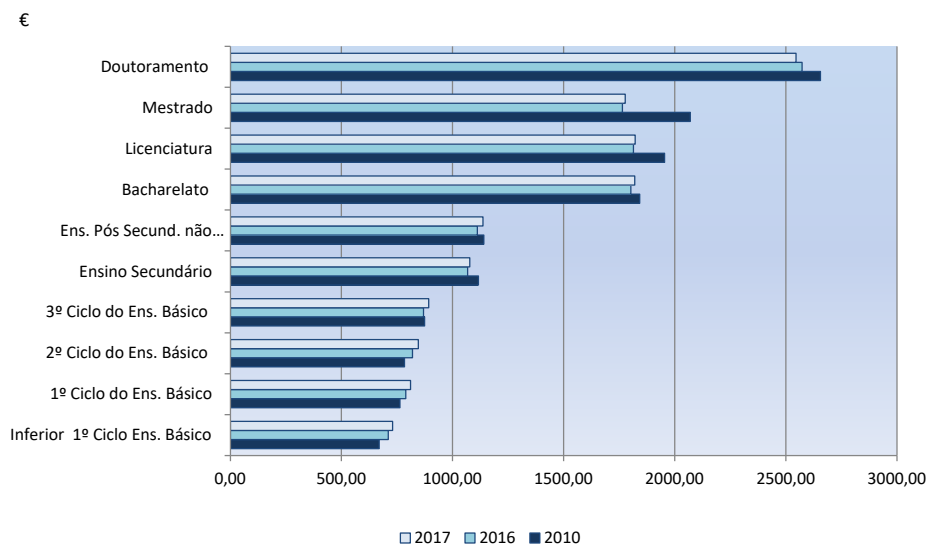


Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2016 e 2017 o ganho médio mensal aumentou para todos os níveis de habilitações exceto para trabalhadores com o doutoramento, cujo ganho médio diminuiu em 1%. Os trabalhadores cujo ganho médio mensal mais cresceu, foram os trabalhadores com até o 3º ciclo do ensino básico (entre 2,75% e 3,2%), embora o ganho médio mensal dos trabalhadores com o ensino pós-secundário não superior também tenha aumentado em mais de 2%. Os trabalhadores cujo ganho médio mensal menos cresceu, foram os trabalhadores que possuíam uma licenciatura (0,45%).

Já entre 2010 e 2017, o ganho médio mensal só aumentou para os trabalhadores com até o 3º ciclo do ensino básico, tendo aumentado em 9% para os trabalhadores com menos que o 1º ciclo do ensino básico, cerca de 8% para os trabalhadores com o 2º ciclo do ensino básico, 6% relativamente aos trabalhadores com o 1º ciclo do ensino básico e 2% no que se refere aos trabalhadores com o 3º ciclo do ensino básico. Os maiores decréscimos no ganho médio mensal, no mesmo período, registaram-se relativamente aos trabalhadores que possuíam um mestrado (-14%), uma licenciatura (-6,8%) e um doutoramento (-4%).

Figura 183. Evolução do Ganho médio mensal por nível de habilitações – 2010, 2016 e 2017



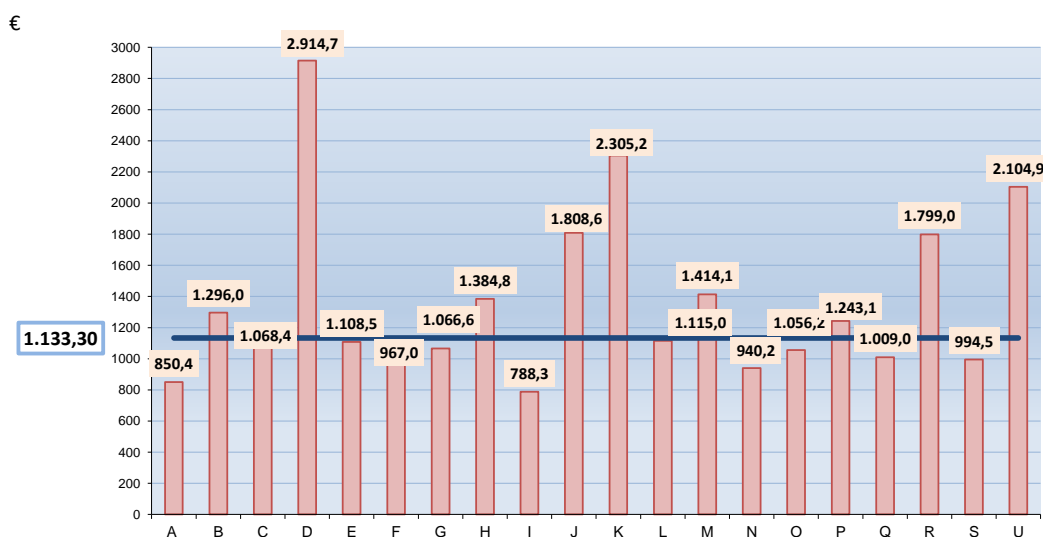
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

- **Por setores de atividade**

De acordo com os *Quadros de Pessoal*, em outubro de 2017, os setores que registavam os valores mais elevados de **ganho médio mensal** continuavam a ser, como nos anos anteriores a

Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, (2.914,7 €), as Atividades financeiras e de seguros (2.305,2 €) e das Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais. (2.104,9 €) e ainda os subsetores das Telecomunicações (2.171,8 €) e da Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos (1.839 €).

Figura 184. Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por Atividades Económica – Out. de 2017



A	AGRICULTURA, PRODUÇÃO ANIMAL, CAÇA, FLORESTA E PESCA
B	INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELECTRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E RETALHO; REP. DE VEÍC. AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
O	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEFESA; SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
U	ACTIV. ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUT. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Os setores de atividade com **ganhos médios mensais** mais baixos eram o *Alojamento, restauração e similares* (788,3 €), a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas* (850,4 €), as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (940,2 €) e os subsetores da *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (801,5 €) e do *Fabrico de mobiliário e colchões* (818,2€).

Relativamente ao mês homólogo, os setores em que o valor do **ganho médio mensal** mais cresceu foram o das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (+5,1%), o das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (+4,1%), o do *Alojamento, restauração e similares* (+3,9%)e, no que se refere aos subsetores de atividade, o das *Atividades de edição; Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção programas de televisão, de gravação de som e de edição de música, etc* (+6,7%), o da *Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; indústria do couro e dos produtos do couro* (+4,2%) e o do *Fabrico de mobiliário e colchões* (+4,2%)

Os setores que registaram decréscimos nos valores do **ganho médio mensal** foram as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* (-5,5%), a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (-0,9%) e o subsector da *Pesca e aquacultura*. (-9,3%).

Em outubro de 2017 e de acordo com os dados dos *Quadros de Pessoal*, o ganho médio feminino era superior ao masculino nos setores da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; dos Transportes e armazenagem* e da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória*, e ainda na *Construção* e nas *Indústrias Extrativas*. Em contrapartida, o valor do ganho médio mensal feminino era especialmente baixo no sector das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (constituía 46,1% do ganho mensal masculino) nas *Atividades da saúde humana e apoio social* e também no subsector da *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e fabricação de outros equipamentos de transporte*.

No que se refere à **remuneração de base média mensal**, em outubro de 2017, os setores onde a remuneração base média mensal estava mais próxima do ganho médio mensal eram, como nos anos anteriores, a *Educação*, o *Alojamento, restauração e similares* e as *Atividades dos organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais* e ainda o subsector da *Pesca e*

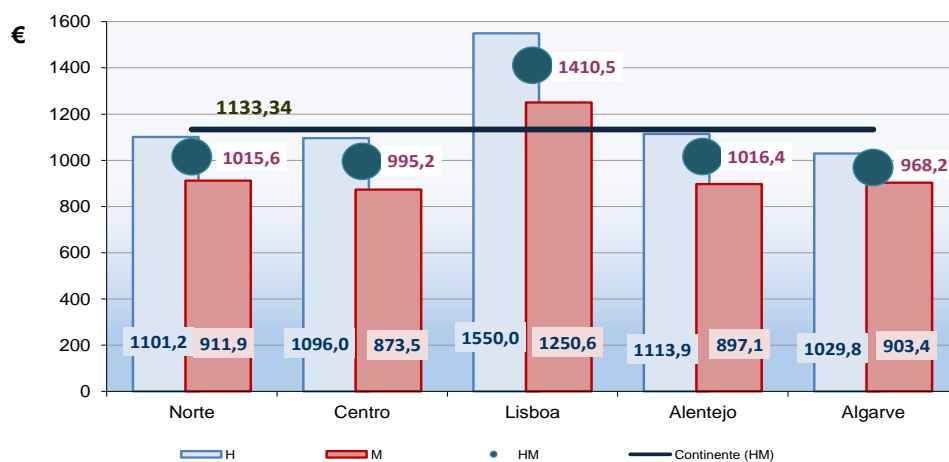
aquicultura. Os setores onde essa diferença era maior, eram as *Atividades financeiras e de seguros*, a *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio*, os *Transportes e Armazenagem*, as *Indústrias Extrativas* e, também, o subsector da *Fabricação dos artigos de borracha e de matérias plásticas*.

- **Por regiões**

Em outubro de 2017 o **ganho médio mensal** dos TCO que trabalhavam a tempo completo era mais elevado na região de Lisboa (1.410,5 €). Seguiam-se-lhes as regiões do Alentejo e do Norte, com ganhos médios mensais muito próximos (1016,4 e 1.015,6 €, respetivamente). A região do Algarve continuava a ser a região onde o ganho médio mensal era mais baixo (968,2 €).

Relativamente ao mês homólogo, em todas as regiões o ganho médio mensal aumentou entre 3,2 e 3,5% excepto na região de Lisboa, onde o crescimento foi de apenas 2,2%. No que se refere à **remuneração base média mensal**, esta representava entre 81,5% do ganho médio na região do Alentejo e 84,2% na região Norte.

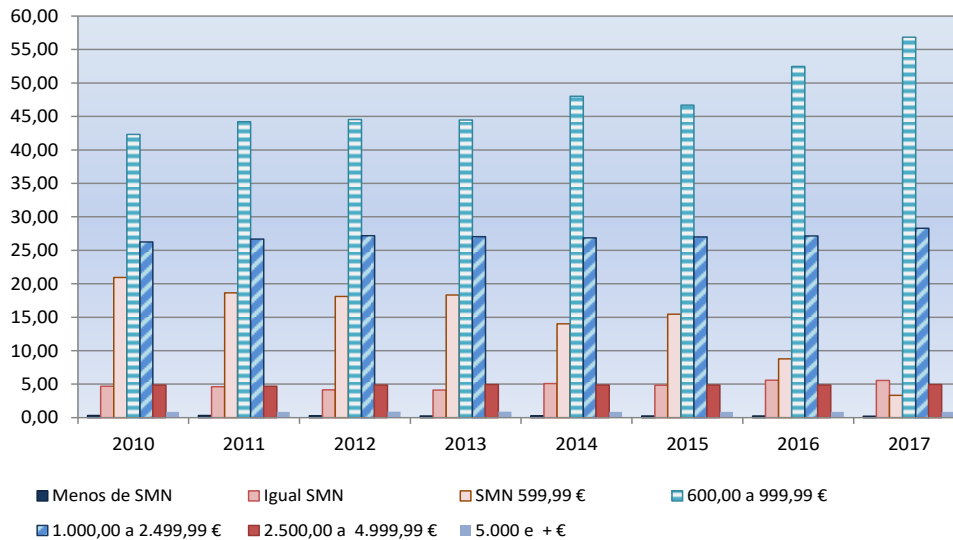
Figura 185. Evolução do Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo por região



Fonte: GEP, Quadros de pessoal

4.2. Estrutura remuneratória

Figura 186. Evolução da Estrutura remuneratória dos TCO (Remuneração base mensal mais prestações regulares)



Nota: em Outubro de 2010 o SMN era 475€; em Outubro de 2012, 585€; em Outubro de 2014, 505€, em Outubro de 2016, 530 € e em Outubro de 2017, 557 €

Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

Se analisarmos a estrutura remuneratória dos Trabalhadores por Conta de Outrem que trabalhavam a tempo completo, em 2017, no que se refere à remuneração base mensal mais prestações regulares verificamos que o escalão remuneratório entre os “600 aos 999,99 €” reunia mais do que metade dos trabalhadores (56,8%). O segundo escalão mais representativo era o dos “1.000 aos 2.499,9 €” (28,3%). O escalão equivalente ao SMN, reunia 5,5% e o escalão entre os “2.500 e os 4999,99 €”, 5%. Tendo o valor do SMN sido actualizado, em 2017, para 557 €, o escalão entre “SMN e os 600 €” diminuiu naturalmente de forma significativa

Relativamente ao ano anterior, as únicas alterações significativas respeitaram ao escalão entre os “660 e os 999,99 €”, que cresceu em 4,4 p.p. e ao escalão entre os “1.000 aos 2.499,9 €” que aumentou 1,1 p.p.

Entre 2010 e 2017 refira-se que o escalão entre os “600 e os 999,99 €” aumentou em 14,5 p.p. e o escalão entre os “1.000 e os 2.499,99 €” em 2 p.p., à custa do escalão entre o “SMN e os 999,99 €” cujo peso foi naturalmente decrescendo à medida que o valor do SMN aumentava. Os restantes escalões registaram apenas ligeiras alterações.

- **Remunerações bases médias mensais por tipo de contrato**

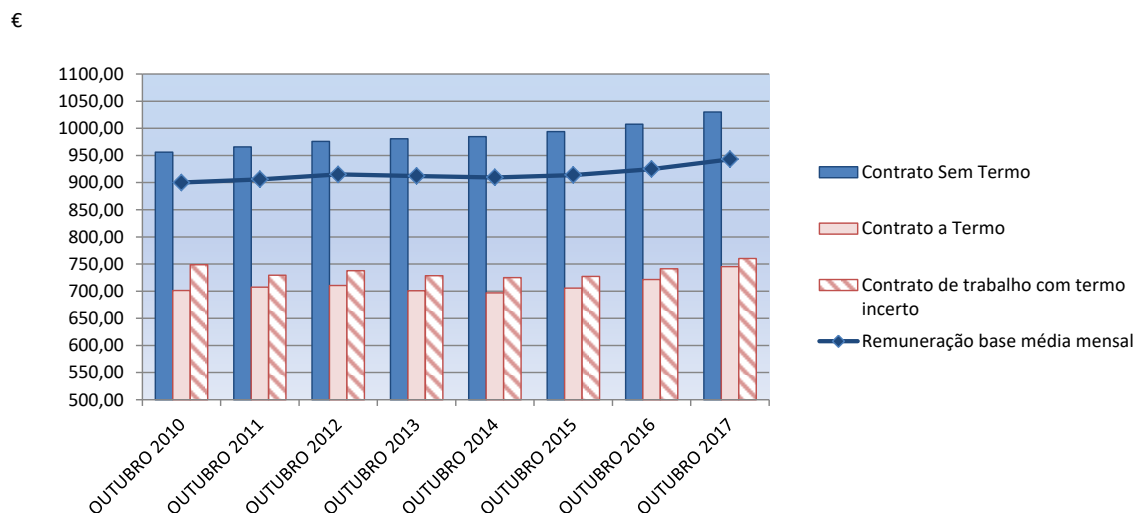
Analisando as **remunerações bases médias mensais** tendo em conta o tipo de contrato, e de acordo com a informação dos *Quadros de Pessoal*, constata-se que, em 2017, no Continente, a remuneração média mensal para os TCO com contratos sem termo que trabalhavam a tempo completo era de 1.030 €, cerca de 9% acima da remuneração base média mensal relativa ao total dos contratos. Já para os TCO com contratos a termo, a remuneração base média mensal era de 760,2 €, representando 79% da remuneração média do total dos TCO. A remuneração média mensal dos contratados com termo incerto, por outro lado, era ligeiramente superior (760,2 €).

As categorias de contratados em que a **remuneração base média mensal** era mais elevada eram os contratados em comissão de serviços, cuja remuneração variava entre os 2,275,2 € (comissão de serviços com termo incerto) e os cerca de 2.699€ (comissão de serviços sem termo), sendo que o número de TCO com este tipo de contratos não chegava aos 2 mil.

Quanto aos TCO com contratos para prestação subordinada de teletrabalho, a remuneração base média mensal variava entre os 842,9 € (contratados com termo certo) e os 963,1 € (contratados sem termo). Contudo, também estes contratados não constituíam, no seu conjunto (contratos sem termo, com termo certo e com termo incerto), mais de mil pessoas.

As **remunerações médias mensais** mais baixas respeitavam aos TCO que trabalhavam a tempo completo e tinham contratos temporários. Assim, a remuneração base média mensal dos TCO com contratos por tempo indeterminado por cedência temporária era de 729,3 €, a dos TCO com contratos temporários a termo certo era de 642,1 € e a dos TCO com contratos temporários a termo incerto era de 627,5 € (cerca de 68% da remuneração média mensal do total dos TCO).

Figura 187. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO a tempo completo com contratos sem termo e com termo e a termo incerto – 2010-2017



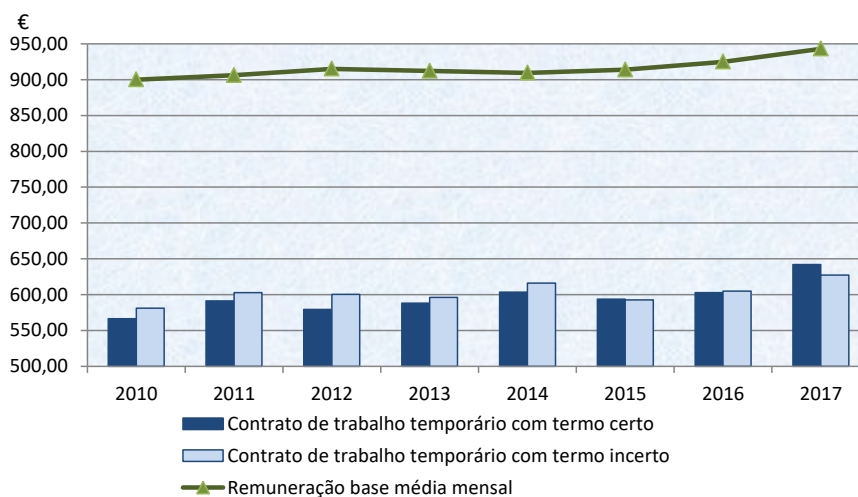
Fonte: GEP, *Quadros de Pessoal*

Entre 2010 e 2017 a remuneração base média mensal aumentou relativamente a praticamente todos os tipos de contrato.

No que se refere aos TCO com contratos sem termo a remuneração base média mensal cresceu sempre, ao longo da série, tendo aumentado em 7,7%. Quanto aos TCO com contratos a termo, a remuneração base média diminuiu, entre 2012 e 2014, e depois voltou a aumentar. Entre 2010 e 2017 o crescimento da **remuneração base média mensal** para os contratados a termo foi de 6,3%. A remuneração base média mensal dos TCO com contratos com termo incerto decresceu entre 2010 e 2011 e a seguir novamente, entre 2012 e 2014 pelo que o aumento verificado relativamente a estes contratados, entre 2010 e 2017 foi de apenas 1,6%.

Relativamente aos TCO com contratos temporários, a evolução da remuneração base média mensal entre 2010 e 2017 foi muito semelhante, relativamente aos contratados com termo certo e aos contratados com termo incerto. Contudo, a remuneração média base mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo diminuiu menos, entre 2014 e 2015 e, entre 2016 e 2017, aumentou mais. Entre 2010 e 2017 a remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto aproximou-se ligeiramente da remuneração base média mensal do total dos TCO. (5 p.p., no que se refere aos contratados a termo certo e 2 p.p. relativamente aos contratados a termo incerto).

Figura 188. Evolução da remuneração base média mensal dos TCO com contratos temporários a termo certo e incerto – 2010-2017



Fonte: GEP, Quadros de Pessoal

- **TCO abrangidos pela Remuneração Mínima Mensal garantida**

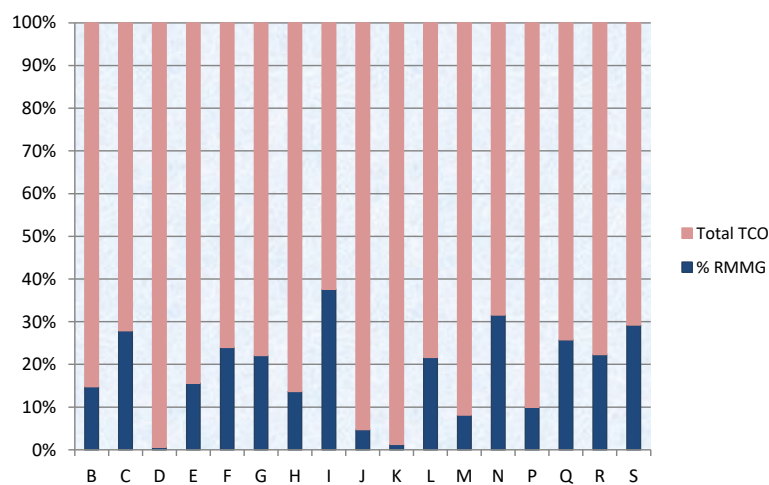
De acordo com os dados do *Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho*, em Outubro de 2017, 21,6% dos TCO que trabalhavam a tempo completo eram abrangidos pela Remuneração mínima mensal garantida (RMMG), tendo essa percentagem diminuído em 1,8 p.p. relativamente a 2016. A percentagem de TCO mulheres era 9,6 p.p. mais elevada do que a dos homens.

Analisando a percentagem de TCO abrangidos pelo RMMG por sector de atividade constata-se que essa percentagem era particularmente elevada no sector do *Alojamento, restauração e similares* (35,9%), nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (28,8%) e nas *Outras atividades de serviços* (26,9%).

Relativamente ao mês homólogo, a percentagem destes TCO decresceu na maioria dos setores de atividade, tendo diminuído sobretudo nos setores das *Atividades imobiliárias* (-10,7 p.p.), no sector das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (-5,9 p.p.) e no *Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos* (-5,1 p.p.). Por outro lado, esta percentagem cresceu nas *Indústrias Extrativas* (3,2 p.p.), nos *Transportes e Armazenagem* (2,3 p.p.) e na *Construção* (2,3 p.p.).

Também no que se refere à evolução do peso dos TCO que trabalhavam a tempo completo e eram abrangidos pela RMMG, entre 2015 e 2017, se constata que, na maioria dos setores de atividade esse peso diminuiu, embora de forma ligeira. De entre os setores em que essa percentagem cresceu, destacam-se as *Indústrias Extrativas* (5,3 p.p.), os *Transportes e Armazenagem* (3,5 p.p.), as *Atividades de saúde humana e apoio social* (3,4 p.p.) e as *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (2,6 p.p.).

Figura 189. Percentagem de TCO a tempo completo abrangidos pelo RMMG em relação aos TCO a tempo completo por CAE (Outubro 2017)



B	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS
C	INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS
D	ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO
E	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA; SANEAMENTO, GESTÃO DE RESÍDUOS E DESPOLUIÇÃO
F	CONSTRUÇÃO
G	COMÉRCIO POR GROSSO E A RETALHO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E MOTOCICLOS
H	TRANSPORTES E ARMAZENAGEM
I	ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES
J	ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

K	ATIVIDADES FINANCEIRAS E DE SEGUROS
L	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS
M	ATIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES
N	ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOS SERVIÇOS DE APOIO
P	EDUCAÇÃO
Q	ATIVIDADES DE SAÚDE HUMANA E APOIO SOCIAL
R	ATIVIDADES ARTÍSTICAS, DE ESPETÁCULOS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS
S	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS

Fonte: GEP, Inquérito aos ganhos e à duração do trabalho.

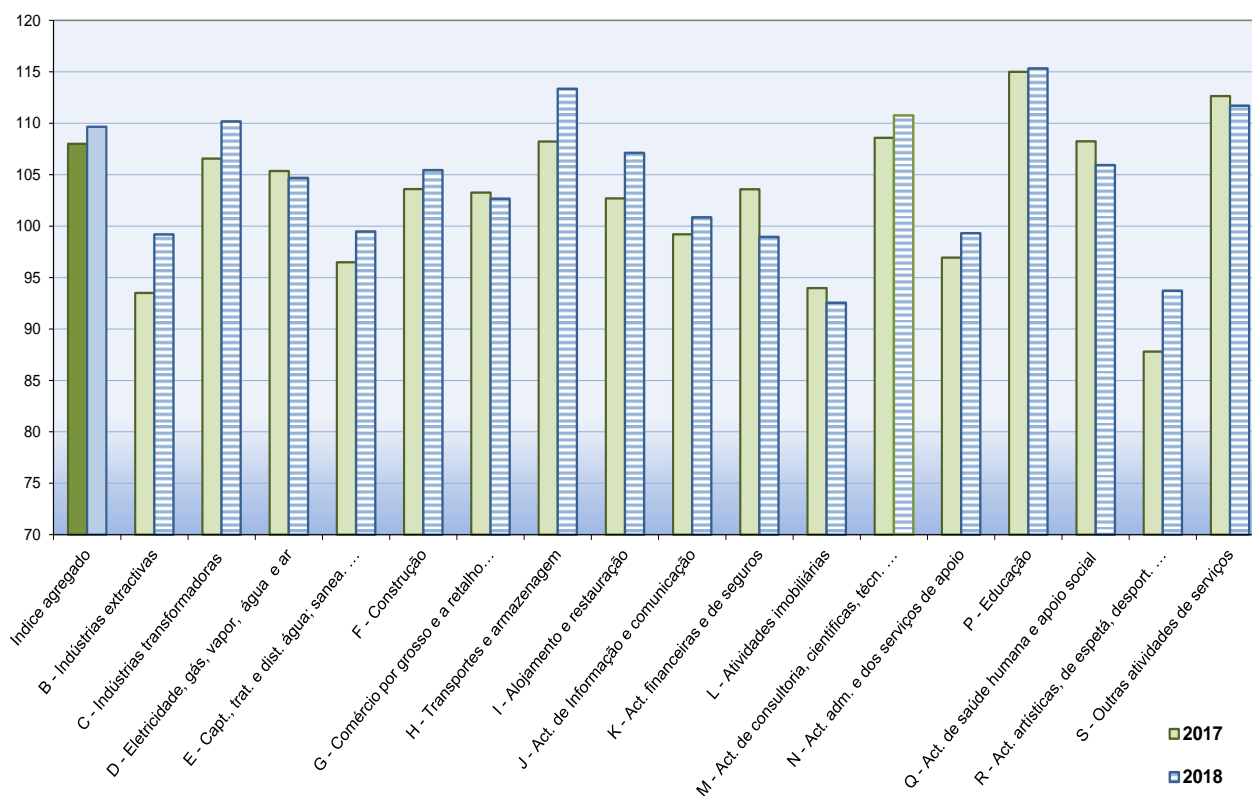
4.3. Índice do custo de trabalho

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE para Portugal, em 2018, o Índice de Custo do Trabalho registou um acréscimo de 2% em termos homólogos. O índice do custo de trabalho aumentou na maioria dos setores de atividade.

O sector de atividade onde se verificou o maior acréscimo, face ao ano anterior, foi o das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (mais 6,8%), logo seguido pelo das *Indústrias extractivas* (mais 6,1%), da *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória* (mais 4,8%), pelo dos *Transportes e armazenagem* (mais 4,8%) e pelo *Alojamento, restauração e similares* (4,3%).

Figura 190. Índice do custo de trabalho em Portugal, por setor de atividade

(Base 2012 = 100)



Fonte: INE, *Índice do Custo do Trabalho*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

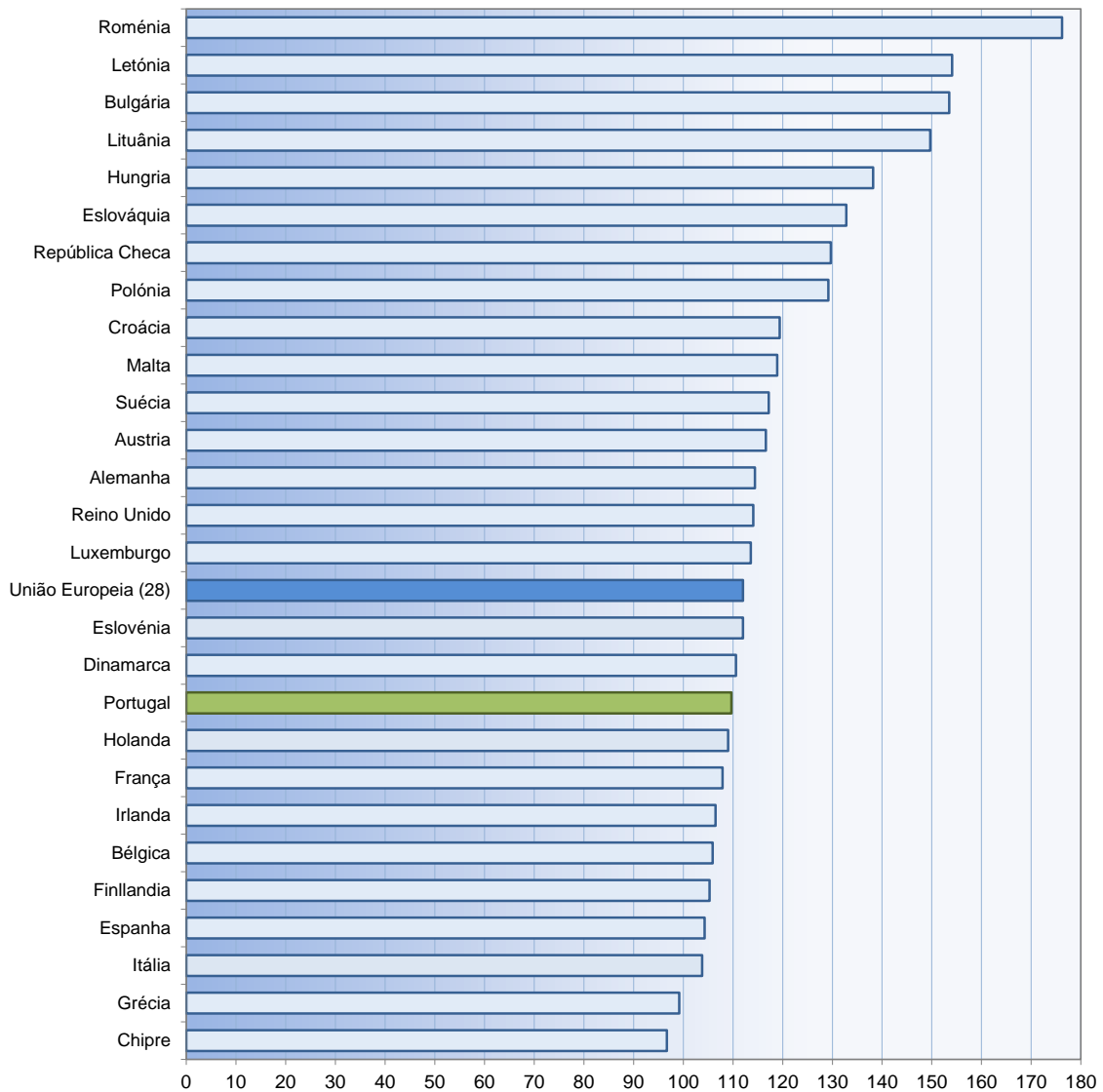
Por outro lado, o índice de custo de trabalho diminuiu nas *Atividades financeiras e de seguros* (-4,4%), nas *Atividades imobiliárias* (-2%), nas *Atividades de saúde humana e apoio social* (-1,2%),

em *Outras atividades de serviços* (-0,7%), na *Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio* (-0,6%), e no *Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletos* (-0,5%).

Considerando a informação coligida pelo Eurostat, em 2018, e usando o ano de 2012 como ano base, constata-se que relativamente à maioria dos países da UE 28, Portugal continuou a ser um dos países onde o custo de trabalho menos cresceu, tendo o seu índice ficado abaixo do da média europeia.

Figura 191. Índice do custo de trabalho nos países da UE, em 2018

(Base 2012 = 100)



Fonte: Eurostat, *Labour Cost Survey*

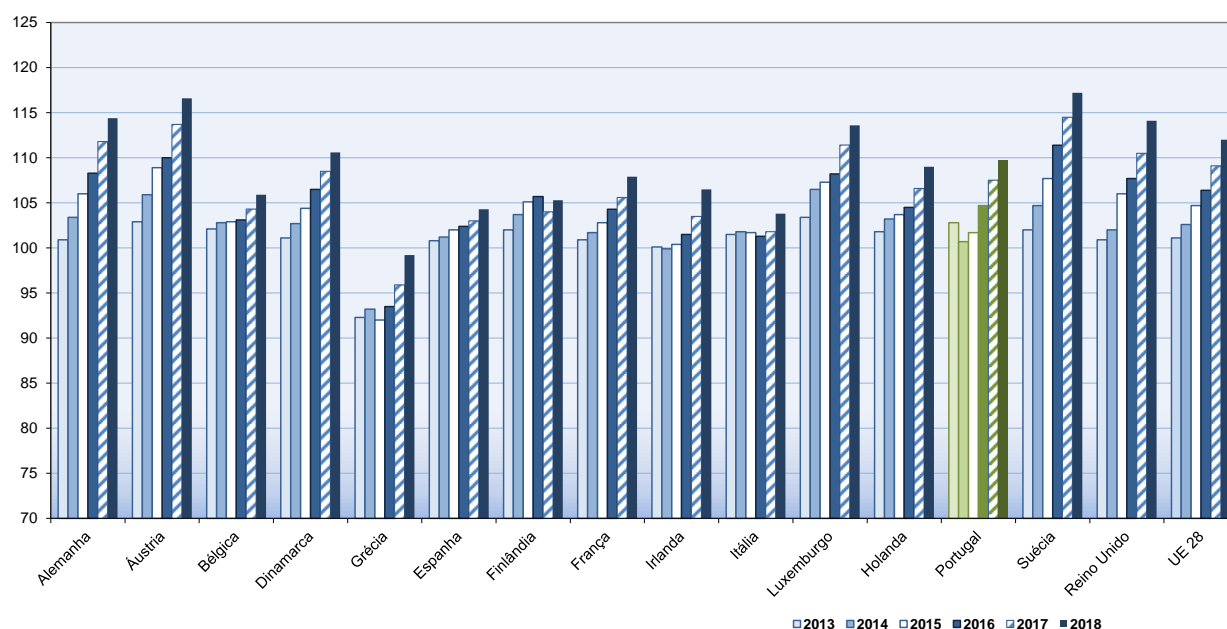
Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

Deste modo, apenas na Holanda, França, Irlanda, Bélgica, Finlândia, Espanha, Itália, Grécia e Chipre se verificaram um crescimento dos índices do custo de trabalho inferiores ao português.

Por último, de salientar que, a análise deste índice desde o início da série em 2012, colocar em evidência o facto de Portugal ser um dos países da UE onde o índice do custo de trabalho menos cresceu, tendo mesmo apresentado uma quebra expressiva no ano de 2014 (-2%).

Figura 192. Evolução do Índice do custo de trabalho nos países da EU

(Base 2012 = 100)



Fonte: EUROSTAT, *Labour Cost Survey*

Notas: O índice do custo do trabalho abrange os setores de atividade seguintes: (a) Indústria (NACE C a E); (b) Construção (NACE F); (c) Serviços (NACE G a K).

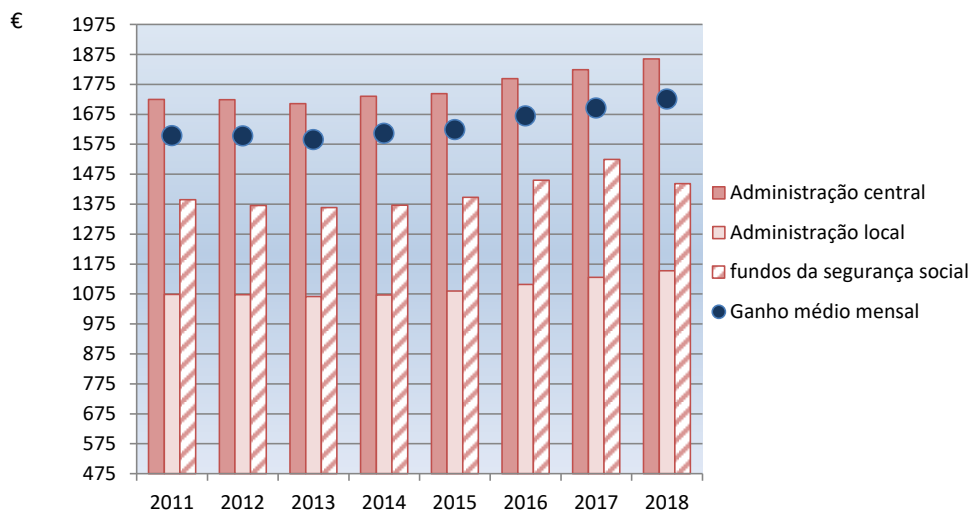
4.4. Ganhos e Remunerações nas Administrações Públicas

De acordo com os dados da DGAEP, em 2018⁴⁵, no Continente, o ganho médio mensal dos trabalhadores a tempo completo nas Administrações Públicas era de 1.724,9, mais alto do que o ganho médio nos fundos da segurança social (1.443,5 €) e sobretudo do que na Administração

⁴⁵ Os dados apresentados neste capítulo têm como data de referência o mês de outubro.

local (1.153,1 €). Relativamente a 2017 o ganho médio cresceu cerca de 2% na Administração central e local e diminuiu cerca de 5% nos fundos da Segurança Social.

Figura 193. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por subsector



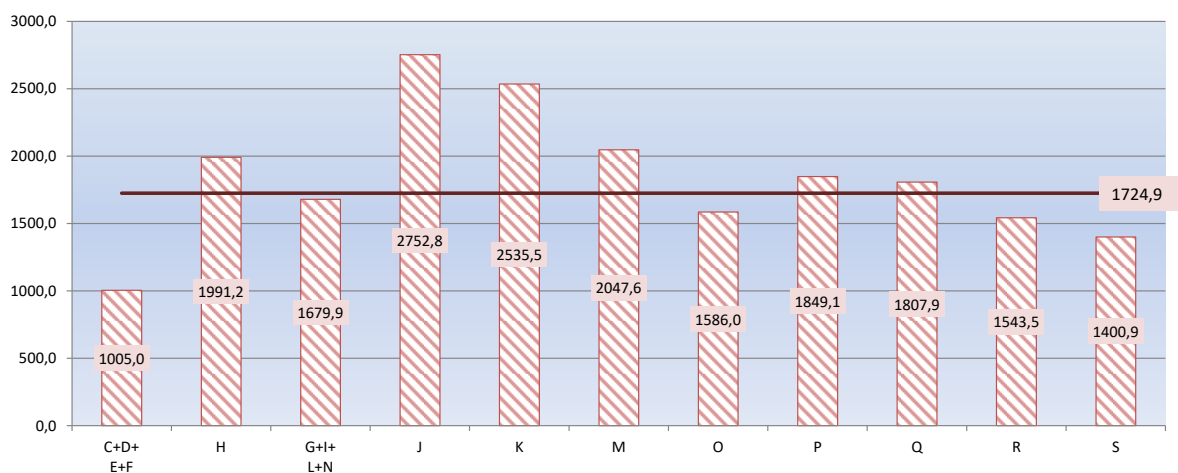
Fonte: DGAEP, Síntese estatística do emprego público

Entre 2011 e 2013, o ganho médio mensal decresceu, mas depois a partir de 2013 aumentou. Entre 2011 e 2018 o ganho médio mensal cresceu em 7,6% tendo aumentado 7,9% na Administração central, 7,4% na Administração local e 4% nos Fundos da segurança social.

No que se refere à remuneração base mensal nas Administrações públicas, no Continente, em 2018, esta era de 1.478 € e representava 86,7% do ganho médio mensal. Entre 2011 e 2018 a remuneração base média aumentou em 6,2%.

Já a remuneração base média mensal mais suplementos regulares cresceu 7,4% entre 2011 e 2018. Em 2018 era de 1.666,4 €.

Figura 194. Ganho médio mensal nas Administrações Públicas (Continente) por CAE -2018



C+D+E+F	Indúst. transformadoras; Eletr., gás, vapor, água quente e fria e ar frio; Captação, tratam. e distrib. de água; saneam, gestão de resíduos e despoluição; Construção	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
H	Transportes e armazenagem	O	Administração Pública e Defesa; Seg. Social Obrigatória
G+I+L+N	Comércio por grosso e a retalho; Alojamento, restauração e similares; Ativ. imobiliárias; Atividades administrativas	P	Educação
J	Atividades de informação e de comunicação	Q	Atividades de saúde humana e apoio social
K	Atividades financeiras e de seguros	R	Atividades artísticas, de espetáculos, desport. e recreat.
		S	Outras atividades de serviços

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

No que respeita ao ganho médio mensal nas Administrações Públicas no Continente por CAE, em 2018, e como no ano anterior, as *Atividades de informação e comunicação* eram o sector com o ganho médio mensal mais elevado. Seguiam-se as *Atividades financeiras e dos seguros*, as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* e os *Transportes e armazenagem*. O sector em que o ganho médio mensal era mais baixo continuava também a ser, como em 2017, o que agregava as *Indústrias Transformadoras, a Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, a captação, tratamento e a Distribuição de água, saneamento e gestão e resíduos e despoluição e a construção*. Este último sector foi, por outro lado, com o sector das *Outras atividades de serviços*, os únicos em que o ganho médio mensal decresceu, relativamente a 2017 (-1,5% e -3,2%, respectivamente). Os setores que, entre 2017 e 2018, registaram maiores aumentos foram as *Atividades de informação e comunicação* (+8,6%), as *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (+6,4%) e as *Atividades de saúde humana e apoio social* (+4,2%).

- ***Ganhos e remunerações nas empresas públicas e demais entidades do sector público***

Nas empresas públicas e demais entidades do sector público, em 2018, no Continente, o ganho médio mensal era de 2.276,89 € nas entidades detidas pela Administração Central e de 1.157,9 € nas entidades detidas pela Administração local.

A remuneração base média mensal era de 1.492,8 € para as empresas e demais entidades detidas pela Administração Central, representando 65,6% do ganho médio, e de 895 € para as entidades detidas pela Administração local, ou seja, 77,3%.⁴⁶

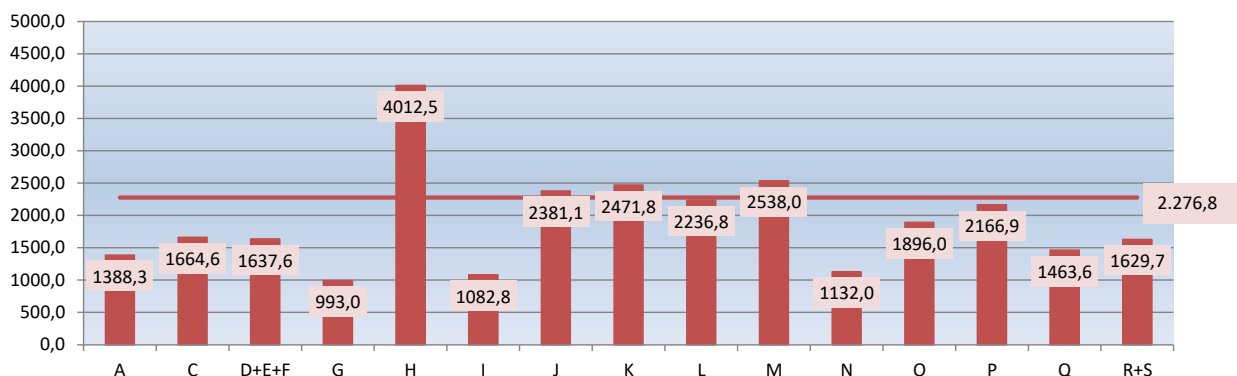
Analisando o ganho médio mensal nas empresas e demais entidades detidas pela Administração central, por CAE, em 2018⁴⁷, o sector que registava o valor mais elevado era o dos *Transportes e Armazenagem* (4.012,5 €), depois as *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (2.538 €) e as *Atividades financeiras e de seguros* (2.471,8 €). Os setores que registavam ganhos médios mensais mais baixos eram o do *Comércio a retalho, manutenção e reparação e veículos automóveis* (993 €) e o do *Alojamento e restauração* (1.082,8 €).

⁴⁶ Não se analisa a evolução das remunerações em anos anteriores tendo em conta que, anualmente, diversas entidades são incluídas ou excluídas desta categoria. As entidades entradas e saídas com maior impacto no emprego foram:

2013/T1 Entrada do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
 2013/T3 Saída da ANA Aeroportos Portugal S.A. e participadas
 2013/T4 Saída dos CTT - Correios de Portugal, S.A. e participadas
 2014/T1 Saída do BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A.
 2014/T2 Saída da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e participadas
 2014/T3 Entrada do Novo Banco S.A. e participadas
 2015/T3 Saída EGF - Empresa Geral do Fomento, S.A e participadas
 2015/T4 Saída Oceanário de Lisboa, S.A.
 2016/T1 Saída CPCARGA - Logística e Transp. Ferroviários Mercadorias, S.A.
 2017/T2 Saída da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S.A. e participadas
 2017/T4 Saída do Novo Banco, S.A. e participadas

⁴⁷ Em 2017, a DGAEP passou a agregar os valores dos ganhos médios relativos aos setores D+E e F e R e S que, nos anos anteriores, eram apresentados separadamente.

Figura 195. Ganho médio mensal nas sociedades financeiras e não financeiras detidas pela Administração Central (Continente) – trabalhadores a tempo completo – 2018



A	Agricultura, produção animal e pesca	K	Atividades financeiras e de seguros
C	Indústrias transformadoras	M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
D+E+F	Eletricidade, gás, vapor; Captação, trat. e distrib. de água; saneamento; Construção	N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
G	Comércio a retalho; Manutenção e reparação de veículos automóveis	O	Administração Pública
H	Transportes e armazenagem	P	Educação
I	Alojamento e restauração	Q	Atividades de Saúde Humana
J	Informação e comunicação	R+S	Ativ. artísticas, de espetáculos, desport. e recreativas; Outras atividades de serviços

Fonte: DGAEP, *Síntese estatística do emprego público*

5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO

5.0. Nota introdutória

Neste capítulo são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando a informação proveniente do sistema *SIGO*, GEP-MTSSS e do IEFP, enquanto agente central da atividade formativa de carácter profissional e de serviço público de emprego.

A primeira secção apresenta dados relativos às ações de formação constantes no sistema *SIGO* (Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa), coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC), servindo para a gestão da rede de oferta educativa e formativa e dos percursos educativos e formativos de jovens e adultos, abrangendo a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), incluindo também os Centros Qualifica. A informação reportada nesta secção respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) em 2018 e ainda à formação extra-catálogo, no período de 2016 a 2018.

A segunda secção apresenta a análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP reportadas no seu *Relatório de execução física e financeira* de 2018, nomeadamente as que dizem respeito às ações de *Qualificação de Adultos* e *Qualificação de Jovens*.

A análise das medidas de apoio ao emprego por parte do IEFP, nomeadamente as medidas “Contratos emprego-inserção”, “Inserção profissional”, “Apoios à contratação”, “Apoios à criação do próprio emprego” e “Empresas de inserção”, é apresentada na terceira secção.

A formação contínua nas empresas, apresentada na quarta secção do capítulo, utiliza dados do *Anexo C* do *Relatório Único*. Este anexo reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores e foi publicado pelo GEP-MTSSS a partir de 2010. O último ano disponível é o de 2017.

O capítulo termina com a análise das ofertas e colocações dos Centros de Emprego, tendo como fonte a publicação *Mercado de Emprego*, da responsabilidade do IEFP.

5.1. Cursos de dupla certificação e formação contínua extra-catálogo

Para análise destas ações de formação recorreu-se à informação constante do SIGO (*Sistema de Informação de Gestão da Oferta Educativa e Formativa*)⁴⁸, coordenado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Ministério da Educação (DGEEC).

A informação remetida por aquela Direção-Geral respeita aos cursos de dupla certificação, à formação modular certificada no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações* (CNQ) em 2018 e ainda à formação extra-catálogo.

5.1.1. Cursos de dupla certificação

De acordo com os dados do *Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa* (SIGO), em 2018, matricularam-se em cursos de educação e formação cerca de 250,5 mil indivíduos, 83% dos quais frequentavam cursos dirigidos a jovens até aos 24 anos⁴⁹. Ao contrário do que aconteceu no ano anterior, entre 2017 e 2018, o número de matriculados em cursos de dupla certificação aumentou em 26%, devido ao crescimento do número de matriculados nos cursos de formação de jovens (+34,4%) já que os matriculados nos cursos de formação de adultos diminuíram, embora ligeiramente. (-1,3%).

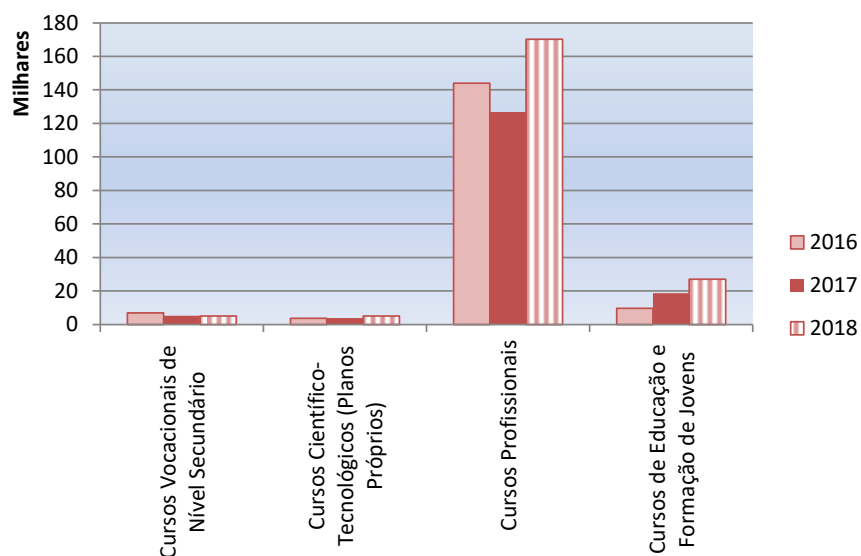
No que se refere à oferta de dupla certificação dirigida a jovens, e tal como no ano anterior, 82% dos jovens abrangidos (170 mil), frequentavam cursos profissionais e 13% (27,2 mil) enquadravam-se em cursos de educação e formação de jovens, os únicos cursos dirigidos a jovens que conferem uma certificação de nível 2 (os outros conferem uma certificação de nível 4).

⁴⁸ O SIGO abrange a rede de entidades formativas do sistema nacional de qualificações e os centros qualifica e integra todas as ações de formação certificadas, incluindo as não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, designadamente as ações de formação desenvolvidas pelas empresas conforme previsto no Código do Trabalho

⁴⁹ Os dados recebidos do SIGO para o presente relatório não incluem informação sobre os cursos de aprendizagem. Esta informação é analisada em 5.2. Do mesmo modo, os cursos de especialização tecnológica não constam do SIGO, já que se trata de uma formação pós-secundária.

Os cursos de educação e formação de jovens foram a modalidade de formação de jovens em que o número de matriculados mais aumentou, relativamente a 2017 (46%), embora estes também tenham crescido nos cursos profissionais (34%) e nos cursos científico-tecnológicos (planos próprios) (32%).

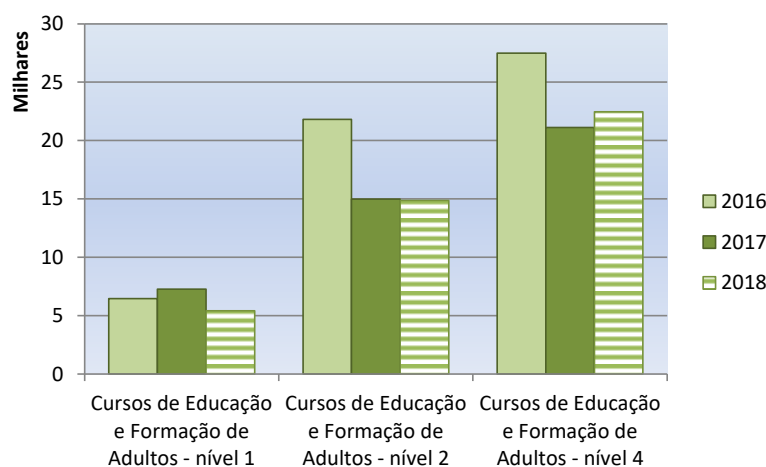
Figura 196. Distribuição dos formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por tipo de curso – 2016, 2017 e 2018



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Os cursos de **educação e formação** de adultos envolveram 42,8 mil indivíduos, 52,4% dos quais em cursos de nível 4, que foram aliás os únicos que registaram um aumento no número de matriculados relativamente ao ano anterior.

Figura 197. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por níveis de qualificações- 2016, 2017 e 2018



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

No que se refere ao sexo, em 2018 como nos anos anteriores, mais de 60% dos formandos em **cursos de dupla certificação para jovens** eram homens - sendo estes maioritários em todas as modalidades de formação - enquanto na **Educação e formação de adultos**, as mulheres representavam 53,7%.

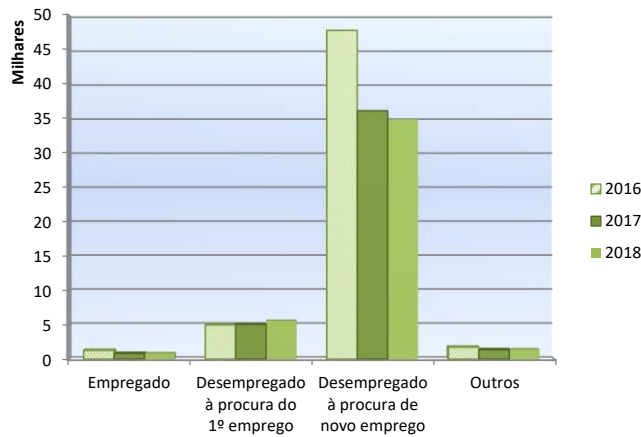
Também como nos anos anteriores, em 2018, cerca de 89% dos formandos matriculados nos **cursos de dupla certificação para jovens** tinha entre 15 e 24 anos, e os restantes tinham menos de 15 anos. Quanto aos cursos de **Educação e Formação de Adultos**, 38% dos matriculados tinha entre 35 e 49 anos, 27,4% entre 25 e 34 anos e 12,5%, 50 ou mais anos.

No que respeita às entidades promotoras da formação, em 2018, os **cursos de dupla certificação para jovens** eram da responsabilidade do Ministério da Educação⁵⁰. No que respeita à **Educação e Formação de Adultos**, 91% dos formandos frequentavam cursos promovidos pelo IEFEP, 6,6% estavam matriculados em cursos promovidos pelo Ministério da Educação, 2,6% em cursos promovidos pelo Ministério da Justiça e 0,2% em cursos promovidos pelo Ministério do Mar. Relativamente a 2017 a única entidade que aumentou o volume de matriculados foi o Ministério da Educação (+19,8%).

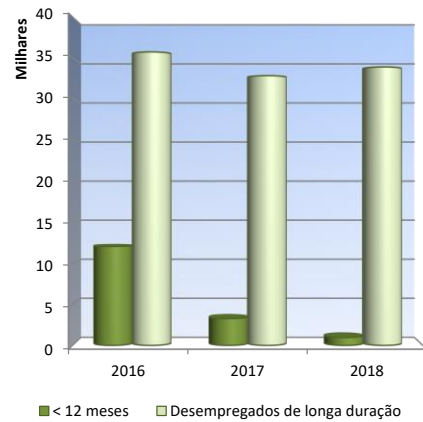
Figura 198. Formandos matriculados em cursos de educação e formação de adultos por situação face ao emprego no início da formação – 2016, 2017 e 2018

⁵⁰ Como já referido o Sistema SIGO não disponibiliza os dados relativos aos cursos de Aprendizagem, que é a medida de formação de jovens em que o IEFEP mais investe. Os cursos de Aprendizagem são analisados no ponto 5.2.

Formandos por situação face ao emprego



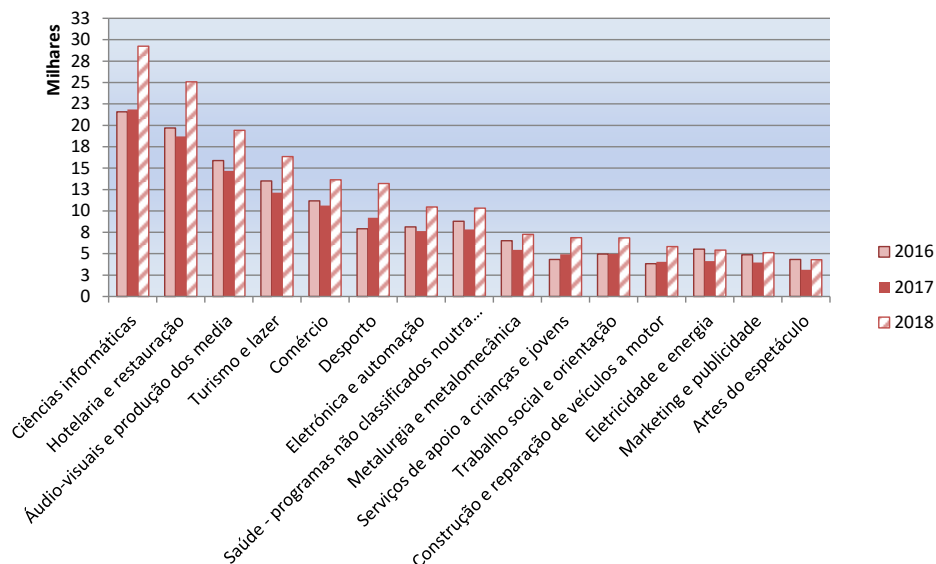
Formandos desempregados à procura de novo emprego por duração de procura de emprego



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

De entre os desempregados à procura de novo emprego, 97% eram desempregados à 12 ou mais meses (desempregados de longa duração). O número de DLD aumentou em cerca de mil pessoas relativamente a 2017.

Figura 199. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para jovens por áreas de formação mais representativas – 2016, 2017 e 2018

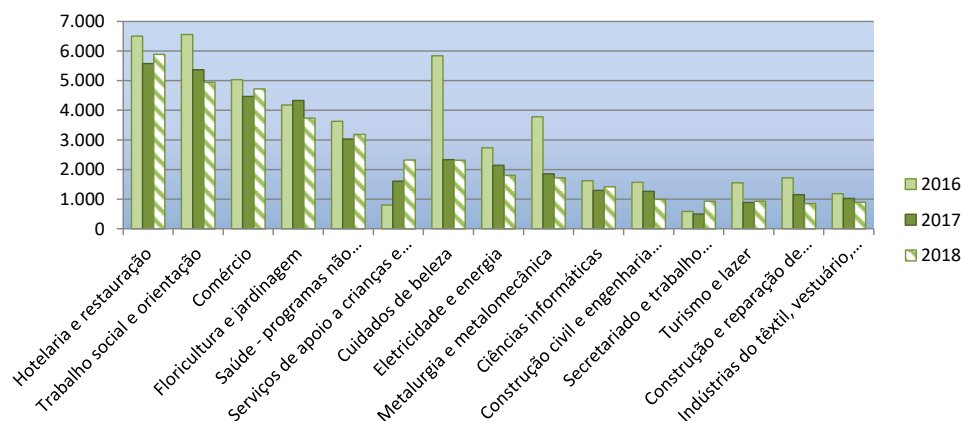


Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Em 2018, as áreas de formação que integravam maior número de formandos dos cursos de dupla certificação para jovens não se alteraram muito relativamente aos anos anteriores e eram as

“Ciências Informáticas” (14,1% do total de abrangidos), a “Hotelaria e Restauração” (12,1%) os “Audiovisuais e produção dos média” (9,3%), o “Turismo e lazer” (6,9%) e o “Comércio” (6,6%).

Figura 200. Formandos matriculados em cursos de dupla certificação para adultos por áreas de formação mais representativas – 2016, 2017 e 2018



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

Já no que se refere às áreas de formação dos cursos de dupla certificação para adultos, as mais representativas eram a “Hotelaria e Restauração” (13,8% do total de abrangidos), “Trabalho social e orientação” (11,6%), o “Comércio “ (11,1%), a “Floricultura e jardinagem” e a “Saúde – programas não classificados noutras áreas de formação” (7,5%). Relativamente aos anos anteriores, designadamente a 2016, refira-se o decréscimo acentuado no número de matriculados das áreas de “Cuidados de beleza” e também de “Metalurgia e mecânica” e, em contrapartida, o aumento dos matriculados em “Serviços de apoio a crianças e jovens”.

5.1.2. Formação modular no âmbito do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)⁵¹

Em 2018, 621,6 mil pessoas matricularam-se em ações de formação modular realizadas no âmbito do *Catálogo Nacional de Qualificações*, um crescimento de 117% relativamente a 2017. As

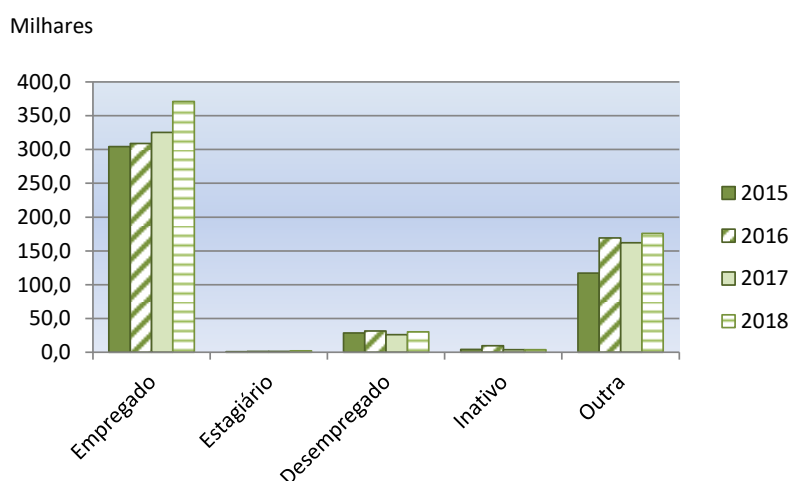
⁵¹ A Formação Modular certificada (FM) é uma modalidade de formação de adultos, cujo plano de formação é constituído por uma ou várias UFCD - Unidades de Formação de Curta Duração, de acordo com o *Catálogo Nacional de Qualificações* (CNQ). Em regra, as UFCD podem ser da componente de formação base ou da componente de formação tecnológica daquele Catálogo.

mulheres constituíam 61%. Destes abrangidos, e como no ano anterior, cerca de 40% tinha entre 35 e 49 anos, e 23,1%, entre 25 e 34 anos e 25,7% tinha 50 e mais anos.

5.1.3. Ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações

Em 2018, de acordo com os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, realizaram-se 70,9 mil ações de formação⁵² não inseridas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, envolvendo 582,9 mil matriculados⁵³, mais 12,9% do que em 2017. Destes matriculados, 60% eram homens.

Figura 201. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por situação face ao emprego – 2015-2018



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

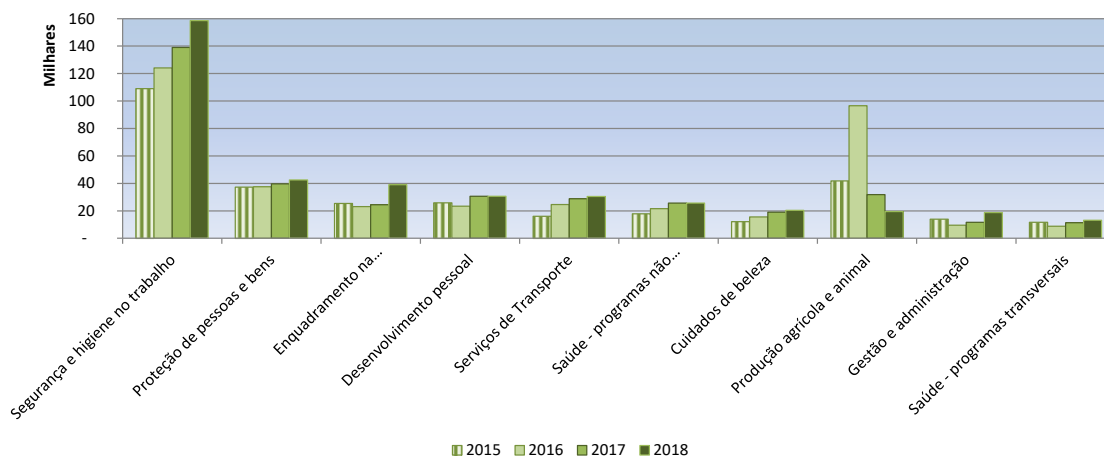
No que se refere à situação face ao emprego, 64% dos formandos destes cursos eram empregados e 5,1% desempregados. Havia ainda uma pequena percentagem de inativos e de estagiários. Para além disso, 30,2% dos formandos foram classificados como em “outra situação”. Entre 2015 e 2018, o número de empregados nestas ações de formação cresceu sempre, tendo aumentado em 14% desde 2017. Já o número de desempregados, cresceu entre 2015 e 2016 e estabilizou, a partir daí.

⁵² Ações de formação na modalidade de educação e formação promovidas por entidades certificadas ou equiparadas a certificação pela DGERT e, ainda, por entidades não certificadas

⁵³ De acordo com os dados da DGEEC, a mesma pessoa frequentou diversas ações pelo que as 582,9 mil matrículas respeitam a 420 mil pessoas.

Se analisarmos as áreas de formação mais representativas nestas ações de formação não incluídas no *Catálogo Nacional de Qualificações*, constatamos que, em 2018, 27,2% formandos tinham integrado ações de formação de “Segurança e higiene no trabalho”. Seguiu-se-lhe a “Proteção de pessoas e bens” (7,3%), o “Enquadramento na organização/empresa” (6,7%), o “Desenvolvimento pessoal” e os “Serviços de transportes” (5,2%). Entre 2015 e 2018, as maiores alterações registaram-se nas ações de formação no âmbito da “Produção agrícola e animal” que, em 2016, abrangeram 18,5% do total dos formandos, tendo essa percentagem decrescido para 6,1% em 2017 e para 3,4% em 2018.

Figura 202. Formandos em ações de formação não inseridas no Catálogo Nacional de Qualificações por áreas de formação mais representativas – 2015-2018



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, sistema SIGO

5.2. Formação Profissional promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional

Para análise das medidas de formação e emprego promovidas pelo IEFP recorreu-se ao *Relatório de execução física e financeira* daquele Instituto. Tendo em conta, quer as alterações introduzidas nos últimos anos na tipologia das medidas, quer a forma como estas foram sendo agrupadas em termos do relatório, considerou-se pertinente centrar a análise nos anos de 2013 a 2018, possibilitando assim a comparação entre anos.

Em 2018, as ações de formação promovidas pelo IEFP abrangeram 306 mil pessoas, 85,2% das quais em ações de **Qualificação de adultos** (260,8 mil), 9,7% na **Qualificação de Jovens**⁵⁴ (29,5 mil) e 0,6% na **Formação de Formadores** (1,9 mil pessoas).

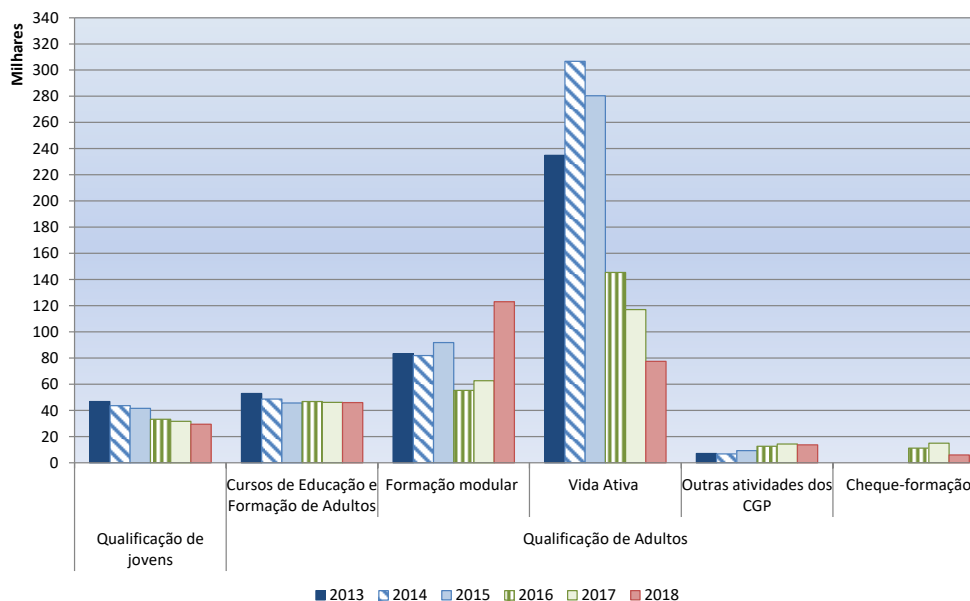
Entre 2017 e 2018, as ações de formação profissional promovidas pelo IEFP abrangeram mais 11,6 mil pessoas, acréscimo que respeitou apenas à **Qualificação de adultos** já que o número de abrangidos nas ações de **Qualificação de jovens** diminuiu (-1,9 mil pessoas). O número de abrangidos por ações de formação de formadores aumentou ligeiramente.

A esmagadora maioria dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Jovens** integrava-se nos “cursos de Aprendizagem” (25,3 mil pessoas). Os restantes 4,2 mil jovens integraram “cursos de especialização tecnológica”. Relativamente ao ano anterior apenas os “cursos de Aprendizagem” registaram uma diminuição no número de abrangidos, que aumentaram em 900 pessoas nos “cursos de especialização tecnológica”

Entre 2013 e 2018, o número de abrangidos nos “cursos de Aprendizagem” diminuiu sempre, embora de forma pouco significativa, exceto no ano de 2016, em que esse decréscimo foi de 7,5 mil pessoas. Entre 2013 e 2018 o número de abrangidos decresceu em cerca de 15 mil jovens. Os abrangidos pelos “cursos de especialização tecnológica”, em contrapartida, aumentaram sempre. Entre 2013 e 2018 cresceram em 2,7 mil pessoas.

⁵⁴ As ações de Qualificação de Jovens promovidas pelo IEFP não constam da informação disponibilizada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência relativa ao SIGO.

Figura 203. Número de formandos abrangidos por cursos de formação



Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de Dezembro

No que se refere à **Qualificação de Adultos**, em 2018, a medida “Formação modular”⁵⁵ envolveu cerca de metade dos abrangidos (123 mil pessoas), tendo registado um aumento de 60 mil pessoas relativamente a 2017. Por outro lado, a medida “Vida Ativa”⁵⁶ reuniu cerca de 30% dos abrangidos em ações de **Qualificação de Adultos** (77,6 mil pessoas), menos cerca de 40 mil pessoas do que no ano anterior. Já os “Cursos de Educação e Formação de Adultos” enquadraram 17,6% (46 mil pessoas), aproximadamente as mesmas do que em 2017. Refira-se ainda as “outras atividades de formação” desenvolvidas pelos Centros de Gestão Participada (13,7 mil pessoas), aproximadamente o mesmo número que em 2017, e a medida “cheque-formação”⁵⁷, que envolveu 6 mil pessoas, menos 9 mil do que no ano anterior. A nova medida de “Formação à distância” abrangeu 1,2 mil pessoas.

⁵⁵ Até 2016 esta medida dirigia-se apenas a ativos empregados, mas no último ano passou a incluir também desempregados.

⁵⁶ A medida Vida Ativa é dirigida a desempregados que não possuam o 9º ano de escolaridade ou a desempregado que não possuam uma qualificação ajustada ao mercado de trabalho e visa promover a (re)integração no mercado de trabalho através da frequência de unidades de formação de curta duração. Os percursos de formação têm uma duração entre 25 e 300 horas.

⁵⁷ A medida Cheque-formação consiste na concessão de apoio financeiro a entidades empregadoras, aos ativos empregados ou a desempregados que frequentem percursos de formação orientados para a aquisição de competências relevantes para a melhoria do desempenho individual ou para o aumento da produtividade do fator trabalho e, no caso dos desempregados, ajustadas às necessidades do mercado de trabalho. O apoio a atribuir considera um limite de 50 horas (ativos empregados) ou de 150 horas (desempregados) num período de 2 anos.

Entre 2013 e 2018, o número de abrangidos diminuiu em todas as medidas de **Qualificação de Adultos**, exceto nas “Outras atividades de formação” desenvolvidas pelos Centros de Gestão Participada (+6,7 mil pessoas relativamente a 2013) e na “Formação modular” que, em 2018, registou um acentuado aumento. O maior decréscimo verificou-se na medida “Vida Ativa” que aumentou até 2014 e, a partir daí, diminuiu sistematicamente, sobretudo, entre 2015 e 2016 (-135 mil pessoas). Os abrangidos pelos “cursos de educação e formação de adultos” também decresceram, até 2015, e depois estabilizaram.

Em 2018, como em 2017, os homens eram maioritários nas ações de **Qualificação de Jovens** (66,6%) e as mulheres nas ações de **Qualificação de Adultos** (59,4%) e na **Formação de formadores** (63,7%). Refira-se que, ao contrário do que se verificava nas restantes medidas, os homens constituíam 67% das “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada.

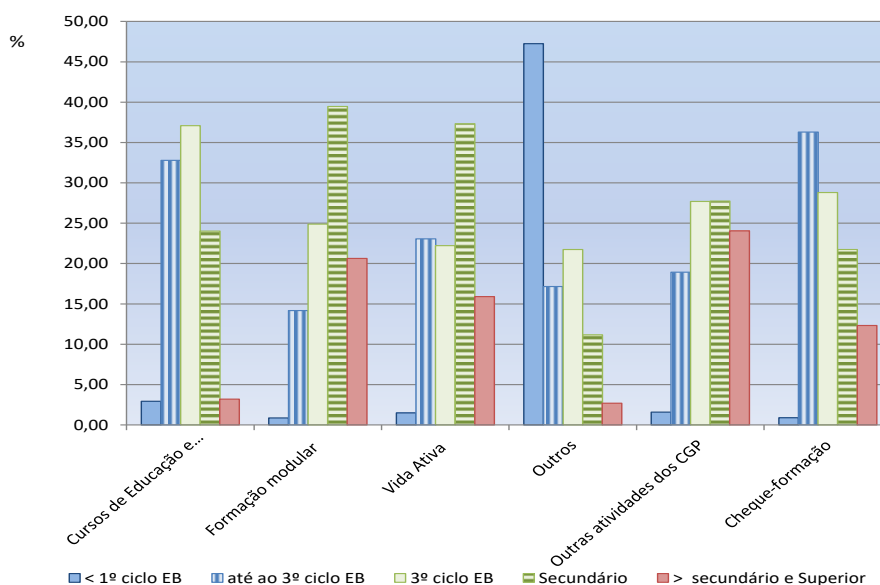
No que se refere aos escalões etários, em 2018, nas ações de **Qualificação de Jovens**, os abrangidos com até 24 anos constituíam 87,2% do total e o único outro escalão etário com alguma expressão, era o dos formandos com entre 25 e 34 anos. Nas ações de **Qualificação de Adultos**, os abrangidos com entre 35 e 49 anos representavam 39,5% e os abrangidos com 50 e mais anos constituíam 26,7%. Seguiu-se o escalão dos 25 aos 34 anos, que abrangia 22,6% dos formandos. Relativamente aos anos anteriores, refira-se que a percentagem de abrangidos com 50 e mais anos aumentou em 7 p.p. desde 2013.

Analisando o número de abrangidos por níveis de habilitações, nas medidas de **Qualificação de Jovens**, considerando que os “cursos de Aprendizagem” se dirigem a jovens com o 3º ciclo do ensino básico que não tenham concluído o 12º ano, 99,7% dos abrangidos possuía naturalmente esse nível de habilitações. Já a medida de “Especialização Tecnológica” é dirigida a jovens com pelo menos o ensino secundário pelo que 87,3% dos abrangidos tinha esse nível de escolaridade, sendo que 11,7% dos formandos nessa medida tinha habilitações superiores ao secundário ou o ensino superior.

No que se respeita às ações de **Qualificação de Adultos**, 35% dos abrangidos tinha o ensino secundário e 26,3%, o 3º ciclo do ensino básico. Os abrangidos com até ao 3º ciclo do ensino básico representavam 23% e os formandos com habilitações superiores ao ensino secundário ou com o ensino superior, 15,6%. Relativamente aos anos anteriores não se registaram grandes

variações nestas percentagens, embora se verifique uma tendência para o decréscimo dos abrangidos com níveis de habilitações mais baixos.

Figura 204. População abrangida pelas medidas de Qualificação de Adultos por níveis de habilitações -2018



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de Dezembro

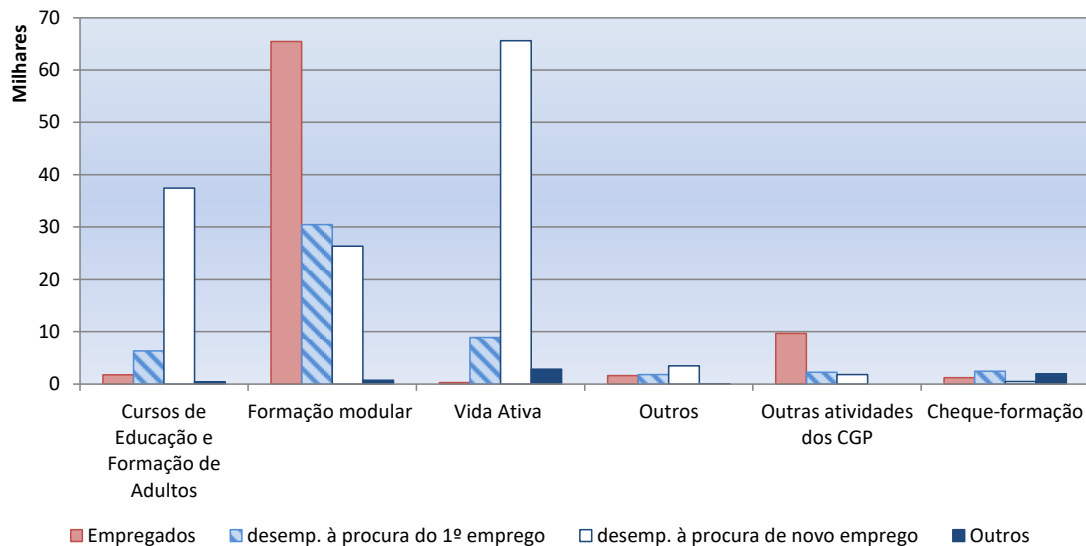
No que se refere às diferentes medidas de **Qualificação de Adultos**, na medida “cheque formação” 37% dos abrangidos tinha menos do que o 3º ciclo do ensino básico e 29% o 3º ciclo do ensino básico. Estes escalões de habilitações eram também maioritários nos cursos de “Educação e Formação de Adultos” embora nesta medida o peso dos abrangidos com o 3º ciclo do ensino básico fosse superior. Já na medida “Formação Modular” cerca de 60% dos abrangidos tinha o ensino secundário ou mais e 25%, o 3º ciclo do ensino básico. Também na medida “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada” o peso dos abrangidos com o ensino secundário ou mais era de 51,8% e os abrangidos com o 3º ciclo do ensino básico representavam 27,8%. Na nova medida de “Formação à distância” os abrangidos com o ensino secundário ou mais somavam 75%. Na medida “Vida Ativa”, 37,3% dos formandos tinha o ensino secundário e 24,6% menos do que o 3º ciclo do ensino básico.

Em 2018, dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Jovens** promovidas pelo IEFP, 95,5% dos abrangidos eram desempregados e 65%, eram desempregados à procura de novo emprego. Relativamente ao ano de 2017 e ao contrário do que se vinha verificando desde 2013, o peso desta categoria de desempregados aumentou. Os empregados tinham alguma expressão nos

“cursos de especialização tecnológica”, constituindo cerca de 20%. A percentagem de empregados nesta medida também cresceu, relativamente ao ano anterior, depois de ter diminuído para quase metade, entre 2013 e 2015.

No que respeita à situação face ao emprego no início da formação, dos abrangidos pelas ações de **Qualificação de Adultos**, em 2018, os desempregados representavam 70,6% e os desempregados à procura de novo emprego, 51,4% do total. Os empregados constituíam 27%.

Figura 205. População abrangida nas ações de Qualificação de Adultos por situação face ao emprego no início da formação – 2018



Fonte: IEF, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

Os ativos empregados eram maioritários nas medidas “Formação modular” (53,2%), medida que, até 2017, era dirigida apenas a este público-alvo, e nas “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada (70,2%). Nas medidas “Educação e Formação de adultos” e “Vida Ativa” a grande maioria dos formandos eram desempregados à procura de novo emprego. No que se refere à medida “Cheque-formação”, 48,3% dos abrangidos eram desempregados, 32,2% foram classificados como “outros” e os empregados representavam cerca de 20%. Também na medida de “Formação à distância” os desempregados eram maioritários (64,1%) e os “Outros” constituíam 35,5%.

Relativamente aos anos anteriores regista-se a diminuição do peso dos abrangidos desempregados à procura do primeiro emprego na medida “Vida Ativa”, que, em 2015 chegaram

a constituir quase 30% do total, e que, em 2018, eram 11,5% e o aumento do peso dos desempregados na medida “Outras atividades” dos Centros de Gestão Participada.

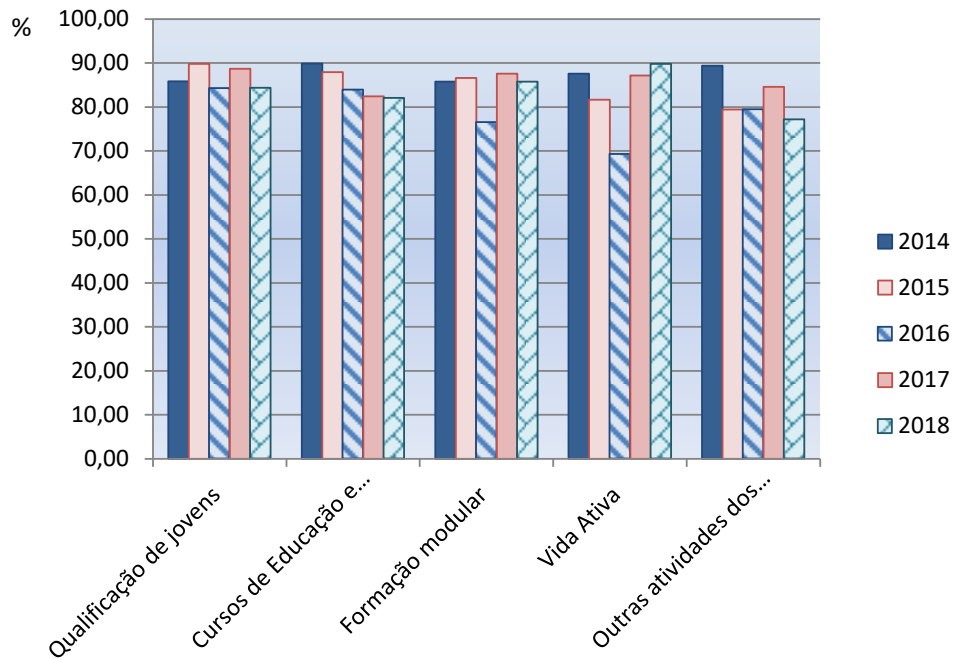
A percentagem de desistentes nas diferentes medidas de formação profissional era de 14,6% mas, nas medidas de **Qualificação dos jovens**, atingia os 33,4%. De facto, nos “Cursos de Aprendizagem”, os desistentes constituíam cerca de 35,6% dos formandos e nos “Cursos de especialização tecnológica”, 23,3%.

A percentagem de desistentes na medida “Aprendizagem” atingiu os 43,7% em 2014 e depois diminuiu para 28% em 2015, tendo a partir daí aumentado, sobretudo no último ano. Quanto aos cursos de “Especialização Tecnológica”, a percentagem de desistentes chegou aos 33%, em 2015 e depois diminuiu, para voltar a crescer para os 29%, em 2017.

No que se refere às medidas de **Qualificação dos adultos** destacam-se os “cursos de educação e formação de adultos” em que a percentagem de desistentes era particularmente elevada (42,5%), embora tenha decrescido relativamente a 2017. Na medida “Vida Ativa” o peso dos desistentes era de 21,5%, muito semelhante ao registado em 2017.

Analisando a percentagem de formandos aprovados, em 2018, esta atingia os 84,3% nos cursos de **Qualificação de jovens**, sendo, contudo, mais baixa nos cursos de “Especialização Tecnológica” (70,5%). Quanto à **Qualificação de Adultos** a percentagem de aprovações era de 83,3%, atingindo os 90,8% nas “Outras atividades de formação” dos Centros de Gestão Participada e 90% na medida “Vida Ativa”. As medidas com mais baixas percentagens de aprovados eram os “cursos de educação e formação de adultos” e sobretudo a nova medida de “formação à distância” em que a percentagem de aprovações era de apenas 58,7%.

Figura 206. Percentagem de formandos aprovados no final da formação – 2014-2018



Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

Entre 2014 e 2018 não houve grandes variações na percentagem de aprovações nas medidas de formação profissional, embora as medidas “Formação modular” e “Vida Ativa” tenham registado em 2016 valores de aprovações bastante mais baixos do que nos restantes anos. Refira-se, contudo, que, na maioria das medidas, a percentagem de aprovações diminuiu, entre 2014 e 2018.

5.3. Medidas de Apoio ao Emprego

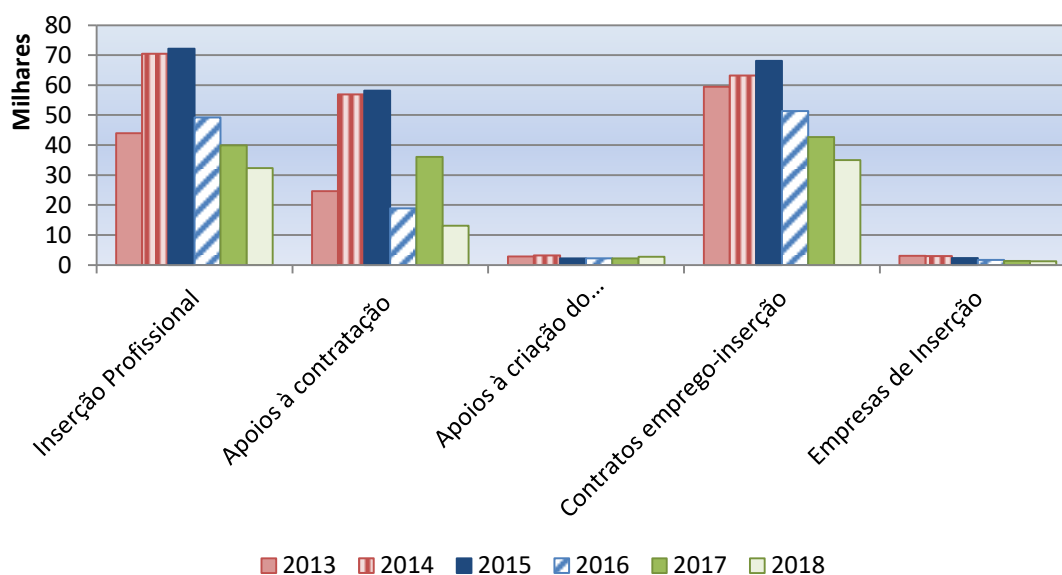
Em 2018, as medidas de apoio ao emprego promovidas pelo IEFP abrangeram 84,4 mil pessoas. Destas, 35 mil (41,5%) celebraram “contratos emprego-inserção”⁵⁸, 32,4 mil (38,3%)

⁵⁸ Medida dirigida a desempregados beneficiários do subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego ou do rendimento social de inserção para que desenvolvam trabalho socialmente útil durante um período de até 12 meses, em entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos. Inclui as medidas “Contrato de emprego-inserção e Contrato de emprego inserção +”.

frequentaram estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional”⁵⁹ e 13 mil (15,5%) beneficiaram de apoios à contratação.

Dos 84,4 mil abrangidos por medidas de apoio ao emprego em 2018, 66,1% concluíram as ações até ao final do ano.

Figura 207. Número de abrangidos que terminaram medidas de Apoio ao Emprego



Fonte: IIEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

O número de pessoas abrangidas por medidas de apoio ao emprego diminuiu em 38 mil, relativamente a 2017. A única medida que registou um aumento no número de abrangidos foi a dos “Apoios à criação do próprio emprego”. O decréscimo foi particularmente acentuado nos “Apoios à contratação” (-22 mil pessoas),

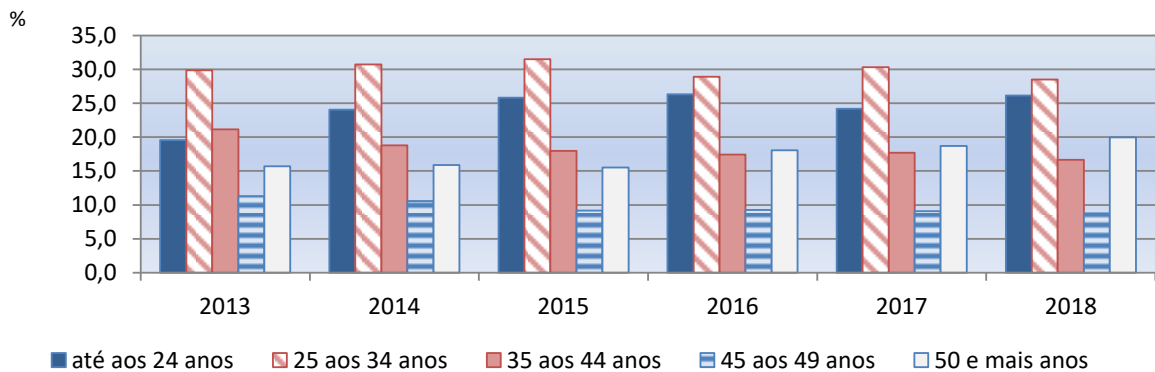
Entre 2013 e 2015, o número de pessoas abrangidas pelas medidas de apoio ao emprego aumentou acentuadamente nos “Apoios à contratação”, nos estágios ao abrigo das medidas de “Inserção profissional” e ainda nos “Contratos emprego-inserção”. Depois disso o número de abrangidos foi-se reduzindo, de forma equilibrada, exceto na medida de “Apoios à contratação” que, em 2016 aumentou em número de abrangidos para voltar a diminuir, no último ano.

⁵⁹ As medidas de Inserção Profissional incluem estágios profissionais de diferentes tipos e designações: “INOV” “Impulso Jovem” (que terminaram em 2013), “Estágios Emprego”; “Reativar”. “Estágios profissionais (que substituiu as duas anteriores em 2017) “Emprego – Jovem Ativo”.

Como nos anos anteriores, em 2018, as mulheres eram maioritárias em todas as medidas, exceto nos “Apoios à criação do próprio emprego e empresa”.

No que se refere aos escalões etários constata-se que, em 2018, 28,5% dos abrangidos tinha entre 25 e 34 anos, 26,1% tinha até 24 anos e 20% tinha 50 e mais anos. Entre 2013 e 2018, registe-se o aumento do peso dos abrangidos dos escalões mais novos bem como do escalão dos 50 e mais anos.

Figura 208. Evolução da percentagem de abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por escalões etários – 2013-2018



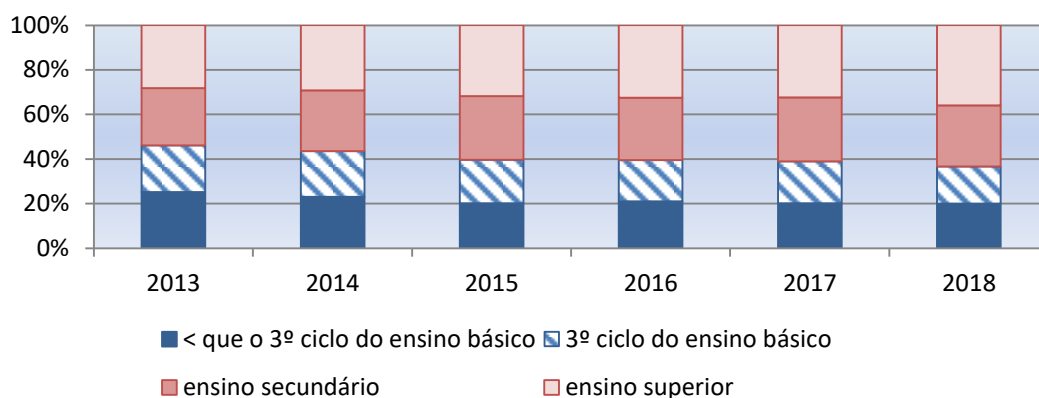
Fonte: IEFP, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

No conjunto de medidas de “Inserção Profissional” mais de metade dos abrangidos tinha até 24 anos e dos restantes, 40% estavam no escalão entre os 25 e os 34 anos. Já nos “Apoios à Contratação” o escalão etário mais representado entre os abrangidos era o dos 25 aos 34 anos (36% do total), seguindo-se os escalões dos que tinham até aos 24 anos e dos que tinham entre 35 aos 44 anos (cerca de 20%, em ambos os casos). Nos “Apoios à criação do próprio emprego”, 43,2% dos abrangidos tinha entre 35 e 44 anos e os restantes distribuíam-se de forma equilibrada pelos outros escalões etários. Quanto aos “Contratos Emprego-Inserção”, o escalão dos 50 e mais anos representava 39,4% dos abrangidos, seguindo-se o escalão dos 35 aos 44 anos (25,3%)

Relativamente ao número de abrangidos pelas medidas de apoio ao emprego por níveis de habilitações, constata-se que, em 2018, 35,1% tinha o ensino superior, 26,7% possuía o ensino secundário, 19,5% tinha até ao 3º ciclo do ensino básico e 16,2% possuía o 3º ciclo do ensino básico.

Relativamente aos anos anteriores é possível verificar um aumento progressivo da percentagem de abrangidos com o ensino secundário ou superior.

Figura 209. Evolução da percentagem e abrangidos pelas medidas de Apoio ao Emprego por níveis de habilitações – 2013-2018



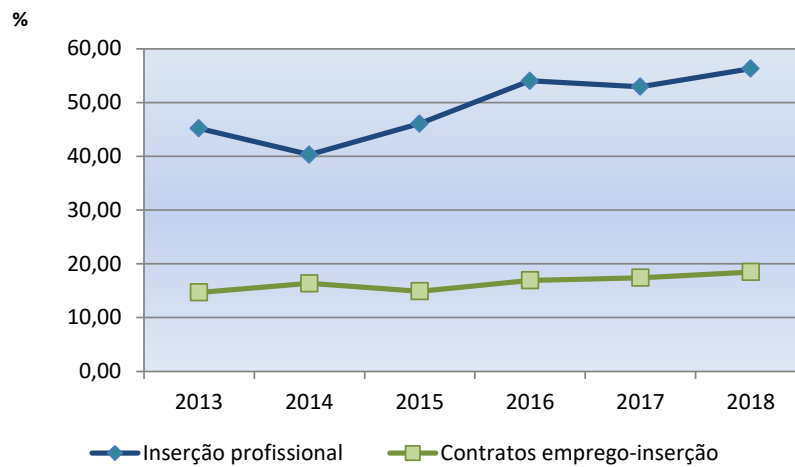
Fonte: IEF, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

Em 2018, nas medidas de “Inserção profissional”, 70% dos abrangidos possuíam o ensino superior e 27% o ensino secundário. Estes eram também os níveis de habilitações com mais peso nos “Apoio à contratação” e no “Apoio à criação do próprio emprego e empresa”, embora nestas medidas os abrangidos com o ensino secundário fossem em maior número e os abrangidos com habilitações mais baixas tivessem também algum significado. No que se refere aos “Contratos Emprego-Inserção”, 37,3% dos indivíduos tinham até ao 3º ciclo do ensino básico, 26,3% possuíam o 3º ciclo do ensino básico e 23,8% o ensino secundário.

A quase totalidade dos abrangidos pelas medidas de Apoio ao emprego, em 2018, eram naturalmente desempregados⁶⁰ no início da frequência das medidas. Os empregados só tinham alguma expressão nos “Apoios à contratação” representando 17,4% do total. Para além disso, na mesma medida, 48,6% dos abrangidos estava à procura do 1º emprego. Também nas medidas de “Inserção Profissional”, os desempregados à procura do 1º emprego constituíam 43%. Em todas as outras medidas os desempregados à procura de novo emprego representavam mais de 90%.

⁶⁰ No que se refere ao acesso às medidas de apoio ao emprego, os trabalhadores com suspensão de contrato de trabalho por salários em atraso são equiparados a desempregados.

Figura 210. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional e Contratos de emprego-inserção – 2013-2018



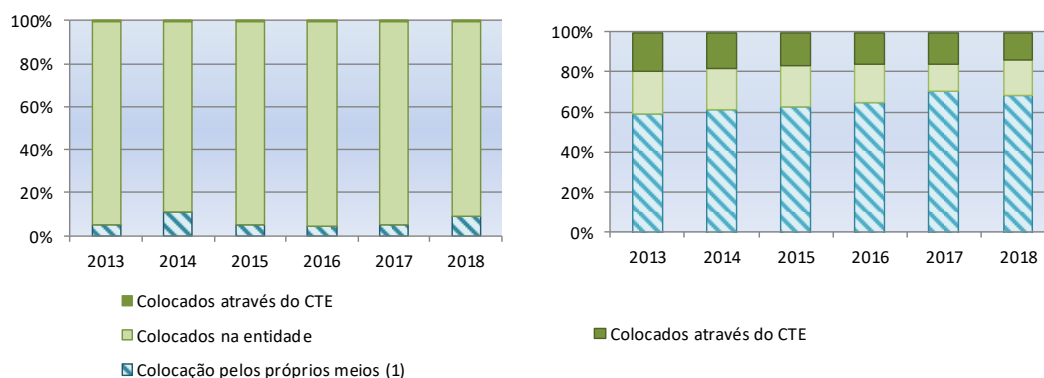
Fonte: IEF, Relatório de Execução física e financeira do mês de dezembro.

Analisando a situação dos abrangidos por medidas de apoio ao emprego após a frequência das medidas, nas medidas de “Inserção profissional”, 56,3% dos indivíduos que frequentaram estágios, em 2018, estavam empregados (9,5 mil). No que respeita aos indivíduos que tinham terminado “Contratos Emprego-Inserção”, apenas 18,5% estavam empregados (4,2 mil pessoas).

A percentagem de estagiários do conjunto de medidas de “Inserção profissional” que tinha ficado empregada diminuiu, entre 2013 e 2014, tendo daí em diante aumentado. Relativamente aos “Contratos Emprego-Inserção” a percentagem de empregados no total dos indivíduos que tinham terminado foi sempre bastante mais baixa, mas também cresceu a partir de 2015, embora de forma mais ligeira.

Em 2018, dos indivíduos que frequentaram estágios no âmbito das medidas de “Inserção Profissional”, 90,7% foram colocados na entidade onde estagiou (8,6 mil) e cerca de 9,1% tinham encontrado colocação pelos próprios meios (870 pessoas). Já no que se refere aos indivíduos que tinham terminado “Contratos Emprego-Inserção”, apenas 18,5% (745 pessoas) ficaram colocados na entidade que os acolheu. Para além disso, 71%, ou seja, 2,9 mil pessoas, encontraram colocação pelos seus próprios meios e 15,7% (cerca de 600 pessoas) foram colocadas através do Centro de Emprego.

Figura 211. Evolução da percentagem de empregados no total dos indivíduos que concluíram medidas de Inserção Profissional e Contratos de emprego-inserção por modalidade de colocação— 2013-2018



(1) Esta designação corrigiu, no relatório do IEFP de 2018, a designação “criação do próprio emprego” que constava dos relatórios do IEFP dos anos de 2013 a 2017

Fonte: IEFP, *Relatório de Execução física e financeira* do mês de dezembro.

Entre 2013 e 2017 a percentagem de indivíduos que frequentaram estágios e ficaram empregados na própria entidade foi sempre de cerca de 94%, exceto no ano de 2014, em que foi de apenas 88%. No que se refere aos “Contratos emprego-inserção” a percentagem de indivíduos colocados na própria entidade relativamente ao total dos abrangidos pelas medidas que ficaram empregados diminuiu ligeiramente, ao longo da série, embora tenha voltado a crescer, no último ano. Já o peso dos que criaram o próprio emprego foi aumentando, tendo crescido em cerca de 10 p.p.

5.4. Formação contínua nas empresas ⁶¹

De acordo com os dados do *Relatório anual de formação contínua*, em 2017, 50 mil empresas promoveram ações de formação para os seus trabalhadores, o que correspondia a 19,6% do total de empresas que responderam ao Relatório Único. Relativamente a 2016, isto significou um

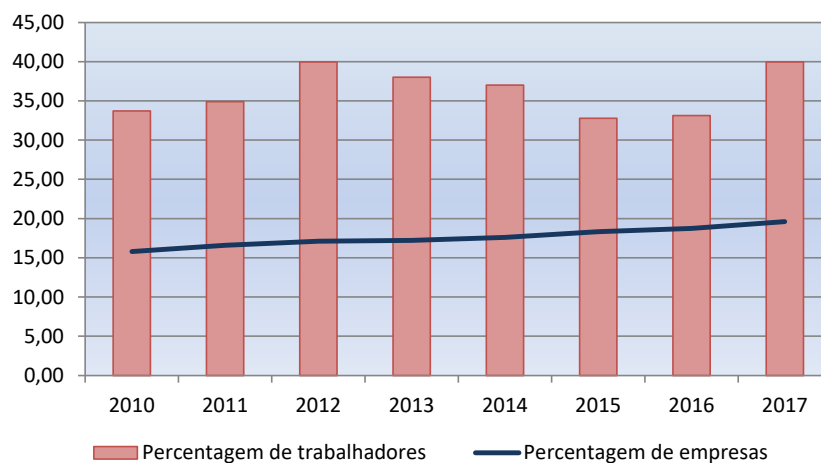
⁶¹ O relatório anual de formação contínua que constitui o anexo C do Relatório Único reúne informação relativa às ações de formação promovidas pelas empresas para os seus trabalhadores. Esse relatório foi publicado pelo GEP a partir de 2010, pelo que a análise realizada respeita aos anos de 2010 a 2017, que é o último relatório disponibilizado.

aumento de quase 3 mil empresas, bastante maior, portanto, do que o aumento verificado entre 2015 e 2016, que foi de 1,8 mil empresas.

Estas ações de formação abrangeram cerca de 1.168,3 mil trabalhadores (40% do total dos trabalhadores ao serviço nas empresas), mais 242,7 mil do que no ano anterior sendo que, entre 2015 e 2016, esse aumento tinha sido de apenas 44,6 mil.

Entre 2010 e 2017, a percentagem de empresas que promoveu ações de formação aumentou sempre, embora de forma muito ligeira. Quanto à percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação no total dos trabalhadores ao serviço nas empresas, essa percentagem cresceu, até 2012 e depois diminuiu sistematicamente até 2015, para voltar a aumentar, nos dois últimos anos.

Figura 212. Evolução da % Empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores – 2010-2017

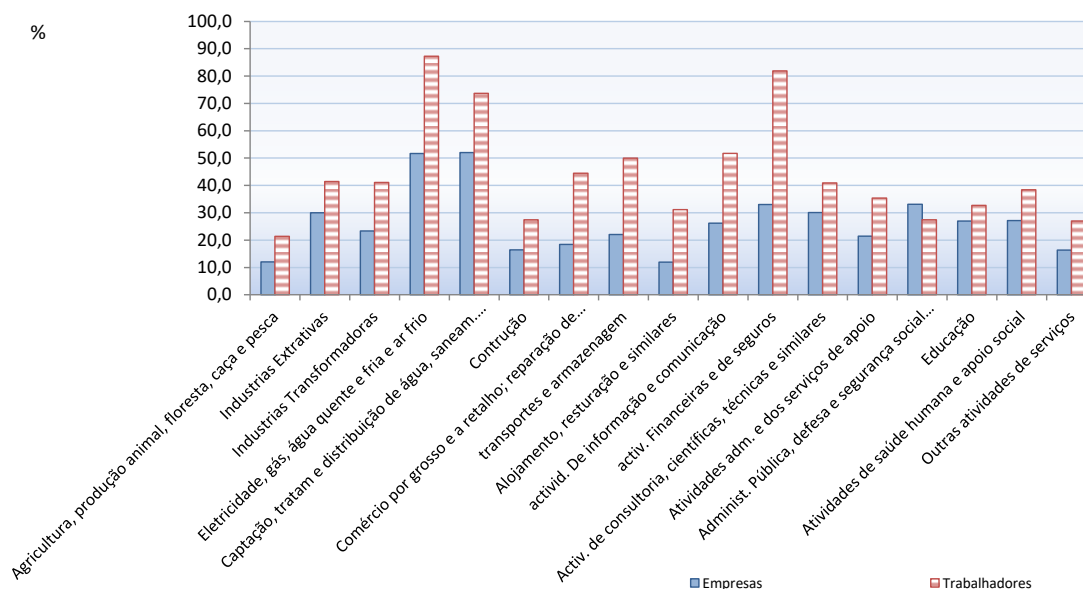


Fonte: GEP, Relatório Anual de Formação Contínua.

Relativamente aos diferentes setores de atividade, os setores em que maior percentagem de empresas desenvolveu ações de formação foram o sector da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e o sector da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição* e o sector das *Atividades Financeiras e Seguros* que foram também os setores em que as ações abrangeram percentagens mais significativas de trabalhadores ao serviço. Os setores com menor percentagem de empresas promotoras de formação foram a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, o Alojamento, Restauração e similares, e as Atividades Imobiliárias*. Já no que se refere à percentagem e trabalhadores envolvidos, os setores das *Atividades dos organismos internacionais e*

outros e das *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* registaram menores percentagens de trabalhadores do que o *do Alojamento, Restauração e similares*.

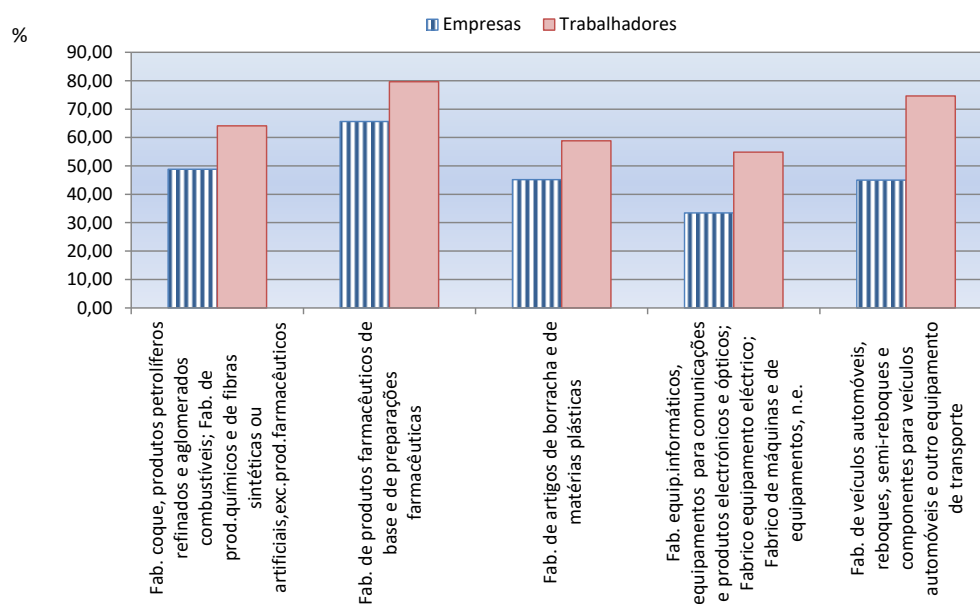
Figura 213. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por setores de atividade – 2017



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Contínua*.

Entre 2010 e 2017, a percentagem de empresas promotoras de ações de formação aumentou em todos os setores de atividade, mas sobretudo no da *Administração pública, defesa e segurança social obrigatória* e no da *Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão e resíduos e despoluição*. Este último sector, juntamente com o da *Saúde humana e apoio social* foram os setores que registaram os acréscimos mais significativos em termos da percentagem de trabalhadores envolvidos.

Figura 214. Percentagem de empresas e trabalhadores envolvidos em ações de formação contínua relativamente ao total de empresas e trabalhadores por subsectores da Indústria Transformadoras – 2017



Fonte: GEP, Relatório Anual de Formação Contínua.

No que se refere aos subsectores da Indústria Transformadora os subsectores que mais se destacaram em termos da percentagem de empresas promotoras de formação foram: o *Fabrico de coque, produtos petrolíferos refinados e aglomerados combustíveis, Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos; a Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; o Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas; a Fabricação de equipamentos informáticos, equipamentos para comunicações e produtos electrónicos e ópticos; Fabricação de equipamento eléctrico; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.* e a *Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis e outro equipamento de transportes*, subsectores em que as ações de formação envolveram também mais de metade dos trabalhadores ao serviço nas empresas. Por outro lado, em 2017, o subsector com menor percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação foi o da *Indústria têxtil e dos produtos do couro*.

Relativamente aos subsectores do *Comércio*, o subsector que registou maior percentagem de empresas promotoras de formação foi o do *Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos*. Já no que se refere ao número de trabalhadores envolvidos *destacou-se* o subsector do *Comércio a retalho* (53,7% dos trabalhadores do subsector).

Se analisarmos o número de trabalhadores abrangidos por ações de formação continua considerando os escalões de dimensão das empresas, constatamos que, em 2017, como nos anos anteriores, a percentagem de trabalhadores abrangidos aumentava à medida que o escalão de dimensão era maior. Assim, nas empresas com 1 a 9 trabalhadores, 12,9% dos trabalhadores beneficiaram de ações de formação, enquanto nas empresas com 500 e mais trabalhadores essa percentagem era de 66%. Para além disso, a percentagem de trabalhadores abrangidos por ações de formação aumentou, relativamente a 2016, em todos os escalões de empresas, tendo igualmente crescido tanto mais quanto maior o escalão.

A percentagem de homens e mulheres que frequentaram ações de formação promovida pelas empresas, em 2017, foi muito equilibrada, aliás como já nos anos anteriores. As *Indústrias Transformadoras* era o sector em que a percentagem de homens mais ultrapassava a percentagem de mulheres e o *Comércio* o sector em que o número de mulheres mais ultrapassava o número de homens.

Relativamente aos escalões etários, e considerando o número de trabalhadores em formação relativamente ao total dos TCO do mesmo escalão etário, em 2017, o escalão com maior percentagem de trabalhadores em formação foi o dos 18 aos 34 anos (41,8% do total dos TCO desse escalão etário), ligeiramente acima do escalão dos 35 aos 44 anos (40% do total dos TCO nesse escalão etário). O escalão com menos expressão em termos de ações de formação foi o dos trabalhadores com mais de 65 anos e a seguir o dos TCO com menos de 18 anos. (28,4%) Entre 2016 e 2017 a percentagem de TCO envolvidos em ações de formação aumentou relativamente a todos os escalões etários, tendo crescido mais no escalão dos 18 aos 34 anos (+5,9 p.p.) e depois no escalão dos até aos 18 anos (+4,7 p.p.)

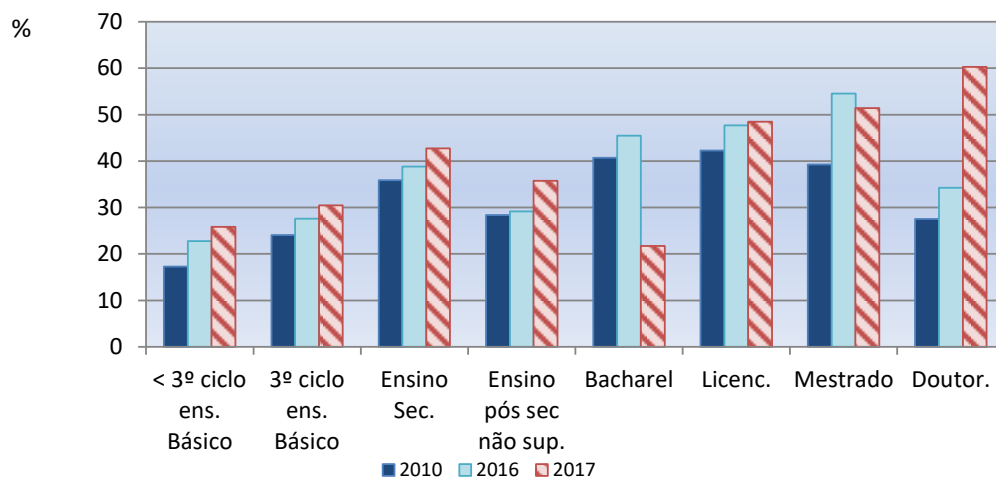
Entre 2010 e 2017, a percentagem de TCO em ações de formação aumentou em 9,6 p.p. no que se refere ao escalão entre os 35 e os 44 anos e em 9,2%, no escalão dos 18 aos 34 anos. O escalão em que essa percentagem menos cresceu foi o escalão mais novo.

Também no que respeita aos níveis de habilitações, a percentagem dos trabalhadores abrangidos por ações de formação promovidas pelas empresas era tanto mais elevada quanto mais elevado o nível de habilitações. Em 2017, frequentaram ações de formação, 26% dos TCO com menos do que o 3º ciclo do ensino básico, 30,5% dos TCO com o 3º ciclo do ensino básico e 42,7% dos TCO com o ensino secundário, tendo essa percentagem atingido os 48,5% no que se refere aos TCO

com licenciatura, os 51,4% relativamente aos TCO com mestrado e os 60,3% relativamente aos TCO com doutoramento. Relativamente a 2016, essa percentagem aumentou relativamente a todos os níveis de habilitações, exceto no que se refere aos TCO que possuíam um mestrado ou um bacharelato. No que respeita aos Doutorados essa percentagem cresceu em 26 p.p..

Entre 2010 e 2017, a percentagem de trabalhadores em formação também cresceu, relativamente a todos os níveis de habilitações, exceto relativamente aos TCO com um bacharelato. Esse aumento foi especialmente expressivo no que se refere aos TCO com Doutoramento.

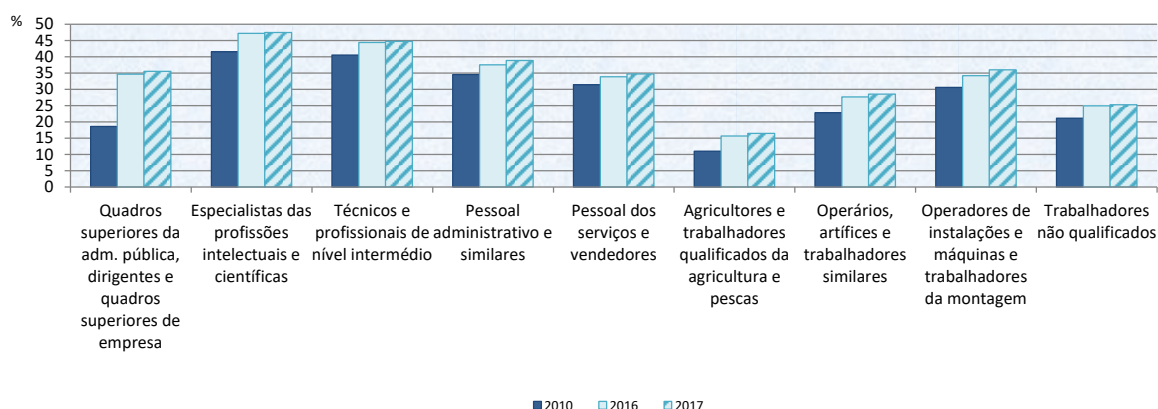
Figura 215. Percentagem de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO com o mesmo nível de habilitações



Fonte: GEP, Relatório Anual de Formação Contínua

Em 2017, os grupos profissionais com maior percentagem de trabalhadores em formação eram o dos *Especialistas das profissões intelectuais e científicas*, (47,5% do total dos trabalhadores daquele grupo profissional) e o dos *Profissionais de nível intermédio* (44,7%) e o do *Pessoal administrativo e similares* (38,9%). Os grupos profissionais com menor percentagem de trabalhadores em formação eram os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas* (16,5%) e os *Trabalhadores não qualificados* (25,3%).

Figura 216. Percentagem de trabalhadores em ações de formação relativamente ao total de TCO do mesmo grupo profissional

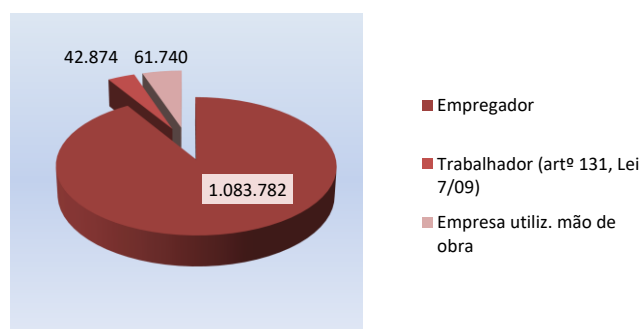


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Contínua*.

Entre 2010 e 2017 a percentagem de trabalhadores envolvidos em ações de formação promovidas pelas empresas aumentou relativamente a todos os grupos profissionais.

Em 2017, 91% dos trabalhadores que frequentaram ações de formação frequentaram ações da iniciativa do empregador, 5%, ações de formação da iniciativa das empresas utilizadoras de mão-de-obra e 4% ações de formação por sua própria iniciativa. Relativamente a 2016, o número de trabalhadores aumentou relativamente a todas estas categorias. Os trabalhadores abrangidos por ações de formação da iniciativa das empresas utilizadoras de mão de obra, duplicaram.

Figura 217. Trabalhadores em ações de formação por iniciativa da formação, em 2017

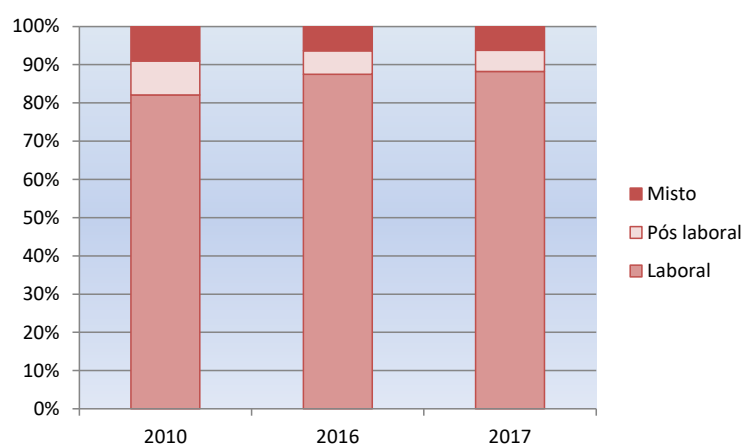


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Contínua*

Por outro lado, entre 2010 e 2017, apenas aumentou o número de trabalhadores envolvidos em ações de formação da iniciativa do empregador.

No que se refere ao tipo de horário da formação, em 2017, 92,4% dos trabalhadores em formação frequentaram ações de formação em horário laboral, 5,8% frequentaram ações em horário misto e 6,5% em horário pós laboral. Esta distribuição não variou muito relativamente ao ano anterior. Entre 2010 e 2017 a percentagem de trabalhadores que frequentaram ações de formação em horário laboral cresceu 5,4 p.p..

Figura 218. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por tipo de horário

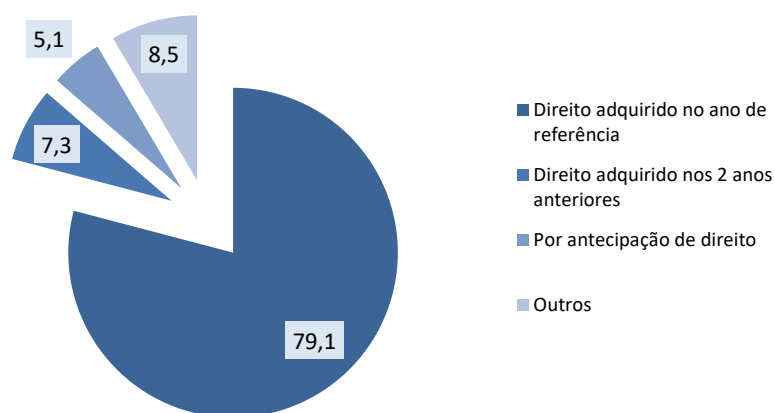


Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Contínua*

Em 2017, as ações de formação contínua promovidas pelas empresas tiveram em média, uma duração de 32,3 h. O número médio de horas de formação manteve-se mais ou menos estável entre 2010 e 2014, tendo depois diminuído nos dois anos a seguir para voltar a crescer, no último ano.

Em 2017, o número médio de horas de formação variou entre as 26,4 horas, no escalão de empresas com entre 50 e 249 trabalhadores e as 38 horas no escalão de empresas com mais de 500 ou mais trabalhadores.

Figura 219. Percentagem de trabalhadores em ações de formação por período de referência do direito à formação, em 2017



Fonte: GEP, *Relatório Anual de Formação Continua*

Dos trabalhadores que frequentaram ações de formação promovidas pelas empresas em 2017, 79% usufruiu do direito à formação adquirido nesse mesmo ano, 7,3% do direito adquirido nos 2 anos anteriores e 5% dos trabalhadores, antecipando esse direito.

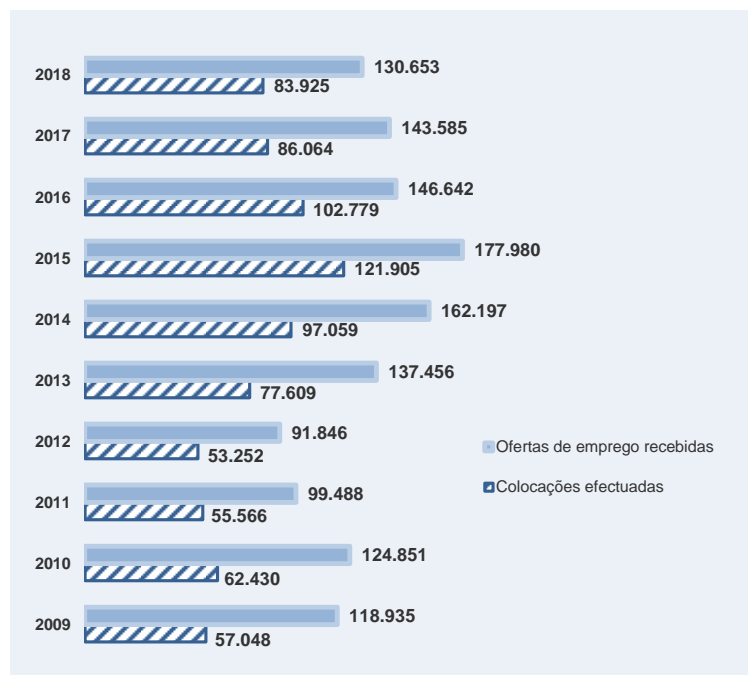
Entre 2010 e 2017 a diferença mais significativa no que se refere ao período de referência do direito à formação, respeita à evolução da percentagem de trabalhadores que usufruíram do direito adquirido nos 2 anos anteriores, que cresceu em 2,4 p.p.

Em 2017, o custo médio das ações de formação continua nas empresas foi de 348,9 €, ligeiramente menos do que em 2016 e menos de cerca de 150 € do que em 2010. Os setores da *Eletricidade, gás, água quente e fria e ar frio* e da *Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória* foram os setores que registaram custos médios de formação mais elevados (1.404,6 € e 942,3 €, respetivamente). Já os custos médios mais baixos verificaram-se nos setores da *Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca* (162,7 €) e o da *Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão e resíduos e despoluição*.

5.5. Ofertas e colocações dos Centros de Emprego

Segundo os dados disponibilizados pelo IEFP, as ofertas de emprego recebidas nos Centros de Emprego continuaram a descer ao longo de 2018, mantendo-se assim a tendência de decréscimo progressivo que se verifica desde final de 2015. Desta forma, o número de ofertas diminuiu cerca de 10%, atingindo perto de 131 mil em 2018. Por outro lado, em 2018 e face ao período homólogo, o número de colocações efetuadas nos Centros de Emprego apresentou igualmente uma descida. Deste modo, o número de colocações evidenciou uma variação negativa de 9%, no período em análise, o que correspondeu a cerca de menos 13 mil colocações face a 2017. Assim, constata-se que, em 2018, 64% das ofertas foram preenchidas através de colocações dos centros de Emprego.

Figura 220. Ofertas e colocações recebidas nos Centros de Emprego



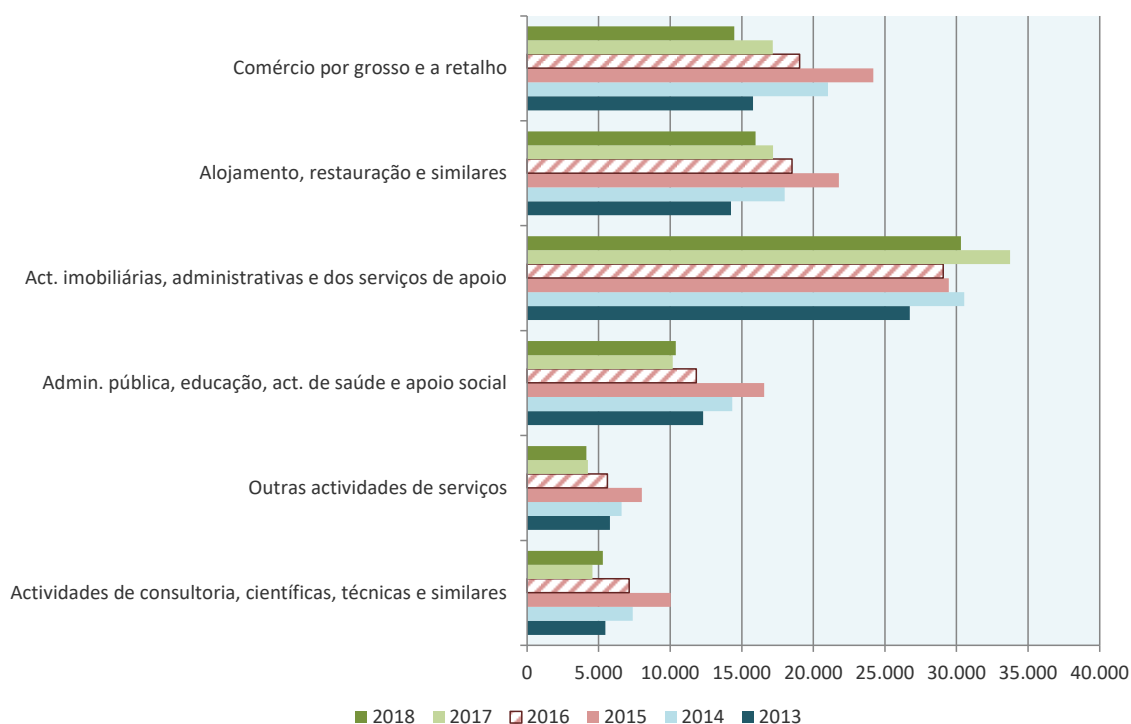
Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Em termos sectoriais, verifica-se que foi sobretudo o sector dos *serviços* que contribuiu para a diminuição das ofertas de emprego registadas em 2018 (menos 6,9%), não obstante os setores da *agricultura* e da *indústria* terem igualmente evidenciado decréscimos (menos 54,4% e menos 9,2%, respetivamente), totalizando no ano de 2018 menos 13 mil ofertas recebidas.

Uma análise desagregada das ofertas de emprego permite evidenciar que, em 2018, 68% foram oriundas dos *Serviços*, tendo a sua distribuição se concentrado em particular nas *Atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio* (34%), no *Alojamento, restauração e similares* (18%) e *Comércio por grosso e a retalho* (16%). Contudo, foram os subsectores do *Comércio por grosso e a retalho*, das *Atividades financeiras e de seguros* e das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, que registaram as maiores variações negativas com menos 18,6%, menos 18,5% e menos 13,7%, respetivamente.

De salientar que, em termos absolutos, foi o subsector das *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* que apresentou a maior redução no número de ofertas recebidas, com menos 3,4 mil registos face ao período homólogo.

Figura 221. Ofertas de emprego recebidas – Serviços

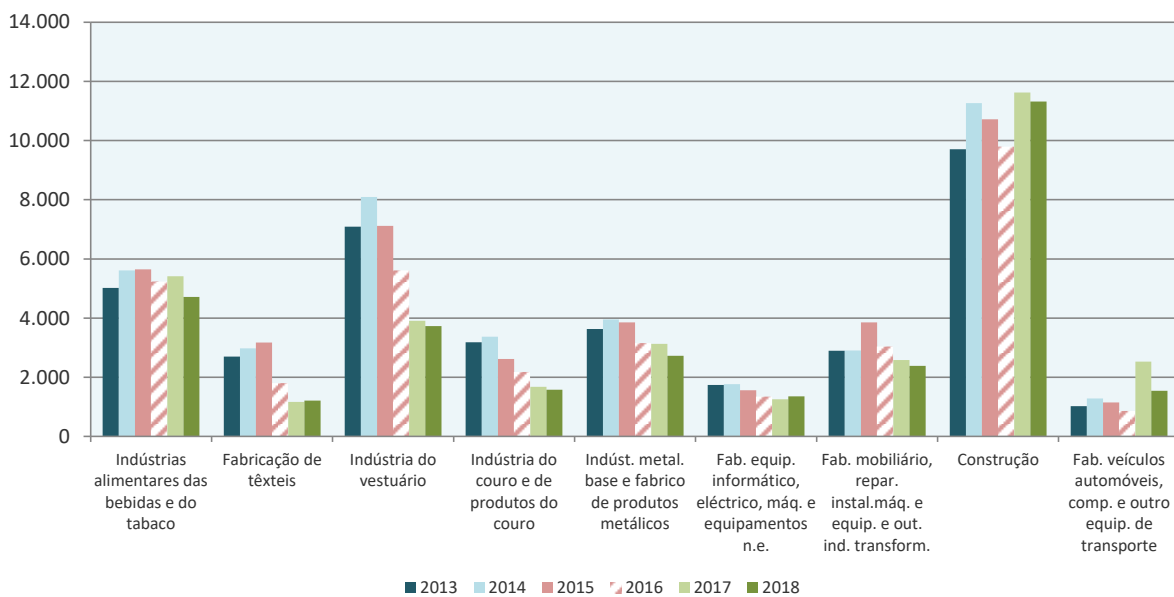


Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Relativamente ao sector da *Indústria, energia, água e construção*, em 2018, a *Construção* foi responsável por 8,7% do total das ofertas de emprego recebidas, apesar de ter registado um decréscimo de 2,7% face ao ano anterior. Seguem-se as *Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* (3,6%) e a *Indústria do vestuário* (2,9%).

No período em análise, para além dos subsectores da *indústria* mais representativos em termos de ofertas recebidas – *Construção e Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco* – terem apresentado decréscimos absolutos no número de ofertas recebidas (menos 6,1 mil e menos 703), o subsector da *Fabricação de veículos automóveis, componentes e outro equipamento de transporte* destacou-se pela acentuada redução de ofertas face ao período homólogo, evidenciando uma descida de 64%, o que em termos absolutos se traduziu num decréscimo de 986 ofertas de emprego.

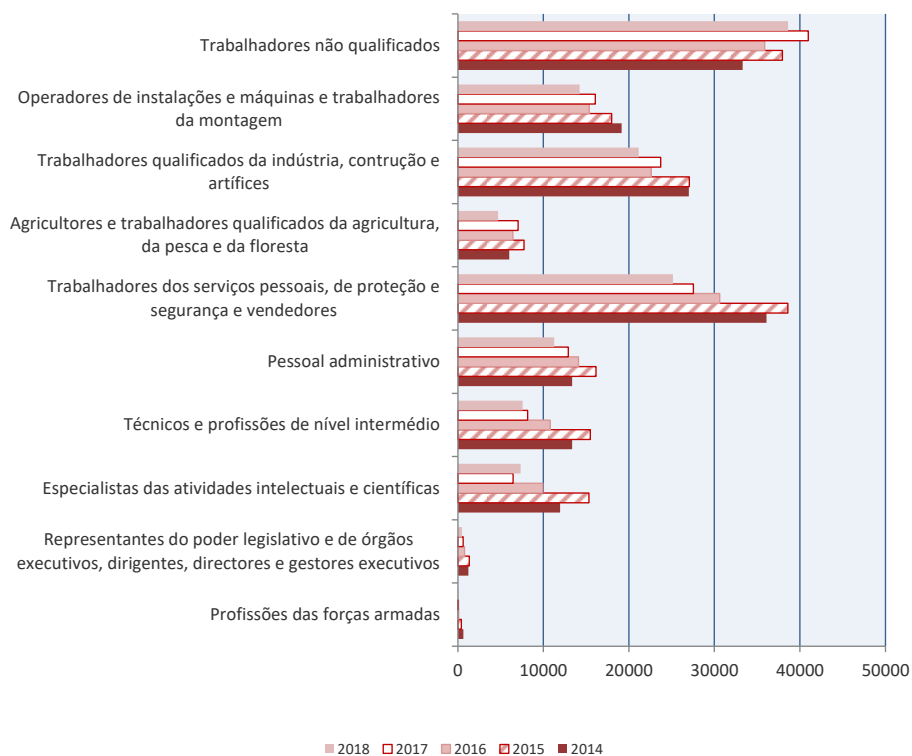
Figura 222. Ofertas de emprego recebidas – Indústria



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

Considerando as ofertas de emprego recebidas em 2018, por categorias profissionais, verifica-se que os *Trabalhadores não qualificados* continuam a apresentar-se como o grupo profissional mais representado com 29,6%, não obstante, no período em análise, a variação no seu número de ofertas de emprego ter sido negativa (menos 5,7%), com uma diminuição de cerca de 2350 ofertas. Ainda em termos de representatividade, destacam-se os *Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores* com um peso de 19,3%, que, em 2018, apresentaram igualmente uma variação negativa (menos 8,7%), o que, em termos absolutos, se traduziu numa redução de 2390 ofertas registadas.

Figura 223. Ofertas Recebidas por grupos profissionais



Fonte: IEFP, Mercado de Emprego

De salientar o facto de, à exceção dos *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e das *Profissões das forças armadas*, todas as restantes categorias profissionais evidenciaram decréscimos no número de ofertas de emprego, com destaque para os *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices*, os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas*, os *Trabalhadores não qualificados* e os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta*.

CONCEITOS UTILIZADOS

Acidente de trabalho

Todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência derivados do trabalho ou com ele relacionados, do qual resulte uma lesão corporal, uma doença ou a morte de um ou vários trabalhadores. São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa, ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.

Ações de Formação Profissional

Resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. Consideram-se, as ações com duração igual ou superior a 4 horas, podendo estas assumir a forma de cursos, seminários, conferências, etc. .

Condição perante o trabalho

Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

Contrato de trabalho intermitente sem termo

Contrato de trabalho pelo qual o trabalhador se obriga a prestar atividade intercalada por um ou mais períodos de inatividade.

Contrato de trabalho para prestação subordinada de teletrabalho

Contrato de trabalho em que a atividade a que o trabalhador se obriga é realizada habitualmente fora da empresa e através de recurso a tecnologias de informação e de comunicação.

Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária

Contrato de trabalho por tempo indeterminado celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer temporariamente a sua atividade numa empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

Contrato de trabalho temporário com termo certo

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro com data antecipadamente prevista).

Contrato de trabalho temporário com termo incerto

Contrato celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador pelo qual ele se obriga, mediante retribuição daquela, a exercer a sua atividade a uma empresa utilizadora, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário. O contrato cessará quando ocorra determinado facto futuro que não tem data antecipadamente prevista)

Custo de mão de obra

Despesas suportadas exclusivamente pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra. Dividem-se em custos diretos e custos indiretos. Os subsídios para compensação das remunerações diretas deduzem-se ao custo total.

Custo direto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui a remuneração do trabalho efetuado, o pagamento das horas remuneradas mas não trabalhadas, os prémios e gratificações e o custo dos pagamentos em géneros.

Custo indireto de mão de obra

Parte do custo suportado pela entidade empregadora com o emprego da mão de obra que não está diretamente ligado ao tempo trabalhado ou trabalho fornecido. Inclui as contribuições patronais legais, convencionais, contratuais e facultativas para os regimes de Segurança Social e regimes complementares, as prestações sociais pagas diretamente aos trabalhadores (complementos aos subsídios de doença e de acidente de trabalho, complemento às pensões de reforma e sobrevivência, prestações familiares, subsídios de apoio aos estudos dos trabalhadores e/ou filhos, etc.), os custos da formação profissional, os custos de carácter social (cantinas, refeitórios, creches/infantários, serviços médico-sociais, colónias de férias, custos de manutenção, reparação, amortização e juros suportados pelo empregador com o alojamento do trabalhador, etc.), e outros custos da mão de obra (despesas de transporte dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho, custos de recrutamento, etc.).

Custos com serviços de carácter social

Despesas efetuadas com serviços e obras sociais, tais como: despesas de funcionamento dos serviços sociais; despesas líquidas com o funcionamento de cantinas, refeitórios e outros serviços de aprovisionamento; despesas com serviços de carácter educativo, cultural, recreativo ou bolsas de estudo concedidas aos trabalhadores e seus descendentes; e outras despesas com serviços sociais.

Desempregado

Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes:

- a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não;
- c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações;
- b) contacto com empregadores;
- c) contactos pessoais ou com associações sindicais;
- d) colocação, resposta ou análise de anúncios;
- e) realização de provas ou entrevistas para seleção;
- f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos;
- g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte:

- a) no desejo de trabalhar;
- b) na vontade de ter atualmente um emprego remunerado ou uma atividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários;
- c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes.

Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inativo.

Desempregado à procura de novo emprego

Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura do primeiro emprego

Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Desempregado de longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego.

Desempregado de muito longa duração

Trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 24 meses ou mais.

Desemprego registado

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Desencorajados

Conjunto de indivíduos com idade mínima especificada que no período de referência não tinham qualquer trabalho e que, estando disponíveis para trabalhar, não procuram emprego, nomeadamente porque: a) não sabem procurar ou; b) acham que não vale a pena ou; c) consideram que não há empregos disponíveis na zona.

Duração habitual de trabalho

Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço;
- 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica;
- 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Estabelecimento

Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se atividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Encargos convencionais, contratuais e facultativos com a Segurança Social e regimes análogos a cargo das entidades patronais

Encargos da entidade patronal resultantes do Instrumento de Regulamentação de Trabalho ou acordados diretamente nos contratos individuais ou ainda encargos resultantes da vontade e iniciativa da entidade patronal, para a Segurança Social e regimes análogo

Formação Contínua

Entende-se por formação contínua a que seja qualificante para as tarefas desempenhadas pelo trabalhador, de acordo com o Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Esta formação “pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente (...)” (n.º 3 do Artigo 131.º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

Ganho

Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Inativo disponível mas que não procura emprego

Inativo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, estava disponível para trabalhar, mas não tinha procurado ativamente um trabalho ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores).

NEEF

Conjunto de indivíduos jovens de um determinado grupo etário que, na semana de referência, não estavam empregados (isto é, estavam desempregados ou eram inativos), nem frequentavam qualquer atividade de educação ou formação nessa semana ou nas três semanas anteriores. Em geral, consideram-se como jovens os indivíduos dos 15 aos 24 anos, mas este indicador também é disponibilizado para grupos etários mais alargados e subgrupos destes.

Nível de escolaridade

Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.

Participante em ações de Formação Profissional

Trabalhador ao serviço na empresa, contabilizado tantas vezes quantas as ações em que participou.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População Inativa

População que, independentemente da idade, no período de referência, não podia ser considerada economicamente ativa, i.e., não estava empregada, nem desempregada.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Prémios e subsídios regulares

Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e noturnos.

Profissão

Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Remuneração base

Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.

Remunerações das horas não efetuadas

Pagamentos diretos efetuados aos trabalhadores relacionados com as férias anuais e outras semelhantes, os feriados oficiais e outros reconhecidos e com outras ausências que não implicam perda de remuneração e com pagamento garantido pelo empregador (nascimento e morte de familiares, casamento do trabalhador, atividades sindicais, obrigações familiares, etc.).

Saída escolar precoce

Situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola.

Subemprego de trabalhadores a tempo parcial

Conjunto de trabalhadores, a tempo parcial e com idades dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, declararam pretender trabalhar mais horas do que as que habitualmente trabalhavam em todas as atividades e estavam disponíveis para começar a trabalhar as horas pretendidas num período específico (o período de referência ou as duas semanas seguintes).

Subutilização do trabalho

Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

Taxa de atividade (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego (15 e mais anos)

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Trabalhador a tempo completo

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.

Trabalhador com contrato a termo

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato

escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Trabalhador com contrato permanente

Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Trabalhador familiar não remunerado

Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Trabalhador ocasional

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem caráter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Trabalhador por conta de outrem

Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado

Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador que participou em ações de formação

Trabalhador ao serviço nas empresas, contabilizado uma só vez independentemente do número de ações em que participou.

Trabalhador sazonal

Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos. Consideram-se as ações de formação que resultam de um conjunto de atividades devidamente planeadas e estruturadas, visando a aquisição de conhecimentos e capacidades exigidas para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões. São consideradas quer as ações de formação realizadas pela empresa/entidade nas suas instalações, quer as realizadas por outras entidades onde tenham participado trabalhadores da empresa. Exclui-se a formação inserida no Sistema de Aprendizagem.

PARECER CONJUNTO DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Comissão Científica eleita por Deliberação do Plenário do CRL

- António Figueiredo – FEP, Universidade do Porto – Quaternaire Portugal
 - Cristina Rodrigues – Universidade Nova de Lisboa – IEFP, IP
 - Francisco Madelino – ISCTE – INATEL
 - Mário Caldeira Dias – Universidade Lusíada
1. O Relatório sobre Emprego e Formação surgiu ao lado de uma outra iniciativa paralela relativa à negociação coletiva. Embora sejam conhecidas as interdependências destas duas áreas, procurou centrar-se em matérias específicas do emprego e da formação profissional sem ignorar algumas áreas próximas, cuja relevância resultava essencialmente dos efeitos ou do condicionamento que exercem sobre o funcionamento e sobre os fluxos do mercado de trabalho e sobre as dimensões qualitativas relacionadas com as qualificações da população ativa.
 2. A partir do índice de temas constantes do roteiro inicial, os membros do Plenário do CRL foram sugerindo matérias que consideravam relevantes, ligadas à temática do relatório e que, de um modo ou de outro, enriqueceriam e fortaleceriam o papel que procurava desempenhar – fornecer aos Parceiros Sociais e a outros agentes políticos, sociais e económicos uma visão global e detalhada sobre a realidade do mercado de trabalho que, ao mesmo tempo, ajudaria a melhorar a sua ação quotidiana, assim, devidamente informada.
 3. A consulta do índice permite-nos verificar que, para além do devido enquadramento e prospetiva macroeconómicas, que fornecem as bases da evolução do emprego e da sua natureza, o Relatório contém:
 - Análise do mercado de trabalho e da sua evolução;
 - Análise da emigração e imigração;
 - Análise da população (oferta de trabalho);
 - O abandono escolar e a população NEEF;
 - A análise do emprego e do desemprego (ajustamento no mercado);
 - Trabalho temporário e subemprego;

- Dados IEFP e subsídio de desemprego;
- Fluxos de mão-de-obra, nomeadamente de entrada e saída;
- Emprego na Administração Pública, *Lay-off* e despedimentos coletivos,
- Estrutura empresarial, sectores de atividade, intensidade em tecnologia e trabalhadores estrangeiros;
- O emprego nas empresas (dimensão mais estrutural e procura de trabalho);
- Absentismo e sinistralidade laboral;
- Ganhos e remunerações, incluindo o índice do custo do trabalho;
- Vários aspetos do emprego na Administração Pública;
- A formação profissional e outras medidas ativas de emprego.

Encontra-se, assim, constituído um repositório de assuntos, progressivamente enriquecido com o aditamento de novas áreas, relativas quer à dimensão económica, quer às condições de trabalho e relações laborais. É indiscutível a inter-relação entre os vários temas mencionados, mas pode correr-se o risco de dispersão e descaracterização do relatório, a ponto deste se ir transformando num relatório sobre economia portuguesa e europeia, política laboral e mercado de trabalho, associado a uma base de dados polivalente.

4. As solicitações dos membros do Plenário, relativas ao presente Relatório, poderão ir no sentido de acentuar esta tendência, ao equacionar-se matérias como a caracterização: dos tipos de contratos; dos contratos de prestação de serviços na AP; habilitações dos emigrantes e imigrantes; das remunerações de base e não apenas remunerações médias; das causas do absentismo; das ofertas de emprego por tipo de contrato, horários, salários, profissão e habilitações, entre outros aspetos.

Na verdade, algumas destas informações poderão ser importantes e exequíveis, algumas outras não serão possíveis e outras poderão merecer um tratamento específico, em documento próprio, de modo a privilegiar no relatório, particularmente os aspetos que respeitam, na essência, ao acompanhamento das duas dimensões: emprego e formação.

5. Apesar de tudo, poderão sempre existir questões novas no âmbito do emprego e formação embora não em grande número ou então no âmbito de questões mais ou menos afins. A surgirem, o Plenário poderá ter em conta a sua relevância não só do ponto de vista da sua organização de enquadramento, mas também do ponto de vista do emprego e da formação.

A evolução da realidade poderá acentuar a importância deste ou daquele detalhe ou de algumas questões devido à mutação dos próprios contextos. Por exemplo:

- A questão dos inativos disponíveis já foram mais importante do que é atualmente, assim como o peso da emigração na estruturação da taxa de desemprego;
- A imigração tem vindo a ganhar relevo e vai continuar nesse sentido;
- As implicações do aumento do SMN tendem a ser diferentes das do passado;
- A evolução atual e futura do turismo é um assunto de primordial importância no mercado de trabalho, nas exportações e na produtividade;
- A evolução do mercado da construção e habitação trará consequências significativas a vários níveis;
- O envelhecimento da população condicionará o papel das políticas de emprego e das políticas sociais, em geral;
- A condicionante do saldo externo (a mais importante até à integração no Euro) pode regressar em função de circunstâncias adversas;
- O peso dos juros e da dívida externa (727 milhares de milhões de euros) condicionará o desenvolvimento da economia e do emprego.

No entanto, o aprofundamento destas questões poderá beneficiar se elas forem desenvolvidas em sínteses esporádicas ou temporárias anexas ao Relatório do CRL (ou simplesmente referenciado o respetivo *link* no Relatório do Emprego e Formação). Em alguns casos poderá ser pertinente um detalhe de questões já tratadas no Relatório.

Parece resultar da experiência que uma vez alargado o âmbito do corpo do Relatório, dificilmente se reverterá a sua extensão e o grau de profundidade do respetivo tema. Daí, a sugestão de, futuramente, equacionar o desenvolvimento de temas satélite noutra publicação, como aliás já se verifica no INE.

6. Em conclusão, o presente Relatório de 2018 corresponde cabalmente ao seu objetivo. Dá-se apenas nota da dificuldade de leitura dos dados sobre formação profissional, extraídos de diferentes fontes, que beneficiariam se tivessem uma grelha de leitura comum. Por outro lado, afigura-se útil a distinção conceptual de emprego versus trabalho usados no Relatório, a fim clarificar os dados que respeitam a cada um deles.

Por último, consideramos que, em próximas edições, o relatório deveria conceder uma outra relevância aos temas da produtividade e à dificuldade de a medir em alguns setores sobretudo os serviços) dada a centralidade desse tema no futuro da economia portuguesa.

COMENTÁRIOS DOS MEMBROS DO CRL

DECLARAÇÃO DE VOTO DA CGTP-IN

O Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo a 2018 integra um conjunto de informação sobre questões do emprego e formação que consideramos úteis.

Continuam, no entanto, a existir áreas que necessitam de maior aprofundamento e relativamente às quais existem dados oficiais que se podem incluir no documento, como as que dizem respeito à comparação entre a evolução dos salários reais e da produtividade; à precariedade do emprego – considerando o total dos contratos não permanentes - por grupo etário; às remunerações base quer no sector privado, quer no público por sexo, nível de habilitação e tipo de contrato; aos desempregados ocupados e ao seu peso nos pedidos de emprego; à caracterização das ofertas de emprego registadas no IEFP por tipo de contrato, horário, e salário; à situação face ao emprego após participação em medidas de emprego e formação profissional, caracterizando o tipo de contrato e o salário; aos valores das prestações de desemprego e taxa de cobertura; às falências e sistema de recuperação de empresas por via judicial; às prestações de serviços na Administração Pública.

Nesse sentido, apresentámos propostas concretas com vista à inclusão de mais dados, mas a maioria não foi vertida no relatório apesar da disponibilidade das fontes.

A CGTP-IN continua a considerar que estes relatórios devem coligir toda a informação disponível, seja ela publicada ou não, devendo o Centro de Relações Laborais ter também um papel pedagógico, chamando a atenção para as lacunas de informação existentes e para a necessidade de aprofundar o aproveitamento de fontes administrativas, onde se incluem as Declarações de Remunerações à Segurança Social que, apesar da inclusão de alguns dados, estão ainda muito aquém do seu potencial de utilização.

A CGTP-IN fez também propostas de alteração ao Enquadramento macroeconómico por considerar o seu conteúdo insuficiente e, nalguns casos, enviesado. Nesse sentido propôs a inclusão do saldo da balança comercial desagregado por bens e serviços, tendo em conta o défice da balança de bens e o que revela relativamente à dependência externa do país; a inclusão de dados sobre a insuficiência do investimento para a reposição do capital físico; a referência de que

os salários reais têm crescido abaixo da produtividade e que, à exceção de 2016 e 2017, nos últimos dez anos o trabalho tem perdido importância na repartição do rendimento; a consideração de que a recuperação do investimento público é indispensável para a melhoria dos serviços públicos, propostas estas que não foram acolhidas.

Tendo em conta as considerações anteriores, a CGTP-IN abstém-se na votação sobre o Relatório sobre Emprego e a Formação Profissional relativo ao ano de 2018.